



Energia em movimento

Relatório e Contas 2014





Energia em movimento

Relatório e Contas 2014

ENERGIA EM MOVIMENTO

Evoluir é adaptarmo-nos aos desafios da envolvente,
é ajustarmo-nos a novas realidades e é encontrarmos formas
de superarmos os nossos objetivos.

É por essa razão que podemos hoje pensar na Galp Energia como
um organismo vivo, onde conceitos como resiliência, adaptação,
ajustamento, envolvimento e construção conjunta permitem uma
evolução contínua.



Relatório e Contas 2014

01	A Galp Energia	8
1.1	A Galp Energia no mundo	10
1.2	Mensagem do Conselho de Administração	12
1.3	Estratégia	16
1.4	Principais indicadores	18
<hr/>		
02	Atividades	20
2.1	Envolvente de mercado	21
2.2	Exploração & Produção	25
2.3	Refinação & Distribuição	37
2.4	Gas & Power	41
<hr/>		
03	Desempenho financeiro	44
3.1	Sumário executivo	45
3.2	Análise de resultados	45
3.3	Investimento	47
3.4	<i>Cash flow</i>	47
3.5	Dívida financeira	48
<hr/>		
04	Gestão de risco	49
4.1	Modelo de gestão de risco	50
4.2	Sistema de controlo interno	51
4.3	Principais riscos	52
<hr/>		
05	Compromisso com os <i>stakeholders</i>	59
5.1	Governo corporativo	60
5.2	Capital humano	67
5.3	Investigação e tecnologia	69
5.4	Segurança, saúde e ambiente	70
5.5	Qualidade	72
5.6	Desenvolvimento das comunidades locais	73
<hr/>		
06	Anexos	74
6.1	Proposta de aplicação de resultados	75
6.2	Informação adicional	75
6.3	Contas consolidadas	78
6.4	Relatórios e pareceres	170
6.5	Glossário e abreviaturas	177

Galp Energia: energia em movimento

Quem somos

Empresa integrada de energia focada no desenvolvimento do negócio de exploração e produção, com um portefólio de ativos que permitirá um crescimento ímpar na indústria.

Atividade de exploração e produção ancorada em três países de referência: Brasil, Angola e Moçambique.

Presença significativa nos negócios de *downstream* de petróleo e gás na Península Ibérica e em África.

Presença ibérica na distribuição e comercialização de gás e eletricidade, com uma crescente atividade estruturada de trading de GNL.

A NOSSA VISÃO E O NOSSO PROPÓSITO

- Ser um operador integrado de energia reconhecido pelas suas atividades de exploração e produção, criando valor de forma sustentável aos seus acionistas.

A NOSSA ESTRATÉGIA

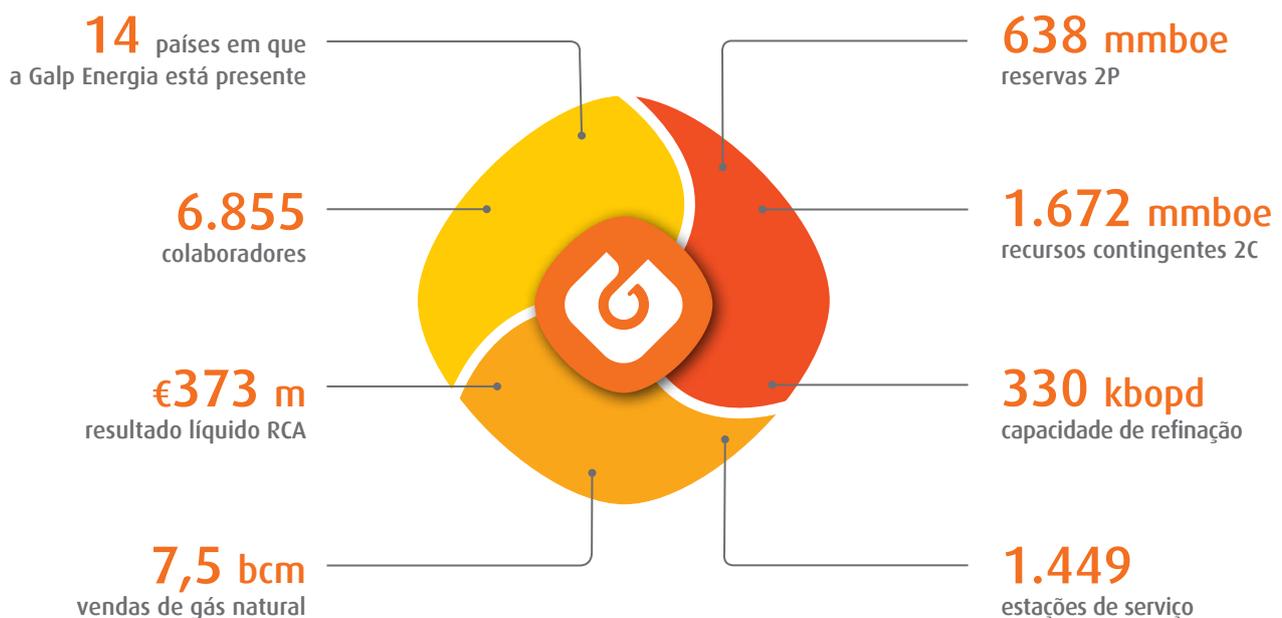
- Reforçar as atividades de exploração e produção, complementadas por um negócio de *downstream* e gás eficiente e competitivo, suportadas por uma capacidade financeira sólida e por práticas sustentáveis.

OS NOSSOS *DRIVERS* ESTRATÉGICOS

- Desenvolvimento eficiente dos negócios do portefólio.
- Disciplina financeira e de criação de valor.
- Eficácia organizacional.
- Desenvolvimento diferenciador do capital humano.
- Compromisso com a sustentabilidade.

AS NOSSAS VANTAGENS COMPETITIVAS

- Parcerias duradouras, de sucesso e com empresas líderes da indústria.
- Competências e conhecimento integrado do negócio.
- Capacidade financeira e organização flexível.
- Participação em alguns dos mais promissores projetos mundiais.



Todos os valores que constam neste relatório são relativos a 2014 ou final de 2014, consoante o caso, e salvo indicação em contrário. Para mais informações, consulte <http://www.galpenenergia.com>.



01 A Galp Energia

- 1.1 A Galp Energia no mundo
- 1.2 Mensagem do Conselho de Administração
- 1.3 Estratégia
- 1.4 Principais indicadores

**c.50
projetos
em carteira**



EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

A Galp Energia encontra-se hoje focada no desenvolvimento dos seus projetos de exploração e produção, nomeadamente após as descobertas de classe mundial no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique. Com efeito, a atividade do negócio de Exploração & Produção (E&P), o vetor de crescimento da Empresa, está ancorada naqueles países e também em Angola, não obstante o facto de ter um portefólio diversificado por oito países, que inclui atualmente cerca de 50 projetos. A Galp Energia prepara-se para apresentar um crescimento de produção ímpar na indústria, com base em descobertas já realizadas.

**9,3 mt
de vendas a
clientes diretos**



REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

A Galp Energia é um dos operadores de referência na Península Ibérica, integrando a atividade de refinação, distribuição e comercialização de produtos petrolíferos nesta região. A Empresa detém um sistema refinador integrado, constituído por duas refinarias em Portugal, com capacidade para processar 330 mil barris de petróleo por dia (kbopd), e uma vasta rede de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica, que inclui aproximadamente 1.300 estações de serviço. Apesar de o negócio de Refinação & Distribuição (R&D) estar centrado na Península Ibérica, a Empresa continua a expandir a sua atividade de venda de produtos petrolíferos em mercados selecionados em África.

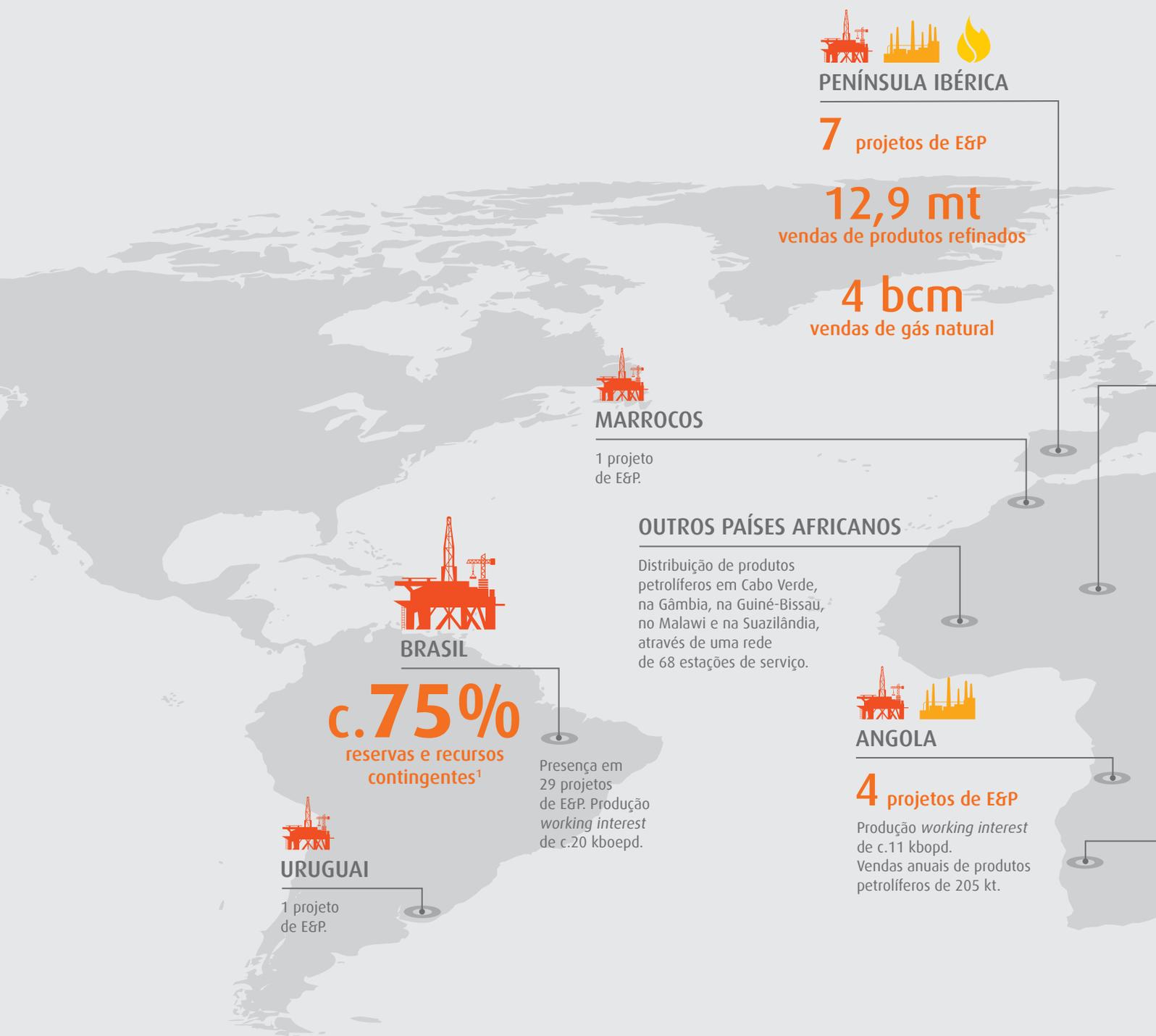
**7,5 bcm
de vendas
de gás natural**



GAS & POWER

Através do negócio de Gas & Power (G&P), a Galp Energia distribui e comercializa gás natural na Península Ibérica e também no mercado internacional, onde tem vindo a consolidar a atividade de trading de gás natural liquefeito (GNL). Na Península Ibérica, onde é o segundo maior comercializador de gás natural, a Empresa tem vindo também a consolidar o negócio de power, numa ótica de operador integrado. A Galp Energia é hoje o único operador com uma oferta tripla no mercado, que combina a comercialização de produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade.

1.1 A Galp Energia no mundo



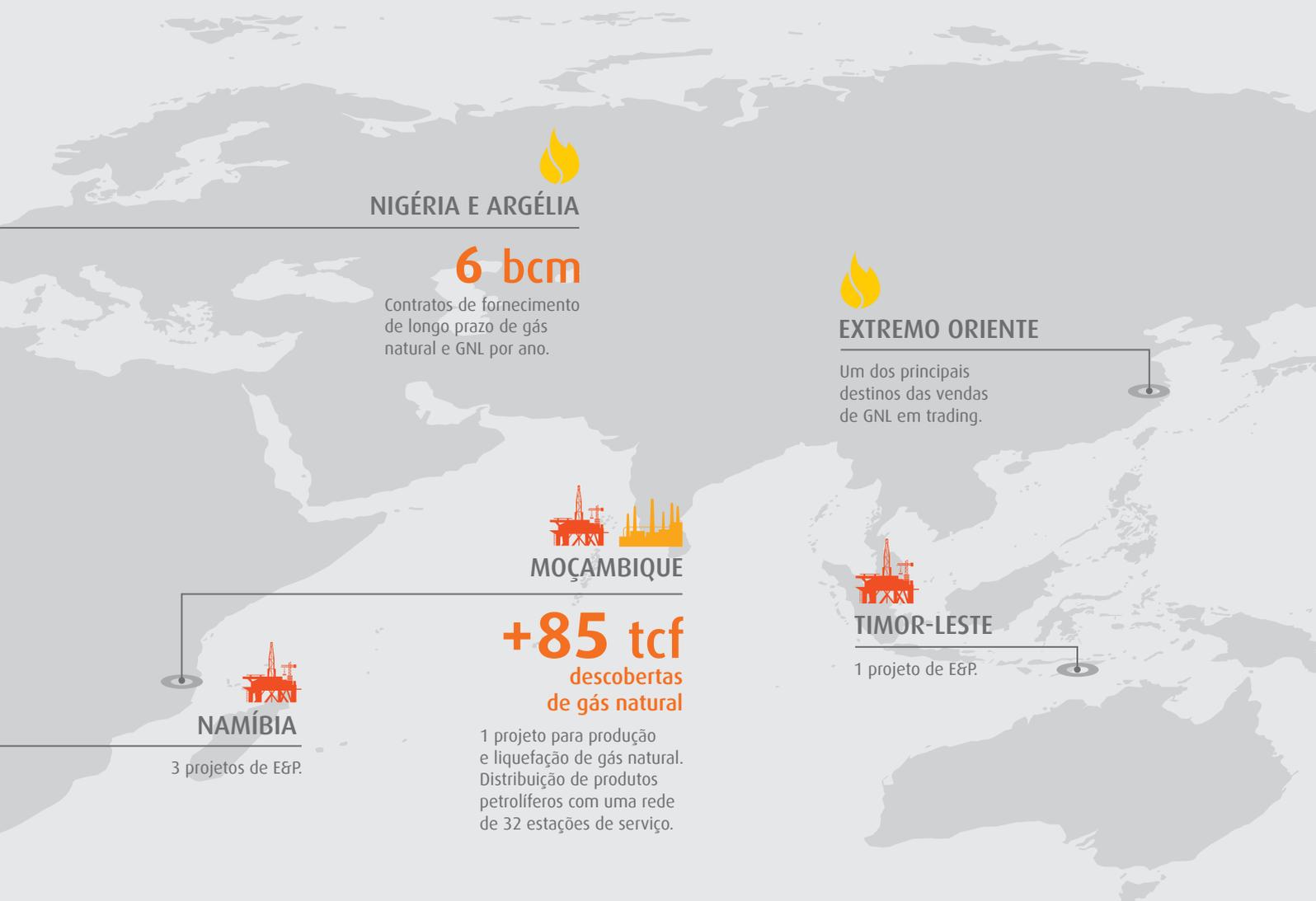
¹ Considera as reservas 2P e os recursos contingentes 2C.

Energia em movimento

A Galp Energia tem vindo a expandir o seu portefólio de Exploração & Produção, contando, atualmente, com cerca de 50 projetos.

A Empresa está focada na execução dos projetos de desenvolvimento de E&P, estando posicionada para atingir um crescimento ímpar no sector.

Este crescimento será suportado pela contribuição dos negócios de Refinação & Distribuição e de Gas & Power, cujas atividades estão centradas na Península Ibérica, onde a Empresa é um operador de referência.



NIGÉRIA E ARGÉLIA

6 bcm

Contratos de fornecimento de longo prazo de gás natural e GNL por ano.



EXTREMO ORIENTE

Um dos principais destinos das vendas de GNL em trading.



MOÇAMBIQUE

+85 tcf

descobertas de gás natural

1 projeto para produção e liquefação de gás natural. Distribuição de produtos petrolíferos com uma rede de 32 estações de serviço.



TIMOR-LESTE

1 projeto de E&P.



NAMÍBIA

3 projetos de E&P.



Exploração & Produção



Refinação & Distribuição



Gas & Power

1.2 Mensagem do Conselho de Administração

MENSAGEM DO PRESIDENTE

Américo Amorim
Chairman da Galp Energia



Senhores Acionistas,

O ano de 2014, bem como o início de 2015, têm sido marcados por alterações significativas na indústria do petróleo e do gás. Se por um lado a procura mundial de petróleo e gás natural continuou a aumentar, o ambiente de preços foi marcado por uma extrema volatilidade, levando as empresas do sector a aumentarem o foco na eficiência das operações, para melhor se adequarem às novas dinâmicas de mercado. Esta maior eficiência deverá conduzir a um aumento do retorno sobre o capital investido.

É pois neste novo paradigma que a Galp Energia continuará a executar a sua estratégia de crescimento.

A Empresa continua comprometida com o desenvolvimento eficiente do seu portefólio de negócios, estando particularmente focada na execução dos projetos de Exploração & Produção que tem vindo a desenvolver, nomeadamente no pré-sal brasileiro e na bacia do Rovuma em Moçambique. De facto, estamos convictos que estes projetos serão os principais vetores de crescimento da Galp Energia ao longo da próxima década.

A Empresa permanece igualmente focalizada na maximização da rentabilidade dos seus negócios de *downstream* e de gás, cuja geração de *cash flow* suporta o plano de investimentos delineado, centrado no desenvolvimento do portefólio de Exploração & Produção.

Quero destacar que, em 2014, atingimos resultados superiores aos do ano anterior nos negócios de *downstream* e de gás, principalmente suportado pela recuperação das margens de refinação na Europa e pelo aumento de eficiência do negócio, bem como pelo aumento dos volumes de GNL transacionados no mercado internacional. No entanto, o negócio de *downstream* continua a apresentar um retorno sobre o capital empregue inferior ao que se exige neste sector.

Para a execução da estratégia é essencial que a Galp Energia prossiga uma política de rigorosa disciplina financeira, de forma a manter uma estrutura de capital sólida.

Atendendo aos desafios que se colocam à Empresa, e com vista a assegurar uma criação sustentável de valor no longo prazo, estamos empenhados na implementação de políticas responsáveis, nomeadamente observando princípios de ética e de respeito pelos direitos humanos, e focados na prossecução de práticas de segurança adequadas.

A Empresa continuará a investir no seu capital humano, desenvolvendo as competências dos seus colaboradores para uma bem-sucedida execução da sua estratégia.

O Conselho de Administração proporá à Assembleia Geral o pagamento de um dividendo de €0,3456 por ação relativo ao exercício de 2014. Este valor reflete a política de dividendos em vigor desde 2012 que prevê um aumento médio anual de 20%, e que visa alinhar a remuneração dos acionistas com o crescimento dos resultados da Empresa.

Por último, agradeço a todos os que acreditam na proposta de valor da Galp Energia e que contribuem para o seu sucesso. Quero agradecer em particular aos nossos acionistas, colaboradores, clientes e fornecedores, parceiros e credores, pelo seu importante contributo ao longo de 2014.

Américo Amorim
Presidente do Conselho de Administração da Galp Energia

MENSAGEM DO PRESIDENTE EXECUTIVO

Manuel Ferreira De Oliveira
CEO da Galp Energia



Senhores *stakeholders*,

O nosso volume de negócios em 2014 atingiu os €17.904 milhões (m), ao que correspondeu um excedente bruto de exploração (Ebitda) de €1.314 m, superior em 15% ao do ano anterior. Para este Ebitda contribuíram as nossas três áreas de negócio em proporções muito equivalentes: E&P com €444 m; R&D com €412 m; e G&P com €438 m, respetivamente 12%, 32% e 5% superiores a 2013. O resultado líquido, expresso a custos de substituição ajustados (RCA), atingiu os €373 m, um crescimento de 20% em relação ao ano anterior.

Os resultados acima resumidos foram alcançados num contexto macroeconómico adverso e com o preço de crude em queda abrupta ao longo do segundo semestre e com as margens de refinação a atingirem valores insustentáveis no primeiro semestre do ano. O mérito da evolução da Galp Energia para uma empresa verticalmente integrada fica, com os resultados que apresentamos, inequivocamente demonstrado.

A Galp Energia conta com um portefólio ímpar de ativos de *upstream*, estando presente nas maiores descobertas de petróleo e gás natural das últimas décadas, nomeadamente na região do pré-sal no Brasil e na bacia do Rovuma em Moçambique. Estamos pois capacitados para oferecer um perfil de crescimento ímpar aos nossos acionistas nos próximos anos, com base em descobertas já realizadas. Em 2014, a Empresa registou um aumento de 24% da produção de petróleo e gás natural, que atingiu os 30,5 kboepd numa base *working interest*.

O nosso portefólio de reservas e recursos registou uma evolução positiva no ano. A maturação dos diferentes projetos de desenvolvimento levou ao aumento de 18% das reservas 3P, que atingiram os 833 mmbœ. Também o portefólio de reservas 2P e 1P foi reforçado, tendo as mesmas atingido os 638 mmbœ e os 232 mmbœ, respetivamente. No final do ano os recursos contingentes estavam estimados em 3.496 mmbœ numa base 3C, ou 1.672 mmbœ numa base 2C.

No que respeita às atividades de desenvolvimento e produção, alcançámos em 2014 importantes metas no projeto Lula/Iracema no Brasil, o principal vetor de crescimento de produção nos próximos anos. A FPSO Cidade de Paraty atingiu o *plateau* de produção 15 meses após a entrada em operação, e a FPSO Cidade de Mangaratiba iniciou produção em outubro na área de Iracema Sul, tendo atingido já uma produção média bruta de 65 kbopd com apenas dois poços produtores. Esta foi a terceira unidade de produção permanente, do tipo FPSO, a entrar em operação no campo Lula/Iracema, e apenas quatro anos após o início da fase de produção. A quarta unidade FPSO, destinada à área de Iracema Norte, deverá entrar em produção no quarto trimestre de 2015, e os trabalhos de conversão das quinta e sexta unidades continuam a decorrer de acordo com o plano, em estaleiros na China, de forma a assegurar a sua entrega no primeiro semestre de 2016.

Continuámos também com as atividades de avaliação, com particular enfoque nos projetos que detemos no pré-sal brasileiro.

No bloco BM-S-11, concretamente na área de Iara, concluímos os trabalhos de avaliação e pré-desenvolvimento, que culminaram na submissão da Declaração de Comercialidade de Iara. Em conjunto com os nossos parceiros, trabalhamos agora na definição do plano de desenvolvimento.

No bloco BM-S-24 avançámos com a perfuração de um poço de avaliação, e realizámos o primeiro teste de formação no bloco, na área de Brachuhy, com o objetivo de avaliar o potencial de produtividade desta área do reservatório, que comprovou o fluxo de petróleo pesado. No bloco BM-S-8 no pré-sal brasileiro prosseguimos com o plano de avaliação da descoberta, com a perfuração da primeira fase do poço Carcará Extensão. Durante 2015, está prevista a intensificação das atividades de avaliação nestas áreas, com a realização quer de poços de avaliação, quer de testes de formação, cruciais para a definição do plano de desenvolvimento destas descobertas.

Em Moçambique, onde participamos num dos maiores projetos para liquefação de gás natural, na Área 4 da bacia do Rovuma, concluímos a campanha de exploração e avaliação, e continuámos a realizar importantes esforços para o desenvolvimento do projeto. Os trabalhos de *Front-End Engineering Design* (FEED) estão a ser desenvolvidos quer para o projeto Coral *offshore*, quer para o projeto Mamba *onshore*. Antecipamos que os contratos de Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento (EPCIC) sejam atribuídos durante 2015 para o projeto Coral *offshore*, e até ao final de 2015 ou durante 2016 para o projeto Mamba *onshore*. Com a atribuição dos contratos, e após firmados os contratos para a comercialização do GNL, o consórcio poderá avançar com as decisões finais de investimento. Importa salientar que durante 2014 assistimos a relevantes esforços por parte do Governo moçambicano no sentido de acelerar o desenvolvimento dos projetos de GNL na região, nomeadamente com a definição do enquadramento legal necessário ao avanço dos projetos.

Relativamente ao *de-risking* do portefólio de exploração da Empresa, e embora de forma menos intensiva que nos anos anteriores, realizámos importantes atividades, com destaque para a bacia de Potiguar no Brasil e para a área de Tarfaya *Offshore* em Marrocos. Em Potiguar, concluímos o poço Pitú, onde realizámos um DST que confirmou as boas condições do reservatório de petróleo. Em Marrocos, a Galp Energia perfurou o primeiro poço *offshore* na qualidade de operadora, o que representou um importante marco ao nível da execução estratégica. Embora o poço TAO-1 não tenha resultado numa descoberta comercial, a operação decorreu sem qualquer incidente material ao nível da segurança, da saúde e do ambiente. A Empresa provou assim a sua capacidade de operação, e continuará a adaptar a sua estrutura e a aumentar as suas competências no sentido de reforçar a sua posição como operadora de projetos de *upstream* no longo prazo.

Ao nível dos negócios de *downstream* e gás, geradores de *cash flow* relevante para a prossecução do plano de investimentos, em 2014 os esforços centraram-se na consolidação e otimização das atividades, de forma a aumentar a rentabilidade sobre o capital investido.

O negócio de R&D apresentou em 2014 uma assinalável recuperação face a 2013. Apesar do excesso de capacidade de refinação existente a nível europeu, as margens de refinação, que se apresentavam em mínimos de cinco anos no primeiro semestre do ano, atingiram máximos durante o segundo semestre, tendo beneficiado da descida do preço do petróleo. A elevada flexibilidade e disponibilidade do aparelho refinador da Galp Energia, permitiu que a Empresa captasse a recuperação das margens de refinação no mercado internacional.

No que concerne à comercialização de produtos petrolíferos, implementámos uma nova estrutura comercial ibérica, adaptando a Empresa às exigências de um mercado altamente competitivo, e assegurando a posição como um *player* de referência na Península Ibérica. Em África, demos continuidade ao esforço de consolidação e crescimento, com vista a tirarmos partido do crescimento esperado naquele continente.

Por sua vez, a *performance* do negócio de G&P foi também extremamente positiva com um total de 7,5 bcm de gás natural e GNL vendidos. Para isso, contribuiu o aumento dos volumes adquiridos no mercado *spot* e que suportaram o forte aumento das vendas de gás natural em trading. Provámos mais uma vez a capacidade que a Galp Energia tem em identificar e explorar oportunidades a nível internacional, nomeadamente na Ásia e na América Latina.

Em 2014, destaco ainda o lançamento do plano Energia³, um projeto pioneiro a nível europeu, oferecendo a Galp Energia combustíveis, gás natural e eletricidade, com vista a consolidar a posição da Empresa no mercado ibérico, e no segmento de retalho em particular.

Para garantir a entrega sustentável de valor aos nossos *stakeholders*, é fundamental o nosso compromisso para com uma estrutura de capitais sólida, o qual reafirmo. A Galp Energia tem não só o financiamento para executar o plano estratégico a que se propõe assegurado, mas também flexibilidade suficiente para garantir a sua sustentabilidade em ambientes macroeconómicos menos favoráveis. Este ano, procedemos à segunda emissão de dívida no mercado de capitais, em condições competitivas, o que atesta a visibilidade da Empresa a nível internacional, também no mercado de dívida. No lado do *equity*, vimos o nosso *free float* aumentar para cerca de 47%. A dispersão dos nossos acionistas e a liquidez da nossa ação sinalizam um voto de confiança do mercado não só em relação ao trabalho desenvolvido até aqui, mas, principalmente, em relação ao que nos propomos a atingir no futuro.

Para o sucesso da estratégia, é essencial que a Empresa esteja dotada das competências adequadas para enfrentar os desafios que se lhe colocam. Para esse fim, a Galp Energia tem vindo a otimizar a sua estrutura e a reforçar o seu leque de competências.

Entre as mudanças efetuadas destaco o redesenho do modelo organizativo do Centro Corporativo que, seguindo as melhores práticas internacionais do sector, assenta agora em três *clusters* de competências (Galp Corporate, Galp Soluções e Galp Tec), conferindo maior foco, eficácia e agilidade às funções corporativas.

Das iniciativas destinadas a desenvolver, de forma diferenciada, o nosso capital humano, destaco o lançamento pelo ISPG do Mestrado em Engenharia do Petróleo, em parceria com a Universidade Heriot-Watt, e o crescimento da Academia Galp Energia e dos seus diversos programas de formação. Esta Academia promove o desenvolvimento do conhecimento interno e aproximação ao mundo tecnológico e científico, potenciando o crescimento profissional dos nossos colaboradores e melhorando o seu desempenho.

Em 2014, assinalo também o esforço contínuo no desenvolvimento de políticas de sustentabilidade, o qual foi mais uma vez reconhecido através da admissão ao Índice FTSE4Good, ao mesmo tempo que a Empresa assegurou a sua permanência noutros índices de referência, como sejam o Dow Jones Sustainability Index e o Carbon Disclosure Project, assim como a nossa inclusão na lista das "Global 100 Most Sustainable Companies" publicada pela Canadian NGO Corporate Knights.

De olhos postos no futuro, a Galp Energia é hoje uma Empresa em mudança e repleta de desafios e oportunidades nos projetos transformacionais que temos para executar. Para alcançarmos estas metas será necessária a energia, empenho, talento e determinação das Pessoas que integram a Galp Energia.

Termino agradecendo a todos os nossos colaboradores, parceiros, fornecedores e clientes pelo seu importante contributo para o crescimento da nossa Organização. Agradeço, em particular, a colaboração que os Órgãos Sociais da Empresa sempre me ofereceram assim como aos nossos investidores e acionistas pela confiança em nós depositada.



Manuel Ferreira De Oliveira

Presidente executivo da Galp Energia

1.3 Estratégia

A Galp Energia ambiciona tornar-se num operador integrado de energia reconhecido pelas suas atividades de exploração e produção, criando valor de forma sustentável aos seus acionistas. Neste contexto, foi definida uma estratégia clara, focalizada no reforço das atividades de E&P, complementadas por um negócio de *downstream* e gás eficiente e competitivo e apoiada numa capacidade financeira sólida e em práticas sustentáveis. Esta estratégia permite fazer face às dinâmicas do sector de Oil & Gas, nomeadamente à volatilidade e ciclicidade dos preços do petróleo, do gás natural e das margens de refinação, bem como capitaliza nos ativos e nas vantagens competitivas da Empresa.

ESTRATÉGIA DA GALP ENERGIA



DESENVOLVIMENTO EFICIENTE DOS NEGÓCIOS

A Galp Energia ambiciona desenvolver a sua atividade de E&P de forma organicamente sustentável, através da execução seletiva dos projetos mais rentáveis.



EXPLORAÇÃO & PRODUÇÃO

A Empresa pretende proteger e extrair mais valor do seu portefólio atual de projetos de E&P – nomeadamente nos projetos de classe mundial do pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique – com o reforço da sua posição como parceiro ativo em projetos não-operados e crescendo preferencialmente através de uma atividade de exploração bem definida, disciplinada e criadora de valor. Paralelamente,

a Empresa pretende desenvolver o seu estatuto de operador de projetos e fortalecer a sua capacitação em termos tecnológicos, de conhecimento e de experiência, características que serão fundamentais para desenvolver as suas atividades de E&P de forma mais sustentada e potenciar o seu sucesso e controlo.

Principais objetivos estratégicos do negócio de E&P:

- 1. Executar os projetos nos prazos e nos custos** previstos, protegendo o valor dos projetos já sancionados, através da focalização na execução dos mesmos e garantindo a otimização da solução de desenvolvimento.
- 2. Extrair mais valor** dos projetos sancionados e pré-sancionados ao longo do seu ciclo de vida, nomeadamente através da aceleração da entrada em produção dos recursos e da otimização dos ativos existentes, ou seja, do desenvolvimento de mais recursos do que o previsto e da maior eficiência operacional.
- 3. Assegurar *know-how*** interno e influência nos consórcios, através do reforço da equipa de E&P em dimensão e com as competências adequadas, desenvolvendo a sua posição de parceiro ativo em projetos não-operados.
- 4. Reforçar a atividade de exploração** segundo critérios claros e rigorosos, nomeadamente no que respeita a definição de geografias, alocação de capital, a manutenção de um nível relevante de produção, a materialidade das participações, mas adequando o nível da atividade ao perfil de crescimento da Empresa.
- 5. Reforçar as competências** enquanto operador de projetos de E&P, de forma a aumentar o controlo da sua atividade, e aumentando também a visibilidade e a capacidade de participar em novos consórcios.



REFINAÇÃO & DISTRIBUIÇÃO

A Galp Energia pretende otimizar o negócio de R&D neste momento de desequilíbrio estrutural no sector de refinação europeu e de diminuição da procura nos mercados energéticos da Península Ibérica, de forma a aumentar a eficiência e a maximizar a geração de *cash flow*. Será fundamental alinhar o perfil e o volume de produção ao perfil e ao volume de vendas de produtos petrolíferos, bem como aumentar a focalização na eficiência energética e reforçar a redução de custos e do capital empregue.

Principais objetivos estratégicos do negócio de R&D:

- 1. Integrar as atividades** de refinação e distribuição, alinhando o perfil e volume de produção com o perfil e o volume de vendas.
- 2. Focalizar na eficiência energética** e na otimização processual do aparelho refinador, com reforço na redução de custos e de capital empregue.

3. **Assegurar a competitividade** das operações de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica.
4. **Aumentar as vendas nos mercados internacionais**, beneficiando nomeadamente do crescimento previsto para o mercado africano.
5. **Maximizar a geração do *cash flow*** e alocação do mesmo aos negócios em expansão na Empresa.



GAS & POWER

A Galp Energia pretende sustentar o seu portefólio de vendas no negócio de G&P, potenciando o desenvolvimento das vendas de GNL no mercado internacional e tirando partido do *outlook* favorável de longo prazo para a procura desta fonte de energia. Para concretizar este objetivo, será necessário garantir uma base estável de procura e, simultaneamente, o aprovisionamento de gás natural e GNL diversificado, competitivo e flexível.

Principais objetivos estratégicos do negócio de G&P:

1. **Garantir uma base relevante** de procura de gás natural no mercado ibérico, assegurando a substituição dos consumos do segmento elétrico e avaliando novos mercados de expansão.
2. **Assegurar o aprovisionamento** de gás natural a longo prazo, acomodando o final dos contratos de aprovisionamento atuais e construindo um portefólio diversificado e flexível.
3. **Assegurar o acesso a infraestrutura** de gás natural garantindo capacidade de transporte e armazenagem.
4. **Consolidar a atividade de trading de GNL** no mercado internacional, garantindo contratos de venda de GNL de médio e longo prazo e explorando oportunidades de arbitragem em novos mercados.

DISCIPLINA FINANCEIRA E DE CRIAÇÃO DE VALOR

Para alcançar o sucesso da execução da estratégia de negócio, será fundamental prosseguir com uma elevada disciplina financeira de forma a manter uma estrutura de capital sólida. A alocação de capital deverá ser realizada de forma prioritária para o negócio de E&P, suportada por uma gestão do portefólio que permita gerar liquidez, diversificar o risco e cristalizar valor.

Principais objetivos estratégicos para a área financeira:

1. **Alocar de forma prioritária o capital** para o negócio de E&P, nomeadamente para o desenvolvimento dos projetos *core*.
2. **Manter uma estrutura de capitais equilibrada**.

3. **Manter uma política de dividendos** em linha com o perfil de crescimento da Empresa e com a prática das empresas comparáveis (*peer group*).
4. **Proteger o valor acionista** e aumentar o nível de exigência interno e externo.
5. **Gerir o portefólio** como forma de garantir liquidez, diversificar o risco e monitorizar e cristalizar valor.

EFICÁCIA ORGANIZACIONAL

A execução da estratégia dependerá em larga medida da eficácia do modelo organizacional e de governo, na medida em que este se adapte aos objetivos traçados pela Empresa e promova uma cultura de autonomia e de responsabilização. A definição do modelo de organização envolve variáveis tais como a liderança, os processos e a tecnologia existentes, as pessoas, a experiência e as competências individuais, além da forma como a responsabilidade e o *reporting* são definidos e implementados.

DESENVOLVIMENTO DIFERENCIADOR DO CAPITAL HUMANO

O desenvolvimento diferenciador do capital humano deverá valorizar as capacidades técnicas, mas também as *soft skills*, como as competências de impacto e influência sobre os *stakeholders*, a todos os níveis da Organização.

A estratégia de capital humano está focada no desenvolvimento, na atração, na retenção e na motivação das pessoas, expressa numa nova cultura de autonomia e responsabilização, bem como em criar uma proposta de valor para os colaboradores que seja diferenciadora, assente em novos desafios e numa organização de excelência.

COMPROMISSO COM A SUSTENTABILIDADE E CULTURA DE I&T

Uma estratégia sustentável garante maior competitividade, permite antecipar e gerir oportunidades e riscos, assim como proteger valor a longo prazo. Assim, é fundamental a implementação de práticas sustentáveis para proteger o valor acionista.

Principais objetivos estratégicos ao nível da sustentabilidade:

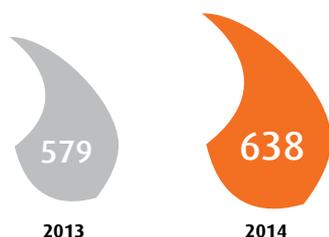
1. **Atuar de forma responsável e ética**, assegurando as melhores práticas de governo e de transparência.
2. **Envolver a comunidade** e demais partes interessadas, promovendo a criação de valor partilhado.
3. **Valorizar o capital humano**.
4. **Contribuir para a satisfação das necessidades** energéticas futuras e minimizar a intensidade carbónica da atividade.
5. **Garantir a proteção** do ambiente, das pessoas e dos ativos.
6. **Promover a inovação**, a investigação e o desenvolvimento tecnológico.

1.4 Principais indicadores

INDICADORES OPERACIONAIS

	2012	2013	2014
Exploração & Produção			
Reservas 2P (mmboe) ¹	640	579	638
Recursos contingentes 2C (mmboe) ¹	1.583	1.853	1.672
Produção média <i>working interest</i> (kboepd)	24,4	24,5	30,5
Produção média <i>net entitlement</i> (kboepd)	18,1	20,8	27,1
Preço médio de venda (\$/boe)	101,3	100,8	88,7
Refinação & Distribuição			
Crude processado (kbbl)	81.792	87.528	79.345
Margem de refinação (\$/bbl)	2,2	2,2	3,3
Vendas a clientes diretos (mt)	9,8	9,5	9,3
Número de estações de serviço	1.486	1.435	1.449
Gas & Power			
Vendas de gás natural a clientes diretos (mm ³)	4.011	4.056	3.759
Vendas de GN e GNL em trading (mm ³)	2.242	3.034	3.713
Rede de distribuição de gás natural (km)	11.948	12.159	12.348
Vendas de eletricidade à rede (GWh)	1.298	1.904	1.590

RESERVAS 2P (mmboe)¹



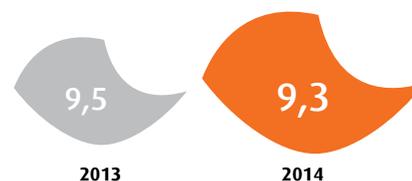
PRODUÇÃO MÉDIA *WORKING INTEREST*

30,5 kboepd
+24%

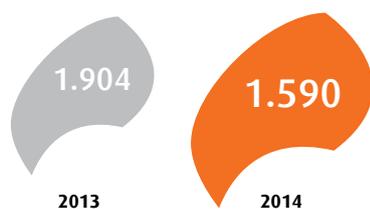
CRUDE PROCESSADO

79.345 kbbl
-9%

VENDAS A CLIENTES DIRETOS (mt)



VENDAS DE ELETRICIDADE À REDE (GWh)



VENDAS DE GÁS NATURAL

7.472 mm³
+5%

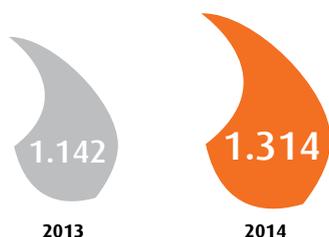
¹ Reservas numa base *net entitlement*. Recursos contingentes numa base *working interest*.

INDICADORES FINANCEIROS

Milhões de euros (exceto indicação em contrário)

	2012	2013	2014
Vendas e prestações de serviços RCA	18.507	19.622	17.904
Ebitda RCA	1.032	1.142	1.314
Ebitda IFRS	1.054	1.042	825
Ebit RCA	602	590	774
Ebit IFRS	559	401	180
Resultado líquido RCA	360	310	373
Resultado líquido IFRS	343	189	(173)
Investimento	862	963	1.143
Cash flow das atividades operacionais	577	1.081	1.193
Dívida líquida	1.697	2.172	2.520
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec ¹	766	1.301	1.630
Dívida líquida para Ebitda RCA	1,7x	1,9x	1,9x
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec ¹ para Ebitda RCA	0,7x	1,1x	1,2x
Resultado por ação RCA (€/ação)	0,43	0,37	0,45
Dividendo por ação (€/ação)	0,2400	0,2880	0,3456
Rácio de <i>payout</i>	55%	77%	77%
ROACE RCA	5%	5%	5%
Capitalização bolsista a 31 de dezembro	9.752	9.881	6.991

EBITDA RCA (€m)

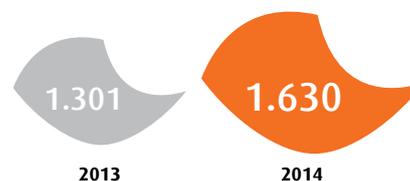


RESULTADO LÍQUIDO RCA

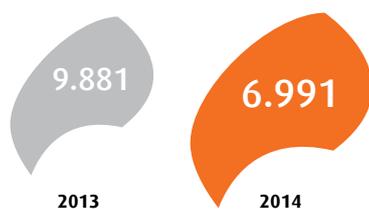
€373 m
+20%

INVESTIMENTO

€1.143 m
+19%

DÍVIDA LÍQUIDA INCLUINDO EMPRÉSTIMO À SINOPEC (€m)¹

CAPITALIZAÇÃO BOLSISTA A 31 DE DEZ. (€m)



DIVIDENDO POR AÇÃO

€0,3456/ação
+20%

¹ Empréstimo à Sinopec de parte do encaixe de \$4,8 bn resultante do aumento de capital em 2012 na subsidiária Petrogal Brasil e entidades relacionadas.

Nota: os resultados apresentados neste relatório identificados como *replacement cost* ajustado (RCA) excluem ganhos ou perdas com efeito stock e eventos não-recorrentes ou, no caso de resultados *replacement cost* (RC), apenas o efeito *stock*. Estes resultados não são auditados.



02 Atividades

- 2.1 Envolvente de mercado
- 2.2 Exploração & Produção
- 2.3 Refinação & Distribuição
- 2.4 Gas & Power

2.1 Envolvente de mercado

Mercado de petróleo marcado por duas dinâmicas em 2014

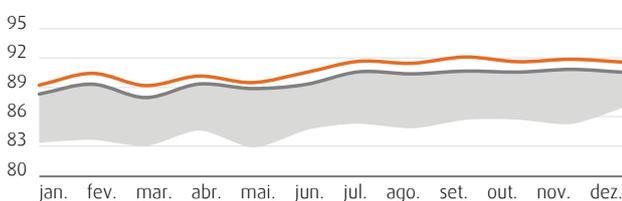
Em 2014, a evolução do preço do petróleo caracterizou-se por duas fases distintas, passando de um período de estabilidade na primeira metade do ano, com o *dated* Brent a atingir uma média de \$109/bbl, para o registo de mínimos dos últimos cinco anos durante o segundo semestre, terminando o ano a cotar perto dos \$60/bbl.

Esta descida do preço do crude resultou do aumento da produção global, acentuada pelo facto de a Organização de Países Exportadores de Petróleo (OPEP) não ter demonstrado flexibilidade para um eventual corte na sua produção, face ao aumento da produção nos Estados Unidos da América (EUA) e a uma procura mais débil do que o esperado na Europa e na Ásia. Relativamente à procura mundial de petróleo, incluindo outros líquidos, as expectativas apontavam, no primeiro semestre do ano, para um aumento anual superior a um milhão de barris por dia (mmbopd). No entanto, a partir do segundo semestre de 2014, com a deterioração do crescimento económico global, as previsões foram sucessivamente revistas em baixa. No ano de 2014 registou-se, assim, um consumo médio de 92,4 mmbopd, o que equivaleu a um aumento de 0,6 mmbopd, representando um acréscimo de 1% face a 2013.

Foram os países não-pertencentes à Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que contribuíram para este aumento da procura mundial de petróleo, registando um incremento de cerca de 1,1 mmbopd face ao ano anterior. De salientar, no entanto, que a procura na China foi por sua vez influenciada por um abrandamento do crescimento do produto interno bruto (PIB), que se manteve, ainda assim, acima dos 7%.

Os países da OCDE registaram um crescimento económico abaixo da média mundial, o que, associado a um elevado grau de eficiência energética nestes países, contribuiu para a redução anual de 0,5 mmbopd da procura em 2014.

EVOLUÇÃO MENSAL DA PROCURA MUNDIAL DE PETRÓLEO (mmbopd)



Fonte: IEA

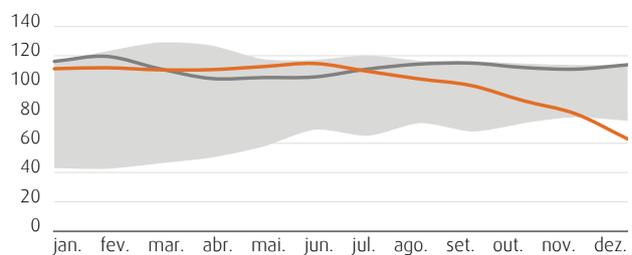
Do lado da oferta, o nível de produção médio em 2014 foi de 93,3 mmbopd, um aumento de 1,9 mmbopd face a 2013. Este incremento teve apenas origem nos países não-pertencentes à OPEP. No final do ano, o excesso da capacidade efetiva da OPEP era de 3,4 mmbopd, mantendo-se próxima dos valores registados no ano anterior.

De realçar que a América do Norte, impulsionada pelos EUA, foi a região que mais contribuiu para o aumento da produção mundial de crude, registando um incremento de 1,7 mmbopd.

Assim, o excesso de oferta levou a que, em 2014, a cotação média do preço do *dated* Brent se situasse em \$99/bbl, ficando ligeiramente abaixo dos \$100/bbl pela primeira vez nos últimos quatro anos.

De notar que a tendência descendente do preço se agravou com a decisão da OPEP, na reunião de 27 de novembro, de não proceder à redução da quota de produção de 30 mmbopd.

EVOLUÇÃO MENSAL DA COTAÇÃO DO DATED BRENT (\$/bbl)



Fonte: Platts

Em 2015, a evolução da cotação do Brent estará dependente da desaceleração do crescimento da oferta, a qual será função dos cortes de investimento para a exploração e produção de petróleo. Adicionalmente, a evolução da procura, que deverá beneficiar de um ambiente de preços reduzidos, será determinante para a diminuição do excesso de oferta e para a recuperação do preço do petróleo.

Braço-de-ferro entre a OPEP e os EUA

Nos últimos três anos, o preço médio anual do Brent permaneceu estável acima de \$100/bbl, essencialmente por interesse dos membros da OPEP.

No entanto, este ambiente de estabilidade foi benéfico não só para os países da OPEP, mas também para os EUA, tendo possibilitado o desenvolvimento dos recursos de *tight oil* do país, os quais necessitam de investimentos avultados devido à intensidade da atividade de perfuração.

Com efeito, a produção de petróleo nos EUA aumentou de 6,5 mmbopd em 2012 para cerca de 8,6 mmbopd em 2014, tornando-se no terceiro maior produtor de petróleo a nível mundial, atrás da Arábia Saudita e da Rússia, que produzem cerca de 10 mmbopd cada.

O incremento de produção dos EUA resultou, em 2014, num excesso de oferta, que tradicionalmente seria absorvido por um corte na produção da OPEP para equilibrar o mercado.

No entanto, com a influência preponderante da Arábia Saudita, aquela organização optou por manter inalterada a sua quota de produção de 30 mmbopd.

A estratégia da OPEP, e nomeadamente da Arábia Saudita, aparenta defender a sua quota de mercado, podendo levar ao adiamento, ou mesmo cancelamento, de incrementos de produção atualmente planeados pelos EUA. Com efeito, um ambiente de preços baixos poderá tornar o desenvolvimento de parte dos recursos norte-americanos economicamente inviável. Esta é uma aparente alteração estratégica da OPEP, com efeitos importantes a curto prazo e ao nível de decisões sobre a execução de projetos, o que, por sua vez, poderá ter impacto na oferta a longo prazo.

Este posicionamento da OPEP e o potencial abrandamento do aumento da produção dos EUA serão fatores que deverão dominar as tendências do sector de Oil & Gas em 2015.

Preço do GNL na Ásia afetado pelo abrandamento da procura

Em 2014, o consumo de gás natural a nível mundial aumentou cerca de 1% face a 2013. Este incremento situou-se abaixo do esperado, influenciado pelo inverno ameno e pela contínua adoção de equipamentos mais eficientes nos segmentos industrial e residencial, bem como pela maior utilização de fontes de energia renováveis nos países com maior consumo *per capita*.

No caso da Europa, o inverno ameno resultou numa redução do consumo de gás natural de 9% face a 2013, tendo esta sido a região que apresentou o maior decréscimo no consumo em 2014.

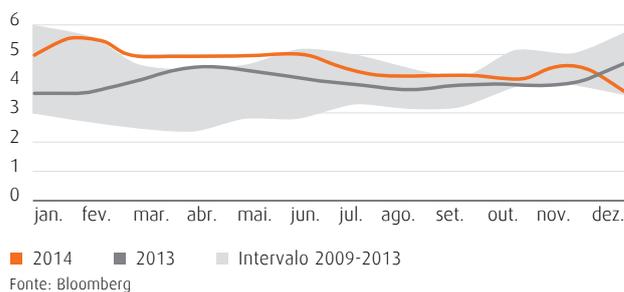
Por outro lado, a China continua a implementar a gradual substituição do carvão pelo gás natural. Contudo, devido aos programas governamentais destinados a promover uma maior eficiência no consumo de energia e a redução das emissões de carbono, verificou-se um abrandamento do ritmo de crescimento do consumo de gás natural no país, que foi de 9% em 2014, face a 17% em 2013.

A evolução do consumo global de gás natural é um indicador relevante para aferir a evolução dos preços desta matéria-prima. No entanto, neste mercado ainda predominam as dinâmicas regionais, nomeadamente nos EUA, na Europa e na Ásia, sendo os preços de referência o Henry Hub (HH), o National Balancing Point (NBP) e o Japan Korea Marker (JKM), respetivamente.

Nos EUA, verificou-se um aumento do consumo de gás natural, nomeadamente no sector industrial, tendo a procura registado um aumento anual de 3%. Do lado da oferta, a produção de gás natural nos EUA registou um aumento anual de 5%, beneficiando dos investimentos no desenvolvimento de *shale gas*.

O preço médio do HH foi de \$4,3/mmbtu em 2014, ou seja, uma valorização de 15% face ao ano anterior. Este aumento continuou a tendência do ano anterior, refletindo o crescimento da atividade industrial, a qual explora a vantagem competitiva originada pelos preços baixos do gás natural no país.

EVOLUÇÃO MENSAL DA COTAÇÃO DO HH (\$/mmbtu)

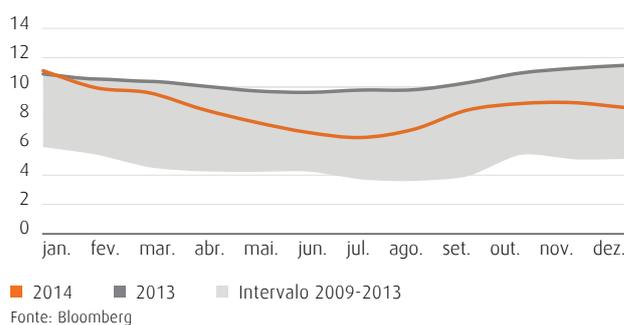


Em 2015, é expectável que a cotação média do HH apresente um valor inferior ao de 2014. Com efeito, estima-se um forte incremento da oferta de gás natural nos EUA durante o ano, assim como um aumento da procura, devido à contínua substituição do carvão por gás natural no sector industrial. Importa realçar que o elevado nível de armazenagem de gás natural registado no final de 2014 deverá, no entanto, pressionar a cotação do HH ao longo de 2015.

Quanto ao NBP, em 2014, o preço médio foi de \$8,4/mmbtu, o que equivale a uma desvalorização de cerca de 20% face ao ano anterior. Esta tendência decrescente refletiu a redução do consumo de gás natural no continente europeu. Por outro lado, as tensões entre a Ucrânia e a Rússia levaram alguns países europeus a aumentar as importações de gás natural para *stock*. A conjugação destes dois fatores, assim como a descida do preço do petróleo, reforçaram o comportamento descendente do NBP.

Em 2015, é expectável que a cotação do NBP mantenha uma tendência decrescente ligeira, atendendo à previsão de um crescimento económico moderado para a Europa e à evolução do preço do petróleo.

EVOLUÇÃO MENSAL DA COTAÇÃO DO NBP (\$/mmbtu)



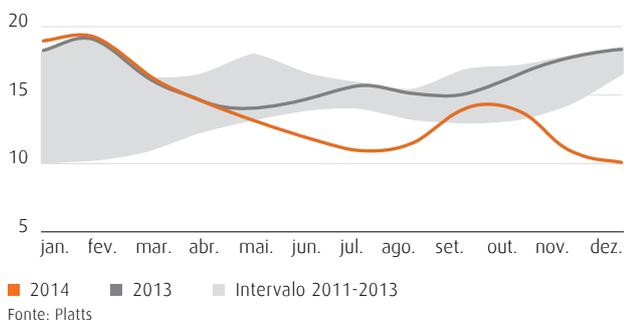
A procura mundial de GNL registou, em 2014, um aumento anual de 3%, limitado pelo consumo na Coreia do Sul e no Japão, que representam mais de 50% da procura global. Com efeito, na Coreia do Sul, a maioria dos reatores nucleares que foram fechados em 2013, após problemas de certificação, reiniciaram a sua atividade em 2014. No Japão, onde nenhum dos reatores nucleares do país esteve em funcionamento, as centrais de geração elétrica a carvão apresentaram taxas de utilização elevadas, para tirar proveito dos preços reduzidos desta matéria-prima comparativamente ao preço do GNL.

Do lado da oferta, assistiu-se em 2014 ao início de quatro projetos de exportação de GNL, dois na Argélia,

um na Papua-Nova Guiné e outro na Austrália, o que correspondeu a um incremento de cerca de 20 milhões de toneladas por ano (mtpa) de capacidade de liquefação. Importa salientar que, nos EUA, cinco novos projetos de exportação de GNL, com capacidade total de cerca de 85 mtpa, ainda em fase de desenvolvimento, obtiveram licença para exportação sem restrição de destino.

Em 2014, a cotação média do JKM foi de \$13,9/mmbtu, uma redução de cerca de 16% face ao ano anterior. Esta descida no preço reflete o facto de o verão asiático ter registado temperaturas mais baixas, reduzindo o consumo de energia na região, assim como o impacto negativo da redução do preço de petróleo no segundo semestre, dado que o preço da maioria das cargas de GNL continua a estar definido em contratos de longo prazo indexados ao preço do petróleo. Por outro lado, o incremento da oferta aliviou a pressão que se verificou no mercado de GNL nos últimos dois anos, nomeadamente após o desastre de Fukushima, no Japão.

EVOLUÇÃO MENSAL DA COTAÇÃO DO JKM (\$/mmbtu)



Em 2015, a procura de GNL deverá permanecer robusta, com a China a ganhar preponderância no incremento do consumo global. Relativamente ao Japão, o aumento será limitado devido à reativação prevista de dois reatores nucleares em 2015.

No entanto, é expectável que se continue a verificar uma tendência decrescente da cotação do JKM, uma vez que se prevê um aumento da capacidade de liquefação mundial de cerca de 20 mtpa, o que deverá contrabalançar o incremento do consumo de GNL. A cotação do JKM será igualmente impactada pela evolução do preço do petróleo.

Refinação europeia beneficia do contexto de preços baixos do Brent

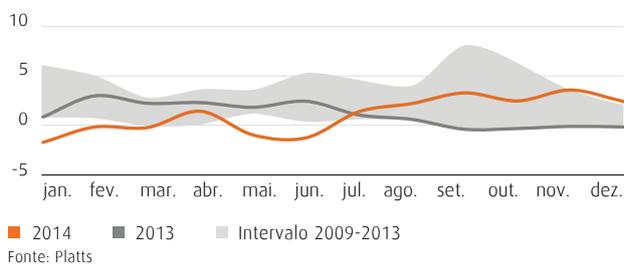
No início de 2014, as refinarias europeias voltaram a enfrentar um ambiente adverso, com as margens de refinação de referência a registarem mínimos dos últimos cinco anos e, em alguns momentos, valores negativos. Com efeito, a descida da procura, nomeadamente com a continuação da substituição da frota automóvel menos eficiente, levou a que o excesso de capacidade de refinação na Europa se acentuasse, o que teve um impacto negativo nas margens, sobretudo no primeiro semestre do ano.

Contudo, no segundo semestre, um período de manutenções mais prolongado na Bacia Atlântica provocou uma redução das exportações de produtos petrolíferos dos EUA para a Europa, ajustando a oferta de refinação. A partir de julho, as margens de refinação na Europa beneficiaram

também da descida do preço do Brent, o que resultou numa recuperação dos *cracks* dos produtos petrolíferos.

Assim, a média anual da margem de referência da Galp Energia foi de cerca de \$1,1/bbl. Com efeito, constituindo os combustíveis rodoviários cerca de 55% da margem *benchmark*, a recuperação dos *cracks* da gasolina e do gasóleo refletiu-se diretamente na margem, a qual passou de valores mínimos, no primeiro semestre de 2014, para níveis máximos dos últimos cinco anos, no final do ano.

No entanto, estruturalmente, a Europa mantém a sua posição excedentária de capacidade de refinação de cerca de 3 mmbopd. Com efeito, a recuperação das margens, a partir de agosto, veio adiar o fecho de capacidade de refinação na Europa, necessário para equilibrar o mercado europeu.

EVOLUÇÃO MENSAL DA MARGEM DE REFINAÇÃO *BENCHMARK* (\$/BBL)

A manutenção dos preços baixos do petróleo em 2015 poderá impulsionar o consumo dos produtos petrolíferos e proporcionar suporte aos respetivos *cracks*, com o subsequente impacto positivo nas margens de refinação. Contudo, a sustentabilidade das margens de refinação europeias está limitada pelo excesso de capacidade de refinação da região. As margens poderão igualmente ser pressionadas pelo aumento das exportações de gasóleo provenientes dos EUA, da Rússia e do Médio Oriente, que permanecem mais competitivas que a oferta na Europa.

Com efeito, a reforma fiscal a ser implementada na Rússia a partir de 2015 pretende continuar a fomentar a reestruturação do aparelho refinador e potenciar o aumento de exportações de gasóleo, enquanto no Médio Oriente é esperado em 2015, o aumento de capacidade de 0,4 mmbopd, com o *ramp-up* da produção da refinaria de Yanbu.

Aumento da procura ibérica de produtos petrolíferos com retoma do crescimento económico

Em 2014, o PIB da Zona Euro cresceu 1%. Portugal e Espanha, países que beneficiaram já dos efeitos de reformas estruturais e de uma melhoria das finanças públicas, apresentaram um crescimento superior a 1%.

No entanto, em Portugal o consumo de produtos petrolíferos não refletiu o crescimento da economia, registando, em 2014, um decréscimo de 1%. O consumo de gasóleo, que representa cerca de 65% do consumo de produtos petrolíferos, aumentou 2% face a 2013. Também o *jet* de aviação registou uma subida de cerca de 6%, reflexo sobretudo do aumento do tráfego aéreo *low-cost*. Estes incrementos foram anulados pelos comportamentos negativos dos betumes e do *fuel*, com este último a apresentar

um decréscimo de 10% consequente da redução do consumo de bancas e da utilização para a indústria.

Quanto ao consumo de produtos petrolíferos em Espanha, assistiu-se, em 2014, a um aumento de 1%. De realçar o incremento no consumo do *jet* e do *fuel* de bancas que registaram aumentos de 3% e 8%, respetivamente, impactados pelo aumento do tráfego aéreo e do transporte marítimo de mercadorias. Já o consumo de gasóleo e de gasolina desceu 0,5% e 1%, respetivamente, devido ao aumento de eficiência da frota automóvel.

Assim, o incremento no mercado espanhol compensou a contração do mercado português. Em 2015, é esperado o prolongamento da retoma do consumo ibérico, nomeadamente beneficiando do cenário de preços baixos do petróleo e dos produtos petrolíferos.

Relativamente ao consumo de gás natural em Portugal e Espanha, em 2014 assistiu-se a uma contração anual de 5% e de 10%, respetivamente. Este decréscimo deveu-se, essencialmente, à redução no consumo convencional resultante de temperaturas mais amenas, bem como a um menor consumo das cogerações em Espanha (por via da redução dos proveitos regulados, com efeito desde julho de 2013).

2.2 Exploração & Produção



© Agência Petrobras

TRANSPORTE DO MÓDULO DE PROCESSAMENTO DE ÓLEO PARA INTEGRAÇÃO NUMA FPSO REPLICANTE

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Desenvolver os projetos nos prazos e nos custos previstos, protegendo o valor dos projetos já sancionados, através da focalização na execução dos mesmos e garantindo a otimização da solução de desenvolvimento.
- Extrair mais valor dos projetos sancionados e pré-sancionados ao longo do seu ciclo de vida, nomeadamente através da aceleração da entrada em produção dos recursos e da otimização dos ativos existentes, ou seja, do desenvolvimento de mais recursos do que o previsto e da maior eficiência operacional.
- Assegurar *know-how* interno e influência nos consórcios, através do reforço da equipa de E&P em dimensão e com as competências adequadas, desenvolvendo a sua posição de parceiro ativo em projetos não-operados.
- Reforçar a atividade de exploração segundo critérios claros e rigorosos, nomeadamente no que respeita a definição de geografias, alocação de capital, a manutenção de um nível relevante de produção, a materialidade das participações, mas adequando o nível da atividade ao perfil de crescimento da Empresa.
- Reforçar as competências enquanto operador de projetos de E&P de forma a aumentar o controlo da sua atividade, e aumentando também a visibilidade e a capacidade de participar em novos consórcios.

DESTAQUES EM 2014

- Reservas 2P aumentaram 10% para os 638 mmbœ no final do ano; recursos contingentes 2C desceram 10% para os 1.672 mmbœ; recursos de exploração *mean risked* desceram para os 217 mmbœ.
- Rácio de reposição de reservas (RRR) de 551%, com a média dos últimos três anos a situar-se em 334%.
- Alcançado o recorde de produção média mensal *working interest* de 39,6 kboepd, com a produção média do ano a situar-se em 30,5 kboepd, na sequência da crescente contribuição do projeto Lula/Iracema no pré-sal brasileiro.
- Prossecução das atividades de desenvolvimento do campo Lula/Iracema, com a FPSO Cidade de Paraty a atingir o *plateau* de produção e com a FPSO Cidade de Mangaratiba a entrar em operação em outubro de 2014.
- Entrega da Declaração de Comercialidade (DoC) para a área de Iara, no bloco BM-S-11, em dezembro, após a execução de diversos trabalhos de avaliação.
- Atividades de exploração e avaliação bem-sucedidas, com destaque para o poço Pitú na bacia de Potiguar, o poço Apollonia, o teste de formação no poço Bracuhy e as atividades de perfuração em Carcará, na bacia de Santos. De notar ainda a conclusão das atividades de avaliação na bacia do Rovuma, em Moçambique.
- Perfuração do primeiro poço *offshore* (em águas rasas) na qualidade de operador, em Marrocos e, embora não tenham sido encontrados hidrocarbonetos, a mesma decorreu de acordo com o plano e sem incidentes ao nível de Segurança, Saúde e Ambiente (SSA).

PRINCIPAIS INDICADORES

	2012	2013	2014
Produção média <i>working interest</i> (kboepd)	24,4	24,5	30,5
Produção média <i>net entitlement</i> (kboepd)	18,1	20,8	27,1
Preço médio de venda (\$/boe)	101,3	100,8	88,7
Custos de produção (\$/boe)	13,3	13,7	13,4
Amortizações (\$/boe)	20,6	22,5	17,6
Ebitda RCA (€m)	373	396	444
Ebit RCA (€m)	245	232	295
Investimento (€m)	633	723	998

PORTEFÓLIO DE PROJETOS E&P DA GALP ENERGIA



O portfólio de E&P da Galp Energia inclui cerca de 50 projetos, dispersos por oito países, em diferentes fases de exploração, desenvolvimento e produção.

Os projetos de maior relevância estão localizados no Brasil, em Moçambique e em Angola, estando a Galp Energia presente em duas das maiores descobertas de petróleo e gás natural realizadas na última década: no pré-sal da bacia de Santos, no Brasil, e na bacia do Rovuma, em Moçambique, respetivamente.

A Empresa mantém um portfólio de projetos de exploração em diferentes geografias e geologias, compreendendo projetos em bacias emergentes e de fronteira, e também quanto ao nível de complexidade e ao risco de atividade, nomeadamente com projetos em águas ultraprofundas, águas rasas e projetos *onshore*.

São ainda de destacar as parcerias em que a Galp Energia está presente nos vários projetos, as quais têm vindo a ser estabelecidas com empresas internacionalmente reconhecidas pelas suas competências técnicas e experiência na indústria, aspeto fundamental para a execução da estratégia de crescimento da produção nos próximos anos.

Evolução das reservas e dos recursos

O portfólio de reservas da Empresa tem vindo a ser reforçado, nomeadamente com a maturação dos projetos de desenvolvimento após os sucessos exploratórios alcançados nos últimos anos.

Em 2014, a base de reservas da Galp Energia aumentou, devido principalmente às atividades de avaliação e desenvolvimento realizadas no campo Lula/Iracema.

A base de reservas provadas, prováveis e possíveis (3P) *net entitlement* aumentou 18% face a 2013, para os 833 milhões de barris de petróleo equivalente (mmboe) no final de 2014. Do total de reservas 3P, 780 mmboe eram referentes aos projetos em fase de desenvolvimento e produção no Brasil, principalmente no campo Lula/Iracema. Em Angola, o volume de reservas 3P, numa base

net entitlement, aumentou de 14 milhões de barris (mmbbl) para os 53 mmbbl, no seguimento da tomada da decisão final de investimento (FID) relativa à área de Kaombo no bloco 32.

As atividades de avaliação e desenvolvimento executadas ao longo do ano no campo Lula/Iracema contribuíram para o maior conhecimento sobre o reservatório e, consequentemente, para uma maior confiança sobre a base de reservas.

As reservas provadas e prováveis (2P) aumentaram 10% face ao final do ano anterior e atingiram os 638 mmboe. No final de 2014, as reservas de gás natural representavam 13% das reservas 2P totais, em linha com o verificado nos últimos anos.

As reservas provadas (1P) também aumentaram, situando-se nos 232 mmboe no final de 2014, ou seja, mais 55 mmboe do que no final do ano anterior.

Relativamente à base de recursos contingentes 3C, esta diminuiu 11% face ao ano anterior e situava-se em 3.496 mmboe no final de 2014. Esta descida resultou sobretudo da conclusão da campanha de avaliação na área de Iara e da evolução dos trabalhos de desenvolvimento no campo Lula/Iracema, ambos no bloco BM-S-11 no Brasil, que reduziram a incerteza sobre o intervalo de recursos estimados naquelas áreas. Também a tomada da FID relativa ao bloco 32 contribuiu para a descida dos recursos contingentes, por contrapartida do aumento da base de reservas. Em Moçambique, a conclusão da campanha de avaliação do complexo Mamba/Coral confirmou o volume de recursos anteriormente estimados no reservatório.

A base de recursos contingentes 2C registou também uma evolução negativa, registando uma descida anual de 10% para os 1.672 mmboe.

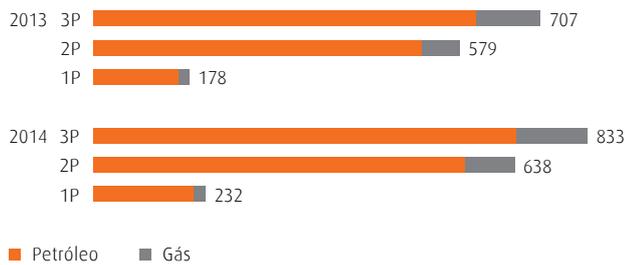
Relativamente à dispersão geográfica dos recursos contingentes 2C, Moçambique representava cerca de 25% do total, enquanto os ativos no Brasil contribuíam com cerca de 70% do total.

Por outro lado, os recursos contingentes 1C aumentaram 4% para os 332 mmboe.

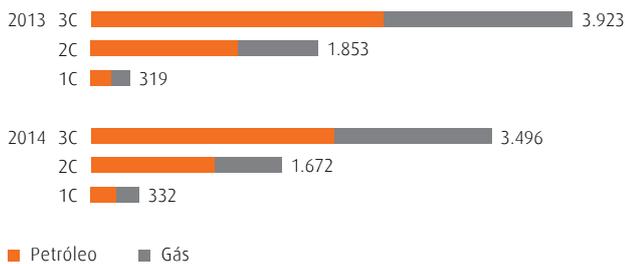
Por sua vez, a campanha de exploração e avaliação executada em 2014 resultou na descida dos recursos de exploração. Com efeito, a campanha prosseguida nas bacias de Santos e Potiguar no Brasil, a conclusão das atividades de exploração no sul da Área 4 em Moçambique e a perfuração do poço TAO-1 em Marrocos, levou a que a base de recursos de exploração no final do ano se situasse em 217 mmboe numa base *risked*, e em 1.605 mmboe numa base *unrisked*.

As reservas e os recursos foram sujeitos a uma análise independente pela DeGolyer and MacNaughton (DeMac).

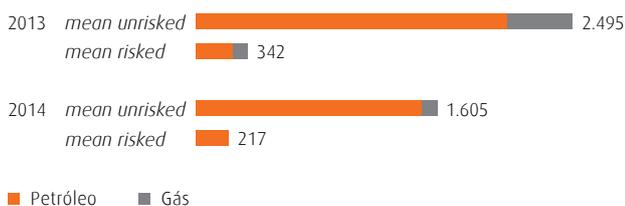
RESERVAS (mmboe)



RECURSOS CONTINGENTES (mmboe)



RECURSOS DE EXPLORAÇÃO (mmboe)



Nota: reservas numa base *net entitlement*. Recursos contingentes e recursos de exploração numa base *working interest*.

Ativos em desenvolvimento e produção

A Galp Energia tem ativos nas fases de desenvolvimento e produção no Brasil, em Moçambique e em Angola.

Em 2014, a Galp Energia registou uma produção média *working interest* de 30,5 mil barris de petróleo equivalente por dia (kboepd), um aumento de 24% face à produção de 2013, tendo o aumento da produção no Brasil compensado o decréscimo registado na produção em Angola.

O aumento da produção no Brasil, que atingiu os 19,8 kboepd, contribuiu para que se atingisse um novo máximo de produção, o que se deveu ao desenvolvimento do campo Lula/Iracema, onde foram alcançados importantes objetivos durante 2014.

De facto, a Empresa beneficiou da operação estável da FPSO Cidade de Angra dos Reis (FPSO #1), da evolução operacional que permitiu que a FPSO Cidade de Paraty (FPSO #2) atingisse o *plateau* de produção em setembro e da entrada em operação da FPSO Cidade de Mangaratiba (FPSO #3) em outubro. Também os testes de longa duração (EWT) realizados

nas áreas de Lula Central, Lula Sul e Iara ao longo do ano, contribuíram para o aumento da produção. Do total de produção no Brasil, 1,7 kboepd referem-se à exportação de gás natural.

Em Angola, a produção *working interest* foi de 10,7 kboepd, menos 11% do que em 2013, na sequência do declínio natural dos campos em produção no bloco 14 e da desmobilização da FPSO Kuito no final do ano anterior.

A produção *net entitlement* registou um aumento de cerca de 30% face a 2013, para 27,1 kboepd, resultado do aumento da produção *working interest* no Brasil. Em Angola, a produção *net entitlement* diminuiu de 8,3 kboepd para 7,2 kboepd, na sequência da diminuição da produção *working interest*.

Os projetos no pré-sal na bacia de Santos, no Brasil, e o projeto de GNL na bacia do Rovuma, em Moçambique, constituem importantes vetores de crescimento da produção.

A Galp Energia, em conjunto com os seus parceiros, está comprometida com a excelência da execução dos projetos de desenvolvimento, de acordo com os prazos e custos definidos, de forma a assegurar a maximização do seu retorno.

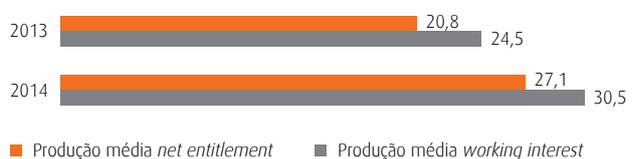
A Empresa está também empenhada na realização de atividades de avaliação, que podem resultar num aumento de recursos recuperáveis e no progresso dos projetos em fase de desenvolvimento.

No pré-sal da bacia de Santos, destacam-se os trabalhos de avaliação e pré-desenvolvimento nas áreas de Iara, Carcará e Júpiter, em 2014.

Em Moçambique, o consórcio para o desenvolvimento da Área 4 concluiu as atividades de avaliação, estando a Galp Energia e os seus parceiros focados na fase de desenvolvimento. A DoC para a área de Coral foi submetida no final de 2014.

Em Angola, o consórcio tomou a FID para o desenvolvimento do projeto Kaombo, no bloco 32, estando o início de produção previsto para 2017.

EVOLUÇÃO DA PRODUÇÃO MÉDIA (kboepd)



Brasil

A Galp Energia detém no Brasil vários projetos nas fases de desenvolvimento e produção, nomeadamente na bacia de Santos. No projeto Lula/Iracema, o primeiro para o qual foi submetida uma DoC, já se encontram três unidades em produção permanente, sendo que a Empresa prevê a instalação de capacidade adicional no decorrer da década.

Lula/Iracema

O projeto Lula/Iracema, no bloco BM-S-11 no pré-sal da bacia de Santos, iniciou a produção comercial em 2010 através da FPSO Cidade de Angra dos Reis, tendo sido instaladas duas FPSO adicionais até ao final de 2014. É esperado o arranque de sete FPSO adicionais no âmbito do plano de desenvolvimento do campo.

A principal prioridade da Galp Energia e dos seus parceiros é assegurar a execução do projeto Lula/Iracema dentro dos prazos e dos custos previstos. Para o efeito, o consórcio tem vindo a monitorizar os trabalhos nos estaleiros contratados para a construção das unidades FPSO, com vista a antecipar e a mitigar potenciais riscos de execução no plano de desenvolvimento.

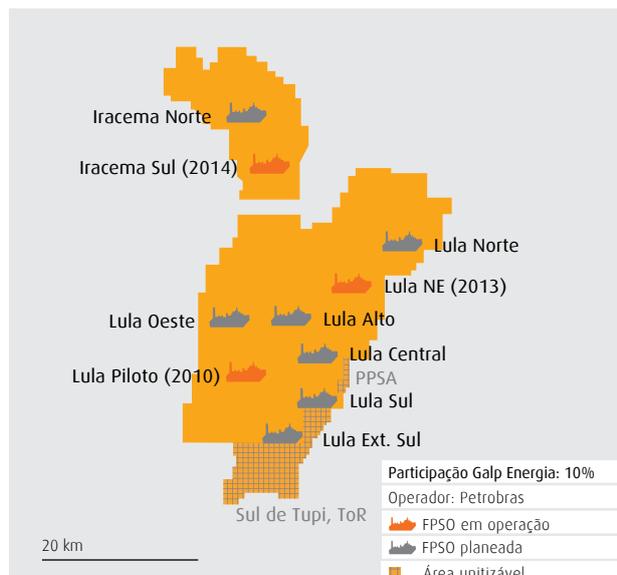
No decorrer de 2014, foram alcançados importantes progressos na execução do projeto, com destaque para:

- i) produção estabilizada da FPSO #1 na área de Lula Piloto;
- ii) atingido *plateau* de produção da FPSO #2, na área de Lula Nordeste (NE), 15 meses após o início de produção, antes do inicialmente previsto;
- iii) início de operação da FPSO #3, a primeira unidade instalada na área de Iracema, nomeadamente em Iracema Sul.

Plano de desenvolvimento

O plano de desenvolvimento compreende a entrega de um total de 10 unidades FPSO no campo Lula/Iracema, sendo que três já se encontram em operação. As restantes unidades FPSO estão em construção: destas, três são alugadas e fabricadas fora do Brasil; quatro são adquiridas e com trabalhos de construção a decorrerem maioritariamente naquele país.

DISTRIBUIÇÃO DAS FPSO NO CAMPO LULA/IRACEMA



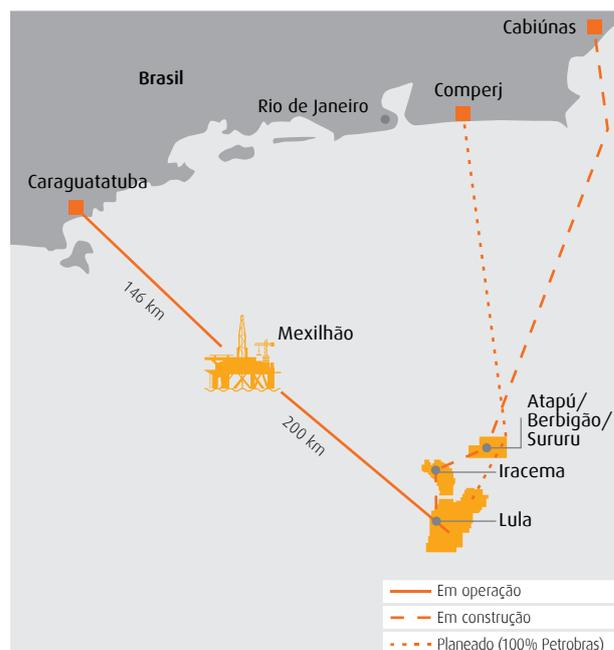
Está previsto para o final de 2015 o início da produção na área de Iracema Norte, através da FPSO Cidade de Itaguaí (FPSO #4), que já se encontra no Brasil desde o início de 2015, no estaleiro de Brasfels, para a integração dos *topsides*. As restantes unidades têm entrega prevista a partir de 2016, antecipando-se que sejam alocadas às áreas Central, Alto, Sul, Extremo Sul, Norte e Oeste do campo Lula.

Infraestrutura de exportação de gás natural

Os projetos de desenvolvimento no pré-sal da bacia de Santos são projetados de forma a permitir que o gás natural produzido seja injetado no reservatório ou exportado via gasoduto para *onshore*.

A produção de gás natural no projeto Lula/Iracema é parcialmente exportada para *onshore*, nomeadamente para o abastecimento do mercado doméstico brasileiro, enquanto a restante é reinjetada como forma de manter a pressão no reservatório, sendo esperado um impacto positivo ao nível da sua produtividade. Os projetos Lula Piloto e Lula NE estão interligados ao gasoduto Lula-Mexilhão, que se encontra em operação desde 2011.

INFRAESTRUTURA DE EXPORTAÇÃO DE GÁS NATURAL



O projeto em que a Galp Energia participa para a construção do segundo gasoduto na bacia de Santos, com ligação a Cabiúnas, iniciou os trabalhos de instalação em 2014, após a obtenção das licenças necessárias por parte do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Antecipa-se que o gasoduto, que terá uma capacidade de exportação de cerca de 15 milhões de metros cúbicos (mm³) de gás natural por dia, inicie operações até ao final de 2015.

Encontra-se em avaliação a construção de futuras rotas de exportação de gás natural do pré-sal da bacia de Santos, tendo a Petrobras, Petróleo Brasileiro, S.A. (Petrobras), prevista a construção de uma terceira rota com ligação a Maricá. O objetivo desta construção é permitir uma melhor gestão do escoamento do gás natural produzido na região, aumentando a flexibilidade operacional.

Importa salientar que, atendendo às características dos equipamentos instalados nas unidades FPSO, nomeadamente a capacidade de compressão e injeção de gás natural no reservatório, e aos poços de injeção previstos nos planos de desenvolvimento, o consórcio tem flexibilidade e capacidade de gerir a produção, não se esperando restrições relativas ao escoamento do gás natural produzido.

Unidades FPSO em produção

PROJETO LULA PILOTO – FPSO CIDADE DE ANGRA DOS REIS



A FPSO Cidade de Angra dos Reis (FPSO #1), com capacidade de produção de 100 kbopd, está em operação desde 2010, tendo produzido, durante 2014, de forma estável perto da sua capacidade máxima.

Em 2014, a produção foi maioritariamente proveniente de quatro poços produtores, o que mostra a excelente produtividade do reservatório. No final de 2014, foi interligado à FPSO o quinto poço produtor na área de Lula Piloto, o primeiro poço sub-horizontal na bacia de Santos.

Estão ainda ligados três poços injetores, dos quais dois poços de injeção alternada de água e gás (WAG) e um poço de injeção de gás.

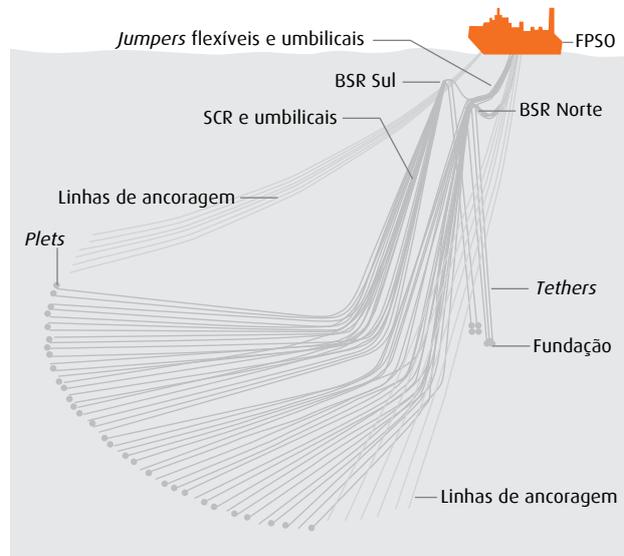
No âmbito do plano de desenvolvimento da área de Lula Piloto, encontram-se perfurados um total de nove poços, sendo que cinco são poços produtores. A ligação de futuros poços de produção, previstos no plano de desenvolvimento, será realizada de forma a manter o nível de produção.

PROJETO LULA NE – FPSO CIDADE DE PARATY



A FPSO Cidade de Paraty (FPSO #2), com capacidade de produção de 120 kbopd, iniciou produção em 2013. No primeiro semestre de 2014, foram instalados dois sistemas de *buoyancy supported risers* (BSR), que permitiram a interligação dos poços à FPSO. Apesar das restrições verificadas no início dos trabalhos de instalação no projeto limítrofe na bacia de Santos, sobretudo devido a condições atmosféricas, a produtividade média de cerca de 30 kbopd por poço permitiu que se atingisse a capacidade máxima de produção com apenas quatro poços produtores e em 15 meses após o início de produção, face ao plano inicial de 18 meses.

EQUIPAMENTO SUBSEA NA ÁREA DE LULA NE



No final de 2014, estavam interligados à FPSO cinco poços produtores e três poços injetores. O plano de desenvolvimento prevê um total de 14 poços de desenvolvimento, dos quais oito são produtores.

No decorrer do primeiro semestre de 2014, a FPSO #2 foi conectada ao gasoduto Lula-Mexilhão.

PROJETO IRACEMA SUL – FPSO CIDADE DE MANGARATIBA



A FPSO Cidade de Mangaratiba (FPSO #3), com capacidade de produção de 150 kbopd, entrou em operação em outubro de 2014, na área de Iracema Sul.

A FPSO iniciou produção através de um poço produtor, tendo registado uma produção média de 10 kbopd até à conexão do primeiro poço injetor de gás, devido às restrições de queima de gás no Brasil. Após a conexão, em dezembro, do primeiro poço injetor e do segundo poço produtor, a FPSO #3 atingiu, já no início de 2015, uma produção de 65 kbopd.

O *plateau* de produção deverá ser atingido durante o primeiro semestre de 2016, sendo que o plano de desenvolvimento da área de Iracema Sul prevê a instalação de um total de oito poços produtores e oito poços injetores ao longo do ciclo de vida do projeto. Até ao final de 2014, foi concluída a perfuração de 12 poços.

Relativamente à produção na área de Iracema Sul, importa salientar que o petróleo é de densidade média (cerca de 30° API) e que o gás natural que não venha a ser reinjetado no reservatório será escoado através do sistema de exportação de gás da bacia de Santos.

Unidades FPSO subsequentes

Os trabalhos de construção das restantes unidades FPSO destinadas ao campo Lula/Iracema continuaram em execução durante o ano de 2014.

O casco da FPSO #4, a unidade cujo início de produção está previsto para o quarto trimestre de 2015 em Iracema Norte, foi convertido num estaleiro da Cosco, na China, e encontra-se desde janeiro de 2015 no estaleiro da Brasfels, em Angra dos Reis, no Brasil, onde está a ser realizada a integração dos *topsides*.

No que concerne ao plano de desenvolvimento de poços, e relativamente ao projeto de Iracema Norte, que receberá a próxima unidade de produção, o consórcio concluiu até ao final de 2014 a perfuração de cinco poços produtores e três poços injetores. Importa salientar que no âmbito do plano de desenvolvimento das áreas subsequentes a Iracema Norte, o consórcio já concluiu a perfuração de 23 poços.

Já as unidades FPSO afetas às áreas de Lula Alto e Lula Central, FPSO Cidade de Maricá e FPSO Cidade de Saquarema, respetivamente, com entrada em produção prevista para o primeiro semestre de 2016, estão a ser convertidas em estaleiros da Chengxi, também na China.

CASCO DE FPSO REPLICANTE



Relativamente às unidades FPSO replicantes, é de destacar o avanço dos trabalhos no casco da P-66, cuja construção do casco foi concluída no estaleiro de Rio Grande do Sul, e que já se encontra no estaleiro de Brasfels, em Angra dos Reis, no Brasil, para integração dos *topsides*.

Salientam-se também os trabalhos de integração dos blocos do casco da P-67, no estaleiro de Rio Grande do Sul no Brasil, e a realização dos trabalhos de construção da P-68, no estaleiro da Cosco, na China.

Oportunidades de maximização de valor

A Galp Energia está comprometida com a prossecução de oportunidades de criação de valor na fase de desenvolvimento dos projetos, fomentando uma forte cultura de Investigação & Tecnologia (I&T), nomeadamente para análise e implementação das melhores técnicas e soluções tecnológicas.

Para este efeito, e particularmente no caso do projeto Lula/Iracema, o consórcio reúne periodicamente com o intuito exclusivo de discutir as diferentes técnicas e tecnologias a implementar. Neste contexto, têm vindo já a ser desenvolvidos trabalhos para a maximização do retorno do projeto, nomeadamente para aumentar a recuperação de petróleo. De facto, todos os equipamentos alocados aos atuais projetos do pré-sal da bacia de Santos estão preparados para garantir a implementação de técnicas para melhoria da recuperação de recursos, como é o caso da tecnologia WAG, permitindo a injeção alternada de água, gás natural e CO₂ no reservatório.

Têm também vindo a ser realizados estudos no âmbito da garantia de escoamento da produção e da otimização do desenvolvimento ao longo do ciclo de vida do projeto, nomeadamente através da antecipação de produção, da instalação de novas soluções com impacto no *debottleneck* da capacidade das FPSO, como seja

através da separação e reinjeção de fluidos ao nível do leito do mar, e da implementação de técnicas para estender o período de *plateau* de produção.

Adicionalmente, o consórcio contratou, em 2014, sísmica 4D, o que permitirá aferir a distribuição espacial das características dos reservatórios, permitindo definir as melhores condições e possibilidades de produção, fornecendo informações sobre a variação de saturação de fluidos e pressão ao longo da fase de produção.

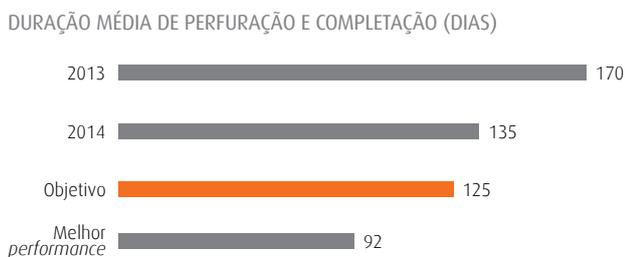
Em 2014, destaca-se sobretudo a otimização do processo de perfuração e completção de poços.

Maior eficiência nas atividades de perfuração e completção

A Galp Energia e os seus parceiros no bloco BM-S-11 estão focados na redução da duração dos tempos de perfuração e completção dos poços. Até ao momento, foram obtidos resultados muito positivos, com a redução da duração média de 239 dias, em 2010, para cerca de 135 dias, em 2014.

O objetivo do consórcio é atingir de forma consistente uma média de 125 dias, tendo alcançado, em 2014, uma duração de 92 dias na área de Iracema Sul, o melhor desempenho até à data.

Neste sentido, o consórcio mantém-se focado no aumento da eficiência da atividade de perfuração e completção, nomeadamente através da otimização do *design* dos poços, do planeamento das operações, da redução dos períodos não-operativos, como consequência da maior experiência das tripulações, e da utilização de sondas especializadas e alocadas às diferentes fases do poço.



Injeção WAG

No projeto Lula Piloto continuou a execução do processo de injeção WAG, iniciado em 2013. O gás é injetado no reservatório de forma a reduzir a viscosidade do petróleo e assim melhorar o fluxo. Por outro lado, o ciclo de água facilita o deslocamento do petróleo para o poço produtor. O processo, em fase estabilizada, consistirá em ciclos sucessivos de injeção de água e gás, por períodos de cerca de três meses cada.

O impacto da injeção WAG deverá ser incorporado na expectativa de recuperação final do petróleo do campo de forma sustentada ao longo dos anos.

Testes de longa duração

A execução de EWT permite obter um maior conhecimento sobre o comportamento das diferentes áreas do reservatório em ambiente de produção, sendo, por isso, importante para a otimização do plano de desenvolvimento.

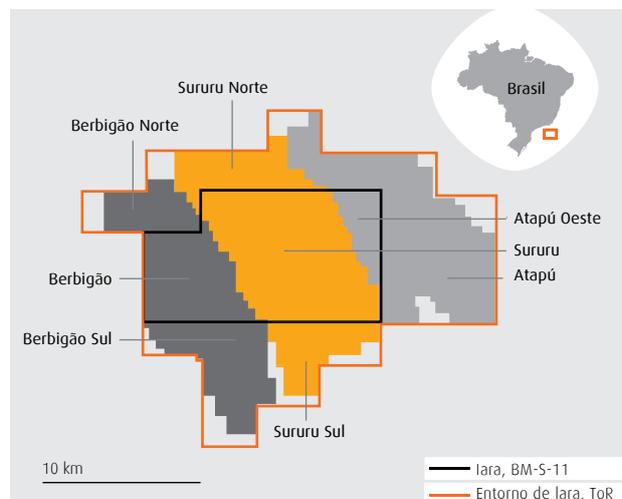
No primeiro semestre de 2014, foram concluídos dois EWT, em Lula Central e em Lula Sul, que produziram de forma estável uma média de 15 kbopd cada, tendo esta produção sido afetada pelas restrições de queima de gás natural no Brasil. Os EWT foram executados através das FPSO Dynamic Producer, em Lula Central, e FPSO Cidade de São Vicente, em Lula Sul.

Estão também a ser desenvolvidos EWT através das unidades FPSO de maior dimensão em produção no campo Lula/Iracema, de forma a acelerar a execução dos testes.

Iara, bloco BM-S-11

Na área de Iara, no pré-sal da bacia de Santos, os trabalhos do consórcio concentraram-se na avaliação da descoberta e nos estudos de desenvolvimento do campo. No final de 2014, foi entregue a DoC para as áreas de Iara (bloco BM-S-11) e de Entorno de Iara (Cessão Onerosa, 100% Petrobras), o que representou mais um marco na execução estratégica da Empresa.

CAMPOS NAS ÁREAS DE IARA E ENTORNO DE IARA



Em dezembro de 2014 foi submetida à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis do Brasil (ANP) a DoC relativa às áreas de Iara e Entorno de Iara. Neste âmbito, foi declarada a comercialidade de oito campos, localizados em três acumulações distintas.

Os campos identificados serão objeto de Acordos de Individualização da Produção (AIP), no âmbito do processo de unitização entre as áreas de Iara e Entorno de Iara.

A submissão do plano de desenvolvimento para as três acumulações, designadas Berbigão, Sururu e Atapú, é esperada em 2015.

Durante o ano de 2014 foram realizados dois poços para aquisição de dados do reservatório (RDA) e um EWT.

O poço RDA-1, realizado na área centro-sul de Iara com o objetivo de testar a qualidade dos reservatórios carbonatados e as propriedades dos fluidos, revelou excelentes condições de porosidade e permeabilidade, sendo semelhantes às encontradas no poço Iara Oeste-2, bem como provou a elevada produtividade do reservatório.

O poço RDA-2 foi realizado na área Este de Iara e teve como objetivo o teste dos reservatórios carbonatados e a confirmação do *oil-water contact* (OWC) no flanco da área de Iara.

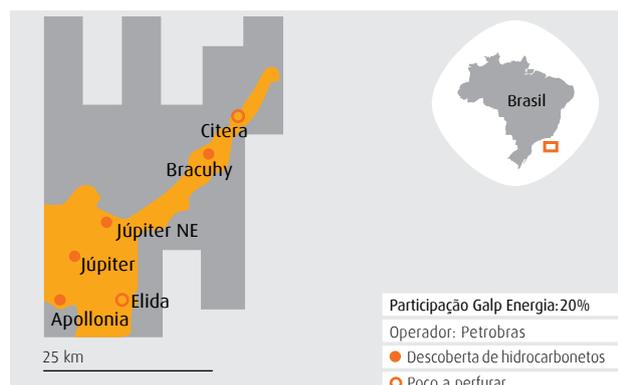
O primeiro EWT na área de Iara Oeste-2 foi iniciado durante o mês de junho e prolongou-se até ao final de 2014, tendo sido realizado através da FPSO Dynamic Producer. O EWT registou uma produção média de 29 kbopd, confirmando a elevada produtividade da área, e permitiu a obtenção de informação adicional sobre o reservatório.

Em 2015, está prevista a realização do poço RDA-4.

Bloco BM-S-24

A área de Júpiter/Bracuhy, no pré-sal da bacia de Santos, constitui uma importante descoberta de óleo, condensados e gás natural misturados com CO₂. Os trabalhos do consórcio concentraram-se na realização de atividades de avaliação, com o objetivo de definir os cenários de desenvolvimento do projeto.

BLOCO BM-S-24



Em 2014, o consórcio prosseguiu a campanha de avaliação, através da perfuração do poço de avaliação Apollonia, que comprovou a extensão da descoberta de Júpiter e a qualidade do reservatório, tendo sido encontrados fluidos com

características semelhantes às encontradas nos poços Júpiter, Júpiter NE e Bracuhy, nomeadamente óleo, condensados e gás natural misturado com CO₂.

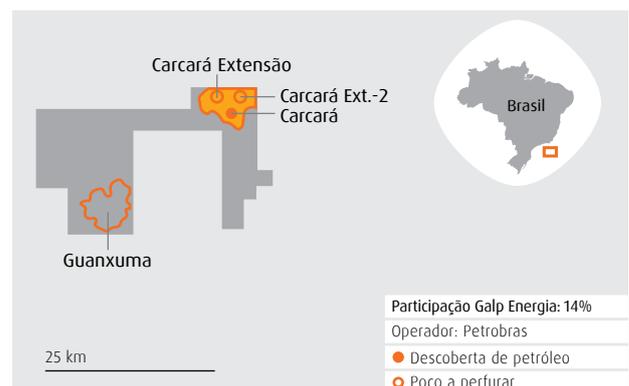
Foi também realizado um teste de formação no poço Bracuhy, com o objetivo de avaliar o potencial de produtividade desta área do reservatório, e que comprovou o fluxo de petróleo pesado, de 15° a 19° API. Este teste constituiu mais um importante marco na execução das atividades de avaliação do projeto, sendo o primeiro teste de formação realizado naquele bloco.

Em 2015, o consórcio prevê a perfuração do poço Elida, que tem como objetivo testar o reservatório, nomeadamente o *cap* de gás e condensado na estrutura Júpiter Alto, e a realização de testes de formação e de poços adicionais para definir o plano de desenvolvimento deste projeto.

Bloco BM-S-8

Na área de Carcará, também situada na região do pré-sal na bacia de Santos, o consórcio prosseguiu com as atividades de avaliação com o objetivo de avaliar o potencial de recursos e dar continuidade à definição e otimização do plano de desenvolvimento.

BLOCO BM-S-8



Em 2014, o consórcio concluiu a primeira fase da perfuração do poço Carcará Extensão, com o objetivo de avaliar o potencial de recursos da descoberta. A segunda fase de perfuração deverá ser realizada durante o segundo semestre de 2015, após a qual terá início o *drill stem test* (DST), com o objetivo de detetar a pressão, a permeabilidade e a produtividade desta área do reservatório.

Já durante o mês de janeiro de 2015, foi iniciada a perfuração do poço de avaliação Carcará Extensão-2, a qual será realizada numa só fase. Para o efeito, foi já contratada uma sonda com equipamento MPD (*managed pressure drilling*), que permitirá perfurar este reservatório de alta pressão com maior rapidez e segurança, atendendo às melhores práticas da indústria.

O consórcio irá ainda dar continuidade aos estudos iniciados durante 2014 para o projeto de desenvolvimento desta área, com especial enfoque no estudo da solução de escoamento de gás natural.

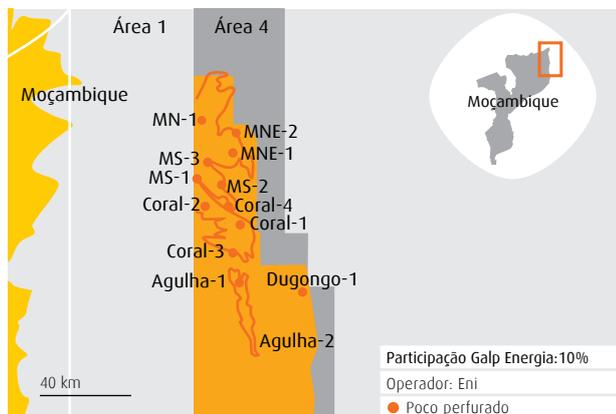
Moçambique

As descobertas realizadas na Área 4, conjuntamente com as descobertas no bloco adjacente, a Área 1, posicionam Moçambique como uma das regiões de maior relevo para a produção de gás natural a nível mundial, tendo sido identificados cerca de 85 tcf de gás no jazigo (GIIP) na área 4.

Durante o ano foi concluída a campanha de avaliação no complexo Mamba/Coral, com a perfuração do poço Coral-4, o qual teve como objetivo aumentar o conhecimento do reservatório para a definição do plano de desenvolvimento da área. Destaca-se, no final de 2014, a submissão da DoC para a área de Coral, sujeita à tomada da FID.

Para este efeito, o consórcio está focado nos trabalhos de desenvolvimento, que incluem a conclusão dos trabalhos de *front end engineering design* (FEED) e de Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento (EPCIC), bem como o estabelecimento de contratos de venda do GNL junto dos mercados-alvo e a constituição do plano de financiamento do projeto.

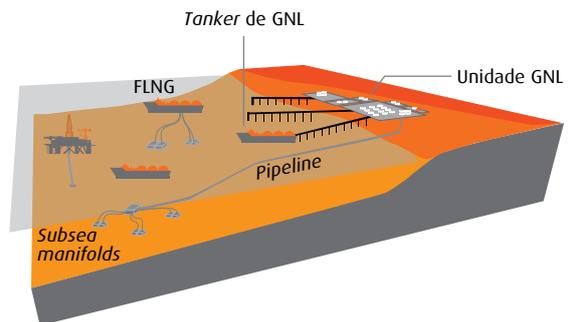
BACIA DO ROVUMA



Relativamente ao projeto de desenvolvimento Coral FLNG, na área não-unitizável, decorrem os trabalhos de FEED, para os quais foram pré-selecionados três consórcios, sendo que o contrato de EPCIC deverá ser celebrado durante 2015 para o projeto de unidade de liquefação de gás natural flutuante (FLNG).

No que respeita ao projeto Mamba, na área unitizável com a Área 1, o consórcio realizou o FEED e antecipa a celebração do contrato de EPCIC no final de 2015 ou 2016. Este projeto engloba nesta primeira fase dois *trains* de liquefação *onshore*.

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DA ÁREA 4



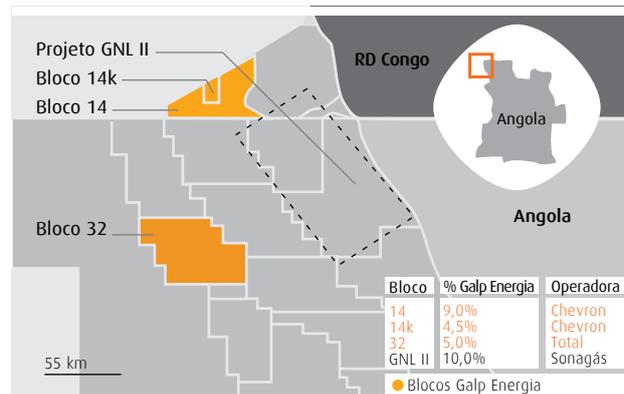
No âmbito do desenvolvimento dos dois projetos de GNL, Coral FLNG e Mamba Onshore LNG, a Galp Energia integrou vários dos seus quadros técnicos nas equipas de desenvolvimento do FEED em conjunto com o operador. Esta integração reflete os esforços envidados pela Empresa para ser um parceiro ativo nos seus projetos não-operados.

Importa destacar que, em dezembro de 2014, foi publicado um decreto-lei em Moçambique que tem por objeto o estabelecimento de um regime jurídico e contratual especial aplicável ao projeto da bacia do Rovuma, o que representa um marco significativo na implementação deste projeto.

Angola

A Empresa detém ativos em desenvolvimento nos blocos 14, 14k e 32, tendo atualmente duas plataformas de produção no bloco 14. No bloco 32, o consórcio tomou a FID para o desenvolvimento do projeto Kaombo, que deverá iniciar produção em 2017.

BLOCOS 14/14k



Em 2014, a produção *working interest* em Angola diminuiu para 10,7 kbopd, principalmente devido à avançada fase de maturidade dos campos Kuito e Benguela-Belize-Lobito-Tomboco (BBLT) do bloco 14.

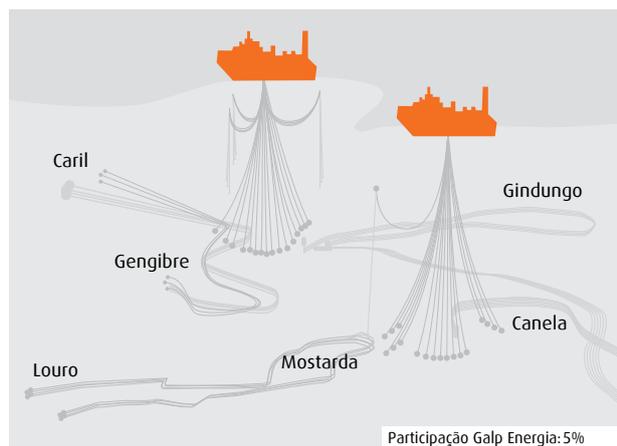
Atualmente, a Galp Energia conta com duas unidades de produção no bloco 14 do tipo *compliant piled tower* (CPT): uma no campo Tômboa-Lândana e outra no campo BBLT.

Durante o ano, prosseguiram os trabalhos nas áreas em desenvolvimento daquele bloco, os quais se concentraram na execução de atividades de avaliação e pré-desenvolvimento e em estudos de engenharia, com o objetivo de selecionar as melhores alternativas para o desenvolvimento dos diversos campos, nomeadamente nas áreas de Gabela, Lucapa e Malange.

O campo Lianzi, no bloco 14k, o qual será desenvolvido com recurso a um *tie-back* à CPT do campo BBLT, através de sistemas *subsea* para a produção e transporte de petróleo, deverá iniciar a produção no segundo semestre de 2015.

No bloco 32, a FID sobre o projeto Kaombo foi tomada durante o ano de 2014. O seu desenvolvimento deverá contemplar 59 poços interligados a duas unidades FPSO com capacidade de 125 kbpd cada. O consórcio prevê que o investimento no desenvolvimento deste projeto, até ao pico de produção, seja de cerca de \$16 mil milhões (bn).

CONCEITO DE DESENVOLVIMENTO DO BLOCO 32



Ativos em exploração

A criação de valor através das atividades de exploração continua a ser um dos objetivos estratégicos da Galp Energia, nomeadamente através da identificação e maturação dos prospectos atualmente no portefólio e da perfuração daqueles com potencial exploratório relevante.

Em 2014, a Galp Energia concentrou a sua campanha de perfuração nos *plays* exploratórios identificados durante o ano anterior.

Neste contexto, importa salientar a campanha de perfuração no *offshore* de Marrocos e a prossecução das atividades na Área 4, em Moçambique, e na bacia de Santos e na bacia de Potiguar, no *offshore* do Brasil.

Em 2015, a Galp Energia dará continuidade às atividades exploratórias, com destaque para as bacias de Potiguar e de Santos.

Brasil

BACIAS EXPLORATÓRIAS EM QUE A GALP ENERGIA PARTICIPA

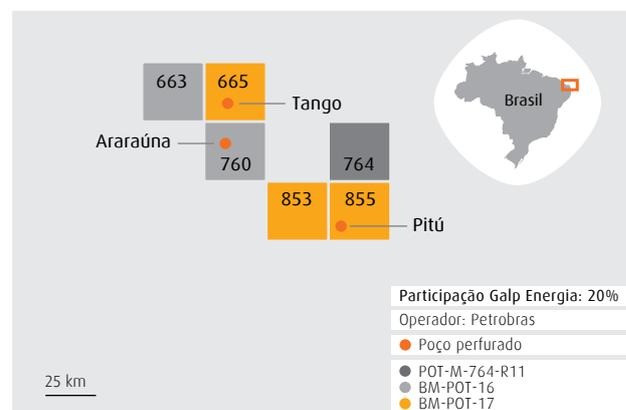


No bloco BM-S-8, o consórcio concentrou-se nas atividades de avaliação na área de Carcará. Em 2015, antecipa-se a perfuração do prospecto exploratório Guanxuma, que deverá ter início após o término das atividades de avaliação previstas em Carcará.

Na bacia *offshore* de Potiguar, onde a Galp Energia detém uma participação de 20%, o consórcio concluiu em 2014 a perfuração do poço de exploração Pitú, na licença BM-POT-17. Os resultados comprovaram a presença de um sistema ativo de hidrocarbonetos, tendo sido realizado um teste de formação subsequente que confirmou as boas condições de permeabilidade e porosidade do reservatório. O consórcio submeteu o respetivo plano de avaliação da descoberta para a área, o qual foi aprovado pela ANP, estando prevista a realização de um poço de avaliação em 2015.

Ainda nesta licença, foi entregue o plano de avaliação para o prospecto Tango, estando prevista a aquisição de dados sísmicos 3D durante o ano de 2015, para que o consórcio prossiga com a interpretação do potencial de prospectividade da área.

BACIA DE POTIGUAR OFFSHORE



Na licença BM-POT-16, foi submetido o plano de avaliação para o prospecto Araraúna e em 2015, o consórcio espera perfurar um poço de exploração, bem como adquirir dados sísmicos 3D numa extensão de 8.695 km².

Na bacia *offshore* de Pernambuco, onde a Galp Energia detém uma participação de 20%, a perfuração do primeiro poço de exploração está dependente da aprovação, pela ANP, da extensão do período exploratório por um ano, após o atraso na obtenção da licença ambiental.

Na bacia *offshore* de Barreirinhas, onde a Galp Energia tem uma participação de 10%, o consórcio prosseguiu com a interpretação da sísmica 2D adquirida, estando prevista a aquisição de sísmica 3D em 2016.

Na bacia *onshore* de Amazonas, o consórcio iniciou a campanha de perfuração exploratória com o objetivo de analisar o potencial da área. Em dezembro de 2014, foi concluído o primeiro poço, o qual foi abandonado após não terem sido encontrados hidrocarbonetos. No início de 2015 foi iniciada a perfuração do segundo poço, estando ainda prevista a realização de dois poços de exploração.

Moçambique

A campanha de exploração na bacia do Rovuma foi concluída, através da perfuração dos poços Agulha-2 e Dugongo-1. Na descoberta Agulha, foi perfurado o poço Agulha-2, a 12 quilómetros (km) a sul do poço descobridor Agulha-1, que comprovou uma coluna de gás com 25 metros, em reservatórios de arenito de boa qualidade do intervalo Paleoceno, tendo assim confirmado a extensão sul do campo.

O consórcio realizou ainda a perfuração do poço Dugongo-1 com o objetivo de aumentar o conhecimento do reservatório naquela área do bloco.

Angola

Em Angola, a Galp Energia detém ativos em exploração nos blocos 14 e 32, localizados *offshore*. A Empresa participa ainda no primeiro projeto integrado de gás natural no país, o Angola LNG II, cujo objetivo é pesquisar, explorar, certificar e produzir reservas de gás natural.

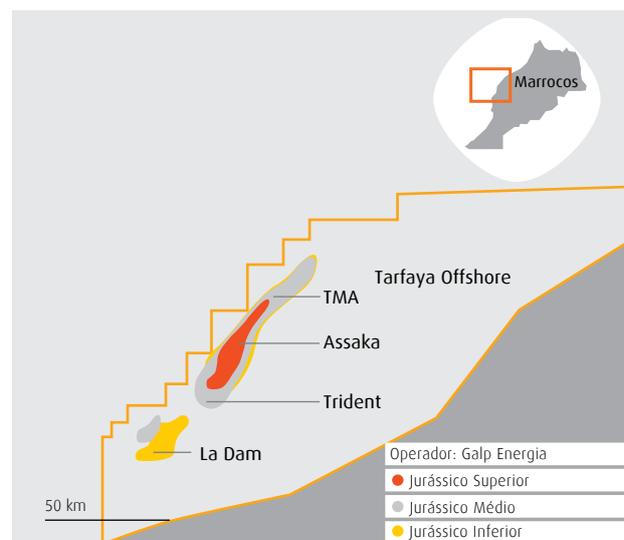
No bloco 32, foi perfurado o poço Cominhos-2 na área centro-nordeste, cujos resultados confirmaram a qualidade dos reservatórios encontrados em 2007 pelo poço Cominhos-1, bem como o poço Cominhos-3, com o objetivo de testar os intervalos Oligoceno e Eoceno, tendo confirmado a existência de hidrocarbonetos, conforme esperado.

No final de 2015, terminará a primeira fase do período exploratório daquela área do bloco 32, estando prevista a perfuração do poço de avaliação Colorau-3 no decurso do ano.

Marrocos

Em 2014, a Galp Energia concretizou a campanha de exploração na área de Tarfaya Offshore, através da perfuração de um poço de exploração cujo objetivo primário era o prospecto Trident. O poço TAO-1 foi perfurado a uma profundidade total de 3.518 metros, não tendo, no entanto, sido comprovada a existência de hidrocarbonetos.

ÁREA DE TARFAYA OFFSHORE



Este foi o primeiro poço *offshore* operado pela Galp Energia, sendo de destacar o facto de as atividades terem decorrido de acordo com o plano e sem incidentes ao nível de SSA, fruto dos criteriosos procedimentos adotados.

A Galp Energia está a analisar os resultados deste poço, nomeadamente os dados geológicos recolhidos, para avaliar a restante prospetividade da área de Tarfaya Offshore. Neste sentido, o consórcio pretende garantir a extensão da segunda fase do período exploratório por um ano.

Namíbia

Na Namíbia, onde a Galp Energia detém, desde 2012, participações de 14% em três licenças *offshore* nas bacias de Orange e de Walvis, a Empresa está a analisar os dados obtidos na campanha exploratória realizada em 2013. Em 2015, é esperada a tomada de decisão sobre o abandono da área ou a passagem à próxima fase de exploração.

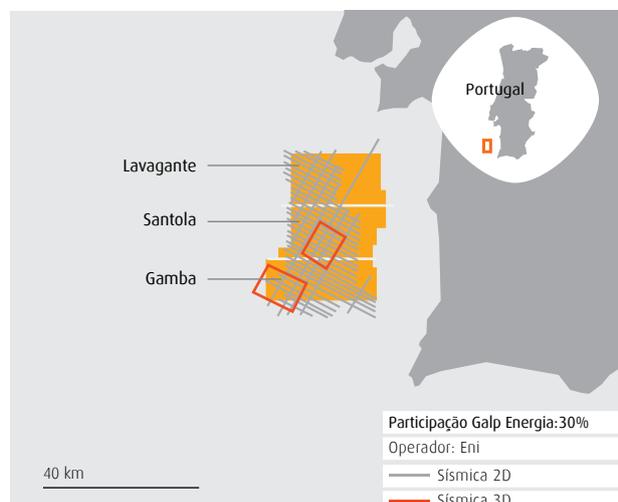
Portugal

O portefólio de exploração em Portugal inclui atualmente sete blocos *offshore*, nas bacias do Alentejo e de Peniche.

Nos três blocos localizados na bacia do Alentejo, nomeadamente, Santola, Lavagante e Gamba, os trabalhos durante o ano concentraram-se na maturação dos prospectos e no processo de *farm-down* da participação da Galp Energia. Este processo culminou com o acordo assinado com a Eni, S.p.A. (Eni), que se tornou desde então operador dos blocos, com uma participação de 70%, sendo que a Galp Energia mantém uma participação de 30%. A Eni atuará como promotora das atividades exploratórias planeadas.

O consórcio prevê a perfuração do primeiro poço no final de 2015 ou início de 2016.

BACIA DO ALENTEJO



Na bacia de Peniche, destaca-se, em 2014, o *farm-in* da empresa Kosmos Energy, que adquiriu uma participação de 31%. A Repsol mantém-se como operador do projeto, com uma participação de 34%, enquanto a Galp Energia e a Partex detêm 30% e 5%, respetivamente.

Durante o ano, o consórcio prosseguiu com os trabalhos de interpretação de dados obtidos e em 2015 tomará a decisão sobre o abandono ou a passagem à segunda fase do período exploratório.

Uruguai

A Galp Energia está presente na Área 3 da bacia de Punta del Este, onde detém uma participação de 20%.

Em 2014, o consórcio tomou a decisão de abandonar a Área 4, após ter avaliado a sua prospetividade. Relativamente à Área 3, o consórcio solicitou a extensão da segunda fase do período de exploração.

Em 2015, o consórcio planeia a interpretação de dados sísmicos 3D, de forma a definir os prospectos a perfurar.

2.3 Refinação & Distribuição



© Manuel Aguiar / Galp Energia

REFINARIA DE SINES

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Integrar as atividades de refinação e distribuição, alinhando o perfil e o volume de produção com o perfil e volume de vendas.
- Focalizar na eficiência energética e na otimização processual do aparelho refinador, com reforço na redução de custos e de capital empregue.
- Assegurar a competitividade das operações de distribuição de produtos petrolíferos na Península Ibérica.
- Aumentar as vendas nos mercados internacionais, beneficiando nomeadamente do crescimento previsto para o mercado africano.
- Maximizar a geração de *cash flow* e alocação do mesmo aos negócios em expansão na Empresa.

DESTAQUES EM 2014

- O ano de 2014 foi marcado pela elevada volatilidade das margens de refinação na Europa, que atingiram mínimos históricos no primeiro semestre do ano, tendo-se registado uma evolução positiva no segundo semestre.
- O desempenho da atividade de refinação foi afetado pela paragem planeada para manutenção da refinaria de Sines no primeiro semestre do ano, que abrangeu todas as unidades, incluindo o complexo de *hydrocracking*.
- O mercado de produtos petrolíferos na Península Ibérica manteve-se estável, continuando no entanto a ser afetado pelo contexto económico adverso na região.
- Continuação da implementação de medidas no negócio de comercialização de produtos petrolíferos com o objetivo de manter uma posição de referência no mercado e aumentar a eficiência operacional.

PRINCIPAIS INDICADORES	2012	2013	2014
Crude processado (kbbbl)	81.792	87.528	79.345
Margem de refinação Galp Energia (\$/bbl)	2,2	2,2	3,3
Custos operacionais líquidos das refinarias (\$/bbl)	2,2	2,6	2,9
Vendas de produtos refinados (mt)	16,4	17,2	16,8
Vendas a clientes diretos (mt)	9,8	9,5	9,3
Número de estações de serviço	1.486	1.435	1.449
Número de lojas de conveniência	836	830	834
Ebitda RCA (€m)	308	312	412
Ebit RCA (€m)	75	5	99
Investimento (€m)	162	153	108

A Galp Energia é detentora de um sistema refinador integrado, constituído por duas refinarias em Portugal. O aparelho refinador da Empresa destaca-se pela sua elevada complexidade e competitividade quando comparado com o sector.

A Empresa beneficia de uma atividade integrada de refinação e comercialização de produtos petrolíferos, o que representa uma vantagem competitiva. Com efeito, a Galp Energia comercializa a maioria dos seus produtos na Península Ibérica, onde detém uma vasta rede de distribuição de produtos petrolíferos, sendo um dos operadores de referência na região. A Empresa encontra-se também presente em mercados selecionados em África.

A Galp Energia beneficia do acesso a vários terminais marítimos em Portugal e detém parques de armazenagem em Portugal e em Espanha, com uma capacidade total de cerca de 9 mm³. A Empresa detém igualmente participações em empresas de logística em Portugal e beneficia do acesso a diversos oleodutos na Península Ibérica, com um total de cerca de 4 mil km.

Em Moçambique, a Galp Energia reforçou a sua base logística, fazendo parte do consórcio que está a construir infraestruturas para o armazenamento de combustíveis e gás de petróleo liquefeito (GPL), com uma participação de 45%. Este projeto constitui a criação de um centro logístico naquela região, que permitirá à Empresa assegurar o acesso a um aprovisionamento competitivo daqueles produtos, possibilitando inclusive a exportação dos mesmos para países vizinhos, e reforçando a presença estratégica da Empresa naquela região.

O negócio de R&D tem uma contribuição resiliente e é uma importante fonte de geração de *cash flow*, considerando nomeadamente a atual fase da Empresa. As ações a implementar centrar-se-ão no aumento da rentabilidade das atividades de refinação e de comercialização, de forma a maximizar o *cash flow* por elas gerado e permitindo assim a sua alocação aos negócios em expansão da Empresa, nomeadamente no segmento de E&P.

Importa salientar que a otimização de custos e redução do capital empregue são fundamentais para aumentar o retorno do capital investido neste segmento. Desta forma, várias iniciativas que incidiram na gestão de *stocks* e no controlo da dívida de clientes têm permitido à Galp Energia uma melhor gestão do fundo de manei.

Refinação

A atividade de refinação da Galp Energia é constituída por um sistema refinador com uma capacidade combinada para processar 330 kbopd. A complexidade do aparelho refinador, que tem um índice de complexidade Nelson de 8,6, confere à Galp Energia flexibilidade quanto ao aprovisionamento e ao *mix* de produção, beneficiando das operações das unidades *hydrocracker* e *fluid catalytic cracking* (FCC), na refinaria de Sines, e da unidade *visbreaker*, na refinaria de Matosinhos.

Em 2014, esta atividade foi marcada pela paragem geral na refinaria de Sines, incluindo o complexo de *hydrocracking* e o FCC, durante o primeiro semestre do ano. Esta paragem,

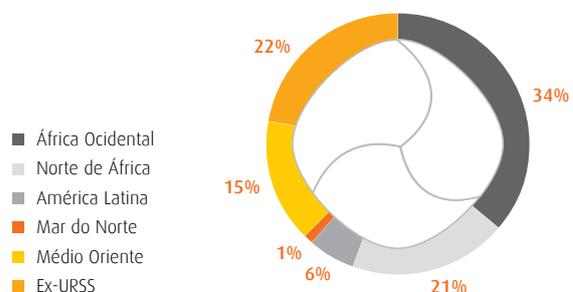
que durou cerca de 45 dias, foi considerada a maior e mais complexa de sempre na Empresa, com mais de 4.200 trabalhadores envolvidos no pico dos trabalhos.

O complexo de *hydrocracking* registou uma taxa de utilização de cerca de 84%, tendo operado à capacidade máxima durante a segunda metade do ano, que foi marcado por uma recuperação das margens de refinação nos mercados internacionais. De facto, a elevada disponibilidade e flexibilidade do aparelho refinador da Galp Energia permitiu que a Empresa tirasse partido das condições favoráveis no mercado. A Galp Energia foi assim capaz de aumentar o processamento de *vacuum gas oil* (VGO), o que contribuiu para que a margem de refinação da Galp Energia atingisse novos máximos durante a segunda metade do ano.

Tendo em consideração o perfil de produção objetivo, e com vista à maximização da margem de refinação, a Galp Energia procede à gestão do aprovisionamento de crude e de outras matérias-primas, que tem também em consideração a estratégia de diversificação de aprovisionamento e às especificações do seu aparelho refinador. Após a conversão do aparelho refinador, a Galp Energia tem atualmente uma maior capacidade de processamento de matérias-primas mais pesadas.

Importa referir que a política de diversificação no aprovisionamento de crudes mitiga potenciais efeitos resultantes de determinados eventos, nomeadamente da ocorrência de conflitos geopolíticos.

ORIGEM DO CRUDE EM 2014



Em 2014, foram processadas cerca de 13 milhões de toneladas (mt) de matérias-primas, tendo o crude representado 82% do total. Durante o ano, a Galp Energia importou crudes provenientes de 14 países. Os crudes médios e pesados, que historicamente tendem a apresentar um custo mais baixo do que o dos crudes leves, representaram 78% do total.

No decorrer de 2014, e atendendo à procura nos seus mercados-alvo, os destilados médios e a gasolina foram os produtos com maior peso no perfil de produção da Empresa, representando 47% e 20% da produção total, respetivamente.

De salientar que um dos principais focos estratégicos da Galp Energia é a implementação do programa de eficiência energética, nomeadamente na refinaria de Sines. A implementação deste programa permitirá à Empresa minimizar os consumos e quebras do aparelho refinador, com impacto direto na estrutura de custos.

Comercialização de produtos petrolíferos

A Galp Energia concentra a atividade de comercialização de produtos petrolíferos em mercados com valor acrescentado, nomeadamente na Península Ibérica, onde detém uma posição de destaque, mas também em alguns países africanos, onde o crescimento esperado do mercado é atrativo e onde existem sinergias com as outras atividades que desenvolve na região.

A Empresa está focada na comercialização de produtos petrolíferos sob a marca Galp Energia, comercializando também produtos *non-fuel*, nomeadamente na rede de estações de serviço, de forma a maximizar a rentabilidade destes ativos.

Em 2014, a atividade de comercialização de produtos petrolíferos manteve o seu contributo positivo para os resultados, beneficiando das operações estabilizadas em Portugal e em Espanha, e da redução dos custos operacionais.

Durante 2014, foram vendidas 16,8 mt de produtos petrolíferos, uma descida de 2% relativamente a 2013, que se deveu sobretudo ao impacto da paragem planeada para manutenção da refinaria de Sines no primeiro semestre do ano. As vendas a clientes diretos representaram cerca de 55% do total dos volumes vendidos, sendo que as exportações diminuíram cerca de 9% face ao ano anterior. As vendas a outros operadores constituíram 21% do total de vendas no ano.

No sentido de aumentar a competitividade e a eficiência na gestão de recursos, bem como maximizar o retorno sobre o capital investido, a Galp Energia tem vindo a reorganizar a estrutura da atividade de comercialização de produtos petrolíferos em Portugal e em Espanha, potenciando sinergias ao nível ibérico.

ESTAÇÃO DE SERVIÇO EM PORTUGAL



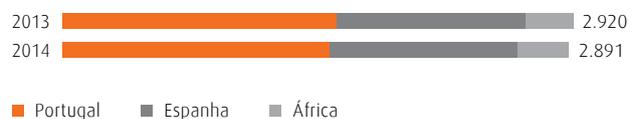
Vendas a clientes diretos

As vendas a clientes diretos, na Península Ibérica e em mercados selecionados em África, constituem o principal foco da Galp Energia no que respeita à atividade de comercialização de produtos petrolíferos. Com efeito, considerando a qualidade e a vantagem geográfica dos seus ativos de refinação e logística, a Empresa considera que é nestes mercados que consegue criar mais valor.

As vendas a clientes diretos totalizaram 9,3 mt em 2014, 2% abaixo do registado em 2013, devido principalmente ao impacto da paragem geral da refinaria de Sines no primeiro semestre do ano. O volume de vendas em África representou cerca de 8% do volume total de vendas a clientes diretos, um contributo em linha com o ano de 2013. A Galp Energia continuou a desenvolver a atividade de comercialização naquele continente, continuando a assistir-se a um crescimento de mercado, nomeadamente em Moçambique e na Guiné-Bissau.

No segmento de retalho, os volumes de produtos petrolíferos vendidos no ano de 2014 apresentaram uma evolução negativa de 1%, na sequência do contexto económico que caracterizou a Península Ibérica.

VENDAS DO SEGMENTO DE RETALHO (kt)

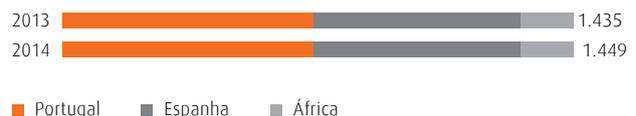


No final de 2014, a Galp Energia mantinha em Portugal a liderança no mercado de retalho com uma quota de mercado de cerca de 50% em linha com o verificado em 2013. Por outro lado, em Espanha a quota de mercado aumentou ligeiramente para 9%.

Como forma de manter o volume de vendas, a Galp Energia reforçou, em 2014, a sua relação com o cliente através de várias ações de angariação e fidelização de clientes. Desta forma, a Empresa continuou a fortalecer a parceria que detém com uma marca do maior grupo de retalho em Portugal, a Sonae, e que teve impacto em mais de 1,1 milhões de clientes. Neste âmbito, a Galp Energia lançou o plano Energia³, que passa pela oferta integrada de combustíveis, gás natural, e eletricidade, com um plano de descontos na rede Galp Energia e do parceiro. Foram também lançadas durante o ano outras iniciativas de fidelização para segmentos de mercado específicos.

Importa salientar que a Galp Energia está a definir uma estratégia para dar resposta à nova lei dos combustíveis não aditivados em Portugal. A Empresa manter-se-á, no entanto, fiel à sua proposta de valor e ao compromisso de qualidade de produtos e serviços que tem para com os seus clientes.

NÚMERO DE ESTAÇÕES DE SERVIÇO



A Galp Energia continua a realizar uma gestão ativa e eficiente da rede de estações de serviço, detendo atualmente 1.449 estações de serviço, das quais 1.301 na Península Ibérica e 148 em África.

No segmento de *wholesale*, as vendas apresentaram uma descida anual de 5% em 2014, na sequência dos menores volumes vendidos em Portugal, nomeadamente nos subsegmentos relativos aos transportes e à indústria. Por outro lado, destaca-se o incremento das vendas no sector da aviação, bem como a consolidação de vendas de bancas marítimas a navios de cruzeiro no porto de Lisboa. De salientar que o contributo dos volumes vendidos em Espanha e em África neste segmento se mantiveram estáveis.

VENDAS DO SEGMENTO DE *WHOLESALE* (kt)



■ Portugal ■ Espanha ■ África

Vendas a outros operadores

Apesar de o foco da Empresa ser a venda a clientes diretos, a Galp Energia assegura, com a produção das suas refinarias, o aprovisionamento a outros comercializadores na Península Ibérica, em detrimento do mercado de exportação, permitindo capturar o prémio económico de localização correspondente.

Em 2014, as vendas a outros operadores totalizaram 3,5 mt, em linha com o registado em 2013, tendo representado 21% do total dos volumes comercializados pela Galp Energia.

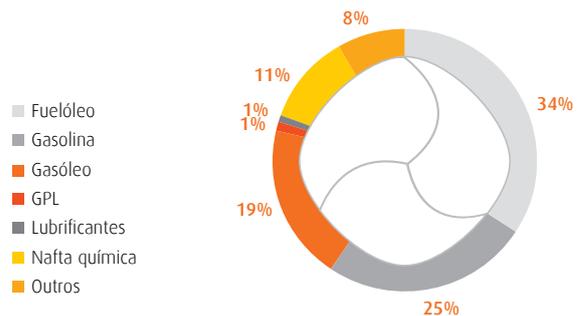
Exportações

A Galp Energia atua no mercado internacional de exportações, sobretudo como forma de escoar produção das suas refinarias. Importa salientar que a Empresa prioriza a exportação para mercados próximos do aparelho refinador, não obstante a exploração de oportunidades em outros mercados.

Em 2014, as exportações para fora da Península Ibérica totalizaram 4,0 mt, menos 9% do que no ano anterior. Esta redução deveu-se sobretudo à paragem realizada na refinaria de Sines no primeiro semestre do ano, havendo menor produção disponível para exportação.

De destacar que o fuelóleo, a gasolina e o gasóleo representaram 34%, 25% e 19% das exportações, respetivamente, que se destinaram maioritariamente a Gibraltar, EUA e França.

EXPORTAÇÕES POR PRODUTO EM 2014



O ano de 2014 ficou marcado pelo início da comercialização de lubrificantes Galp Energia na América Latina, sendo este um mercado que apresenta um elevado potencial e onde a Empresa está presente também através dos negócios de E&P e G&P.

2.4 Gas & Power



© Martins Pereira

COGERAÇÃO NA REFINARIA DE MATOSINHOS

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS

- Garantir uma base relevante de procura de gás natural no mercado ibérico, assegurando a substituição dos consumos do segmento elétrico e avaliando novos mercados de expansão.
- Assegurar o aprovisionamento de gás natural a longo prazo, acomodando o final dos contratos de aprovisionamento atuais e construindo um portefólio diversificado e flexível.
- Assegurar o acesso a infraestrutura de gás natural garantindo capacidade de transporte e armazenagem.
- Consolidar a atividade de trading de GNL no mercado internacional, garantindo contratos de venda de GNL de médio e longo prazo e explorando oportunidades de arbitragem em novos mercados.

DESTAQUES EM 2014

- Máximo histórico de volumes comercializados de gás natural de 7.472 mm³, suportado pelas vendas de GNL no mercado internacional.
- Descida dos volumes vendidos nos segmentos industrial e residencial na Península Ibérica, no seguimento da diminuição da procura e também da racionalização do portefólio de clientes.
- Consolidação da atividade estruturada de trading de gás natural e GNL.
- Continuação da aposta na oferta combinada de gás natural e eletricidade, tendo atingido um total de 261 mil clientes no sector residencial em Portugal.
- Lançamento, no final de 2014, do plano Energia³, incluindo combustíveis líquidos, gás natural e eletricidade para o segmento residencial, cuja proposta de valor é a melhor do mercado português.

PRINCIPAIS INDICADORES

	2012	2013	2014
Vendas de gás natural a clientes diretos (mm ³)	4.011	4.056	3.759
Vendas de GN e GNL em trading (mm ³)	2.242	3.034	3.713
Ativo fixo líquido de gás natural (€m)	1.233	1.239	1.263
Capacidade instalada de cogerações (MW)	257	254	205
Vendas de eletricidade à rede (GWh)	1.298	1.904	1.590
Ebitda RCA (€m)	350	416	438
Ebit RCA (€m)	285	338	363
Investimento (€m)	67	85	29

A Galp Energia agrupa na sua unidade de negócio de G&P, a compra, a distribuição e a comercialização de gás natural, assim como a produção e comercialização de eletricidade.

Com o objetivo de ter no mercado uma oferta competitiva e integrada para os seus clientes, a Empresa tem vindo a consolidar as atividades de comercialização de eletricidade e de gás natural.

A Empresa distribui e comercializa gás natural tanto na Península Ibérica, como no mercado internacional, onde tem vindo a intensificar a atividade de trading de GNL.

Na Península Ibérica, a Galp Energia conta com cerca de 4 mil milhões de metros cúbicos (bcm) por ano de procura de gás natural, enquanto que no mercado internacional a Empresa procura identificar as melhores oportunidades de negócio, focando-se nos mercados de maior valor acrescentado.

O *cash flow* gerado pelo negócio de G&P é alocado aos negócios em expansão da Empresa. Atendendo às condições do mercado de gás natural, a Empresa pretende otimizar as operações comerciais ibéricas e consolidar as vendas de GNL no mercado internacional, na atividade de supply & trading. A atividade de gestão de infraestruturas reguladas de gás natural deverá manter a sua contribuição estável para os resultados.

Gás natural

O portefólio de atividades do negócio de gás natural da Galp Energia abrange tanto atividades reguladas como liberalizadas. O aprovisionamento e a comercialização enquadram-se no regime liberalizado, enquanto a exploração de infraestruturas opera em regime regulado.

Aprovisionamento

A Galp Energia detém contratos de aprovisionamento a longo prazo num total de cerca de 6 bcm por ano, com maturidade a partir de 2020. Através destes contratos, a Empresa garante o acesso a gás natural proveniente da Argélia e a GNL produzido na Nigéria.

A Empresa procura sempre gerir da forma mais eficaz o seu cabaz de aprovisionamento, incluindo o mercado *spot*.

FONTES DE APROVISIONAMENTO DE GÁS NATURAL EM 2014



Durante o ano de 2014, uma parte significativa, ou 32%, das necessidades de gás natural foi abastecida através de novos contratos de *sourcing*, os quais suportam o crescimento verificado no segmento de trading. As restantes foram abastecidas através do cabaz

de longo prazo, com 43% do total de gás proveniente da Nigéria e 25% da Argélia, com base nos contratos estabelecidos com a Nigeria LNG e com a Sonatrach, respetivamente. O aprovisionamento de gás natural proveniente da Argélia é feito através dos gasodutos Europe Maghreb Pipeline (EMPL), Al-Andalus e Extremadura.

PARTICIPAÇÕES EM GASODUTOS INTERNACIONAIS

Gasodutos internacionais	País	Capacidade (bcm/ano)	% de participação da Galp Energia
EMPL	Argélia, Marrocos	12,0	23
Al-Andalus	Espanha	7,8	33
Extremadura	Espanha	6,1	49

Supply & Trading

A atuação da Galp Energia na área de supply & trading assenta atualmente em dois eixos: o mercado ibérico e o mercado internacional de GNL.

No mercado ibérico de comercialização de gás natural, a Empresa beneficia de uma procura estável, concentrando esforços na otimização das operações.

No que diz respeito à atividade de trading de GNL, a Galp Energia procura explorar as oportunidades existentes no mercado internacional.

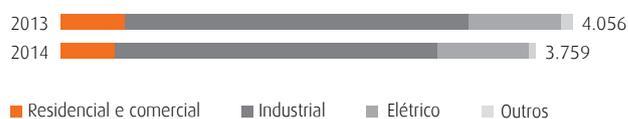
Em 2014, a Galp Energia comercializou um máximo histórico de 7.472 mm³ de gás natural, suportado pelo aumento das vendas no segmento de trading.

Vendas a clientes diretos

A Galp Energia manteve em 2014 a sua posição de segundo maior comercializador de gás natural na Península Ibérica, com cerca de um milhão de clientes.

As vendas de gás natural a clientes diretos totalizaram 3.759 mm³, abaixo do verificado em 2013, dada a redução da procura nos segmentos residencial e industrial. Por outro lado, o volume vendido ao segmento elétrico permaneceu estável em comparação com 2013.

VENDAS DE GÁS NATURAL A CLIENTES DIRETOS (mm³)



Durante 2014, os volumes de gás natural vendidos ao segmento industrial diminuíram 168 mm³ para os 2.550 mm³, devido à diminuição da procura por parte de grandes clientes industriais em Portugal, incluindo a redução dos consumos das unidades da Galp Energia, na sequência da paragem geral na refinaria de Sines no primeiro semestre de 2014.

Durante 2014, o consumo de gás natural no segmento elétrico manteve-se estável com 726 mm³. Tal deveu-se a um aumento da geração de eletricidade através de outras fontes energéticas, nomeadamente a hídrica e o carvão.

No segmento residencial, os volumes de gás natural vendidos situaram-se nos 424 mm³, uma diminuição de 19% em relação ao ano anterior. Este decréscimo deveu-se à intensificação da concorrência no mercado ibérico, em particular no mercado português, que continua a avançar no processo de liberalização deste segmento.

Trading

A atividade de trading de GNL no mercado internacional é atualmente um vetor de crescimento da atividade da Galp Energia. A Empresa procura atuar de forma sustentada no mercado e, como tal, tem vindo a reforçar as suas competências técnicas nesta área.

Em 2014, registou-se um novo máximo de volumes vendidos neste segmento, de 3.713 mm³, um aumento de 22% face ao registado em 2013. Durante o ano, foram efetuadas 40 operações de trading, com destino principalmente a países do Extremo Oriente e da América Latina.

Infraestruturas reguladas

A rede de distribuição de gás natural operada pela Galp Energia em Portugal é regulada pela Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE), o regulador português para o sector da energia, que estabelece as regras de remuneração desta atividade.

Os proveitos permitidos, que servem de base ao cálculo das tarifas da atividade de distribuição de gás natural, resultam da soma do custo de capital, da recuperação dos custos operacionais e de ajustamentos, nomeadamente o desvio tarifário. O custo de capital é calculado como o produto da base de ativos regulados pela taxa de remuneração fixada pelo regulador, acrescido das amortizações daqueles ativos. O desvio tarifário é definido como a diferença entre os proveitos permitidos estimados para o ano n-2 e os proveitos reais no mesmo período. O cálculo da taxa de remuneração é efetuado em função de uma média da *yield* das obrigações a 10 anos emitidas pelo Estado português.

Relativamente à atividade de armazenagem, destaca-se em 2014 o acordo estabelecido com a REN Armazenagem para a eventual transmissão da concessão no que se refere a duas cavidades existentes com capacidade de 30 mm³, bem como os direitos de construção e exploração de duas cavidades adicionais.

Distribuição

A Galp Energia participa em nove distribuidoras de gás natural em Portugal, cinco das quais operam ao abrigo de contratos de concessão com uma duração de 40 anos, enquanto as restantes operam ao abrigo de licenças com um período de exploração de 20 anos. Com o objetivo de melhorar o nível de serviço e a experiência do consumidor final, a Empresa tem vindo a otimizar operações e a uniformizar processos.

A Galp Energia opera uma rede de distribuição com 12.348 km, através da qual as suas empresas participadas distribuíram 1,4 bcm de gás natural durante 2014.

A taxa de remuneração estabelecida para o Ano Gás 2013-2014 foi revista em junho de 2014, de 9,0% para 8,4%, atendendo às *yields* das obrigações de referência no período respetivo. No final de 2014, a base de ativos regulatórios afeta àquela atividade era de cerca de €1,1 bn.

Power

O negócio de geração e comercialização de eletricidade na Península Ibérica complementa o negócio de gás natural por via do consumo de gás natural nas cogerações e por via da oferta de um serviço integrado de eletricidade e gás natural aos clientes da Empresa.

Cogerações

A Galp Energia está presente no negócio da geração de eletricidade através do portefólio de cogerações que possui em Portugal. A Empresa conta atualmente com uma capacidade instalada de 205 megawatts (MW), com destaque para as cogerações instaladas nas refinarias de Sines e de Matosinhos, as quais são uma importante fonte de consumo de gás natural para a Empresa e, também, uma importante fonte de energia para a operação das refinarias.

PORTEFÓLIO DE COGERAÇÕES DA GALP ENERGIA EM 2014

	Capacidade instalada (MW)	Vendas de eletricidade à rede (GWh)	Consumo de gás natural (mm ³)
Sinecogeração	82	629	229
Portcogeração	82	693	236
Outras	41	232	65
Total	205	1.554	530

Trading e comercialização de eletricidade

A Galp Energia adquire no Mercado Ibérico de Eletricidade (MIBEL) a eletricidade que vende através da sua atividade de comercialização. Esta atividade complementa o negócio de gás natural, tendo sido lançada em 2012 a primeira oferta combinada no mercado português, nomeadamente para o segmento residencial.

Durante 2014, a Empresa comercializou 2.137 gigawatts-hora (GWh) de eletricidade, um aumento de 32% face ao ano de 2013. Destaca-se que, no final do ano, a Galp Energia tinha já cerca de 261 mil contratos firmados, a maioria dos quais para uma oferta combinada de eletricidade e gás natural.

No entanto, o marco mais importante a destacar em 2014 foi o lançamento do plano Energia³, que consiste na oferta de produtos petrolíferos, gás natural e eletricidade, associada a um programa de descontos na rede Galp Energia e na maior rede do sector de retalho em Portugal.

03

Desempenho financeiro

- 3.1 Sumário executivo
- 3.2 Análise de resultados
- 3.3 Investimento
- 3.4 *Cash flow*
- 3.5 Dívida financeira

3.1 Sumário executivo

Em 2014, o resultado líquido RCA da Galp Energia foi de €373 m, €63 m acima do registado no ano de 2013.

A impulsionar este resultado esteve a melhoria do desempenho operacional de todos os segmentos de negócios, sobretudo devido ao aumento da produção de petróleo e gás natural, ao aumento da margem de refinação e dos volumes vendidos de GNL no mercado internacional.

Do desempenho operacional e financeiro da Galp Energia em 2014, destacam-se os seguintes factos:

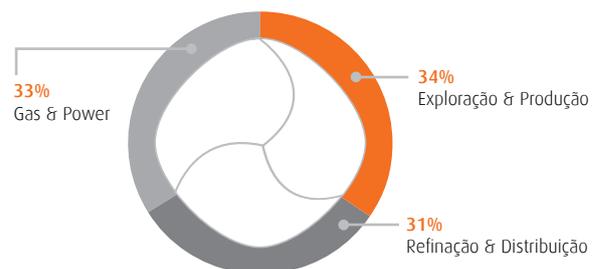
- a produção *net entitlement* de petróleo e gás natural aumentou cerca de 30% face a 2013, para 27,1 kboepd, dos quais cerca de 75% provenientes do Brasil;
- a margem de refinação da Galp Energia aumentou \$1,1/bbl face ao ano anterior, para \$3,3/bbl, um aumento que resultou principalmente da evolução positiva das margens nos mercados internacionais, no segundo semestre de 2014;
- o negócio de comercialização de produtos petrolíferos manteve o seu contributo positivo para os resultados, beneficiando das operações estabilizadas em Portugal e em Espanha e da redução dos custos operacionais;
- os volumes vendidos de gás natural atingiram os 7.472 mm³, um máximo histórico. Este aumento deveu-se aos maiores volumes de GNL transacionados no mercado internacional, que mais do que compensou a descida dos volumes vendidos a clientes diretos na Península Ibérica,

e para o qual contribuiu a capacidade de aprovisionamento proveniente de fontes alternativas;

- o Ebit RCA foi de €774 m, um aumento de 31% face ao período homólogo, influenciado não só pela melhoria do desempenho operacional dos segmentos de negócios, mas também pela diminuição das provisões constituídas no negócio de R&D;
- o investimento totalizou €1.143 m, 87% do qual foi alocado ao segmento de negócio de E&P, principalmente às atividades de desenvolvimento no campo Lula/Iracema, no Brasil;
- no final do ano, a dívida líquida situava-se em €2.520 m, ou €1.630 m, considerando o empréstimo concedido à empresa Sinopec como caixa e equivalentes, sendo que neste caso o rácio de dívida líquida para Ebitda situava-se em 1,2x.

Nota: salvo indicação em contrário, os valores referidos neste capítulo são RCA.

EBITDA POR SEGMENTO DE NEGÓCIO EM 2014 (%)



3.2 Análise de resultados

Exploração & Produção

Em 2014, o Ebitda aumentou €48 m para €444 m face ao ano anterior, essencialmente devido ao aumento da produção *net entitlement*.

O preço médio de venda foi de \$88,7/boe, face a \$100,8/boe em 2013, na sequência da diminuição do preço de petróleo nos mercados internacionais durante o ano.

Os custos de produção ascenderam a cerca de €100 m, representando um aumento de €22 m face a 2013, na sequência do início de operação da FPSO #3 em outubro de 2014, bem como da realização dos EWT nas áreas de Lula Central, Lula Sul e Iara, no Brasil. Por outro lado, os custos de produção em Angola diminuíram €4 m face ao ano de 2013, o que resultou da descida de produção e da desmobilização da FPSO Kuito em dezembro de 2013. Em termos unitários, os custos de produção foram de \$13,4/boe, face a \$13,7/boe no período homólogo.

Em 2014, os outros custos operacionais ascenderam a €63 m, uma diminuição de cerca de €2 m face ao ano de 2013.

As amortizações, excluindo custos para abandono, aumentaram €2 m face ao período homólogo para €131 m.

Este incremento deveu-se, essencialmente, ao aumento do investimento e da produção no Brasil.

Os custos para abandono no ano de 2014 foram de €17 m, face a €35 m em 2013.

O Ebit no ano de 2014 foi de €295 m, representando um aumento de €64 m face ao ano anterior.

Refinação & Distribuição

Em 2014, o Ebitda do negócio de R&D foi de €412 m, mais €100 m que em 2013, devido essencialmente à melhoria dos resultados da atividade de refinação.

Em 2014, a margem de refinação da Galp Energia atingiu os \$3,3/bbl, face a \$2,2/bbl em 2013. Este aumento veio no seguimento da evolução positiva das margens nos mercados internacionais, no segundo semestre do ano.

Os custos *cash* operacionais das refinarias foram de €175 m em 2014, correspondendo a \$2,9/bbl em termos unitários, face a \$2,6/bbl em 2013. Este aumento resultou sobretudo

dos custos operacionais associados à paragem geral para manutenção da refinaria de Sines no primeiro semestre do ano e da diminuição do volume de crude processado, o que influenciou negativamente a diluição de custos fixos naquele período.

No ano de 2014, a atividade de comercialização de produtos petrolíferos manteve o seu contributo positivo para os resultados, beneficiando das operações estabilizadas na Península Ibérica e da redução dos custos operacionais.

As amortizações de 2014 aumentaram €21 m para €289 m, na sequência do início da amortização dos ativos relativos ao complexo de *hydrocracking* no segundo trimestre de 2013.

As provisões diminuíram €15 m para €23 m, face ao período homólogo de 2013, na sequência da diminuição das imparidades por contas a receber.

O Ebit em 2014 foi positivo em €99 m, um aumento de €94 m relativamente a 2013.

Gas & Power

O Ebitda do negócio de G&P situou-se nos €438 m em 2014, um aumento de 5% face a 2013, que se deveu sobretudo ao aumento dos resultados da atividade de supply & trading, a qual atingiu um Ebitda de €251 m no período.

O negócio de infraestruturas reguladas contribuiu com €154 m para o Ebitda no período, embora tivesse sido impactado pela revisão em baixa da taxa de remuneração.

O negócio de power gerou um Ebitda de €33 m, menos €10 m do que em 2013 na sequência da paragem da cogeração em Sines no primeiro semestre de 2014 e da paragem das cogerações Energin e Carriço.

As depreciações e as amortizações no período atingiram €63 m, face a €61 m em 2013.

As provisões totalizaram €12 m, menos €3 m do que em 2013.

O Ebit do negócio de G&P situou-se nos €363 m, 7% acima do registado no período homólogo de 2013.

Resultados consolidados

No ano de 2014, as vendas e prestações de serviços desceram 9% face ao ano de 2013 para os €17.904 m, devido à diminuição das cotações do petróleo, do gás natural e dos produtos petrolíferos no mercado internacional e à diminuição do volume de vendas de produtos petrolíferos, na sequência da paragem planeada para manutenção na refinaria de Sines.

Os custos operacionais desceram 10% para os €16.624 m, com a diminuição de 12% do custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas a compensar o aumento de €90 m nos custos com fornecimentos e serviços externos. Este aumento deveu-se ao incremento dos custos variáveis relacionados com a atividade de produção de petróleo e gás natural e ao aumento da cotação dos fretes internacionais. Os custos com pessoal situaram-se nos €333 m, em linha com o registado em 2013.

O Ebitda foi de €1.314 m, mais €172 m que no ano de 2013, resultado do contributo incremental de todos os segmentos de negócio.

O Ebit situou-se nos €774 m, um aumento de 31% face ao período homólogo, influenciado não só pela melhoria do desempenho operacional dos segmentos de negócio, mas também pela diminuição das provisões constituídas no negócio de R&D.

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS (€m)

	2013	2014	Var.	% var
Vendas e prestações de serviços	19.622	17.904	(1.719)	(9%)
Custos operacionais	(18.514)	(16.624)	(1.890)	(10%)
Custo das mercadorias vendidas	(17.117)	(15.133)	(1.984)	(12%)
Fornecimentos e serviços externos	(1.068)	(1.158)	90	8%
Custos com pessoal	(329)	(333)	3	1%
Outros proveitos (custos) operacionais	34	35	1	2%
Ebitda	1.142	1.314	172	15%
Depreciações e amortizações	(495)	(504)	9	2%
Provisões	(57)	(36)	(21)	(37%)
Ebit	590	774	185	31%
Resultados de empresas associadas	64	60	(4)	(6%)
Resultados de investimentos	0	3	2	s.s.
Resultados financeiros	(121)	(145)	(24)	(20%)
Resultados antes de impostos e interesses que não controlam	533	693	160	30%
Impostos ¹	(168)	(253)	86	51%
Interesses que não controlam	(55)	(67)	12	21%
Resultado líquido	310	373	63	20%
Eventos não-recorrentes	(59)	(203)	(144)	s.s.
Resultado líquido RC	251	170	(81)	(32%)
Efeito <i>stock</i>	(62)	(343)	(281)	s.s.
Resultado líquido IFRS	189	(173)	(362)	s.s.

¹ Inclui impostos relativos à atividade de produção de petróleo e gás natural, nomeadamente Participação Especial a pagar no Brasil e IRP a pagar em Angola.

Os resultados de empresas associadas foram de €60 m, para o que contribuíram sobretudo as participações nos gasodutos internacionais.

No ano de 2014, os resultados financeiros agravaram-se em €24 m face ao período homólogo, e foram negativos em €145 m. Esta descida deveu-se ao *mark-to-market* de instrumentos financeiros relacionados com a cobertura da margem de refinação e também diferenças de câmbio.

Os impostos aumentaram €86 m para os €253 m, influenciados pelo maior contributo do negócio de E&P para os resultados do Grupo.

Os interesses que não controlam foram de €67 m, mais €12 m que o verificado no ano de 2013.

3.3 Investimento

Durante 2014, o investimento foi de €1.143 m, 87% dos quais destinaram-se ao negócio de E&P.

O investimento em atividades de desenvolvimento, nomeadamente no campo Lula/Iracema, representou 75% do total investido no segmento de negócio de E&P.

Os restantes 25% destinaram-se à campanha de exploração e avaliação realizada durante o ano, com destaque para as atividades no pré-sal brasileiro, em Moçambique e em Marrocos.

Nos negócios de R&D e G&P, o investimento totalizou €137 m, um montante afeto principalmente à manutenção da refinaria de Sines e à expansão da rede de distribuição de gás natural.

3.4 Cash flow

MAPA DE CASH FLOW (€m, VALORES EM IFRS)

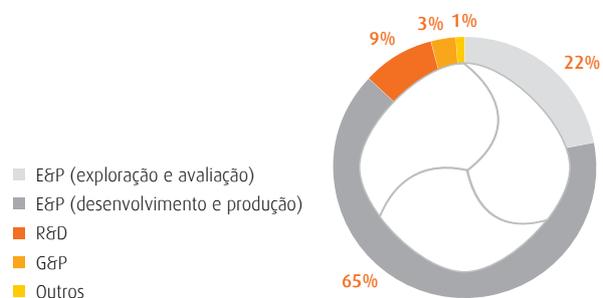
	2013	2014
Ebit	401	180
Dividendos de empresas associadas	64	74
Depreciações e amortizações	585	614
Variação de fundo de manei	30	326
Cash flow gerado pelas atividades operacionais	1.081	1.193
Investimento líquido ¹	(854)	(1.142)
Juros pagos e recebidos	(176)	(130)
Impostos pagos	(154)	(159)
Dividendos pagos	(222)	(275)
Outros ²	(150)	165
Varição da dívida líquida	(475)	(348)

¹ Em 2013 inclui o montante de €111 m da venda da participação de 5% na empresa CLH.

² Inclui CTA (*Cumulative Translation Adjustment*) e reembolsos parciais do empréstimo concedido à Sinopec.

O resultado líquido RCA totalizou €373 m, ou €63 m acima do registado no ano de 2013. De salientar que o resultado líquido IFRS foi negativo em €173 m, tendo sido negativamente influenciado pelo efeito *stock*, no montante de €343 m pós-impostos, e por eventos não recorrentes de €203 m, que se deveram sobretudo a imparidades no negócio de E&P, incluindo custos relacionados com o poço de exploração em Marrocos e imparidades relativas a ativos no Brasil.

INVESTIMENTO POR SEGMENTO (%)



Em 2014, a dívida líquida aumentou €348 m, sobretudo devido ao investimento em ativo fixo realizado no período.

Importa salientar que o investimento líquido foi compensado pelo *cash flow* gerado pelas atividades operacionais de €1.193 m, devido essencialmente ao desempenho operacional no segundo semestre e à redução do fundo de manei no quarto trimestre. A integração dos negócios permitiu que a *performance* do Grupo não fosse afetada pela descida dos preços do petróleo no segundo semestre de 2014.

3.5 Dívida financeira

SITUAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA (€m)

	31 dez. 2013	31 dez. 2014	Varição
Ativo não-corrente	6.890	7.599	709
Fundo de maneiio	1.294	968	(326)
Empréstimo à Sinopec	871	890	18
Outros ativos (passivos)	(468)	(512)	(44)
Capital empregue	8.588	8.945	357
Dívida de curto prazo	373	303	(70)
Dívida de médio longo-prazo	3.304	3.361	57
Dívida total	3.677	3.664	(13)
Caixa e equivalentes	1.505	1.144	(361)
Dívida líquida	2.172	2.520	348
Total do capital próprio	6.416	6.425	9
Total do capital próprio e da dívida líquida	8.588	8.945	357
Dívida líquida incl. empréstimo à Sinopec	1.301	1.630	330
Rácio dívida líquida para Ebitda	1,9x	1,9x	-
Rácio dívida líquida para Ebitda incl. empréstimo à Sinopec	1,1x	1,2x	0,1x

O ativo não-corrente de €7.599 m no final de 2014 representou um aumento de €709 m face ao final de 2013, na sequência do investimento efetuado ao longo do ano, nomeadamente no negócio de E&P.

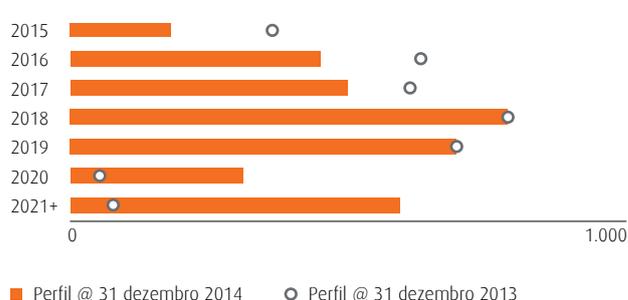
O fundo de maneiio, no final de 2014, era de €968 m, menos €326 m do que no final de 2013. O desinvestimento em fundo de maneiio deveu-se sobretudo à redução de *stocks*, que foram não só impactados pela descida dos preços do petróleo, do gás natural e dos produtos petrolíferos, mas também pela redução das quantidades. O fundo de maneiio beneficiou também de uma gestão mais eficaz das rubricas de clientes e fornecedores.

A dívida líquida era de €2.520 m a 31 de dezembro de 2014, ou de €1.630 m se se considerassem como caixa e equivalentes os €890 m devidos pela Sinopec à Galp Energia.

O rácio de dívida líquida para Ebitda era de 1,9x no final de 2014, ou 1,2x considerando o empréstimo à Sinopec como caixa e equivalentes.

Ao longo de 2014, a Galp Energia continuou a executar a estratégia financeira definida, que visa, entre outros, alinhar a maturidade da dívida com o perfil esperado de geração de *cash flow*, bem como garantir a diversificação das fontes de financiamento. Com efeito, cerca de 65% do montante em dívida tem maturidade a partir de 2018.

PERFIL DE REEMBOLSO DA DÍVIDA (€m)



Neste contexto, importa destacar que a Galp Energia procedeu à segunda emissão de dívida no mercado de capitais em julho de 2014, ao abrigo do programa Euro Medium Term Note (EMTN) anunciado em 2013, num montante de €500 m, e com um cupão de 3,0%.

No final de dezembro de 2014, a dívida de médio e longo prazo representava 92% do total, mais dois pontos percentuais (p.p.) do que no final de 2013.

A 31 de dezembro de 2014, o prazo médio da dívida era de 3,7 anos.

A taxa de juro média da dívida no final do ano era de 4,2%, menos 20 *basis points* (b.p.) do que em 2013.

No final de dezembro de 2014, a Galp Energia tinha linhas de crédito contratadas, mas não utilizadas, de €1,2 bn. Deste montante, cerca de 30% estava contratado com bancos internacionais e 60% estava contratualmente garantido.

DÍVIDA POR TAXA CONTRATADA (%)





04 Gestão de risco

- 4.1 Modelo de gestão de risco
- 4.2 Sistema de controlo interno
- 4.3 Principais riscos

4.1 Modelo de gestão de risco

No grupo Galp Energia, a Comissão Executiva é responsável pela instituição de um mecanismo de identificação e avaliação dos riscos internos e externos que podem afetar o desempenho do Grupo. É auxiliada nesta tarefa por várias entidades internas, designadamente pela Direção de Gestão de Risco, pela Direção Central de Auditoria Interna e pelo Comité de Gestão de Risco.

A autonomização da atividade de gestão de risco e a sua concentração na Direção de Gestão de Risco, sob a responsabilidade de um administrador executivo, ocorreu em 2012 e permitiu a definição e gestão, de uma forma mais eficiente, de um modelo de gestão de risco integrado.

Esta Direção tem como missão promover a implementação das políticas de gestão de risco definidas pela Comissão Executiva, em articulação com as diferentes unidades de negócio do grupo Galp Energia, garantindo a consistência de princípios, conceitos, metodologias e ferramentas de avaliação e gestão de risco de todas as unidades de negócio do Grupo, incluindo as filiais no exterior. Tem ainda por missão assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de risco, através do relacionamento com a Comissão Executiva, com o Comité de Gestão de Risco e com os *focal points* das unidades de negócio e empresas do Grupo.

A estrutura de gestão de risco implementada permite a monitorização do perfil de risco integrado da Empresa, bem como dos riscos específicos inerentes às atividades ou negócio do Grupo.

As diferentes unidades de negócio e de suporte da Empresa são responsáveis pela identificação, notificação, autoavaliação e mitigação do risco, tendo sido nomeados gestores de risco em cada uma das unidades, designados por *Local Risk Officers* (LRO). O LRO é um colaborador experiente, com conhecimento suficiente para identificar, avaliar e comunicar os riscos.

O Comité de Gestão de Risco é o órgão que tem por missão apoiar e monitorizar a definição e execução da estratégia e política de gestão de risco da Galp Energia, em articulação com o departamento de gestão de risco e os responsáveis pelas unidades de gestão da Empresa, sendo composto pelo administrador executivo com o pelouro da Direção de Gestão de Risco (*Chief Risk Officer*), pelo administrador executivo com o pelouro financeiro (*Chief Financial Officer*), pelo diretor da Direção de Gestão de Risco e pelo diretor da Direção de Auditoria Interna.

Ao Comité de Gestão de Risco compete:

- acompanhar a evolução dos níveis globais de risco;
- garantir que estes são compatíveis com os objetivos e as estratégias aprovados pela Comissão Executiva;
- avaliar e rever com a Comissão Executiva as medidas de monitorização e controlo dos riscos, nomeadamente os que apresentam variações significativas;

- analisar e dar parecer sobre a proposta de Política de Gestão de Risco, apresentada pela Direção de Gestão de Risco, a submeter à Comissão Executiva;
- assegurar que a estratégia da Empresa e os planos de negócio não contêm riscos que não foram examinados adequadamente pelos gestores dos respetivos negócios;
- propor a definição e revisão, quando necessário, dos riscos principais da Galp Energia;
- analisar e dar parecer sobre a incorporação de dimensões de gestão de risco nos objetivos do negócio;
- aprovar o relatório anual de gestão de risco e enviá-lo para o Conselho Fiscal; e
- informar regularmente a Comissão Executiva sobre a atividade do Comité e as decisões nele adotadas.

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia do sistema de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos, fortalecendo, assim, o ambiente de controlo interno. As recomendações do Conselho Fiscal a este respeito são enviadas à Comissão Executiva.

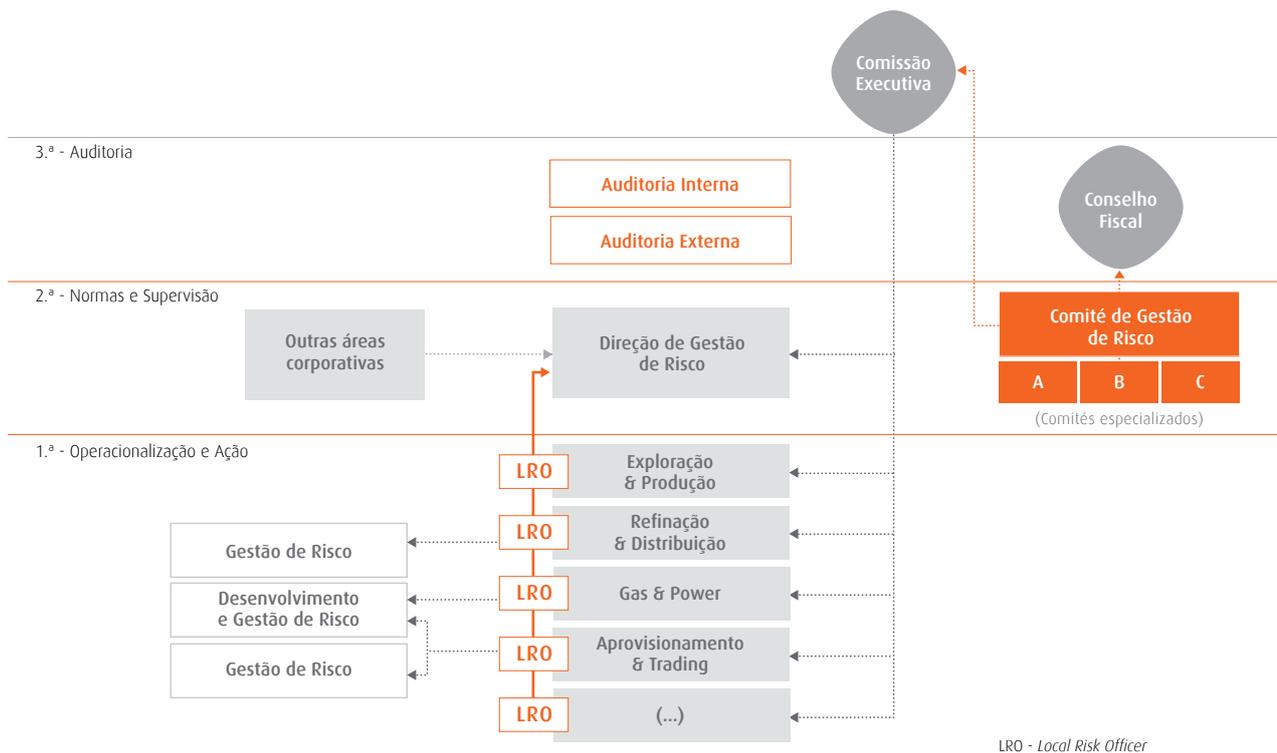
A Direção Central de Auditoria Interna avalia de forma independente e sistemática o adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, assim como a efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação, informando e alertando regularmente o Conselho de Administração e o Conselho Fiscal para as observações e recomendações mais relevantes e identificando oportunidades de melhoria.

É definido anualmente um plano de auditorias, baseado nos resultados da avaliação do risco residual dos diferentes processos e das várias unidades de negócio, que é aprovado pela administração da Galp Energia.

Pretende-se assegurar a aplicação efetiva do sistema de gestão de riscos através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia, do acompanhamento das medidas corretivas de eventuais deficiências do sistema e da monitorização permanente dos níveis de risco e implementação dos mecanismos de controlo relativos aos diversos riscos a que a Galp Energia está sujeita.

No âmbito da respetiva função fiscalizadora, o Conselho Fiscal deverá acompanhar os planos de trabalho e os recursos afetos à Direção Central de Auditoria Interna e às áreas de *compliance* do Grupo, sendo o destinatário de relatórios periódicos realizados por estes serviços, assim como informação sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

RELACIONAMENTO MATRICIAL DO GOVERNO DE GESTÃO DE RISCO



4.2 Sistema de controlo interno

O sistema de controlo interno consiste num conjunto de políticas e procedimentos cujo propósito é garantir, com uma probabilidade razoável de êxito, que são atingidos os objetivos da Empresa em matéria de condução ordenada e eficiente dos negócios, salvaguarda dos ativos, prevenção e deteção de fraudes e erros, cumprimento de leis e regulamentos e fiabilidade do relato financeiro.

Este sistema assenta nas orientações do Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission (CoSO) relativamente aos principais aspetos do controlo interno da Galp Energia: ambiente de controlo, avaliação do risco, monitorização, informação e comunicação.

O ambiente de controlo é o ponto de partida para as restantes componentes do controlo interno. Compreende a atitude geral, a consciencialização ética e as ações da Comissão Executiva, que servem de exemplo aos colaboradores e às restantes partes interessadas.

A implementação de um código de ética capaz de orientar a conduta pessoal e profissional de todos os colaboradores contribuiu para concretizar a missão, a visão e os valores da Empresa. O código de ética da Galp Energia está disponível no sítio da Empresa na Internet em http://www.galpennergia.com/PT/investidor/GovernoCorporativo/Documents/Codigo_etica.pdf

O ambiente de controlo da Galp Energia compreende também as normas e os procedimentos internos respeitantes à delegação de poderes que garantem o escrutínio dos diferentes atos de gestão, de acordo com a natureza e a substância dos mesmos.

A Galp Energia tem promovido a sistematização da avaliação dos riscos e dos sistemas de controlo interno nas diferentes unidades de negócio. Estas iniciativas abrangem os riscos identificados por cada unidade de negócio, que também são responsáveis pela gestão dos mesmos.

Como os riscos inerentes e a eficácia dos controlos internos dependem de variáveis endógenas e exógenas, o processo de avaliação não é estático. Assim, é uma boa prática a realização de reavaliações periódicas do risco dos principais negócios do Grupo, para que seja garantido o alinhamento entre o perfil de risco decidido pela Comissão Executiva e a resposta aos riscos dada pelas unidades de negócio.

De forma genérica, através das avaliações da análise de risco e do controlo interno, o processo começa por identificar e classificar os principais riscos que poderão comprometer os objetivos das unidades de negócio, bem como os sistemas de controlo criados para os mitigar. Para avaliar a eficácia dos controlos implementados, aferem-se os riscos residuais e, em seguida, verifica-se a existência de eventuais desvios em relação ao nível de risco implícito no plano de negócios para a unidade.

Por fim, as unidades de negócio pronunciam-se quanto ao risco residual, comprometendo-se com um plano de resposta ao risco com vista a minorar, transferir, evitar ou aceitar o risco residual.

São realizadas auditorias operacionais, de conformidade e financeiras, assim como revisões ao sistema de informação, que visam testar a eficácia dos controlos internos instituídos.

A Galp Energia definiu políticas e processos para acompanhar, medir e gerir os riscos a que está exposta. O objetivo destas políticas é ajudar os segmentos de negócio a alcançarem as respetivas metas e a acompanharem o potencial impacto dos riscos nos resultados.

Informação e comunicação

O processo de divulgação de informação financeira pela Galp Energia é acompanhado tanto pelos órgãos de administração e fiscalização como pelas unidades de negócio e pelos serviços corporativos. Os documentos de apresentação de informação financeira ao mercado

de capitais são elaborados pela Direção de Estratégia e Relações com Investidores, com base na informação disponibilizada pelas unidades de negócio, pela Direção de Contabilidade e Fiscalidade e pela Direção de Planeamento e Controlo Corporativo.

Antes da sua divulgação, os documentos são enviados aos órgãos de administração e de fiscalização. Todos os documentos de apresentação de informação financeira são, pois, aprovados por estes dois órgãos antes de serem divulgados.

4.3 Principais riscos

Os principais riscos que a Galp Energia enfrenta podem afetar negativamente a implementação da sua estratégia, os seus *stakeholders*, nomeadamente os seus colaboradores e as comunidades onde atua, as suas operações, os seus resultados, a sua situação financeira, os seus ativos e a sua reputação.

Consequentemente, estes efeitos podem ter impacto no retorno acionista, incluindo a distribuição de dividendos ou o valor de mercado da Galp Energia. As medidas tomadas pelo Conselho de Administração da Empresa para mitigar alguns destes riscos são identificadas e divulgadas, sempre que tal for apropriado.

Em 2014, foi realizada uma atualização e revisão aos principais resultados do processo intensivo de avaliação dos principais riscos, realizado em 2013.

A Galp Energia agrupa os seus riscos principais em quatro grandes categorias: estratégicos, operacionais ou de conformidade, externos e financeiros. São implementadas ações de mitigação para estes riscos, de forma a adequar a exposição aos mesmos ao nível de tolerância de risco dos acionistas.

Entre os riscos que podem afetar as atividades ou a situação financeira da Galp Energia, destacam-se os que se seguem, sem prejuízo de outros aqui não discriminados terem uma importância equivalente ou superior.

PRINCIPAIS RISCOS DA GALP ENERGIA

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Riscos estratégicos		
Execução de projetos	<p>O sucesso na execução de grandes projetos é fundamental para o crescimento da Galp Energia no futuro. A não execução destes projetos, dentro do orçamento, do tempo previsto e em conformidade com as especificações previamente definidas, pode influenciar a execução da estratégia da Galp Energia, os seus resultados, a sua reputação e a sua situação financeira.</p> <p>A execução destes projetos está sujeita a riscos de segurança, de saúde e de ambiente, e a riscos económicos, técnicos, comerciais, jurídicos ou regulatórios. Também a escolha de uma opção de desenvolvimento que não seja a mais apropriada pode levar a que se incorra em riscos e/ou custos adicionais durante a vida útil do projeto.</p> <p>Muitos dos principais projetos da Empresa são desenvolvidos através de parcerias, podendo ser operados por terceiros. Por sua vez, a atividade da Galp Energia e dos seus parceiros depende do desempenho dos diferentes prestadores de serviços e de outras partes contratadas, pelo que a Empresa está exposta a risco de execução através dessas entidades.</p> <p>Importa também salientar que os parceiros podem ter interesses ou objetivos diferentes dos da Empresa e podem exercer certos direitos de veto para bloquear algumas decisões ou ações da Galp Energia. Os diferentes parceiros podem também aprovar determinadas matérias sem o consentimento da Empresa. Além disso, o facto de a Galp Energia estar presente em diversos projetos nos quais não é operadora, e nos quais detém participações minoritárias, poderá afetar a sua capacidade de influenciar as decisões da parceria e de gerir riscos e custos.</p>	<p>Na Galp Energia, a FID sobre um projeto é tomada após a revisão detalhada dos estudos de viabilidade, incluindo análises de sensibilidade a variáveis-chave, como preços e custos, a escolha e definição do conceito de desenvolvimento, o correto planeamento e gestão de execução de projetos, bem como o estudo das opções de comercialização.</p> <p>Outra forma de mitigar o risco de execução de projetos é através da constante monitorização dos mesmos, de forma a identificar potenciais riscos o mais cedo possível, garantindo que as medidas corretivas são implementadas de forma atempada. Também é importante a informação recolhida em cada projeto, que é posteriormente utilizada em outros projetos, permitindo à Empresa beneficiar da curva de experiência e aprendizagem.</p> <p>Apesar de a Galp Energia não ser operadora na maioria dos projetos onde participa, está ativamente envolvida na execução dos mesmos. A Empresa monitoriza diariamente a atividade de cada projeto e mantém um contacto direto com os operadores, que são empresas internacionais com uma vasta experiência no sector.</p> <p>A Galp Energia está presente em diversos projetos de classe mundial, o que lhe permite tirar proveito do conhecimento e da experiência diversificada que detém, aproveitando técnicas e curvas de experiência de uma região para outra. Exemplo disto são os conhecimentos já adquiridos <i>offshore</i> na América Latina e em África. A Galp Energia acredita que a experiência comprovada e diversificada que detém, em conjunto com o conhecimento que adquire nos vários projetos onde participa, é um fator fundamental que lhe permite influenciar os consórcios onde participa.</p>

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Execução de projetos (cont.)	Salienta-se ainda que os parceiros da Galp Energia ou as contrapartes contratadas são responsáveis pela adequação das competências técnicas e humanas que disponibilizam para cada projeto. Caso tal não se verifique, os parceiros ou as outras contrapartes poderão não ter capacidade para fazer face às suas obrigações, financeiras ou de outro foro, perante as suas contrapartes ou perante os projetos, podendo afetar a viabilidade dos mesmos.	<p>A Galp Energia também tem por objetivo continuar a reforçar as suas competências no âmbito das atividades de exploração e produção, o que se espera que contribua para aumentar o controlo e a influência que possui sobre cada projeto.</p> <p>No que concerne ao risco que advém da contratação de fornecedores de bens e prestadores de serviços ou outras partes contratadas, a Galp Energia analisa e implementa um processo de seleção e contratação que congrega uma série de critérios no âmbito das operações, incluindo de SSA.</p> <p>No caso dos projetos que não opera, a Empresa assegura o acompanhamento, nas suas diferentes fases, por equipas internas multidisciplinares.</p>
Risco de país	<p>O campo Lula/Iracema é atualmente o maior contribuidor para a base de reservas de petróleo e gás natural da Galp Energia.</p> <p>Apesar de a Galp Energia não ter registado, até à data, problemas materiais no decorrer das suas operações no Brasil, incluindo, mas não limitados a, eventos relacionados com falhas de segurança, distúrbios civis, expropriação de ativos ou alterações no enquadramento legal, regulatório e fiscal, não existem garantias que tais eventos não surjam no futuro.</p> <p>Como tal, embora o governo e as autoridades brasileiras tenham vindo a cooperar no que diz respeito ao desenvolvimento de reservas de petróleo e gás no país, qualquer circunstância adversa que surja durante a fase de desenvolvimento dos projetos de E&P da Galp Energia no Brasil poderá pôr em risco as operações no país. Dessa forma, os objetivos de produção estabelecidos pela Empresa podem vir a ficar comprometidos, podendo afetar de forma adversa os resultados operacionais e a situação financeira da Galp Energia.</p>	<p>A Galp Energia está permanentemente atenta a todos os eventos que ocorrem nos países onde opera e que possam ter implicações na atividade da Empresa, nomeadamente no Brasil.</p> <p>Neste caso, a presença que a Empresa tem no Brasil e a relação que construiu com a empresa petrolífera de referência, a Petrobras, facilitam a existência de um canal de comunicação aberto e permitem-lhe reagir de forma atempada, nomeadamente no que se refere ao processo de tomada de decisão e respetiva capacidade de influenciar as partes interessadas locais, incluindo a sua parceira. Atendendo à dimensão dos projetos em desenvolvimento no Brasil, e à sua importância para a economia daquele país, é expectável que as entidades reguladoras e o governo brasileiro facilitem a execução dos projetos, reduzindo dessa forma o risco associado.</p> <p>Além disso, a Galp Energia está atenta a oportunidades que possam surgir noutras regiões, considerando os critérios definidos, o que poderá resultar na redução da exposição relativa ao Brasil.</p>
Necessidades de financiamento e liquidez	<p>Antecipa-se que a Galp Energia, em virtude da sua estratégia e do seu plano de investimentos, venha a ter necessidades relevantes de fundos. A Galp Energia espera financiar uma parte substancial do seu plano de investimentos através do <i>cash flow</i> operacional que antecipa gerar, através das reservas de caixa e outras fontes de liquidez. No entanto, se as suas operações não gerarem <i>cash flow</i> suficiente, a Empresa poderá ter de recorrer a fontes adicionais de financiamento externo incluindo empréstimos bancários, à colocação de dívida ou capital próprio no mercado de capitais ou à criação de parcerias.</p> <p>Não existe garantia de que a Galp Energia será capaz de satisfazer todas as necessidades de financiamento para executar o seu plano de investimentos, nomeadamente em condições comerciais aceitáveis. Se a Empresa não for capaz de fazer face às suas necessidades de financiamento e liquidez, poderá ter de reduzir o seu plano de investimentos, o que poderá ter um impacto negativo no seu plano estratégico da Empresa, no seu negócio e, consequentemente, nos resultados das suas operações.</p>	<p>Um dos pilares estratégicos da Galp Energia é a manutenção de uma estrutura de capital sólida, nomeadamente através de uma forte disciplina financeira, o que deverá facilitar o acesso a fontes de financiamento diversas, a custos considerados competitivos.</p> <p>A sólida estrutura de capital e o <i>cash flow</i> resiliente gerado pelos negócios de <i>downstream</i> e gás, bem como o <i>cash flow</i> gerado pelo aumento da produção no Brasil, serão essenciais para melhorar as condições de crédito, prolongando maturidades a preços competitivos, mas também para diversificar as fontes de financiamento. A título de exemplo, salienta-se a primeira emissão de dívida no mercado de capitais em 2013, que permitiu o aumento da vida média da dívida e a redução do custo médio de financiamento.</p> <p>A Galp Energia mantém ainda linhas de crédito contratadas a um nível considerado adequado, o que lhe fornece flexibilidade no que diz respeito às suas necessidades de tesouraria.</p>
Eficiência dos investimentos	O crescimento orgânico da Empresa está dependente da criação de um portefólio de ativos de qualidade e do investimento nas melhores opções. Se a Galp Energia não for eficaz na seleção e no desenvolvimento de investimentos, poderá ocorrer perda de valor, pondo em risco a implementação dos seus planos estratégicos. Assim, se a Galp Energia não for capaz de implementar a sua estratégia com sucesso, poderá haver impactos adversos nos resultados de operações e na situação financeira da Empresa.	<p>A Galp Energia tem um conjunto de ativos excecionais, nomeadamente na área de E&P. Todos os projetos desenvolvidos pela Empresa são rigorosamente analisados e submetidos à aprovação da equipa de gestão e os mesmos só poderão ser aprovados caso o retorno seja superior ao custo de capital estimado.</p> <p>Além das equipas que analisam em detalhe a viabilidade de cada projeto, a Galp Energia tem uma equipa que avalia o portefólio de projetos e ativos e o seu enquadramento na estratégia da Empresa. O objetivo é assegurar que a Galp Energia é eficaz na escolha dos seus investimentos, de forma a proteger o valor para o acionista e a assegurar a sustentabilidade da Empresa.</p>
Descoberta e desenvolvimento de reservas e recursos de petróleo e gás natural	<p>A futura produção de petróleo e de gás natural da Galp Energia depende da aquisição, da descoberta e do desenvolvimento, com regularidade e eficiência de custos, de novos recursos que substituam aqueles que se esgotam por via da produção. No entanto, a capacidade da Empresa adquirir ou descobrir novos recursos e reservas está sujeita a inúmeros riscos. A título exemplificativo, não existe garantia de que as atividades de exploração e desenvolvimento sejam bem-sucedidas ou, se o forem, de que a dimensão das descobertas seja suficiente para repor as atuais reservas ou para cobrir os custos de exploração. De facto, a atividade de exploração pode envolver resultados negativos, não apenas no que se refere a poços secos, mas também a descobertas que sejam consideradas economicamente inviáveis.</p> <p>Além disso, as atividades de E&P são normalmente conduzidas em ambientes extremamente desafiantes, com potencial para existência de riscos de falha técnica e desastres naturais. Tal pode resultar num aumento de custos ou na redução, atraso ou cancelamento de operações de perfuração, nomeadamente devido a fatores diversos, como sejam condições de perfuração inesperadas, pressões ou irregularidades em formações geológicas, falhas em equipamentos ou acidentes, condições atmosféricas adversas, observância dos requisitos impostos por entidades governamentais, falta ou atrasos na disponibilidade de sondas de perfuração e entrega de equipamento.</p>	<p>A Galp Energia tem um vasto portefólio de reservas e recursos de petróleo e gás natural e antecipa que este lhe permitirá atingir um crescimento de produção relevante durante os próximos anos. De facto, a Galp Energia detém um conjunto de projetos de E&P em diferentes fases de produção, desenvolvimento e produção.</p> <p> Ao nível dos projetos de desenvolvimento, a Empresa está focada na sua execução, atendendo nomeadamente aos prazos e custos previamente definidos, de forma a possibilitar o desenvolvimento de reservas e recursos e, consequentemente, a garantir produção futura. Ainda assim, importa salientar que estes projetos podem não ser operados pela Galp Energia, ainda que a Empresa contribua e tenha influência na execução dos mesmos.</p> <p>A Galp Energia tem também vindo a envidar esforços no sentido de reforçar as suas competências e <i>know-how</i> interno, minimizando, na medida do possível, o risco associado à atividade de exploração. Dada a natureza desta atividade, este risco não é passível de ser mitigado na sua totalidade. No entanto, a Galp Energia tem em funcionamento um sistema de seleção dos prospectos a perfurar, de acordo com múltiplos critérios, nomeadamente probabilísticos e de riscos técnicos, comerciais e económicos.</p>

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Descoberta e desenvolvimento de reservas e recursos de petróleo e gás natural (cont.)	<p>Acresce o facto de que os blocos para produção de petróleo e gás natural são normalmente leiloados por autoridades governamentais. A Galp Energia está sujeita a intensa concorrência na licitação por tais blocos, nomeadamente naqueles que se considera terem um potencial mais atrativo em termos de recursos. Tal concorrência pode levar a que a Galp Energia não obtenha blocos de exploração e produção desejáveis, ou a que os obtenha em condições menos competitivas, o que poderá afetar a viabilidade económica da produção subsequente.</p> <p>Se não for bem-sucedida no <i>de-risking</i> de recursos e no desenvolvimento de reservas, o total de reservas provadas da Empresa diminuirá e a Galp Energia poderá incorrer no risco de não alcançar os seus objetivos de produção. Tal terá um efeito negativo no crescimento futuro da produção, nos resultados e na situação financeira da Empresa.</p>	<p>As competências técnicas das equipas, a escolha ótima do equipamento e a implementação de uma política estrita de contratação de bens e serviços, são critérios que contribuem para a redução do risco associado às operações nas atividades de exploração e produção, isto atendendo aos desafios que se colocam, nomeadamente em ambientes de extrema complexidade, como a produção em águas ultraprofundas.</p> <p>Relativamente à eventual expansão do portefólio, importa salientar que a Empresa tem uma equipa multidisciplinar sob a responsabilidade do administrador da área de E&P, cujo objetivo é gerir ativamente o portefólio de exploração, nomeadamente a avaliação de novas oportunidades segundo matrizes de risco e retorno.</p>
Captação e retenção de capital humano qualificado	<p>A boa execução da estratégia de negócio da Galp Energia depende das qualificações e do empenho dos seus colaboradores e das suas equipas de gestão. Na indústria do petróleo e do gás, em especial, a concorrência por gestores e colaboradores com qualificações e experiência relevantes é intensa.</p> <p>Se a Galp Energia não conseguir atrair, reter, motivar e organizar o capital humano adequado, no futuro, tal poderá comprometer o sucesso do seu negócio e, consequentemente, os resultados de operações e a sua situação financeira.</p>	<p>A Galp Energia promove estratégias de recrutamento e retenção de talentos que considera adequadas, uma política de remunerações competitiva relativamente à concorrência, um sistema de avaliação de desempenho, bem como promove também a avaliação do clima organizacional. A formação que a Galp Energia disponibiliza aos seus trabalhadores, e na qual tem vindo a apostar nos últimos anos é também importante, nomeadamente ao nível dos programas de formação avançada na área de gestão, refinação, e exploração e produção de hidrocarbonetos.</p> <p>Mais especificamente na área de E&P, a estratégia da Galp Energia para reter e atrair talento centra-se na posição competitiva que a Empresa tem neste sector a nível internacional. A Galp Energia encontra-se em duas das mais promissoras bacias a nível mundial – a bacia de Santos, no pré-sal brasileiro, e a bacia do Rovuma, em Moçambique. A Empresa detém ainda um portefólio de exploração muito interessante, com diversas oportunidades de serem desenvolvidas no futuro.</p>
Riscos operacionais ou de conformidade		
Estimativa de recursos e reservas de petróleo e gás natural	<p>A estimativa de reservas e recursos de petróleo e de gás natural baseia-se na informação geológica, técnica e económica disponível, pelo que se reveste de inúmeras incertezas. A precisão destas estimativas depende de um variado número de fatores, pressupostos e variáveis, alguns dos quais estão fora do controlo da Empresa. Estes fatores incluem: alterações aos preços do petróleo e do gás natural, que podem ter impacto na quantidade de reservas provadas (uma vez que as reservas são calculadas com base nas condições económicas vigentes na data em que as reservas são estimadas); alterações ao regime fiscal em vigor, ou a outras regulações e condições contratuais, após a data da estimativa de reservas (e que podem ter impacto na viabilidade económica do desenvolvimento de tais reservas); e certas ações potencialmente levadas a cabo por terceiros, incluindo os operadores dos campos em que a Galp Energia participa.</p> <p>O processo de estimativa comporta juízos informados e as estimativas de reservas estão, por isso, sujeitas a revisão. Os resultados de atividades de perfuração, teste e produção após a data de estimativa, podem levar a revisões substanciais, da informação sobre reservas e recursos da Empresa. Qualquer revisão em baixa das quantidades estimadas de reservas provadas pode ter um impacto adverso nos resultados de operações da Galp Energia, originando, nomeadamente, o aumento de depreciações e amortizações e/ou o registo de imparidades.</p>	<p>A Galp Energia tem envidado importantes esforços para o aumento do seu conhecimento e para o reforço das competências técnicas das suas equipas, o que contribui para o maior domínio e controlo sobre as várias matérias no âmbito de exploração e produção, incluindo a estimativa de reservas e recursos no seu portefólio.</p> <p>A Galp Energia recorre anualmente a uma empresa de auditoria, externa e independente, para certificar o volume das suas reservas e dos seus recursos.</p> <p>As reservas e os recursos apresentados neste relatório foram sujeitos a uma análise independente pela DeGolyer and MacNaughton.</p>
Segurança, saúde e ambiente	<p>Dadas a amplitude e a complexidade das atividades da Galp Energia, nomeadamente a exploração e produção em águas ultraprofundas ou a refinação, os potenciais riscos nesta área são vastos. Nestes incluem-se os riscos de incidentes importantes no âmbito da segurança dos processos e das instalações, de incapacidade para cumprir políticas aprovadas, de desastres naturais, de instabilidade social, de guerra civil e de terrorismo. Incluem-se também os de exposição a riscos operacionais genéricos, de saúde e segurança pessoal e de atividades criminosas.</p> <p>Um incidente importante deste tipo poderá causar ferimentos ou a perda de vida, danos ambientais ou a destruição de instalações. Conforme a causa e a gravidade, poderá afetar a reputação, o desempenho operacional e a situação financeira da Galp Energia.</p>	<p>A Galp Energia entende que a proteção do ambiente, a segurança e a saúde dos seus colaboradores, dos clientes e da comunidade, em conjunto com a salvaguarda de ativos, são valores essenciais para a sustentabilidade da Empresa.</p> <p>Desta forma, estabeleceu, um compromisso de integrar os aspetos fundamentais de SSA na estratégia e nas atividades da Empresa, bem como o da melhoria contínua no seu desempenho, para o que a política de SSA é um instrumento essencial.</p> <p>Ainda a destacar que a Empresa tem um sistema de gestão de SSA. A implementação das diretrizes deste sistema nas atividades do dia a dia permite às unidades de negócio identificar e gerir os riscos inerentes à operação e a todo o ciclo de vida de projetos, equipamentos e ativos.</p> <p>A Galp Energia tem também um programa de seguros, no qual se incluem os seguros de responsabilidade civil, de forma a mitigar o impacto de eventuais incidentes.</p>
Continuidade de negócio e gestão eficaz de crises	<p>A Galp Energia está sujeita a risco de continuidade de negócio, quer decorrente das suas atividades, quer das dos seus parceiros, e pode ser afetada por perdas financeiras que resultem de qualquer tipo de interrupção do negócio, nomeadamente devidas a desastres naturais, acidentes industriais, falhas de energia e perda de sistemas de informação.</p>	<p>A Galp Energia tem estabelecido um conjunto de procedimentos de identificação, prevenção e contingência que evitem ou atenuem a ocorrência de perdas ou danos e que permitam um restabelecimento imediato das operações, de forma a reduzir os efeitos provocados por uma eventual interrupção das mesmas.</p>

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Continuidade de negócio e gestão eficaz de crises (cont.)	<p>A Galp Energia encontra-se igualmente sujeita a riscos de disputas laborais e relações adversas ao nível dos colaboradores, que podem causar uma interrupção das operações da Empresa, afetando potencialmente o seu negócio, resultados de operações e condição financeira. A existência de acordos laborais, individuais ou coletivos, pode não ser suficiente para prevenir a ocorrência de greves ou paragem de trabalhos futuros nas instalações da Empresa. Qualquer interrupção de trabalhos poderá ter um impacto material negativo no negócio, nos resultados das operações e na situação financeira da Galp Energia.</p> <p>Planos para a gestão de crises e a capacidade para lidar com cenários de crise são essenciais para enfrentar emergências a todos os níveis das operações da Empresa. Se a Galp Energia não responder, ou se for percebido que a Galp Energia não responde de forma apropriada a uma crise interna ou externa, as atividades da Empresa poderão ser interrompidas de forma grave, com um potencial impacto negativo na reputação da Empresa, nos resultados de operações e na sua situação financeira. Além disso, se a Galp Energia falhar em repor ou substituir capacidade crítica de atividade dentro de um prazo estipulado, tal poderá prolongar o efeito de tal interrupção.</p>	<p>Considerando a relevância das atividades de E&P para a Empresa, nomeadamente o valor que reside nos atuais projetos em desenvolvimento, com destaque para aqueles em águas ultraprofundas na região do pré-sal da bacia de Santos, os planos de contingência e resposta à emergência estabelecidos revestem-se da maior importância. A Empresa atua sobretudo ao nível da prevenção, conjuntamente com os seus parceiros, e monitoriza regularmente as atividades, com foco na implementação de medidas de segurança, promovendo a realização de auditorias neste âmbito. Todas as atividades de E&P da Empresa são suportadas por centros de resposta a derrames de petróleo dotados dos equipamentos adequados para reação e contenção, nomeadamente em caso de ocorrência de eventual incidente que resulte em derrame. A Galp Energia assegura que todas as novas sondas de perfuração contratadas estão em conformidade com os critérios estabelecidos na norma API 53 IV.</p> <p>A Empresa tem um plano de gestão de crises que abrange as questões relacionadas com a SSA, sendo que todas as áreas de negócio testam regularmente os respetivos planos de resposta à emergência.</p>
Falha no reporte de informação	<p>Relatórios elaborados para o exterior, quer conttenham informação financeira ou não-financeira, estão dependentes da integridade dos sistemas e das pessoas. Uma falha no reporte de informação correta e em conformidade com as normas aplicáveis pode resultar em ações judiciais ou do foro regulatório, bem como em danos na reputação da Empresa, com impacto potencial adverso nos resultados de operações da Galp Energia e na sua situação financeira.</p>	<p>Todos os relatórios divulgados para o exterior são alvo de uma rigorosa revisão com o intuito de mitigar o risco de alguma falha na informação.</p> <p>Antes da divulgação, os documentos são enviados aos respetivos órgãos de administração e de fiscalização. Todos os documentos de apresentação de informação financeira são aprovados por estes órgãos antes de serem divulgados.</p>
Cobertura insuficiente de seguros	<p>As atividades no sector do petróleo e do gás envolvem riscos significativos. As operações da Galp Energia estão sujeitas a riscos relacionados com a exploração e produção de petróleo, tais como explosões, incêndios, falhas de equipamentos, entre outros, que podem causar lesões pessoais e perda de vida, danos ambientais e em propriedades, bem como incertezas relativas a características físicas de um campo de petróleo e gás natural. A exploração em áreas <i>offshore</i> está sujeita a vários riscos, incluindo o risco de afundamento, colisão, condições climáticas adversas e poluição ambiental. Por outro lado, as operações nos complexos de refinação e de petroquímicos, nos sistemas de gasodutos/oleodutos e nas instalações de armazenamento e carregamento, estão sujeitas a dificuldades mecânicas, ruturas e atrasos na entrega de equipamento.</p> <p>A Galp Energia, em linha com as melhores práticas do sector, contrata seguros contra os riscos inerentes ao negócio. Nos riscos previstos pelos seguros contratados estão incluídos, entre outros, os de prejuízos em propriedades e em equipamentos, os de responsabilidade civil, de responsabilidade pelo transporte marítimo de petróleo em bruto e outras mercadorias, de poluição e contaminação, de responsabilidade civil dos administradores e colaboradores, e de acidentes de trabalho.</p> <p>No entanto, contra certos riscos não é possível contratar um seguro que, do ponto de vista económico, seja viável. Por outro lado, as apólices de seguro da Galp Energia contêm exclusões que podem resultar numa cobertura limitada em certas circunstâncias. Adicionalmente, a Galp Energia pode não ser capaz de manter o seguro adequado, em termos de custos ou em condições que considere razoáveis ou aceitáveis, ou pode não conseguir obter seguros contra determinados riscos que se poderão materializar no futuro. Assim, em condições extremas, a Galp Energia pode incorrer em perdas avultadas resultantes de eventos que não estejam cobertos, e que poderão ter um impacto adverso nos negócios, na situação financeira ou nos resultados de operações da Empresa.</p>	<p>A Galp Energia tem em funcionamento um programa de seguros que prevê a mitigação de perdas relevantes e que é consistente com a prática da indústria. Este programa é definido tendo em consideração o tipo de operações e a fase de desenvolvimento das mesmas, a alocação do risco e o contexto legal aplicável, as obrigações contratuais e os ativos em risco.</p> <p>O programa de seguros da Galp Energia inclui, entre outros, os seguintes seguros:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) seguros patrimoniais – cobrindo riscos de danos materiais, avaria de máquinas, perdas de exploração e construção; ii) seguros de responsabilidade civil – cobrindo riscos de atividade geral (<i>onshore</i>), riscos relacionados com atividades marítimas (<i>offshore</i>), riscos de aviação, riscos ambientais e riscos de gestão e alta direção das empresas (<i>Directors & Officers</i>); iii) seguros sociais – cobrindo riscos de acidentes de trabalho, acidentes pessoais, vida e saúde; iv) seguros financeiros – cobrindo riscos de crédito, caução e roubo; v) seguros de transportes – cobrindo riscos de todas as cargas transportadas e cascos.
Perdas resultantes de atividades de <i>trading</i>	<p>No decorrer da sua atividade, a Galp Energia está sujeita a riscos operacionais em torno das atividades relacionadas com a gestão de <i>trading</i>. A Galp Energia realiza operações no mercado de derivados de <i>commodities</i> e dispõe de procedimentos destinados a limitar a exposição a riscos relacionados com estas operações, realizados periodicamente. Em relação ao mercado físico de <i>commodities</i> relacionadas com o negócio da Galp Energia, não há garantia de que a Empresa no futuro não sofrerá perdas em resultado de movimentos adversos nos preços daquelas <i>commodities</i> ou outros fatores que possam influenciar as posições de <i>trading</i> da Empresa.</p> <p>O controlo eficaz destas atividades está dependente da capacidade da Galp Energia para processar, gerir e monitorizar um grande número de transações complexas em variados mercados e em diferentes divisas. Qualquer evento deste contexto que resulte em perdas poderá ter efeitos adversos sobre o negócio, os resultados de operações e a situação financeira da Galp Energia.</p>	<p>A Galp Energia tem implementado um conjunto de procedimentos com vista a reduzir o risco que resulta de atividades de <i>trading</i>.</p> <p>Por um lado, a Empresa tem vindo a reforçar as suas competências nesta atividade, bem como a promover o desenvolvimento de competências técnicas e de <i>soft skills</i> que facilitam a atividade de <i>trading</i>, nomeadamente no que concerne o estabelecimento de relações em mercados com valor acrescentado.</p> <p>Para uma atividade de <i>trading</i> bem-sucedida é também fundamental assegurar um adequado aprovisionamento de matérias-primas, como sejam o petróleo e o gás natural, e de produtos petrolíferos. Neste sentido, a Galp Energia conduz todos os esforços de forma a gerir um cabaz diversificado e flexível de aprovisionamento de crudes, gás natural e GNL.</p> <p>Ao nível do <i>trading</i> de produtos petrolíferos, apesar de a prioridade da Empresa ser a colocação dos mesmos em mercados com valor acrescentado, como sejam a Península Ibérica e África, a Empresa faz o devido planeamento de produção, analisando os melhores mercados para colocação dos produtos disponíveis para <i>trading</i>.</p>

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Perdas resultantes de atividades de <i>trading</i> (cont.)		<p>Quanto à atividade de <i>trading</i> de GNL, além de assegurar um cabaz de aprovisionamento adequado e flexível, a Galp Energia realiza esforços para manter uma base estável de procura de gás natural na Península Ibérica, o que permite, por sua vez, a tomada de risco de aprovisionamento e a gestão eficaz do portefólio.</p> <p>A Galp Energia dispõe ainda de procedimentos, realizados periodicamente, destinados a limitar a exposição a riscos relacionados com operações de <i>trading</i>.</p>
Riscos externos		
Flutuações dos preços de matérias-primas e produtos	<p>Os preços do petróleo, do gás natural, do GNL e dos produtos petrolíferos são afetados pelas dinâmicas da oferta e procura que, num dado momento, caracterizam o mercado. Por sua vez, estas são condicionadas por fatores de várias ordens, tais como fatores económicos e operacionais, desastres naturais, condições climáticas, instabilidade política, conflitos armados ou ações de condicionamento da oferta por parte dos países exportadores de petróleo. Assim, no decorrer das operações e atividades da Galp Energia, os resultados da Empresa estão expostos à volatilidade dos preços do petróleo, gás natural e produtos derivados.</p> <p>Embora, a longo prazo, os custos operacionais do sector tendam a estar alinhados com a volatilidade dos preços das matérias-primas e dos produtos, a curto prazo, não existem garantias de que isto aconteça. Assim, uma descida do preço do petróleo ou do gás natural pode inviabilizar os planos de investimento incluindo investimentos relacionados com atividades de exploração e desenvolvimento.</p> <p>Por outro lado, um aumento do preço do petróleo ou do gás natural também pode afetar o valor e a rentabilidade dos ativos da Galp Energia. Embora os preços que a Galp Energia pratica reflitam os preços de mercado, estes podem não ser imediatamente ajustados, não refletindo por inteiro a variação dos preços de mercado, nomeadamente no que respeita aos preços no mercado regulado do gás natural. Por outro lado, as alterações significativas de preços que ocorram entre a compra de matéria-prima e a venda de produtos refinados podem prejudicar os resultados de operações e a situação financeira da Galp Energia.</p>	<p>Os projetos e os investimentos são avaliados internamente, tendo em consideração análises de sensibilidade às variáveis-chave, nomeadamente o preço das <i>commodities</i>.</p> <p>O risco do preço das matérias-primas é gerido ao nível da unidade de negócio, através do acompanhamento da posição global líquida de matérias-primas da Empresa, equilibrando as obrigações de compra com as de fornecimento. Em especial, a Galp Energia gere o período de fixação do preço, de modo a obter, no final de cada mês, o preço médio do <i>dated Brent</i> desse mês, independentemente dos preços fixados diariamente.</p> <p>Para este efeito, a Empresa compra e vende diariamente futuros de petróleo na Intercontinental Exchange (ICE), com base na diferença entre o preço atual e a média do <i>dated Brent</i> de cada mês. As compras são repartidas pelo mês, de acordo com os preços de mercado, sem que tal afete o padrão de compras físicas.</p> <p>No negócio do gás natural, devido à liberalização dos preços, a Empresa recorre ao mercado <i>over-the-counter</i> (OTC), de modo a oferecer aos seus clientes as estruturas de preços que estes solicitam, conseguindo, desta forma, não alterar a sua posição de risco final.</p>
Concorrência na indústria do Oil & Gas	<p>A indústria do petróleo e gás é extremamente competitiva. A concorrência pressiona os preços dos produtos, afeta a atividade de distribuição de produtos petrolíferos e exige focalização contínua por parte da equipa de gestão na redução de custos e no aumento da eficiência, enquanto se assegura a segurança das operações. A implementação da estratégia da Empresa exige esforços de inovação e avanços tecnológicos constantes, incluindo avanços ao nível da exploração, produção, refinação e avanços relacionados com a eficiência energética. A <i>performance</i> da Empresa poderá ser afetada caso os seus concorrentes desenvolvam ou adquiram direitos sobre propriedade intelectual ou tecnológica ou caso a Empresa não seja capaz de acompanhar a indústria em termos de inovação.</p> <p>Alguns dos concorrentes da Galp Energia são operadores com dimensão maior, bem estabelecidos no mercado e com acesso a mais recursos. Estas empresas desenvolvem a sua força de mercado através de uma combinação de fatores, incluindo: diversificação e redução de risco, capacidade financeira necessária para desenvolvimentos que requerem elevados níveis de investimento; capacidade para beneficiar de economias de escala, em termos de tecnologias e organização; e dimensão para beneficiar de vantagens relacionadas com conhecimento adquirido, infraestrutura estabelecida e reservas. Estas empresas podem assim ser capazes de adquirir mais, ou pagar mais por prospectos exploratórios e outros ativos do sector, bem como podem ser capazes de investir mais no desenvolvimento de tecnologias do que a Galp Energia.</p> <p>Desta forma, o nível de concorrência intensa a que a Empresa está sujeita pode afetar adversamente o seu negócio, os resultados de operações e a situação financeira.</p>	<p>Dada a concorrência existente no sector de petróleo e gás, e de forma a diminuir a exposição aos riscos associados ao elevado nível de complexidade operacional desse sector, a Galp Energia utiliza de forma sistemática as melhores práticas da indústria, associadas a um sistema rigoroso de monitorização e auditoria.</p> <p>A Empresa tem implementado uma forte cultura de Investigação & Desenvolvimento (I&D) envidando esforços para acompanhar de forma permanente os últimos avanços na indústria de petróleo e gás natural e estando comprometida com o desenvolvimento de competências, a nível interno ou através de parcerias, que lhe permitam criar, estudar e implementar novas e melhores soluções técnicas e tecnológicas.</p> <p>No que concerne ao facto de alguns dos concorrentes da Galp Energia serem operadores de maior dimensão, com um maior potencial e capacidade financeira e com possibilidade de acesso a mais recursos, é de salientar que a Empresa está presente em dois dos mais importantes projetos de desenvolvimento a nível mundial. São eles o pré-sal na bacia de Santos, no Brasil, e o projeto de GNL na bacia do Rovuma, em Moçambique, o que favorece a competitividade da Galp Energia face a outras empresas do sector. Adicionalmente, a Galp Energia tem um conjunto de vantagens competitivas e mantém uma estrutura de capital sólida, que suportam as atividades que desenvolve no negócio de E&P.</p> <p>Ao nível dos negócios de <i>downstream</i> e gás, a Galp Energia tem também realizado importantes esforços no sentido de se destacar da concorrência na indústria. Disso é exemplo o projeto de conversão das suas refinarias, que iniciou operações de forma integrada em 2013 e que aumenta a competitividade das refinarias da Empresa no contexto europeu. De facto, por estar dotada de um aparelho refinador mais complexo e flexível, e não obstante os esforços contínuos para o aumento da eficiência de processo e da rentabilidade da atividade de refinação, a Galp Energia está agora capaz de enfrentar a situação de desequilíbrio estrutural entre oferta e procura de produtos petrolíferos na Europa. Já no contexto do negócio de G&P, importa destacar as ações para sustentar a atividade de <i>trading</i> no mercado internacional, em que atuam diversos <i>players</i>, incluindo empresas com reconhecida presença no mercado de GNL. Entre estas ações, além dos esforços para manter um cabaz de aprovisionamento diversificado e flexível, destaca-se também o reforço de competências técnicas e das <i>soft skills</i> da equipa de <i>trading</i> da Empresa.</p>
Alterações climáticas e proteção dos habitats naturais	<p>A Galp Energia está sujeita aos efeitos das políticas públicas que visam minorar o impacto das alterações climáticas. Estas iniciativas poderão afetar as condições em que a Galp Energia conduz os seus negócios, nomeadamente no que concerne às atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural e de refinação, com potencial impacto negativo ao nível dos resultados de operações e da situação financeira da Empresa.</p>	<p>A estratégia para as alterações climáticas e passa por quatro eixos de atuação:</p> <ul style="list-style-type: none"> i) exploração e produção responsável; ii) refinação e distribuição eficiente;

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Alterações climáticas e proteção dos <i>habitats</i> naturais (cont.)	<p>Em particular, e devido ao maior risco percecionado sobre as alterações climáticas, diversos países adotaram, ou estão em vias de adotar, novos requisitos de regulação para reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (GEE), tais como a implementação de impostos sobre o carbono, o aumento dos <i>standards</i> de eficiência, ou a adoção de esquemas de compra e venda de licenças para emissões de CO₂. Apesar de a Galp Energia também participar no desenvolvimento de energias renováveis, a adoção de políticas que promovam a utilização destas formas de energia poderá afetar a procura de energia proveniente de hidrocarbonetos, em cuja produção se concentra a atividade da Galp Energia. Paralelamente, os custos de produção deste tipo de energia poderão ser significativamente afetados por medidas gravosas no domínio das licenças de emissão de CO₂.</p> <p>Do mesmo modo, o acesso a reservas de petróleo e de gás natural, que potencia o aproveitamento de oportunidades estratégicas de crescimento, poderá ser restringido na sequência de iniciativas destinadas a proteger a integridade de <i>habitats</i> naturais. Neste contexto, a Galp Energia segue atentamente a evolução das políticas públicas no campo da proteção ambiental e adapta a sua estratégia em função dos desenvolvimentos nesta área.</p> <p>A Galp Energia tem vindo, e continuará, a realizar investimentos no sentido de cumprir leis e regulamentos sobre matérias ambientais, de saúde e de segurança. Se o aumento de custos de conformidade for tal que a Galp Energia não o consiga passar para o cliente final, tal aumento poderá ter um impacto adverso nos resultados de operações da Empresa e na sua situação financeira. Se a Galp Energia falhar em cumprir as leis e regulações nas matérias de ambiente, saúde e segurança, tal poderá resultar em custos substanciais para a Empresa, bem como em obrigações perante autoridades governamentais ou terceiros.</p>	<p>iii) inovação, investigação, desenvolvimento e promoção de tecnologias eficientes;</p> <p>iv) antecipação de tendências e expectativas de <i>stakeholders</i> no âmbito da energia e clima.</p> <p>Relativamente à proteção dos <i>habitats</i> naturais, no âmbito de estratégia de SSA, a Galp Energia tem definido os objetivos de minimizar os impactos e a depleção de recursos.</p> <p>Além disso, o Comité de Sustentabilidade assegura a integração dos princípios de sustentabilidade, promovendo as melhores práticas do sector de forma transversal na atividade da Empresa, sendo de destacar a integração, pela segunda vez consecutiva, no Dow Jones Sustainability Index (DJSI), um dos índices com maior reconhecimento internacional em matérias de sustentabilidade. A Empresa passou também a integrar, em 2014, o índice FTSE4Good.</p> <p>Desta forma, a Galp Energia monitoriza diversos indicadores ambientais, realiza regularmente auditorias ambientais, acompanha a evolução da legislação em matéria ambiental e faz uma gestão ativa das licenças de emissão de CO₂.</p>
Responsabilidade empresarial	<p>Um conjunto de <i>stakeholders</i>, que inclui colaboradores, investidores, meios de comunicação social, governos, grupos da sociedade civil, organizações não-governamentais e os residentes nas comunidades locais afetadas pelas atividades da Galp Energia, têm interesses legítimos no negócio da Galp Energia.</p> <p>A possibilidade de a Galp Energia não corresponder às expectativas elevadas dos seus <i>stakeholders</i> em matéria de responsabilidade empresarial pode prejudicar a reputação da Galp Energia e/ou os seus negócios, a sua situação financeira e os resultados de operações.</p>	<p>A política de responsabilidade corporativa da Galp Energia regula a atuação da Empresa nas vertentes ética, ambiental, social e económica, incorporando-as na cultura organizacional, garantindo assim que se constitui como um dos principais eixos de ação e de comunicação do Grupo.</p>
Incerteza sobre contexto económico	<p>O atual ambiente económico está a causar um aumento das tensões sociais, bem como o aumento das tendências protecionistas em várias partes do mundo. A Zona Euro permanece especialmente vulnerável, e um novo agravamento da crise nesta região permanece como o maior risco ao <i>outlook</i> global. O principal foco reside sobre os países periféricos, nomeadamente sobre a sua capacidade de estimular crescimento económico e de aumentar a competitividade.</p> <p>A pressão persistente sobre a sustentabilidade das finanças públicas em economias desenvolvidas levou a fortes tensões nos mercados de crédito e poderá levar a reformas fiscais ou a alterações no panorama regulatório da indústria do petróleo e do gás natural. Por fim, a atual instabilidade e a situação económico-financeira poderão impactar de forma negativa contrapartes com quem a Galp Energia estabelece, ou poderia estabelecer, diferentes negócios no âmbito das suas atividades. Em particular, as economias nos países ibéricos podem continuar a ser afetadas nos próximos anos, podendo levar à deterioração da procura de produtos da Galp Energia.</p> <p>Qualquer um dos fatores descritos acima, isoladamente ou de forma combinada, poderá afetar adversamente o negócio, os resultados de operações e/ou a situação financeira da Galp Energia.</p>	<p>A Galp Energia tem acompanhado de forma atenta todos os desenvolvimentos da conjuntura económica global, com particular enfoque na Zona Euro.</p> <p>No que respeita a eventuais impactos em resultados, derivados do contexto económico adverso, particularmente na Península Ibérica, a Empresa tem vindo já a ser afetada pela menor procura, sobretudo no negócio de distribuição de produtos petrolíferos. Neste contexto, a Galp Energia tem realizado importantes esforços para manter a contribuição resiliente daquele negócio para os resultados da Empresa, nomeadamente ao nível da fidelização de clientes para manutenção de quota de mercado e na captação de sinergias e na otimização da estrutura ao nível ibérico, com impacto direto na rentabilidade dos negócios de <i>downstream</i> e gás da Empresa.</p> <p>Neste âmbito, importa ainda salientar que com a intensificação da atividade de produção da Empresa, no contexto do negócio de E&P, é esperado um aumento da contribuição deste negócio para os resultados da Galp Energia, o que contribuirá para a menor importância relativa da geração de resultados com origem no contexto económico europeu.</p>
Riscos financeiros		
Crédito	<p>O risco de incumprimento da contraparte decorre da possibilidade de uma contraparte não cumprir as suas obrigações de pagamento contratuais, pelo que a dimensão do risco depende da sua rigidez financeira.</p> <p>Este risco inclui quer a possibilidade de uma contraparte não cumprir as obrigações de pagamento assumidas através da celebração de contratos para aplicações financeiras e instrumentos de cobertura (relacionados com a taxa de câmbio, a taxa de juro ou outros), quer os riscos relacionados com relações comerciais estabelecidas entre a Empresa e os seus clientes. O aumento do nível de exposição ao risco poderá ter um efeito material adverso nos resultados de operações e na situação financeira da Galp Energia.</p>	<p>O risco de crédito é gerido ao nível das unidades de negócio, seguindo as diretivas da Comissão Executiva, nomeadamente quanto a limites de crédito e às ações a desenvolver para minimização ou eliminação do risco. Destacam-se as seguintes determinações:</p> <ul style="list-style-type: none"> - a adequada avaliação e revisão do crédito a conceder a clientes (manual de gestão de crédito, <i>plafond, rating</i>), gestão correta das coberturas através de garantias e seguros de crédito, monitorização do crédito vencido, esforço de cobrança adequado e gestão eficiente do contencioso; - a contratualização baseada em condições comerciais adequadas, monitorização da rentabilidade por cliente, incluindo eventuais participações, processo de angariação e gestão de canais de venda/distribuição otimizados.
Flutuação nas taxas de câmbio e taxas de juro	<p>A Galp Energia está exposta a flutuações nas taxas de câmbio, uma vez que os resultados e os <i>cash flows</i> gerados pela venda de petróleo, de gás natural e de produtos refinados estão normalmente ligados ao Dólar americano ou são afetados por taxas de câmbio associadas a esta divisa.</p>	<p>Os riscos de taxa de juro, os riscos cambiais e outros riscos financeiros são geridos de forma transversal em toda a Empresa.</p>

Risco principal	Descrição e impacto	Formas de mitigação
Flutuação nas taxas de câmbio e taxas de juro (cont.)	<p>Além disso, as demonstrações financeiras da Galp Energia são elaboradas em euros e, por conseguinte, os ativos e os passivos de empresas subsidiárias ou participadas pela Galp Energia expressos em diferentes moedas, como o Dólar americano ou o Real brasileiro, são convertidos em euros, assumindo a taxa de câmbio em vigor. As receitas e as despesas de cada rubrica na demonstração de resultados são convertidas em euros, aplicando a taxa de câmbio média em vigor no período a que a transação diz respeito. As flutuações na taxa de câmbio aplicadas no processo de conversão das diferentes divisas em euros geram variações (ganhos ou perdas), que são reconhecidas nas demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, expressas em euros.</p> <p>Flutuações adversas nas taxas de câmbio podem influenciar negativamente os resultados das operações da Galp Energia e a sua situação financeira.</p> <p>Apesar da capacidade de acesso a instrumentos de mercado destinados a cobrir o risco de taxa de juro, os custos de financiamento da Galp Energia podem ser afetados pela volatilidade das taxas de mercado, que podem influenciar negativamente os resultados das suas operações e a sua situação financeira.</p>	<p>Relativamente ao intuito de mitigar o risco da taxa de câmbio nos resultados, a Galp Energia poderá, quando assim o julgar apropriado, cobrir a sua posição através do uso de derivados para os quais há um mercado líquido e onde os custos de transação são, na sua opinião, razoáveis.</p>



05

Compromisso com os *stakeholders*

- 5.1 Governo corporativo
- 5.2 Capital humano
- 5.3 Investigação e tecnologia
- 5.4 Segurança, saúde e ambiente
- 5.5 Qualidade
- 5.6 Desenvolvimento das comunidades locais

A implementação de práticas responsáveis, sobretudo nos processos de conceção e execução da estratégia da Galp Energia, é fundamental para garantir a atividade da Empresa a longo prazo e a criação de valor sustentável para os seus *stakeholders*.

De forma a promover as melhores práticas ao nível da responsabilidade corporativa e a garantir que esta se constitui como um dos principais pilares de ação do Grupo, a Empresa tem implementada uma política de responsabilidade corporativa que regula a sua atuação nas vertentes ética, ambiental, social e económica, fomentando a aplicação da mesma em todos os níveis da Organização.

Paralelamente, a Galp Energia assegura a integração dos princípios da sustentabilidade no processo de gestão das empresas do Grupo através de um Comité de Sustentabilidade,

composto por representantes de diferentes áreas da Empresa e presidido pelo administrador executivo com o respetivo pelouro.

Em 2014, salienta-se a inclusão da Galp Energia no índice FTSE4Good, que avalia o desempenho de empresas nas vertentes social, ambiental e de governo corporativo.

A Empresa também voltou a ser reconhecida pelas suas práticas sustentáveis, a nível europeu e mundial, através da inclusão, pelo terceiro ano consecutivo, no DJSI World e DJSI Europe. A Galp Energia faz ainda parte do Climate Disclosure Leadership Index (CDLI), componente do relatório anual Iberia 125 Climate Change do Carbon Disclosure Project (CDP). Este relatório, compilado pela PricewaterhouseCoopers (PwC), destaca as empresas ibéricas que se distinguem na divulgação de informação sobre as alterações climáticas.

5.1 Governo corporativo

Estrutura acionista

Em 2014, a estrutura acionista da Galp Energia sofreu alterações relativamente ao final do ano de 2013, tendo o *free float* aumentado de 38,32% para 46,66% neste período.

Em 2012, no seguimento do acordo parassocial de 2006, foram assinados acordos entre a Amorim Energia, B.V. (Amorim Energia), a Caixa Geral de Depósitos, S.A. (CGD) e a Eni, conjuntamente denominadas “as Partes”, que estipulavam as condições em que a Eni poderia vender a sua participação na Galp Energia. A Eni adquiriu o direito de vender em mercado até 20% do capital social que detinha da Empresa. A CGD, por seu lado, passou a poder exercer um direito de *tag along*, respeitante à participação de 1% que detinha no capital social da Galp Energia.

No âmbito dos acordos assinados, a Amorim Energia adquiriu 5% do capital social da Galp Energia à Eni em finais de julho de 2012. A 27 de novembro de 2012, a Eni colocou no mercado ações representativas de, aproximadamente, 4% do capital social da Galp Energia, através de um *accelerated bookbuilding*, enquanto a CGD exerceu o seu direito de *tag along*. Naquela data, a Eni procedeu também à emissão de obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, correspondentes a cerca de 8% do capital social da Empresa.

Em 2013, a Eni vendeu o correspondente a 8% do capital social da Galp Energia, passando a deter, no final do ano, uma participação de 16,34% na Empresa. Do total da participação da Eni no capital social da Galp Energia, 8% constituía o ativo subjacente às obrigações convertíveis que emitiu no final de 2012.

A 27 de março de 2014, a Eni vendeu ações representativas de aproximadamente 7% do capital social da Galp Energia, através de um processo de *accelerated bookbuilding*, a investidores institucionais. No seguimento da alienação das ações, a Eni continuou a deter uma participação correspondente a aproximadamente 9% do capital social da Galp Energia.

A 23 de junho de 2014, a Eni concluiu a alienação, através de vendas diárias em mercado regulamentado de ações ordinárias representativas de cerca de 1% do capital social da Galp Energia. Assim, no final de 2014, a Eni detinha uma participação de aproximadamente 8% no capital social da Galp Energia, que

correspondia ao ativo subjacente das obrigações convertíveis emitidas em 2012.

Ao abrigo dos acordos assinados entre as Partes e que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários (CVM), contemplavam que os direitos de voto correspondentes às ações detidas por cada uma das Partes daquele acordo parassocial eram imputados às restantes, aquele cessou os seus efeitos em relação à CGD quando esta alienou a sua participação de 1% no capital social da Galp Energia. Relativamente à Amorim Energia e à Eni, a 26 de julho de 2013, a empresa italiana informou a Galp Energia de que os direitos de voto inerentes à participação qualificada detida pela Amorim Energia não se consideravam imputáveis à Eni, apesar de os direitos de voto detidos pela Eni continuarem a ser imputáveis à Amorim Energia. Assim, no final de 2014, a Eni detinha uma participação qualificada de 8% no capital social da Galp Energia, e respetivos direitos de voto, enquanto à Amorim Energia era imputável uma percentagem total de 46,34% dos direitos de voto na Galp Energia.

Em 2010, a Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A. (Parpública), acionista que detém 7% do capital social da Galp Energia, emitiu obrigações convertíveis em ações da Empresa, representativas da sua participação.

ESTRUTURA ACIONISTA A 31 DE DEZEMBRO DE 2014

	N.º de ações	% participação	% direitos de voto
Amorim Energia	317.934.693	38,34%	46,34%
Eni	66.337.592	8,00%	8,00%
Parpública	58.079.514	7,00%	7,00%
Free float	386.898.836	46,66%	46,66%
Do qual:			
The Capital Group Companies, Inc.	40.652.757	4,90%	4,90%
Capital Research and Management Company	40.652.757	4,90%	4,90%
EuroPacific Growth Fund	20.430.000	2,46%	2,46%
BlackRock, Inc.	20.307.726	2,45%	2,45%
Templeton Global Advisors Limited	16.870.865	2,03%	2,03%
Outros acionistas	309.067.488	37,27%	37,27%
Total	829.250.635	100,00%	-

Nota: para uma descrição completa das participações diretas e indiretas a 31 de dezembro de 2014, determinadas nos termos do artigo 20.º do CVM, consultar o ponto 6.2 Informação adicional, na página 75 deste relatório.

Participações qualificadas

Durante 2014 houve um aumento significativo do *free float* da Galp Energia relativamente ao final do ano de 2013, tendo aumentado de 38,32% para 46,66%, o que contribuiu para uma maior visibilidade da Empresa no mercado de capitais. Com efeito, várias entidades passaram a deter participações qualificadas no capital social da Galp Energia, informação que foi divulgada pela Empresa de acordo com o disposto nos artigos 16.º e 17.º do CVM.

Em abril, a BlackRock, Inc. e a Capital Research and Management Company (CRMC) comunicaram participações qualificadas de 2,4500% e 2,0243%, respetivamente, no capital social da Galp Energia.

Durante o mês de julho, a EuroPacific Growth Fund (EUPAC), pertencente ao grupo The Capital Group Companies, Inc. (CGC), comunicou que detinha uma participação de 2,0366% no capital social da Empresa.

No mês de setembro, a CGC comunicou que passava a deter 5,0350%, valor que foi reduzido para 4,9023% em dezembro e que incluía 20.430.000 de ações detidas pela EUPAC, cujos direitos de representação (*proxy voting authority*) são detidos pela CRMC.

De notar que a BPCE, S.A. e a Standard Life Investments (Holdings) Limited (Standard Life) anunciaram, no ano de 2014, participações qualificadas de 2,2490% e 2,0300% no capital social da Galp Energia, respetivamente. No entanto, ambas as instituições anunciaram, ainda em 2014, uma redução das suas participações na Galp Energia para 0,3140%, no caso da BPCE, e 1,9910%, no caso da Standard Life, à data das respetivas comunicações.

Descrição dos principais acionistas

A Amorim Energia está sediada na Holanda, sendo os seus acionistas a Power, Oil & Gas Investments, B.V. (35%), a Amorim Investimentos Energéticos, SGPS, S.A. (20%) e a Esperaza Holding, B.V. (45%). As duas primeiras sociedades são controladas, direta ou indiretamente, por Américo Amorim; a última é controlada pela Sonangol, E.P., empresa estatal angolana do sector petrolífero.

A Eni é uma empresa italiana de energia que está cotada na Bolsa de Milão e na New York Stock Exchange (NYSE). A atividade da Eni desenvolve-se em cerca de 85 países, nas áreas de exploração e produção, refinação e distribuição, gás e power, petroquímica e serviços de engenharia, construção e perfuração. A 31 de dezembro de 2014, a Eni tinha uma capitalização bolsista de aproximadamente €53 bn.

A Parpública é uma entidade estatal que gere participações financeiras detidas pelo Estado português em várias empresas.

A Capital Research and Management Company é uma empresa de serviços financeiros fundada em 1931, subsidiária do grupo The Capital Group Companies, com sede em Los Angeles, Califórnia.

A BlackRock, Inc. é uma empresa multinacional de gestão de investimentos fundada em 1988, sediada em Nova Iorque e cotada na NYSE.

A Franklin Templeton Investments é uma empresa de investimentos financeiros sediada em San Mateo, Califórnia, com presença em mais de 35 países e cotada na NYSE.

Dispersão do capital social

No final de 2014, 46,66% das ações da Galp Energia eram transacionadas livremente no mercado. Cerca de 85% do *free float*, ou seja, o correspondente a 40% da base acionista total, era detido por investidores institucionais, enquanto os investidores particulares representavam o remanescente do *free float*, ou seja, 6% do capital social da Galp Energia. No final de 2014, a base acionista incluía investidores de cerca de 40 países, dispersos por quatro continentes. Os investidores situados fora da Europa representavam 41% do total da base acionista.

Modelo de governo

O modelo de governo da Galp Energia assenta numa relação responsável e transparente entre acionistas, Conselho de Administração e órgãos de fiscalização. A eficácia deste modelo é, em parte, promovida pela separação clara de poderes entre o Conselho de Administração e a Comissão Executiva.

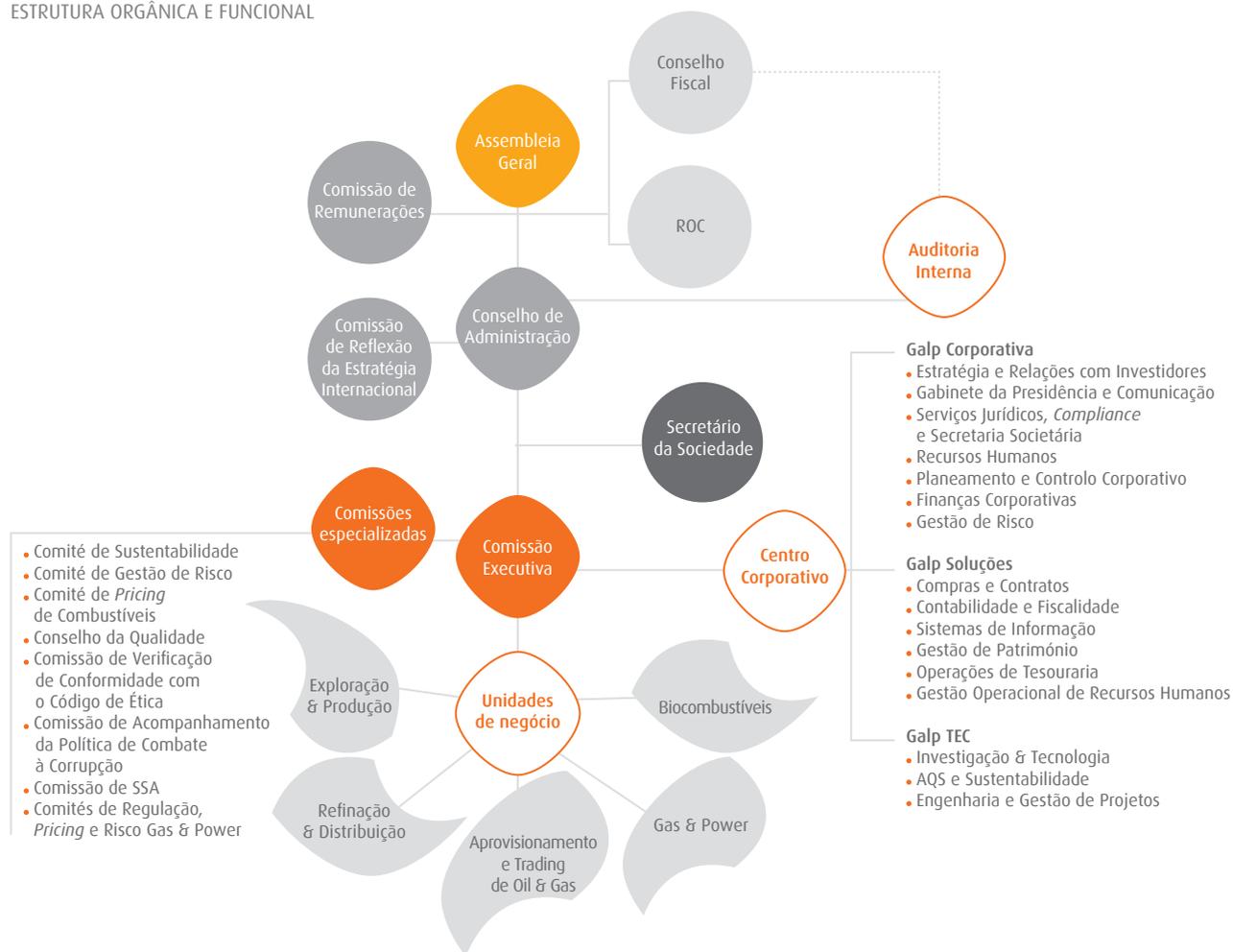
Do ponto de vista orgânico, a independência do Conselho de Administração em relação à Comissão Executiva é assegurada pelo facto de cada um destes órgãos ter o seu presidente.

Ao Conselho de Administração compete a elaboração da estratégia da Empresa, bem como funções de supervisão e controlo, de acompanhamento de questões relacionadas com a execução estratégica e do relacionamento entre acionistas e restantes órgãos sociais. As funções da Comissão Executiva, delegadas pelo Conselho de Administração, são de foro operacional e referem-se nomeadamente à gestão das unidades de negócio e serviços corporativos. Esta distribuição de poderes não impede, no entanto, que a Comissão Executiva tenha um papel relevante na elaboração e definição da estratégia da Empresa.

No final de 2014, o Conselho de Administração da Galp Energia era composto por 20 administradores, dos quais sete eram executivos e 13 não-executivos. Destes últimos, seis eram considerados independentes pelo Conselho de Administração, tendo por base os critérios da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), o regulador do mercado de capitais em Portugal. Relativamente à composição do Conselho de Administração, importa mencionar a renúncia do vogal Vítor Bento, apresentada em julho de 2014, bem como a renúncia de Stephen Whyte, vogal do Conselho de Administração e membro da Comissão Executiva, apresentada em setembro de 2014. Em outubro de 2014 foram designados dois novos membros para o Conselho de Administração: Raquel Vunge, para o cargo de vogal com funções não-executivas, e Thore E. Kristiansen, para o cargo de vogal com funções executivas responsável pela área de E&P.

As deliberações do Conselho de Administração são tomadas por maioria simples dos votos emitidos, exceto no caso de assuntos específicos para deliberação, dos quais é exigida uma maioria superior a dois terços dos votos. Estes assuntos encontram-se descritos em pormenor no Relatório de Governo Societário.

ESTRUTURA ORGÂNICA E FUNCIONAL



Ao Conselho de Administração compete acompanhar a execução estratégica da Galp Energia e avaliar o desempenho da Comissão Executiva no alcance das metas e dos objetivos traçados. Além disso, os administradores não-executivos devem garantir o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos.

Durante o ano de 2014, realizaram-se 12 reuniões presenciais e não-presenciais do Conselho de Administração. O voto eletrónico foi utilizado em cinco dessas reuniões. A assiduidade dos membros do Conselho de Administração às reuniões presidenciais realizadas encontra-se descrita no Relatório de Governo Societário.

Os principais temas debatidos em Conselho de Administração durante o ano de 2014, estiveram relacionados, nomeadamente, com o acompanhamento da execução dos principais projetos de E&P da Galp Energia, nomeadamente, no Brasil, e com a avaliação do impacto do atual contexto macroeconómico nos negócios da Empresa.

Em Conselho de Administração, foi ainda discutida a estratégia de financiamento da Empresa com o intuito de manter uma estrutura de capital sólida e promover a disciplina financeira.

Os atuais administradores foram eleitos para o triénio 2012-2014.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Nome	Cargo
Américo Amorim	Presidente, administrador não-executivo
Manuel Ferreira De Oliveira	Vice-presidente, presidente executivo (CEO)
Luís Palha da Silva	Vice-presidente, vice-presidente executivo
Paula Amorim	Administradora não-executiva
Filipe Crisóstomo Silva	Administrador executivo
Carlos Gomes da Silva	Administrador executivo
Sérgio Gabrielli de Azevedo	Administrador não-executivo
Thore E. Kristiansen ¹	Administrador executivo
Abdul Magid Osman	Administrador não-executivo
Luís Campos e Cunha	Administrador não-executivo
Raquel Rute da Costa David Vunge ²	Administradora não-executiva
Miguel Athayde Marques	Administrador não-executivo
Carlos Costa Pina	Administrador executivo
Rui Paulo Gonçalves	Administrador não-executivo
Luís Todo Bom	Administrador não-executivo
Fernando Gomes	Administrador não-executivo
Diogo Mendonça Tavares	Administrador não-executivo
Joaquim Borges Gouveia	Administrador não-executivo
José Carlos da Silva Costa	Administrador executivo
Jorge Manuel Seabra de Freitas	Administrador não-executivo

¹ Cooptado na reunião do Conselho de Administração de 3 de outubro de 2014, em substituição de Stephen Whyte, que renunciou em 12 de setembro de 2014.

² Cooptado na reunião do Conselho de Administração de 3 de outubro de 2014, em substituição de Baptista Sumbe, que renunciou em setembro de 2013.

Nota: Vítor Bento exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração até à data de produção de efeitos da sua renúncia, a 31 de agosto de 2014.

A Comissão de Reflexão da Estratégia Internacional, que visa refletir em permanência sobre a estratégia internacional, reuniu-se por três vezes ao longo de 2014.

Comissão Executiva

A Comissão Executiva é composta por sete membros, sendo responsável pela gestão corrente da Empresa, de acordo com as linhas de orientação estratégica definidas pelo Conselho de Administração. Ao abrigo dos poderes que lhe foram delegados pelo Conselho de Administração, nos termos

dos estatutos, a Comissão Executiva conduz o desempenho das várias unidades de negócio e serviços corporativos, supervisiona o conjunto destas unidades e estabelece políticas transversais a toda a Empresa.

Em 2014, a Comissão Executiva realizou 42 reuniões.

Os regulamentos que estabelecem a organização e o funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva estão disponíveis no sítio da Galp Energia na Internet.

COMPOSIÇÃO DA COMISSÃO EXECUTIVA

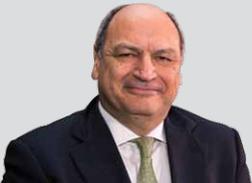


Manuel Ferreira De Oliveira

Presidente executivo desde janeiro de 2007 e administrador da Galp Energia desde abril de 2006.

Experiência

Mais de 40 anos de experiência internacional e no sector de Oil & Gas. Entre os cargos de administração que assumiu em várias empresas, incluindo empresas internacionais na indústria petrolífera, salienta-se o cargo de presidente executivo na Petrogal entre 1995 e 2000, empresa que viria a dar origem à Galp Energia num processo de fusão.



Luís Palha da Silva

Vice-presidente da Comissão Executiva desde julho de 2012, sendo responsável pela unidade de negócio R&D da Galp Energia.

Experiência

Assumiu diversos cargos de administração, incluindo o de presidente executivo, na Jerónimo Martins, uma das maiores cadeias de retalho em Portugal, entre 2004 e 2013.



Filipe Crisóstomo Silva

Administrador financeiro da Galp Energia, desde julho de 2012.

Experiência

Responsável pelas áreas de *investment banking*, desde 1999, e presidente da direção do Deutsche Bank em Portugal, desde 2008.



Carlos Gomes da Silva

Administrador da Galp Energia desde abril de 2007, sendo atualmente responsável pelo segmento de negócio de G&P e pela unidade de trading de Oil & Gas.

Experiência

Mais de 20 anos de experiência no sector de Oil & Gas. Enquanto administrador da Galp Energia, foi responsável pelo negócio de comercialização de produtos petrolíferos. Passou, desde 2007, por vários cargos de administração em empresas do Grupo.



Thore E. Kristiansen

Administrador da Galp Energia desde outubro de 2014, sendo responsável pelo segmento de negócio de E&P.

Experiência

Experiência profissional de mais de 25 anos na Statoil, onde teve responsabilidades nas áreas de distribuição de produtos petrolíferos, trading e exploração e produção, com especial enfoque na Noruega e nos países da África Subsariana e da América do Sul.



Carlos Costa Pina

Administrador da Galp Energia desde abril de 2012, sendo responsável por diversos serviços corporativos, incluindo gestão de risco e tecnologias de informação, bem como pelo segmento de negócio de biocombustíveis.

Experiência

Ex-secretário de Estado do Tesouro e Finanças (2005-2011), assumiu funções em diversas instituições financeiras internacionais. Foi administrador da CMVM e membro do Conselho Consultivo do Instituto de Seguros de Portugal.



José Carlos da Silva Costa

Administrador da Galp Energia desde dezembro de 2012, sendo responsável por diversos serviços corporativos, incluindo engenharia e compras.

Experiência

Percurso profissional na área de *procurement* na Galp Energia, desde 2007.

Órgãos de fiscalização

A função de fiscalização é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC).

O Conselho Fiscal é composto por três membros efetivos e um suplente, todos independentes e eleitos pela Assembleia Geral de acionistas.

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Nome	Cargo
Daniel Bessa Fernandes Coelho	Presidente
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	Vogal
Pedro Antunes de Almeida	Vogal
Amável Alberto Freixo Calhau	Suplente

O Conselho Fiscal da Sociedade foi eleito para o mandato de 2011-2013, tendo esse mandato sido alargado para quatro anos (2011-2014) por deliberação aprovada na Assembleia Geral de 24 de abril de 2012.

Compete ao Conselho Fiscal acompanhar a elaboração e a divulgação da informação financeira da Galp Energia, nomear, avaliar e destituir, se e quando for necessário, o auditor externo independente, fiscalizar a revisão dos documentos de prestação de contas e propor à Assembleia Geral a nomeação de uma SROC ou de um revisor oficial de contas (ROC), cuja independência deverá fiscalizar, nomeadamente na prestação de serviços adicionais. Os regulamentos orientadores da atividade do Conselho Fiscal podem ser consultados no sítio da Galp Energia na Internet.

Em 2014, realizaram-se 11 reuniões do Conselho Fiscal. As conclusões das suas ações de fiscalização e de verificação foram transmitidas ao Conselho de Administração e à Assembleia Geral. O relatório anual de atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2014 encontra-se apenso a este relatório.

Os mandatos do ROC, Pedro João Reis de Matos Silva, e do suplente, António Campos Pires Caiado, representantes da P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, terminaram a 31 de dezembro de 2014.

O atual auditor externo da Galp Energia é a PwC. Este foi designado em 2011, após concurso, para o triénio 2011-2013, tendo o seu contrato sido renovado por mais dois anos.

Política de remuneração

A política de remuneração da Galp Energia reflete o objetivo da Empresa em criar valor para o acionista de forma sustentada.

As remunerações dos membros dos órgãos sociais são, conforme previsto nos estatutos, fixadas por uma Comissão de Remunerações, constituída por três acionistas eleitos pela Assembleia Geral por um prazo de três anos, com cessação de funções no dia 31 de dezembro do terceiro ano.

No cálculo da remuneração dos administradores executivos, a Comissão de Remunerações considera a natureza das respetivas funções e as responsabilidades incumbidas aos

mesmos, bem como as práticas observadas no mercado relativamente a posições equivalentes em grandes empresas nacionais e internacionais que operem nos mesmos sectores.

De forma a alinhar a atuação dos administradores executivos com os objetivos a longo prazo da Empresa, a Galp Energia tem implementada uma política de definição de objetivos plurianuais, com caráter trianual, em linha com as melhores práticas do mercado.

Desta forma, os administradores executivos recebem uma remuneração mensal fixa, acrescida de uma remuneração variável, composta por uma componente anual e por uma componente trianual, ambas com um peso de 50% na remuneração variável total. A componente trianual, embora calculada anualmente, só será efetivamente paga no final do triénio se os objetivos propostos forem atingidos.

O cálculo da remuneração variável tem por base um conjunto de indicadores que consideram o desempenho operacional da Empresa, a disciplina financeira e o desempenho acionista comparativamente a um grupo de cinco empresas europeias comparáveis e ao índice de referência do mercado acionista português (PSI-20).

A remuneração total tem uma componente predominantemente pecuniária, acrescida de um plano complementar de reforma sob a forma de plano de poupança-reforma. A política de remunerações dos órgãos sociais tem ainda subjacente a preocupação de atrair e motivar os melhores profissionais para as funções a desempenhar na Empresa e a estabilidade no exercício das respetivas funções.

Em 2014, os administradores não-executivos auferiram uma remuneração total, e exclusivamente fixa, de €687 m, com base na política de remunerações definida pela Comissão de Remunerações e aprovada na reunião da Assembleia Geral de 28 de abril de 2014.

Aos membros da Comissão Executiva da Galp Energia foi atribuída uma remuneração total de €5.743 m. Destes, €3.633 m foram relativos a remuneração fixa e €654 m corresponderam a remuneração variável relativa ao ano de 2013. Da remuneração total, €803 m destinaram-se à constituição de um plano complementar de reforma.

Os membros do Conselho Fiscal auferiram uma remuneração total de €92 mil (k), tal como definido pela Comissão de Remunerações.

Informação ao acionista Participação na Assembleia Geral

Em 2014, a Assembleia Geral anual de acionistas da Galp Energia decorreu a 28 de abril, tendo como principais objetivos a aprovação do relatório e contas relativos ao exercício do ano de 2013 e a deliberação sobre a proposta de aplicação de resultados.

Em 2014, participaram cerca de 490 acionistas na Assembleia Geral, em representação de 71% do capital social da Empresa. Todas as propostas submetidas no ano à deliberação da Assembleia Geral foram aprovadas por maioria de votos.

Política de distribuição de dividendos

Desde março de 2012, está em vigor uma política de distribuição de dividendos que visa recompensar os seus acionistas, em linha com o perfil de crescimento de resultados que a Empresa prevê para o futuro. Assim, a Empresa paga um dividendo variável, que se estima que aumente a uma taxa média anual de 20%, entre os exercícios de 2012 e 2016.

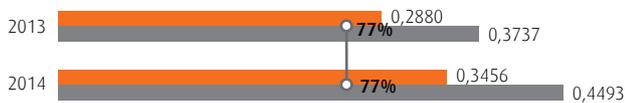
No entanto, é importante notar que a Galp Energia continua a assegurar que retém o capital necessário à execução do programa de investimentos previsto, o qual é fundamental para o sucesso da execução estratégica.

A Assembleia Geral de acionistas da Galp Energia aprovou, em abril de 2014, o dividendo de €0,288 por ação relativo ao exercício de 2013, o que representou um aumento de 20% face ao dividendo relativo ao exercício de 2012.

No âmbito do objetivo definido pela Empresa de proceder ao pagamento de um dividendo intercalar, destaca-se o pagamento, em setembro de 2014, do dividendo intercalar relativo ao exercício de 2014, de €0,1728 por ação.

Em 2015, o Conselho de Administração da Galp Energia irá propor à Assembleia Geral a distribuição de um dividendo de €0,3456 por ação, ou seja, 20% acima do dividendo referente ao exercício do ano anterior. Considerando o dividendo total proposto por ação, o dividendo intercalar pago em setembro de 2014 correspondeu a 50% do total.

DIVIDENDO E RESULTADO LÍQUIDO POR AÇÃO (€/AÇÃO)



■ Dividendo por ação ■ Resultado líquido RCA por ação ○ Rácio de payout

Assim, e com base na cotação a 31 de dezembro de 2014, a *dividend yield* da ação Galp Energia foi de 4%.

Negociação das ações

Com exceção das ações detidas pela Parpública, as ações da Galp Energia são livremente negociáveis no mercado.

O capital social da Galp Energia é composto por 829.250.635 ações. Destas, 771.171.121, ou seja, 93% do capital social, estão admitidas à negociação na Euronext Lisbon. As restantes 58.079.514 ações, que representam 7% do capital social, são detidas indiretamente pelo Estado português através da Parpública e não estão admitidas à negociação.

As ações detidas pela Parpública, que correspondem a 7% do capital social, constituem uma categoria especial de ações sujeitas a processo de privatização, que podem ser convertidas em ações ordinárias, com a conclusão do referido processo, através de uma simples solicitação dirigida à Galp Energia. A conversão operará por efeito imediato da referida solicitação, não carecendo da aprovação de nenhum órgão da Sociedade.

CÓDIGOS E TICKERS DA AÇÃO GALP ENERGIA

ISIN	GALP	PTGALOAM0009
	Ações do Estado sujeitas a processo de privatização	PTGALXAM0006
Sedol		B1FW751
WKN		AOLB24
Bloomberg		GALP PL
Reuters		GALPLS

Desempenho da ação Galp Energia

No final do ano de 2014, a Galp Energia tinha uma capitalização bolsista de cerca de €7 bn, ou seja, uma desvalorização de 29% relativamente ao final de 2013.

A ação Galp Energia apresentou um desempenho mais negativo do que o SXEP (o índice europeu para o sector de Oil & Gas) e do que o PSI-20 (o índice de referência do mercado acionista português), os quais apresentaram variações negativas de 15% e 27%, respetivamente, em 2014. De salientar que o preço do *dated* Brent desceu de cerca de \$110/bbl para \$55,3/bbl, ou seja, uma redução de 50%.

COMPARAÇÃO DA COTAÇÃO DA AÇÃO GALP ENERGIA COM O ÍNDICE SXEP E O ÍNDICE PSI-20 EM 2014



■ Galp Energia ■ PSI-20 ■ SXEP
Fonte: Bloomberg

Em 2014, foram transacionadas 1.408 milhões de ações em mercados regulamentados, equivalente a 1,4 vezes o *free float* da Galp Energia. O volume médio diário transacionado em mercados regulamentados foi de 2,1 milhões de ações, dos quais 1,3 milhões na Euronext Lisbon.

Salienta-se, em 2014, o aumento de oito p.p. no *free float* da Empresa para 46,66%.

A cotação máxima do ano, de €13,75, foi atingida no dia 20 de junho. A mínima, de €7,82, verificou-se no dia 16 de dezembro.

No final do ano, a valorização da Galp Energia relativamente ao preço de oferta ao mercado em outubro de 2006 era de 45%.

Acompanhamento da ação pelos analistas

A 31 de dezembro de 2014, o preço-alvo médio dos 23 analistas que cobrem a ação Galp Energia era de €13,93, com 83% dos analistas a recomendarem a compra da ação, 13% a recomendarem a sua manutenção e os restantes a recomendarem a venda.

PREÇO-ALVO DOS ANALISTAS

	Média	Máximo	Mínimo	Mediana
Preço-alvo (€)	13,93	17,00	11,00	13,80

Destaca-se o início de cobertura da ação pelo BMO Capital Markets durante o ano de 2014.

Informação ao obrigacionista

Programa EMTN

A Galp Energia lançou em 2013 um programa para a emissão de instrumentos de dívida de médio prazo, o Euro Medium Term Note (EMTN), no mercado de capitais, assegurando desta forma o acesso a uma fonte de financiamento adicional. Este programa insere-se na estratégia de financiamento da Empresa, que visa a diversificação das fontes de financiamento e a extensão da maturidade média da dívida.

Em julho de 2014, a Galp Energia procedeu à segunda emissão de dívida ao abrigo do programa EMTN, que consistiu num montante de €500 m, com maturidade em janeiro de 2021, e um cupão de 3,0%.

A primeira emissão de dívida ao abrigo do programa EMTN, no montante de €500 m, havia sido realizada pela Empresa a 15 de novembro de 2013.

Estes títulos foram admitidos à negociação na London Stock Exchange.

EMISSÃO DE DÍVIDA AO ABRIGO DO PROGRAMA EMTN

Denominação	ISIN	Emissão	Maturidade	Montante	Cupão
Galp 4,125% 01.2019	PTGALIOE0009	25-11-2013	25-01-2019	€500 m	4,125%
Galp 3,000% 01.2021	PTGALIOE0009	14-07-2014	14-01-2021	€500 m	3,000%

A 31 de dezembro de 2014, a primeira obrigação emitida transacionava com uma *yield* de 2,95%, ou seja, uma descida de aproximadamente 130 b.p. desde o *pricing*. Já a obrigação, emitida em 2014 pela Empresa, transacionava no fim do ano com uma *yield* de 3,22%, correspondendo a uma subida de 9,2 b.p. desde o *pricing*.

Obrigações convertíveis

Apesar de a Galp Energia não ter procedido à emissão de obrigações convertíveis, transacionam no mercado diversos instrumentos de dívida convertíveis em ações da Empresa, nomeadamente os emitidos pelos acionistas de referência.

Com efeito, em setembro de 2010, a Parpública colocou no mercado obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, para a totalidade da participação de 7% que aquela entidade detém na Empresa. As obrigações têm uma maturidade de sete anos e preveem o pagamento de um cupão fixo de 5,25% e um preço de exercício de €15,25.

Posteriormente, a 27 de novembro de 2012, a Eni procedeu à emissão de obrigações convertíveis em ações da Galp Energia, correspondentes a aproximadamente 8% do capital social da Empresa. As obrigações são permutáveis

por ações da Empresa a um preço de €15,50, têm uma maturidade de três anos e pagam um cupão anual de 0,25%.

Em maio de 2013, a Amorim Energia emitiu obrigações convertíveis, correspondentes a cerca de 3% do capital social da Galp Energia. Estas obrigações têm maturidade em 2018 e preveem o pagamento de um cupão de 3,375% por ano. O preço de exercício fixado é de €15,8919.

Ações e obrigações próprias

Foi deliberado na Assembleia Geral de 28 de abril de 2014 que o poder de decisão relativamente à aquisição e alienação de ações e obrigações próprias compete ao Conselho de Administração. O momento e a dimensão da transação são decididos tendo em conta as condições do mercado e atendendo a um conjunto de critérios definidos e aprovados pela Assembleia Geral, os quais estão disponíveis no sítio da Galp Energia na Internet.

O número de ações a adquirir não poderá exceder 10% do capital da Empresa em cada momento, podendo o Conselho de Administração decidir sobre a aquisição ou alienação de ações próprias por um prazo de 18 meses.

No que respeita às obrigações, a partir da data de deliberação, o número de obrigações a adquirir poderá ser, no máximo, o correspondente a 10% do montante nominal agregado da totalidade de obrigações emitidas. A aquisição ou alienação pode ser efetuada no prazo de 18 meses pelo Conselho de Administração.

A 31 de dezembro de 2014, a Galp Energia não detinha ações próprias ou obrigações próprias em carteira.

Calendário financeiro de 2015

Seguindo as melhores práticas, a Galp Energia divulga as datas previstas de eventos relevantes para o acionista em 2015.

Prevê-se que os documentos de divulgação de indicadores operacionais e de resultados sejam divulgados antes da abertura do mercado, a Euronext Lisbon. Estas datas estão sujeitas a alteração.

CALENDÁRIO FINANCEIRO DE 2015

Evento	Data
Trading update do quarto trimestre de 2014	26 de janeiro
Relatório do quarto trimestre de 2014	9 de fevereiro
Capital Markets Day 2015	10 de março
Relatório & Contas 2014 (auditado)	20 de março
Trading update do primeiro trimestre de 2015	13 de abril
Assembleia Geral anual	16 de abril
Relatório do primeiro trimestre de 2015	27 de abril
Trading update do segundo trimestre de 2015	13 de julho
Relatório do segundo trimestre de 2015	27 de julho
Trading update do terceiro trimestre de 2015	12 de outubro
Relatório do terceiro trimestre de 2015	26 de outubro

■ Realizado ■ Por realizar

5.2 Capital humano

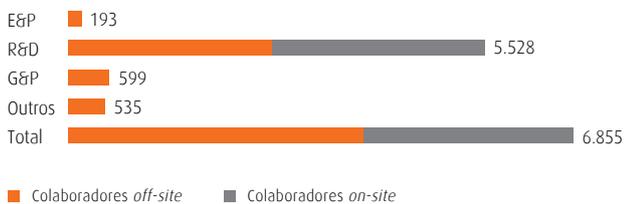
Para o sucesso da execução estratégica, a Galp Energia considera essencial o desenvolvimento diferenciador do seu capital humano. Para esse efeito, tem vindo a envidar importantes esforços ao nível da atração de talento e, sobretudo, ao nível da retenção e desenvolvimento do mesmo.

Possuir uma base de competências técnicas e comportamentais sólida, pronta a responder às necessidades impostas pela estratégia definida, é determinante para a criação de valor da Empresa.

Caracterização dos colaboradores

No final de 2014, a Galp Energia contava com 6.855 colaboradores, destacando-se o aumento de colaboradores no negócio de E&P para 193.

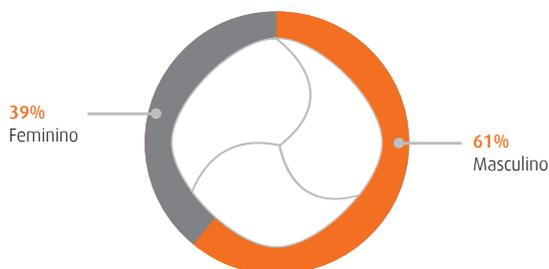
COLABORADORES POR SEGMENTO DE NEGÓCIO EM 2014



Do universo de colaboradores da Empresa, 2.909 estavam alocados *on-site*, ou seja, a estações de serviço na Península Ibérica e em África.

A Galp Energia promove a diversidade e o contacto intergeracional, que considera fundamental para o desenvolvimento de uma cultura criadora de valor. A Empresa está também comprometida com o princípio de equidade, nomeadamente entre géneros, em todas as geografias em que opera. No final de 2014, o género feminino representava 39% do total de colaboradores da Galp Energia.

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR GÉNERO EM 2014



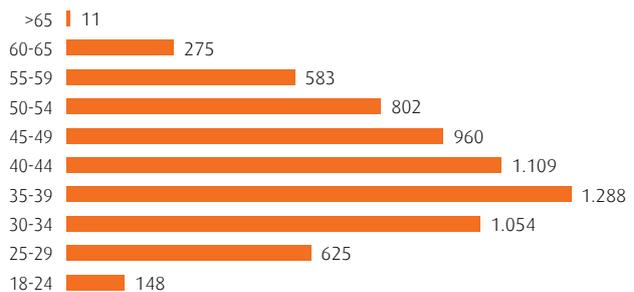
Recrutamento e seleção em ambiente altamente competitivo

Numa indústria tão competitiva como a do Oil & Gas é fundamental a definição e implementação de políticas de recrutamento e seleção com capacidade de atrair o capital humano necessário à execução estratégica da Empresa.

O programa Generation Galp é o principal programa de recrutamento externo da Galp Energia, tendo como objetivo a atração e recrutamento de jovens de elevado potencial e com formação em universidades de referência, de forma a rejuvenescer os quadros da Empresa.

O programa tem a duração de um ano, durante o qual os participantes são expostos a diferentes experiências na Empresa, o que lhes permite obter um conhecimento diversificado sobre a indústria e a Organização, ao mesmo tempo que desenvolvem as suas competências técnicas e *soft skills*.

DISTRIBUIÇÃO DOS COLABORADORES POR CLASSE ETÁRIA EM 2014



No final do programa 2013/2014, a taxa de retenção foi de 98%, reforçando e alargando o potencial de desenvolvimento do capital humano da Empresa. No programa de 2014/2015, foram admitidos 51 jovens com licenciatura ou mestrado, dos quais 14 foram exclusivamente alocados à área de E&P, refletindo a aposta da Galp Energia neste segmento.

A taxa de retenção global do programa é de 81%, desde o seu início em 1998, reflexo das oportunidades de desenvolvimento de carreira oferecidas.

Fomentar um desenvolvimento diferenciador do capital humano

Em 2014, a Galp Energia promoveu um total de 173.370 horas de formação a colaboradores do Grupo.

A Academia Galp é atualmente a principal iniciativa de desenvolvimento diferenciador do capital humano, constituindo um *training & assessment centre* de excelência da Empresa. A Academia atua em parceria com conceituadas instituições académicas, em Portugal e a nível internacional, de forma a assegurar padrões elevados e a garantir a customização dos cursos ministrados às necessidades da Empresa e à sua estratégia.

A Academia Galp disponibiliza cinco cursos: o Curso de Formação Avançada em Gestão (FormAG); o Programa de Doutoramento e Formação Avançada em Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química (EngIQ); o Curso de Formação Avançada em Competências Comerciais (CompeC); e, especificamente orientados para a área de E&P, o Mestrado em Engenharia do Petróleo (MScEP), e o Programa de Estudos Avançados em Geoengenharia de Reservatórios (GeoER).

O FormAG tem como objetivo proporcionar formação complementar aos quadros superiores e aos jovens de elevado potencial nos domínios da gestão avançada, da energia e dos comportamentos, visando a sua preparação para o exercício de funções de liderança nas atividades da Empresa, a vários níveis. Em 2014, foram ministradas um total de 16.636 horas de formação a 323 formandos.

O EngIQ visa formar profissionais altamente qualificados na área da Engenharia da Refinação, Petroquímica e Química. Este programa apresenta três modalidades: doutoramento em meio empresarial, formação avançada e módulos à medida. Durante o ano de 2014, foram ministradas 4.080 horas de formação a 35 formandos.

O CompeC visa formar comerciais verdadeiramente especializados no processo de venda e que pensem no ciclo completo até à pós-venda, com destaque para objetivos de vendas rentáveis, para a fidelização e para a construção de relações sustentáveis com os clientes. O curso abrangeu, em 2014, um total de 60 comerciais, num total de 4.896 horas de formação.

Aposta no segmento de negócio de E&P

Dada a importância estratégica do negócio de E&P, a Empresa tem vindo a reforçar o portefólio de competências dos colaboradores desta área.

A Academia Galp lançou, em 2014, a primeira edição do MScEP, que arrancou com 21 alunos, selecionados de um total de 1.801 candidaturas, a nível nacional e internacional. Ao nível internacional, destaca-se a seleção de candidatos de origem brasileira, africana e asiática.

O mestrado oferece uma aprendizagem baseada no desenvolvimento de atividades aplicadas de I&D que responde às necessidades específicas da indústria do Oil & Gas.

Este programa resulta de uma parceria entre o Instituto do Petróleo e Gás (ISPG) e a Heriot-Watt University. A Heriot-Watt University, localizada na Escócia, é um dos centros de excelência mundial no domínio do ensino, formação e investigação em Engenharia do Petróleo.

O ISPG, resultado da parceria entre a Galp Energia e seis universidades portuguesas, é uma organização nacional que visa promover a formação avançada de quadros técnicos, o desenvolvimento de projetos que criem valor acrescentado para os consórcios onde a Galp Energia participa e a criação de uma rede de cooperação entre consórcios, universidades e outros organismos de investigação do sector Oil & Gas.

Também orientado para a área de E&P, a Academia oferece o GeoER, que visa a capacitação de geólogos, geocientistas e engenheiros na área de E&P, com formação avançada nas áreas de Engenharia (de Reservatórios, de Perfuração e de Escoamento de Fluidos), Geociências, Geologia (de Exploração e de Desenvolvimento), Petrofísica e Geofísica. Este programa foi criado em 2012, em parceria com a Petrobras, tendo ministrado, em 2014, 1.360 horas de formação a seis colaboradores.

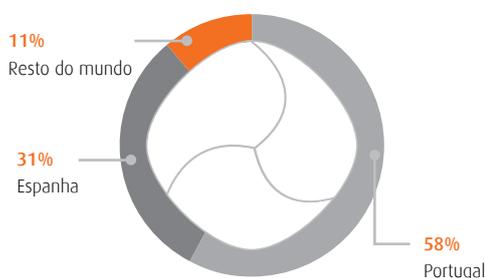
No final de 2014, 193 colaboradores estavam alocados ao negócio de E&P, o que correspondeu a um aumento de 13% face ao ano anterior.

No âmbito do recrutamento, destaca-se a contratação de 16 técnicos a nível internacional, dos quais sete para o Brasil, seis para a sede em Portugal e três para o projeto em Moçambique.

De destacar ainda o protocolo de desenvolvimento de competências técnicas entre a Empresa e a Empresa Nacional de Hidrocarbonetos (ENH), no âmbito do qual a Galp Energia acolheu oito formandos durante um ano.

Importa destacar que no decurso de 2014, a Galp Energia assumiu pela primeira vez a operação de um projeto de E&P em águas rasas, promovendo a necessidade de aquisição e gestão terceirizada de novas competências. No final do ano, a Empresa contava já com colaboradores de 15 nacionalidades diferentes no seu negócio de E&P, tornando evidente a globalização do negócio bem como a necessidade de um esforço de integração e acolhimento cultural.

DISPERSÃO GEOGRÁFICA DOS COLABORADORES EM 2014



5.3 Investigação e tecnologia

A Galp Energia considera que o investimento em I&T é estratégico, tendo em conta os desafios que se colocam à indústria de Oil & Gas, pelo que aposta fortemente no desenvolvimento de projetos com o objetivo de diferenciar a Empresa dos seus pares e criar valor para os seus *stakeholders*.

Neste contexto, a Galp Energia promove projetos de inovação *in-house* e em parceria, seja com empresas suas parceiras ou com entidades do meio científico e tecnológico. Em 2014, destacam-se os projetos relacionados com a atividade de E&P, nomeadamente no âmbito do desenvolvimento do projeto Lula/Iracema, no Brasil.

Investir em I&T para aumentar o valor dos projetos de E&P

A Galp Energia tem um portefólio de E&P ímpar a nível mundial, com destaque para os projetos em que participa no Brasil. Pelas suas especificidades e localização, estes projetos têm associada uma elevada complexidade das operações, exigindo o investimento em tecnologia e a necessidade constante de inovação, para o aumento da eficiência e de forma a maximizar a extração de valor, como seja através da produção. A Galp Energia e os seus parceiros continuam a desenvolver projetos que visam estudar o potencial de aplicação de novas técnicas e soluções tecnológicas com aqueles objetivos.

Além disso, e uma vez que a Galp Energia está empenhada na criação de um centro de excelência de investigação e tecnologia no Brasil, importa destacar a atividade do ISPG, criado em 2013.

Durante o ano de 2014, a Empresa continuou a consolidar as atividades de implementação deste instituto, que tem como objetivo fornecer soluções inovadoras para os desafios tecnológicos enfrentados pelo sector de Oil & Gas e, em particular, pela Galp Energia.

No âmbito do ISPG, foram definidos programas tecnológicos de I&D no Brasil, para os quais foi aberto um concurso a universidades brasileiras. Os temas dos programas tecnológicos definidos foram: i) produção de petróleo em reservatórios

carbonáticos portadores de fluidos com elevada percentagem de CO₂; ii) modelação de reservatórios carbonáticos e tecnologia para aumento do fator de recuperação de petróleo; iii) garantia de escoamento; iv) instalações de produção e equipamentos; e v) computação cognitiva e interpretação sísmica.

Importa destacar que, em março de 2014, ocorreu o lançamento da primeira edição de um mestrado em Engenharia do Petróleo, em parceria com a universidade escocesa Heriot-Watt, uma das referências mundiais em I&D na área de exploração e produção.

Aumentar a eficiência energética

Encontrar formas de otimizar o consumo de energia, minimizando os custos e estimulando a competitividade, é um dos grandes desafios que se impõe às empresas no sector energético.

Neste sentido, a Galp Energia promove vários projetos que visam uma maior eficiência energética. Além de continuar a estudar e a implementar novas medidas para o aumento de eficiência nas suas operações, a Empresa tem em curso um programa que visa a transferência de conhecimento e de inovação entre a realidade empresarial e o panorama académico português.

O projeto de I&D TOP-REF foi lançado em 2014 pela Galp Energia e por um consórcio de outras nove entidades, com o objetivo de aumentar o potencial de eficiência energética, nomeadamente da refinaria de Sines. O projeto consiste no desenvolvimento de uma plataforma de simulação de processos críticos à eficiência energética da refinaria e passa pela criação de indicadores, metodologias e ferramentas não-invasivas centradas na eficiência de recursos em processos industriais energeticamente intensivos.

Em 2014, realizou-se a 8.ª edição do Programa Galp 20-20-20, o maior programa português de investigação e eficiência energética. Nesta edição, foram colocados 21 bolsheiros em 21 clientes da Galp Energia, sendo que cerca de 30% dos projetos iniciaram a sua implementação nas empresas participantes.

COLABORADORES DA GALP ENERGIA



© Manuel Aguiar / Galp Energia

5.4 Segurança, saúde e ambiente

Uma sólida cultura de SSA é um valor indiscutível da Galp Energia, sendo a segurança uma condição fundamental para operar em qualquer que seja a atividade da Empresa e o respeito pelo meio ambiente uma consideração constante. Esta visão aplica-se a todos os *stakeholders* em contacto, direto ou indireto, com as operações da Galp Energia, sendo que as funções de SSA são uma responsabilidade partilhada por todos os colaboradores, em todos os níveis da Organização.

Os objetivos definidos para as políticas de SSA são operacionalizados e controlados através do Sistema G+, o sistema da Galp Energia que suporta o reporte e a análise dos indicadores de SSA. Este sistema de gestão permite a análise dos riscos inerentes às atividades da Empresa, e visa, entre outros, prevenir acidentes, garantindo a segurança dos colaboradores e prestadores de serviços e a preservação do meio ambiente.

Uma atividade de exploração e produção segura e sustentável

A Galp Energia monitoriza regularmente o desempenho operacional dos projetos de exploração e produção nas diferentes geografias em que está presente, o que assume particular importância dado o contexto de expansão deste negócio.

Nos projetos em que detém participações minoritárias, é promovida a realização de auditorias regulares e a comunicação permanente com os operadores dos projetos. São considerados os potenciais impactos a nível de SSA desde a fase de exploração à produção. A Galp Energia monitoriza as atividades em curso e planeadas e certifica-se de que as campanhas sísmicas, os programas de perfuração, os planos de desenvolvimento e restantes atividades cumprem os melhores *standards* internacionais.

Ao nível do *gas flaring*, em particular nos projetos *offshore* no Brasil, a Galp Energia, em conjunto com o operador, monitoriza e controla os volumes *flared* de forma a minimizar o impacto ambiental que advém deste processo e tem como objetivo a meta de *zero flaring*.

Segurança e saúde como objetivos estratégicos

A Galp Energia estabeleceu como meta alcançar zero acidentes com impacto significativo no decurso das suas atividades, quer sejam acidentes pessoais, materiais ou ambientais. A Empresa procura uma melhoria constante dos seus níveis de segurança, nomeadamente através da formação, da análise e da implementação de medidas para redução dos riscos.

O registo de incidentes incluiu aqueles que envolvem clientes e prestadores de serviços, quando dos mesmos tenham resultado danos no património ou que tenham envolvido bens ou serviços prestados pela Galp Energia, ainda que não tenham decorrido da regular atividade da Empresa.

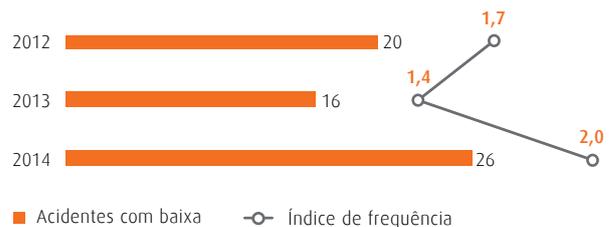
Em 2014, registaram-se quatro acidentes de Classe 4, que foram devidamente investigados, tendo-se concluído que ocorreram em condições alheias à Galp Energia. Ocorreu ainda um acidente material da mesma classe, com um navio

de abastecimento numa das empresas participadas do Grupo, em Cabo Verde, e que originou uma perda de 80 m³ de produto.

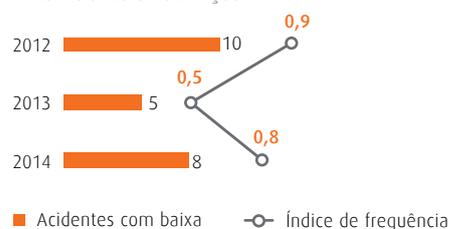
A Empresa tem trabalhado consistentemente para reduzir o número de acidentes pessoais com baixa de colaboradores. Em 2014, o índice de frequência de acidentes com baixa (IFACB) por milhão de horas trabalhadas ficou, no entanto, acima dos valores de referência da Conservation of Clean Air and Water in Europe (CONCAWE). Este aumento ficou a dever-se essencialmente a ocorrências no negócio de distribuição e comercialização de produtos petrolíferos, estando em curso a investigação e a implementação de medidas que visem reduzir a sinistralidade neste segmento aos níveis de referência.

Ainda assim, destaca-se que, durante a paragem geral da refinaria de Sines, a maior e mais complexa de sempre, que contou com 1,4 milhões de horas trabalhadas, não se verificou qualquer acidente com baixa.

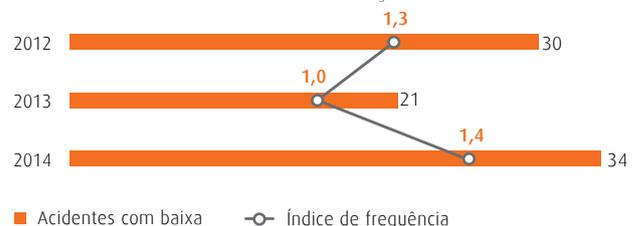
ACIDENTES PESSOAIS NO UNIVERSO GALP ENERGIA COLABORADORES



PRESTADORES DE SERVIÇOS



COLABORADORES E PRESTADORES DE SERVIÇOS



Compromisso com a minimização da pegada ambiental

Como operador integrado de energia, a Galp Energia está ciente da sua responsabilidade para com a sociedade, nomeadamente no que concerne à proteção do ambiente e à minimização do impacto das suas atividades.

Atendendo à sua estratégia de expansão no negócio de E&P, a Empresa assume o compromisso de contribuir para

a satisfação das necessidades energéticas futuras e minimizar a intensidade carbónica da sua atividade. Este compromisso traduz-se em seis objetivos concretos:

- promover um crescimento responsável no segmento de E&P, assente na eficiência operacional e energética, procurando a minimização da intensidade das emissões de CO₂;
- promover a eficiência energética e minimizar a intensidade de emissões nas operações;
- acompanhar as tendências de mercado e promover a inovação, investigação e desenvolvimento na área da eficiência energética e ambiental;
- avaliar os riscos e desenvolver planos para garantir a mitigação e adaptação dos riscos relacionados com as alterações climáticas com impacte significativo nas atividades da Galp Energia;
- acompanhar e antecipar os desenvolvimentos legislativos e as tendências no âmbito das políticas de Energia e Clima;
- acompanhar as expectativas dos *stakeholders* relevantes e garantir uma comunicação transparente.

Estes objetivos abrangem toda a cadeia de operações da Empresa e espelham uma orientação integrada para a sustentabilidade.

A importância de reduzir a intensidade carbónica da atividade

A diminuição da pegada de carbono, em particular ao nível da redução das emissões e da intensidade carbónica das operações da Empresa, constitui um desafio, sobretudo num contexto de expansão das atividades. A Galp Energia pretende atingir níveis de referência ao nível de eficiência energética e de intensidade de carbono da atividade.

PEGADA DE CARBONO – EMISSÕES DE CO₂ (kt)



■ Operações da Galp Energia ■ Blocos de E&P não-operados

Nota: operações da Galp Energia: inclui emissões de âmbito 1, 2 e 3, excluindo as emissões dos blocos de E&P não operados, que são apresentadas separadamente. Exclui ainda o uso de produtos no âmbito 3.

Considerando as operações da responsabilidade da Galp Energia (âmbitos 1, 2 e 3) e o uso dos seus produtos, o valor da pegada de carbono da Empresa em 2014 atingiu as 32.578.971 toneladas de CO₂, em comparação com as 35.431.362 toneladas de CO₂ registadas em 2013.

As refinarias e cogerações da Empresa são abrangidas pelo Comércio Europeu de Licenças de Emissão (CELE) e, no período de 2013 a 2020, a atribuição gratuita de Licenças de Emissão (LE) de CO₂ é efetuada tendo por referência o *benchmark* sectorial. Em 2014 foram atribuídas à Galp Energia 2,7 milhões de LE.

A Galp Energia prossegue com a implementação de novas medidas de eficiência energética no aparelho refinador.

Os investimentos em eficiência energética irão permitir manter este nível de desempenho superior face ao *benchmark* europeu.

Minimizar o risco de impacte ambiental através da prevenção

Além de se reger pelos *standards* éticos e de responsabilidade mais elevados, a Galp Energia cumpre estritamente todas as normativas de segurança de processo, visando, entre outros, prevenir acidentes que possam ter impacte negativo no ambiente.

Ainda assim, em 2014, há a registar um total de perdas de contenção de aproximadamente 22,3 mil litros, com cerca de 10,3 mil litros a atingir o ambiente.

Neste contexto, importa ainda destacar um incidente com um navio de abastecimento numa das empresas participadas do Grupo, em Cabo Verde, tendo sido seguido um plano de atuação alinhado com os requisitos de gestão de crises e reporte e investigação de incidentes da Galp Energia. As causas foram apuradas e estão em implementação medidas que visam a prevenção deste tipo de ocorrências, como sejam a implementação de um sistema de gestão de manutenção dos navios e equipamentos, a criação de procedimentos de navegação em águas restritas, a elaboração de planos de formação para os tripulantes e a revisão das funções e responsabilidades dos vários intervenientes no incidente.

A Galp Energia dispõe, junto dos seus prestadores de serviços, de planos de ação para minimizar o prazo de resposta em qualquer situação de emergência, reduzir o potencial impacte ambiental e os custos associados à gestão de áreas afetadas.

A Empresa segue *standards* e procedimentos internos que visam a gestão sustentável dos solos e recursos hídricos, alinhando a atuação com as boas práticas reconhecidas internacionalmente e com as expectativas das autoridades competentes e restantes *stakeholders*.

Na ótica integrada do ciclo de vida das instalações da Empresa, a proteção de solos e recursos hídricos é assegurada através da correta gestão de produtos contaminantes, resíduos e efluentes, pela prevenção de incidentes e pela preparação da resposta a situações de emergência e de crise, tendo sempre por princípio uma atuação responsável em caso de eventual ameaça de dano ambiental.

Preservar a biodiversidade e os recursos hídricos

A preservação da biodiversidade e dos recursos hídricos afetados pelo desenvolvimento das atividades da Galp Energia é uma prioridade para a Empresa, enquadrada no seu compromisso de desenvolvimento sustentável.

Em 2014, deu-se continuidade ao reforço da integração da biodiversidade como aspeto relevante nos processos de seleção de projetos de *upstream* e de avaliação do respetivo impacte ambiental. Para o efeito, foram publicados dois novos complementos ao Guia de Boas Práticas para a Gestão da Biodiversidade.

No sentido de promover a transparência associada a estes temas, a Empresa concebeu e disponibilizou na sua página de Internet um mapa interativo baseado em duas ferramentas

internacionalmente reconhecidas: a Integrated Biodiversity Assessment Tool (IBAT) e a Global Water Tool for Oil & Gas (GWT), onde se pode relacionar as atividades da Empresa com áreas protegidas, espécies ameaçadas e com áreas com escassez ou *stress* hídrico.

Projetos de energias renováveis

No sentido de acompanhar as tendências das fontes de energia complementares ao sector de Oil & Gas, a Galp Energia está presente em projetos de energias renováveis, principalmente na área dos biocombustíveis, mas também na geração de energia por via eólica e solar.

Relativamente às atividades na área dos biocombustíveis, a Galp Energia está presente em toda a cadeia de valor, incluindo atividades de *upstream* e de *downstream*.

Ao nível do *upstream*, a Empresa conta com um projeto de plantação de palma no Brasil. As plantações atingiram, em 2014, um total de cerca de 41.000 hectares plantados, um acréscimo de 13.000 hectares em relação a 2013, devendo começar a produzir a partir de 2017.

Ao nível do *downstream*, destaca-se a operação de uma unidade para produção de biocombustíveis de segunda geração, em Portugal, com uma capacidade instalada de 27 mt de biocombustível por ano, dedicada à transformação de óleos usados e gorduras animais residuais em biodiesel. Além disso, estão a ser efetuados os estudos de engenharia e logística para a construção de instalações de produção de *hydrotreated vegetable oil* (HVO).

Em 2014, a Galp Energia introduziu diretamente, em Portugal, cerca de 132 mil m³ de biodiesel, ou seja, uma incorporação de cerca de 5,5% de energia de fontes renováveis nos transportes rodoviários. Segundo critérios da Diretiva Europeia de Renováveis (RED), esta incorporação representa um potencial de redução das emissões de GEE superior

a 184 mil toneladas (kt) de CO₂ equivalentes. Em Espanha, foram introduzidos cerca de 142 mil m³ de biocombustíveis, também em cumprimento da legislação local. Esta incorporação traduziu-se numa redução potencial de cerca de 182 kt de CO₂ equivalentes.

De acordo com os objetivos estabelecidos pela Comissão Europeia e os respetivos países, a Galp Energia continuará a cumprir a introdução de biocombustíveis na Península Ibérica, no intuito de atingir a meta de incorporação de 10% em 2020, utilizando os diversos complementos renováveis ao seu dispor, tanto em gasolinas como em gasóleos.

No que diz respeito à energia eólica, a Galp Energia tem atualmente em funcionamento um parque eólico com uma capacidade instalada de 12 MW, que produziu, em 2014, 36 GWh. Além disso, destaca-se a construção de quatro parques eólicos adicionais, que terão uma capacidade instalada de 171,6 MW, resultado da parceria celebrada em 2014 entre o consórcio Ventinveste, em que a Galp Energia participa, e a Ferrostaal.

Relativamente à geração de energia solar, a Galp Energia desenvolve alguns projetos em Portugal, sobretudo com vista a promover uma maior eficiência energética junto dos seus clientes e parceiros.

Um elevado nível de exigência com fornecedores

Com o objetivo de assegurar a consideração pelo impacto causado ao longo de toda a sua cadeia de valor, a Galp Energia impõe requisitos de SSA a todos os seus fornecedores.

Estes existem em todas as fases de contratação, desde a pré-seleção até ao termo do contrato, sendo que os contratos têm igualmente cláusulas que vinculam os fornecedores ao cumprimento do código de ética e da política de combate à corrupção da Galp Energia. São realizadas regularmente auditorias aos prestadores de serviço.

5.5 Qualidade

A Galp Energia aplica os mais elevados padrões de qualidade, estabelecendo linhas de orientação e processos de controlo para que a gestão da qualidade se traduza na melhoria contínua dos seus produtos e serviços, dos seus sistemas de gestão e processos-chave, criando valor para a Empresa de forma sustentada.

Em 2014, a Galp Energia contava com 35 certificações, tendo integrado alguns dos sistemas de gestão em relação ao ano anterior. Destacam-se as certificações nas áreas do ambiente (ISO 14001), da qualidade (ISO 9001), da segurança (OHSAS 18001), energia (ISO 50001) e laboratórios (ISO/IEC 17025). A Empresa iniciou em 2014 o desenvolvimento e implementação de uma nova plataforma de reporte do desempenho não-financeiro nas vertentes de ambiente, qualidade, segurança e sustentabilidade.

Durante 2014, foram realizadas 42 auditorias no âmbito do ambiente, da qualidade e da segurança, envolvendo 53 auditores internos, com um total de 81 participações, e cinco auditores externos com 19 participações.

Das auditorias internas realizadas em 2014, resultaram 447 constatações, das quais 162 são não-conformidades e 285 oportunidades de melhoria.

O conjunto destas ações de auditoria e a ambição de certificar de forma imparcial as suas atividades demonstram o compromisso da Empresa para com a melhoria dos seus produtos e serviços, assim como dos seus processos internos.

5.6 Desenvolvimento das comunidades locais

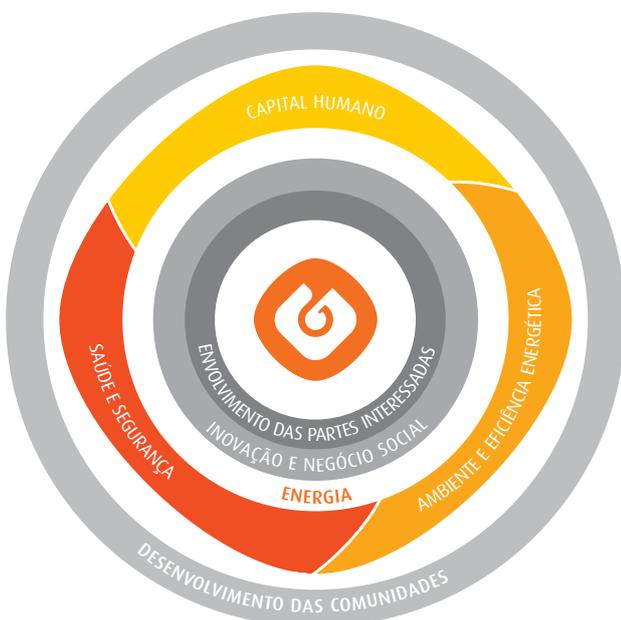
A estratégia da Galp Energia prevê o conceito de “valor partilhado”, ou seja, a criação simultânea de valor para a Empresa e para as comunidades locais e demais *stakeholders*. Esta visão é essencial para salvaguardar as operações nos países onde está presente, ao mesmo tempo que reforça a sua influência nessas regiões.

Neste contexto, importa salientar a adesão da Empresa em 2013 ao Pacto Global da ONU, que visa alinhar a implementação de estratégias e operações das empresas participantes em princípios universalmente aceites nas áreas dos direitos humanos, do trabalho, do meio ambiente e do combate à corrupção. Em 2014, a Galp Energia aprovou a sua primeira política de direitos humanos, comprometendo-se a respeitar, promover e cumprir com os direitos reconhecidos internacionalmente.

A Galp Energia tem implementada uma política de responsabilidade social, orientada para o desenvolvimento e suporte das comunidades locais. Importa salientar que esta política foi definida com base nos sistemas normativos português, espanhol e brasileiro e atendendo às recomendações de norma internacional (ISO 26000:2011). A política de responsabilidade corporativa da Galp Energia desenvolve-se nos eixos do capital humano, da segurança, da saúde e do ambiente, sendo o principal vetor de atuação a promoção da inovação e de ações sociais inclusivas, nomeadamente através da disponibilização de soluções de energia.

Deste modo, a Galp Energia desenvolve a sua atividade em dois domínios complementares: por meio da atribuição de apoios a projetos de entidades representativas da comunidade; e através da conceção e implementação de projetos próprios nos quais envolve as entidades representativas da comunidade.

POLÍTICA DE INVESTIMENTO NA COMUNIDADE



Estando particularmente sensibilizada para as questões em torno das comunidades nos países em vias de desenvolvimento, a Galp Energia continuou a promover atividades sociais, educativas e no âmbito da saúde, com especial enfoque nos países africanos em que está presente.

No plano da segurança e da saúde, destaca-se a campanha promovida em Cabo Verde após a erupção do vulcão na Ilha do Fogo, que consistiu em doações à Cruz Vermelha por cada litro de combustível vendido. Salientam-se também as iniciativas promovidas na Suazilândia, nomeadamente a “Orange your Neighbourhood”, com o objetivo de ajudar a eliminar a violência contra as mulheres, e a campanha “End Hunger Walk”.

No âmbito da promoção do ambiente e eficiência energética, destaca-se o projeto escolar Missão UP | Unidos pelo Planeta, que tem como objetivo sensibilizar a comunidade escolar em Portugal para questões de eficiência energética. Em 2014, aderiram 2.142 escolas, com uma abrangência total de cerca de 200.540 alunos. Uma das principais iniciativas no âmbito deste projeto é a realização de sessões informativas sobre energia nas escolas. Em 2014, foram realizadas 779 sessões, que envolveram 20.535 alunos e contaram com a participação de 33 colaboradores da Empresa. Ainda neste âmbito, salienta-se o Missão Power Up, projeto que tem como objetivo aumentar o alcance do programa através de uma plataforma *web* e *mobile*, beneficiando de uma linha de financiamento proveniente do PPEC (Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica) aprovado pela ERSE.

Em Moçambique, a Galp Energia desenvolveu várias iniciativas, destinadas ao apoio social a crianças e a idosos, em parceria com diversas instituições locais.

A Empresa continuou também a promover uma cultura de voluntariado empresarial. Em 2014, a Galp Voluntária realizou 14 ações, que envolveram um total de 9.422 horas de voluntariado, contando com 1.156 voluntários no final do ano. Das várias iniciativas destaca-se a parceria com a Associação de Empresários Pela Inclusão Social (EPIS), em que a Galp Voluntária criou 12 estágios profissionais na Empresa. Ainda este ano, a Galp Voluntária organizou uma iniciativa para a reabilitação de sete instituições de solidariedade social, que envolveu perto de 600 colaboradores. Desde o seu lançamento em 2011, a Galp Voluntária realizou já 73 ações, com um total de cerca de 18 mil horas de voluntariado.

Em 2014, o investimento global nesta área atingiu cerca de €4,1 m, dos quais se destacam 36% alocados a ações de cariz social; 27% a ações no âmbito da educação; 7% a ações no âmbito da saúde; e 5% a ações relacionadas com a proteção do ambiente.

Fundação Galp Energia

No âmbito do desenvolvimento social, da energia e ambiente e da cultura, a Fundação Galp Energia deu continuidade ao plano de atividades existente e promoveu novas iniciativas, para o que o Grupo Galp Energia contribuiu com €535 k.



06 Anexos

- 6.1 Proposta de aplicação de resultados
- 6.2 Informação adicional
- 6.3 Contas consolidadas
- 6.4 Relatórios e pareceres
- 6.5 Glossário e abreviaturas

6.1 Proposta de aplicação de resultados

As participações sociais do grupo Galp Energia são detidas pela empresa Galp Energia SGPS, S.A.

A Galp Energia SGPS, S.A. numa base individual, encerrou o exercício de 2014 com um resultado líquido positivo de €263.348.933,08, apurado em conformidade com as Normas Internacionais do Relato Financeiro (IFRS).

O Conselho de Administração propõe, nos termos legais, que o resultado líquido do exercício de 2014, no montante de €263.348.933,08 seja aplicado da seguinte forma: €54.584.312,84 para resultados acumulados e €208.764.620,24 para distribuição de dividendos.

O montante a pagar aos acionistas no ano 2015, relativo ao exercício de 2014, será apenas de €143.294.509,73 (€0,1728/ação), uma vez que no passado mês de setembro já foram pagos €65.470.110,51, sob a forma de adiantamento por conta de lucros do exercício e €77.824.399,22 a partir de resultados acumulados, perfazendo €143.294.509,73, o que corresponde a um dividendo de €0,3456 por ação, conforme política de remuneração acionista aprovada em março de 2012, representando um crescimento de 20% relativamente ao dividendo do ano anterior.

6.2 Informação adicional

Declarações e menções obrigatórias

ACIONISTAS COM PARTICIPAÇÕES QUALIFICADAS DIRETAS E INDIRETAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014 (DETERMINADAS NOS TERMOS DO ARTIGO 20.º DO CVM)

Acionistas	N.º de ações	% capital social	% direitos de voto
Amorim Energia, B.V.			
Detenção direta	317.934.693	38,34%	38,34%
Detenção imputável pelo art.º 20.º, n.º 1, al. d) do CVM em virtude de membro do Conselho de Administração da Amorim Energia B.V.	2.410	0,0003%	0,0003%
Detenção imputável pelo art.º 20.º, n.º 1, al. c) do CVM em virtude de acordo parassocial com Eni, S.p.A.	66.337.592	8,00%	8,00%
Participação total imputável	384.274.695	46,34%	46,34%
Eni, S.p.A.			
Parpública – Participações Públicas (SGPS), S.A.	58.079.514	7,00%	7,00%
The Capital Group Companies, Inc.			
Detenção imputável pelo art.º 20.º, n.º 1, al. b) do CVM em virtude de relação de domínio com Capital Research and Management Company	40.652.757	4,90%	4,90%
Participação total imputável	40.652.757	4,90%	4,90%
Capital Research and Management Company			
Detenção imputável pelo art.º 20.º, n.º 1, al. g) do CVM em virtude de diversos fundos terem concedido os respetivos poderes de representação	20.222.757	2,44%	2,44%
Detenção imputável pelo art.º 20.º, n.º 1, al. g) do CVM em virtude de a EUPAC ter concedido os respetivos poderes de representação	20.430.000	2,46%	2,46%
Participação total imputável	40.652.757	4,90%	4,90%
EuroPacific Growth Fund (EUPAC)			
BlackRock, Inc.	20.307.726	2,45%	2,45%
Templeton Global Advisors Limited	16.870.865	2,03%	2,03%

AÇÕES PRÓPRIAS

A Galp Energia, SGPS, S.A. não é detentora de ações próprias. Durante o exercício de 2014, a Galp Energia, SGPS, S.A. não adquiriu, nem alienou ações próprias.

INFORMAÇÃO SOBRE AS PARTICIPAÇÕES DOS MEMBROS DOS ÓRGÃOS DE ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014.

Nos termos do artigo 447.º, n.º 5 do Código das Sociedades Comerciais, informa-se que, em 31 de dezembro de 2014, os membros dos órgãos de administração e fiscalização da Galp Energia, SGPS, S.A. detinham as seguintes participações no capital da sociedade:

	Aquisição				Alienação			Total de ações a 31 dez. 2014
	Total de ações a 31 dez. 2013	Período 1 de janeiro a 31 de dezembro de 2014		Valor (€/ação)			Valor (€/ação)	
		Data	N.º ações		Data	N.º ações		
Membros do Conselho de Administração								
Américo Amorim*	-	-	-	-	-	-	-	-
Manuel Ferreira De Oliveira	85.640	-	-	-	-	-	-	85.640
Luís Palha da Silva	950	-	-	-	-	-	-	950
Paula Amorim*	-	-	-	-	-	-	-	-
Filipe Crisóstomo Silva	-	11.02.2014	5.000	11,3	-	-	-	5.000
Carlos Gomes da Silva*	2.410	-	-	-	-	-	-	2.410
Sérgio Gabrielli de Azevedo	-	-	-	-	-	-	-	-
Thore E. Kristiansen	-	-	-	-	-	-	-	-
Abdul Magid Osman	-	-	-	-	-	-	-	-
Luís Campos e Cunha	-	-	-	-	-	-	-	-
Raquel Rute da Costa David Vunge	-	-	-	-	-	-	-	-
Miguel Athayde Marques	1.800	-	-	-	-	-	-	1.800
Carlos Costa Pina	-	-	-	-	-	-	-	-
Rui Paulo Gonçalves*	-	-	-	-	-	-	-	-
Luís Todo Bom	-	-	-	-	-	-	-	-
Fernando Gomes	1.900	-	-	-	-	-	-	1.900
Diogo Mendonça Tavares	2.940	-	-	-	-	-	-	2.940
Joaquim Borges Gouveia	-	-	-	-	-	-	-	-
José Carlos da Silva Costa	275	-	-	-	-	-	-	275
Jorge Manuel Seabra de Freitas*	-	-	-	-	-	-	-	-
Membros do Conselho Fiscal								
Daniel Bessa Fernandes Coelho	-	-	-	-	-	-	-	-
Gracinda Augusta Figueiras Raposo	-	-	-	-	-	-	-	-
Pedro Antunes de Almeida	5	-	-	-	-	-	-	5
Amável Alberto Freixo Calhau	-	-	-	-	-	-	-	-
Revisor Oficial de Contas								
P. Matos Silva, Garcia Jr., Caiado & Associados	-	-	-	-	-	-	-	-
António Campos Pires Caiado	-	-	-	-	-	-	-	-

Notas:

- O administrador executivo Stephen Whyte, que exerceu funções até 3 de outubro de 2014, não era titular de ações da Galp Energia a 31 de dezembro de 2014, tendo, em 4 de julho de 2014, alienado as 2.035 ações que detinha pelo preço de €13,535 por ação.
- O administrador não executivo Vitor Bento, que exerceu funções até 31 de agosto de 2014, não era titular de ações da Galp Energia a 31 de dezembro de 2014.

* Para os efeitos do art.º 447.º, n.º 2, alínea d) do Código das Sociedades Comerciais, declara-se ainda que a Amorim Energia B.V., na qual o administrador indicado exerce igualmente funções de administração, é titular de 317.934.693 ações da Galp Energia.

Em 31 de dezembro de 2014, nenhum dos membros dos órgãos de administração e fiscalização era titular de obrigações emitidas pela Sociedade.

NEGÓCIOS DOS ADMINISTRADORES COM A SOCIEDADE

Durante o exercício de 2014, não foram solicitadas quaisquer autorizações pelos membros do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. para a realização de negócios com a Sociedade ou com sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo.

EXERCÍCIO DE OUTRAS ATIVIDADES PELOS ADMINISTRADORES

Nenhum dos administradores da Galp Energia, SGPS, S.A. exerceu, durante o exercício de 2014, na Sociedade ou em sociedades que com esta estejam em relação de domínio ou de grupo, quaisquer funções temporárias ou permanentes ao abrigo de contrato de trabalho, subordinado ou autónomo.

O administrador José Carlos da Silva Costa mantém suspenso o contrato de trabalho com a Galp Energia, S.A., sociedade do Grupo, desde a sua eleição para vogal do Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A., ocorrida em 23 de novembro de 2012.

POSIÇÕES CREDORAS SOBRE SOCIEDADES PARTICIPADAS

Ver Nota 28 do anexo às demonstrações financeiras das contas individuais da Galp Energia, SGPS, S.A.

Órgãos e corpos sociais

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente:

Daniel Proença de Carvalho

Vice-presidente:

Víctor Manuel Pereira Dias

Secretário:

Maria Helena Claro Goldschmidt

A composição dos órgãos sociais da Galp Energia, SGPS, S.A. para o mandato que terminou a 31 de dezembro de 2014 é a seguinte:

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira

Vice-presidente:

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Thore E. Kristiansen¹

Abdul Magid Osman

Luís Campos e Cunha

Raquel Rute da Costa David Vunge²

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Tavares

Joaquim Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente:

Manuel Ferreira De Oliveira (CEO)

Vice-presidente:

Luís Palha da Silva

Vogais:

Filipe Crisóstomo Silva (CFO)

Carlos Gomes da Silva

Thore E. Kristiansen

Carlos Costa Pina

José Carlos da Silva Costa

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Efetivo:

Rui de Oliveira Neves

Suplente:

Maria Helena Claro Goldschmidt

CONSELHO FISCAL

Presidente:

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Vogal:

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Vogal:

Pedro Antunes de Almeida

Suplente:

Amável Alberto Freixo Calhau

REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Efetivo: P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados, SROC, Lda., representada por Pedro João Reis de Matos Silva

Suplente:

António Campos Pires Caiado

COMISSÃO DE REMUNERAÇÕES

Vogal:

Amorim Energia, B.V., representada por Francisco Rêgo

Vogal:

Jorge Armindo Carvalho Teixeira

¹ Cooptado na reunião do Conselho de Administração de 3 de outubro de 2014, em substituição de Stephen Whyte.

² Cooptado na reunião do Conselho de Administração de 3 de outubro de 2014, em substituição de Baptista Sumbé.

Nota: Vitor Bento exerceu o cargo de vogal do Conselho de Administração até à data de produção de efeitos da sua renúncia (31 de agosto de 2014).

6.3 Contas consolidadas

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração da posição financeira consolidada em 31 de dezembro de 2014

e em 31 de dezembro de 2013

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

Ativo	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013 reexpresso
Ativo não corrente:			
Ativos tangíveis	12	5.052.356	4.572.699 (a)
Goodwill	11	225.361	233.137
Ativos intangíveis	12	1.446.906	1.545.368 (a)
Participações financeiras em associadas e entidades conjuntamente controladas	4	786.702	514.417 (a)
Ativos disponíveis para venda	4	2.512	2.863
Clientes	15	24.242	24.322
Empréstimos à Sinopec	14	170.954	706.993
Outras contas a receber	14	187.796	205.125 (a)
Ativos por impostos diferidos	9	363.973	271.074
Outros investimentos financeiros	17	21.378	24.530
Total de ativos não correntes:		8.282.180	8.100.528 (a)
Ativo corrente:			
Inventários	16	1.210.374	1.845.607
Clientes	15	1.115.287	1.327.040 (a)
Empréstimos à Sinopec	14	718.904	164.500
Outras contas a receber	14	667.281	732.503 (a)
Outros investimentos financeiros	17	10.136	10.128
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	-	32.788
Ativos não correntes disponíveis para venda	12	67.273	-
Caixa e seus equivalentes	18	1.143.982	1.504.324 (a)
Total dos ativos correntes:		4.933.237	5.616.890 (a)
Total do ativo:		13.215.417	13.717.418 (a)
Capital próprio e passivo			
	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013 reexpresso
Capital próprio:			
Capital social	19	829.251	829.251
Prémios de emissão		82.006	82.006
Reservas	20	2.701.339	2.394.913
Resultados acumulados		1.565.335	1.666.075
Resultado líquido consolidado do exercício	10	(173.394)	188.661
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		5.004.537	5.160.906
Interesses que não controlam	21	1.420.184	1.254.894
Total do capital próprio:		6.424.721	6.415.800
Passivo			
Passivo não corrente:			
Empréstimos	22	1.113.578	1.464.910
Empréstimos obrigacionistas	22	2.247.541	1.838.812
Outras contas a pagar	24	555.840	544.904
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios	23	410.591	338.495
Passivos por impostos diferidos	9	121.188	128.577
Outros instrumentos financeiros	27	838	1.538
Provisões	25	184.540	154.149
Total do passivo não corrente:		4.634.116	4.471.385
Passivo corrente:			
Empréstimos e descobertos bancários	22	303.245	226.542
Empréstimos obrigacionistas	22	-	146.778
Fornecedores	26	898.047	1.509.622 (a)
Outras contas a pagar	24	921.059	936.821 (a)
Outros instrumentos financeiros	27	15.144	10.470
Imposto corrente sobre o rendimento a pagar	9	19.085	-
Total do passivo corrente:		2.156.580	2.830.233 (a)
Total do passivo:		6.790.696	7.301.618 (a)
Total do capital próprio e do passivo:		13.215.417	13.717.418 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

As notas anexas fazem parte da demonstração da posição financeira consolidada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração dos resultados CONSOLIDADOS para os exercícios findos

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013 reexpresso
Proveitos operacionais:			
Vendas	5	17.478.599	19.101.293 (a)
Prestação de Serviços	5	542.395	520.958 (a)
Outros proveitos operacionais	5	105.477	142.605 (a)
Total de proveitos operacionais:		18.126.471	19.764.856 (a)
Custos operacionais:			
Custo das vendas	6	15.701.372	17.208.281 (a)
Fornecimentos e serviços externos	6	1.157.704	1.068.079 (a)
Custos com o pessoal	6	369.554	347.092 (a)
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos	6	613.598	586.314 (a)
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	30.710	54.968
Outros custos operacionais	6	73.304	99.063 (a)
Total de gastos operacionais:		17.946.242	19.363.797 (a)
Resultados operacionais:			
Proveitos financeiros	8	51.899	61.855 (a)
Custos financeiros	8	(152.052)	(207.427) (a)
Ganhos (perdas) cambiais		(26.604)	(8.790)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	30.342	115.852 (a)
Rendimentos de instrumentos financeiros	27	(17.819)	12.287 (a)
Resultado antes de impostos:		65.995	374.836
Imposto sobre o rendimento	9	(154.073)	(135.829)
Contribuição extraordinária sector energético	9	(30.453)	-
Resultado antes de interesses que não controlam:		(118.531)	239.007
Resultado afeto aos interesses que não controlam	21	(54.863)	(50.346)
Resultado líquido consolidado do exercício		(173.394)	188.661 (a)
Resultado por ação (valor em euros)	10	(0,21)	0,23

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada das alterações no capital próprio para os exercícios findos

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

Movimentos do exercício	Notas	Capital social	Prémios de emissão	Reservas de conversão cambial (Nota 20)	Outras reservas (Nota 20)
Saldo em 1 de janeiro de 2013		829.251	82.006	(47.624)	2.684.537
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-
Variação do perímetro de consolidação		-	-	-	-
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	(236.494)	-
Rendimento integral do exercício		-	-	(236.494)	-
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados		-	-	-	-
Incremento de capital em subsidiárias		-	-	-	(4.098)
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2013		829.251	82.006	(284.118)	2.680.439
Saldo em 1 de janeiro de 2014		829.251	82.006	(284.118)	2.680.439
Resultado líquido consolidado do exercício	10	-	-	-	-
Outros Ganhos e Perdas reconhecidos nos Capitais Próprios		-	-	301.787	-
Rendimento integral do exercício		-	-	301.787	-
Distribuição de Dividendos/Dividendos antecipados	30	-	-	-	-
Incremento de capital em subsidiárias	3 e 20	-	-	-	3.975
Aumentos de reservas por aplicação de resultados		-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014		829.251	82.006	17.669	2.684.414

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada de alterações no capital próprio para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada do rendimento integral para os exercícios findos

em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	dez. 2014	dez. 2013
Resultado líquido consolidado do exercício	10	(173.394)	188.661
Outro rendimento integral do exercício que no futuro não será reciclado por resultados do exercício:			
Ganhos e perdas atuariais – fundo pensões		(36.116)	22.369
Imposto relacionado com a componente de Ganhos e perdas atuariais – fundo pensões	9	9.421	3.259
		(26.695)	25.628
Outro rendimento integral do exercício que no futuro será reciclado por resultados do exercício:			
Diferenças de conversão cambial (Empresas do Grupo)	20	272.450	(167.208)
Diferenças de conversão cambial (Empresas Associadas/Conjuntamente Controladas)	4 e 20	68.273	(23.846)
Diferenças de conversão cambial – <i>Goodwill</i>	11 e 20	1.158	1.091
Diferenças de conversão cambial – Dotações financeiras (“ <i>quasi capital</i> ”)	20	(60.504)	(70.799)
Imposto diferido relacionado com as componentes de diferenças de conversão cambial – Dotações financeiras (“ <i>quasi capital</i> ”)	9 e 20	20.410	24.268
		301.787	(236.494)
Aumentos / diminuições reservas de cobertura (Empresas do Grupo)	27 e 20	1.282	6.789
Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (Empresas do Grupo)	9 e 20	(324)	(1.985)
Aumentos / diminuições reservas de cobertura (Empresas Associadas/Conjuntamente Controladas)	27 e 20	(283)	222
Imposto diferido relacionado com as componentes de reservas de cobertura (Empresas Associadas/Conjuntamente Controladas)	9 e 20	(11)	(69)
		664	4.957
Outro Rendimento integral do exercício líquido de imposto		275.756	(205.909)
Rendimento integral do exercício atribuível aos acionistas:		102.362	(17.248)
Rendimento integral do exercício atribuível a interesses que não controlam		173.424	(38.237)
Total do rendimento integral do exercício		275.786	(55.485)

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada do rendimento integral para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Reservas de cobertura (Nota 20)	Resultados acumulados – ganhos e perdas atuariais-fundo de pensões (Nota 23)	Resultados acumulados	Resultado líquido consolidado do exercício	Sub-Total	Interesses que não controlam (Nota 21)	Total
(6.365)	(98.503)	1.614.572	343.300	5.401.174	1.304.800	6.705.974
-	-	-	188.661	188.661	50.346	239.007
-	-	-	-	-	(1.139)	(1.139)
4.957	25.628	-	-	(205.909)	(87.444)	(293.353)
4.957	25.628	-	188.661	(17.248)	(38.237)	(55.485)
-	-	(218.922)	-	(218.922)	(4.004)	(222.926)
-	-	-	-	(4.098)	(7.665)	(11.763)
-	-	343.300	(343.300)	-	-	-
(1.408)	(72.875)	1.738.950	188.661	5.160.906	1.254.894	6.415.800
(1.408)	(72.875)	1.738.950	188.661	5.160.906	1.254.894	6.415.800
-	-	-	(173.394)	(173.394)	54.863	(118.531)
664	(26.695)	-	-	275.756	118.561	394.317
664	(26.695)	-	(173.394)	102.362	173.424	275.786
-	-	(262.706)	-	(262.706)	(14.779)	(277.485)
-	-	-	-	3.975	6.645	10.620
-	-	188.661	(188.661)	-	-	-
(744)	(99.570)	1.664.905	(173.394)	5.004.537	1.420.184	6.424.721

Galp Energia, SGPS, S.A. e subsidiárias

Demonstração consolidada dos fluxos de caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

	Notas	dezembro 2014	dezembro 2013 reexpresso
Atividades operacionais:			
Recebimentos de clientes		20.475.148	20.504.123 (a)
Pagamentos a fornecedores		(14.610.738)	(14.712.211) (a)
Pagamentos ao pessoal		(162.564)	(234.211)
(Pagamentos)/recebimentos de imposto sobre produtos petrolíferos		(2.489.107)	(2.418.105)
(Pagamento)/recebimento do imposto sobre o rendimento		(159.342)	(153.589)
Contribuições para o fundo de pensões	23	(2.649)	(2.398)
Pagamentos a reformados antecipadamente e pré-reformados	23	(21.426)	(18.666)
Pagamentos de despesas de seguro com os reformados	23	(11.826)	(11.857)
Outros (pagamentos)/recebimentos relativos à atividade operacional		(2.237.749)	(2.151.310) (a)
Fluxos das atividades operacionais (1)		779.747	801.776 (a)
Atividades de investimento:			
Recebimentos provenientes de:			
Participações financeiras	4	800	129.459
Ativos tangíveis		2.126	901
Subsídios de investimento	13	2	550
Juros e proveitos similares		39.244	45.071
Dividendos	4	73.805	64.400
Empréstimos concedidos		101.404	40.125
		217.381	280.506
Pagamentos respeitantes a:			
Participações financeiras	4	(231.288)	(215.693)
Ativos tangíveis		(799.043)	(706.007) (a)
Ativos intangíveis		(32.793)	(52.016)
Empréstimos concedidos		(976)	(1.031)
		(1.064.100)	(974.747) (a)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(846.719)	(694.241) (a)
Atividades de financiamento:			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		750.767	2.250.729
Juros e proveitos similares		1.755	2.159
Letras descontadas		5.194	10.237
		757.716	2.263.125
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(819.656)	(2.114.094)
Juros de empréstimos obtidos		(94.924)	(151.901) (a)
Dividendos/distribuição de resultados	30	(274.857)	(221.956)
Reembolso de letras descontadas		(2.625)	(2.004)
Amortizações e juros de contratos de locação financeira		(3)	(5)
Juros de empréstimos obrigacionistas		(64.347)	(71.464)
		(1.256.412)	(2.561.424) (a)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		(498.696)	(298.299) (a)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)		(565.668)	(190.764) (a)
Efeito das diferenças de câmbio		182.892	(134.927)
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	18	1.406.172	1.733.987 (a)
Variação de perímetro		-	(2.124)
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	18	1.023.396	1.406.172 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

As notas anexas fazem parte integrante da demonstração consolidada dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Índice

1. NOTA INTRODUTÓRIA	84
a) Empresa-mãe	84
b) O Grupo	84
2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS	84
2.1. Bases de apresentação	84
2.2. Princípios de consolidação	85
2.3. Ativos tangíveis	88
2.4. Ativos intangíveis	88
2.5. Imparidade de ativos não-correntes, exceto <i>Goodwill</i>	89
2.6. Locações	90
2.7. Inventários	90
2.8. Subsídios governamentais ou de outras entidades públicas	91
2.9. Provisões	91
2.10. Responsabilidades com pensões	91
2.11. Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida	92
2.12. Saldos e transações expressos em moeda estrangeira	92
2.13. Proveitos e especialização de exercícios	92
2.14. Encargos financeiros com empréstimos obtidos	93
2.15. Imposto sobre o rendimento	93
2.16. Instrumentos financeiros	94
2.17. Licenças de emissão de CO ₂	95
2.18. Classificação na demonstração da posição financeira consolidada	95
2.19. Eventos subsequentes	95
2.20. Informação por segmentos	96
2.21. Estimativas e julgamentos	96
2.22. Política de gestão de riscos e respetivas coberturas	97
2.23. Alteração de políticas contabilísticas	97
3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO	100
a) Empresas constituídas	105
b) Empresas adquiridas	105
c) Empresas dissolvidas e liquidadas	105
d) Acordos conjuntos	106
e) Reestruturação societária	106
f) Empresas fundidas	107
g) Outras operações	107
4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS	108
4.1. Participações financeiras em entidades conjuntamente controladas	108
4.2. Participações financeiras em empresas associadas	112
4.3. Ativos disponíveis para venda	115
5. PROVEITOS OPERACIONAIS	115
6. CUSTOS OPERACIONAIS	117
7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS	118
8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS	120
9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	120
10. RESULTADOS POR AÇÃO	123
11. GOODWILL	123
12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	124
13. SUBSÍDIOS	129
14. OUTRAS CONTAS A RECEBER	129
15. CLIENTES	133
16. INVENTÁRIOS	133
17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS	134
18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES	134
19. CAPITAL SOCIAL	135
20. RESERVAS	135
21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM	137
22. EMPRÉSTIMOS	138
23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS	139
24. OUTRAS CONTAS A PAGAR	148
25. PROVISÕES	149
26. FORNECEDORES	150
27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS	150
28. ENTIDADES RELACIONADAS	152
29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS	157
30. DIVIDENDOS	157
31. RESERVAS PETROLÍFERAS E DE GÁS	157
32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS	157
33. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES	160
34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS	162
35. EVENTOS SUBSEQUENTES	163
36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	163

Anexo às demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2014

(Montantes expressos em milhares de euros – €k)

1. NOTA INTRODUTÓRIA

A) EMPRESA – MÃE:

A Galp Energia, SGPS, S.A. (adiante designada por Galp ou Empresa), tem a sua sede na Rua Tomás da Fonseca em Lisboa, Portugal e tem como objeto social a gestão de participações sociais de outras sociedades.

A estrutura acionista da Empresa em 31 de dezembro de 2014 é evidenciada na Nota 19.

A Empresa encontra-se cotada em bolsa, na Euronext Lisbon.

B) O GRUPO:

Em 31 de dezembro de 2014 o Grupo Galp (“Grupo”) é constituído pela Galp e subsidiárias, as quais incluem, entre outras: (i) a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (“Petrogal”) e respetivas subsidiárias que desenvolvem as suas atividades na área do petróleo bruto e seus derivados; (ii) a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. e respetivas subsidiárias que desenvolvem a sua atividade na área do gás natural, no sector da eletricidade e das energias renováveis; e (iv) a Galp Energia, S.A., empresa que integra os serviços corporativos.

b1) Atividade de “Upstream” na área do petróleo bruto

O segmento de negócio de Exploração e Produção (“E&P”) é responsável pela presença da Galp Energia no setor “upstream” da indústria petrolífera, levando a cabo a supervisão e execução de todas as atividades relacionadas com a exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos essencialmente em Angola, Brasil e Moçambique.

b2) Atividade de “Downstream” na área do petróleo bruto

O segmento de negócio de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos (“Refinação e Distribuição”) detém as duas únicas refinarias existentes em Portugal e inclui ainda todas as atividades de comercialização, a retalho e grossista, de produtos refinados (incluindo GPL). O segmento de Refinação e Distribuição engloba igualmente a maior parte das infraestruturas de armazenamento e transporte de produtos petrolíferos em Portugal, as quais se encontram estrategicamente localizadas, quer para a exportação quer para a distribuição dos produtos nos principais centros de consumo. Esta atividade de comercialização a retalho com a marca Galp, estende-se ainda a Angola, Cabo-Verde, Espanha, Gâmbia, Guiné-Bissau, Moçambique e Suazilândia com subsidiárias totalmente detidas pelo grupo.

b3) Atividade de Gás Natural e Produção e Comercialização de Energia

O segmento de negócio de Gás Natural e Power abrange as áreas de Aprovisionamento, Comercialização, Distribuição e Armazenagem de Gás Natural e Geração de Energia Elétrica e Térmica.

A área de gás natural subdivide-se nas áreas de (i) Aprovisionamento e Comercialização e (ii) Distribuição e Comercialização.

A área de Aprovisionamento e Comercialização de Gás Natural destina-se a fornecer gás natural a grandes clientes industriais, com um consumo anual superior a 2 milhões de m³, a empresas produtoras de eletricidade, às empresas comercializadoras de gás natural e às UAG ‘s (“Unidades Autónomas de Gás”). A Galp mantém contratos de aprovisionamento de longo prazo com empresas da Argélia e da Nigéria, de forma a satisfazer a procura dos seus clientes.

A área de Distribuição e Comercialização de Gás Natural em Portugal, integra as empresas distribuidoras e comercializadoras de gás natural nas quais a Galp Energia detém participações significativas. Tem em vista a venda de gás natural a clientes residenciais, comerciais e industriais com consumos anuais inferiores a 2 milhões de m³. A Galp opera igualmente em Espanha através de subsidiárias com atividades reguladas de distribuição de gás natural em baixa pressão, que fornece trinta e oito municípios adjacentes à cidade de Madrid. A atividade de comercialização de gás natural inclui a venda a clientes finais, regulados e não regulados, na área abrangida pelo negócio de distribuição acima referido, fornecendo gás natural a clientes.

As empresas subsidiárias do Grupo Galp que têm atividade de armazenagem e distribuição de gás natural em Portugal operam com base em contratos de concessão celebrados com o Estado Português que terminam em 2045 no caso da atividade de armazenagem e 2047 no caso das atividades de distribuição de gás natural. Findo este prazo, os bens afetos às concessões serão transferidos para o Estado Português e as empresas serão indemnizadas por um montante correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens àquela data, líquido de amortizações, participações financeiras e subsídios a fundo perdido.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em milhares de Euros, exceto se expresso em contrário.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

As principais políticas contabilísticas adotadas para o Grupo na preparação das demonstrações financeiras consolidadas são as abaixo mencionadas. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 ocorreram alterações de políticas contabilísticas, expressas no ponto 2.23, face às consideradas na preparação da informação financeira relativa ao exercício anterior. Não existem erros materiais relativos a exercícios anteriores.

2.1. BASES DE APRESENTAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Galp Energia foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e tomando por base o custo histórico, exceto para os instrumentos financeiros derivados que se encontram registados pelo justo valor (Nota 2.16), a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas incluídas na consolidação (Notas 3 e 4) de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro, tal como adotadas pela União Europeia, efetivas para exercícios económicos iniciados em 1 de janeiro de 2014. Devem entender-se como fazendo parte daquelas normas, quer as Normas Internacionais de Relato Financeiro (“IFRS” – International Financial Reporting Standards) emitidas pelo International Accounting Standard Board (“IASB”), quer as Normas Internacionais de Contabilidade (“IAS” – International Accounting Standards), emitidas pelo International Accounting Standards Committee (“IASC”) e respetivas interpretações – SIC e IFRIC, emitidas pelo International Financial Reporting Interpretation Committee (“IFRIC”) e Standing Interpretation Committee (“SIC”). De ora em diante, o conjunto daquelas normas e interpretações serão designados genericamente por “IFRS”.

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) durante o exercício de 2014 e com aplicação contabilística em exercícios posteriores são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e interpretações a aplicar em exercícios posteriores, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IAS 19: Plano de Benefícios definidos: Contribuições dos empregados	9 de janeiro de 2015	1 de fevereiro de 2015	2015	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2010-2012	9 de janeiro de 2015	1 de fevereiro de 2015	2015	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Melhorias anuais ao ciclo IFRS 2011-2013	19 de dezembro de 2014	1 de janeiro de 2015	2015	Sem impactos contabilísticos relevantes.
IFRIC 21 taxas	14 de junho de 2014	17 de junho de 2014	2015	Sem impactos contabilísticos relevantes.

As normas IFRS aprovadas e publicadas no Jornal Oficial da União Europeia (JOUE) com aplicação no exercício de 2014 são resumidamente apresentadas no quadro abaixo:

Normas e interpretações adotadas, se aplicáveis:

Normas IAS	Data da publicação no JOUE	Data de aplicação contabilística	Exercício económico em que se aplica	Observações
Emendas à IAS 36: divulgações sobre montantes recuperáveis para ativos não financeiros	20 de dezembro de 2013	1 de janeiro de 2014	2014	Impacto nas divulgações. Explicação em a).
Emendas à IAS 39: inovação de derivados e a continuação de contabilidade de cobertura	20 de dezembro de 2013	1 de janeiro de 2014	2014	Sem impactos contabilísticos relevantes.
Emendas à IFRS 10, IFRS 12 e IAS 27: entidades de investimento	21 de novembro de 2013	1 de janeiro de 2014	2014	Não aplicável.
Emendas à IFRS 10, IFRS 11 e IFRS 12: demonstrações financeiras consolidadas, acordos conjunto e divulgações de Interesses noutras entidades – guia de transição	5 de abril de 2013	1 de janeiro de 2014	2014	Sem impactos contabilísticos.
Emendas à IAS 32 Instrumentos financeiros: apresentação – compensação de ativos financeiros e passivos financeiros	29 de dezembro de 2012	1 de janeiro de 2014	2014 dependendo dos artigos do regulamento	Não aplicável.
IFRS 10 Demonstrações financeiras consolidadas	29 de dezembro de 2012	1 de janeiro de 2014	2014	Sem impactos contabilísticos previsíveis.
IFRS 11 Acordos conjuntos	29 de dezembro de 2012	1 de janeiro de 2014	2014	Com impacto pouco significativo.
IFRS 12 Divulgações de interesses noutras entidades	29 de dezembro de 2012	1 de janeiro de 2014	2014	Impacto nas divulgações. Explicação em b).
IAS 27 Demonstrações financeiras individuais	29 de dezembro de 2012	1 de janeiro de 2014	2014	Sem impactos contabilísticos relevantes.
IAS 28 Investimentos em associadas e empreendimentos conjuntos	29 de dezembro de 2012	1 de janeiro de 2014	2014	Sem impactos contabilísticos relevantes.

a) Divulgação das quantias recuperáveis aquando do registo de uma perda por ou reversão de imparidade.

b) Maior detalhe na divulgação quanto às participações financeiras. Vide notas 3, 4 e 21.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram utilizadas estimativas que afetam as quantias reportadas de ativos e passivos, assim como as quantias reportadas de proventos e custos durante o período de reporte. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração foram efetuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

O Grupo Galp Energia, na elaboração e apresentação das demonstrações financeiras consolidadas, declara estar em cumprimento, de forma explícita e sem reservas, com as normas IAS/IFRS e suas interpretações SIC/IFRIC, aprovadas pela União Europeia.

2.2. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Os métodos de consolidação adotados pelo Grupo são os seguintes:

a) Participações financeiras em empresas do Grupo

As participações financeiras em empresas nas quais o Grupo detenha, direta ou indiretamente mais de 50% dos direitos de voto em Assembleia Geral de Acionistas e/ou detenha o poder de controlar as suas políticas financeiras e operacionais (definição de controlo adotada pelo Grupo), foram incluídas nestas demonstrações financeiras consolidadas pelo método de consolidação integral. As empresas consolidadas pelo método de consolidação integral encontram-se detalhadas na Nota 3.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros nas empresas subsidiárias são apresentados separadamente na demonstração da posição financeira consolidada e na demonstração dos resultados consolidados, respetivamente na rubrica interesses que não controlam. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses que não controlam são imputados aos mesmos.

Os ativos e passivos de cada empresa do grupo são identificados ao seu justo valor na data de aquisição tal como previsto na IFRS 3, e podem ser revistos durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos é reconhecido como *Goodwill* (Nota 2.2.d)). Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um provento do exercício.

Quando à data de aquisição de controlo o Grupo já detém uma participação adquirida previamente, o justo valor dessa participação concorre para a determinação do *Goodwill* ou *Goodwill* negativo.

Os custos de transação diretamente atribuíveis às combinações empresariais são imediatamente reconhecidos nos resultados.

Os interesses que não controlam incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos ativos e passivos identificáveis à data de aquisição das subsidiárias. Quando a aquisição do controlo é efetuada em percentagem inferior a cem por cento, na aplicação do método de compra os interesses que não controlam podem ser mensurados ao justo valor ou na proporção do justo valor dos ativos e passivos adquiridos, sendo essa opção definida em cada transação.

Os resultados das filiais adquiridas ou vendidas durante o exercício estão incluídos na demonstração dos resultados consolidados desde a data da sua aquisição ou data de exercício do controlo até à data da sua venda.

Transações subsequentes de alienação ou aquisição de participações financeiras de interesses que não controlam, que não implicam alteração de controlo, não resultam no reconhecimento de ganhos, perdas ou *Goodwill*, sendo qualquer diferença apurada entre o valor de transação e o valor contabilístico de participação transacionado reconhecido no Capital Próprio.

Sempre que necessário são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às usadas pelo Grupo. As transações (incluindo as eventuais mais e menos-valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo), os saldos e os dividendos distribuídos entre empresas do Grupo são eliminados no processo de consolidação.

A consolidação de empresas do grupo inclui uma sociedade cuja data de apresentação de contas é 30 de setembro, a empresa Galp Trading SA sediada na Suíça. Embora o fecho de contas estatutário dessa empresa difira das restantes empresas do Grupo Galp Energia, são incorporados nas contas consolidadas as transações ocorridas no último trimestre de cada ano.

Nas situações em que o Grupo detenha, em substância, o controlo de outras entidades estruturadas, ainda que não possua participações de capital diretamente nessas entidades, as mesmas são consolidadas pelo método de consolidação integral. As entidades nessas situações, quando existam, são incluídas na Nota 3.

b) Interesses em Entidades Conjuntamente Controladas, em Operações Conjuntas e Ativos Conjuntos

As participações financeiras em empresas controladas conjuntamente foram incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método de equivalência patrimonial, desde a data em que o controlo conjunto é exercido. As empresas conjuntamente controladas reconhecidas pelo método de equivalência patrimonial encontram-se detalhadas na Nota 4. O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da entidade conjuntamente controlada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (*Goodwill*) e mantido no valor do investimento financeiro na rubrica de participações financeiras em associadas e entidades conjuntamente controladas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em empresas conjuntamente controladas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da empresa conjuntamente controlada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a empresa conjuntamente controlada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da empresa conjuntamente controlada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com empresas conjuntamente controladas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na empresa conjuntamente controlada, por contrapartida do investimento nessa mesma entidade. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Os ativos que são conjuntamente partilhados em consórcios de exploração petrolífera, são reconhecidos contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, esses ativos conjuntamente controlados são reconhecidos na contabilidade pela quota-parte detida (“working interest”) no consórcio petrolífero.

A atividade de Exploração e Produção (E&P), do Grupo desenvolve-se essencialmente através de consórcios com outras entidades refletindo-se na demonstração da posição financeira e na demonstração de resultados a percentagem detida pelo Grupo nesses consórcios.

A classificação dos investimentos financeiros em empresas controladas conjuntamente ou de negócios conjuntos é determinada com base em acordos parassociais que regulam o controlo conjunto.

c) Participações financeiras em empresas associadas e participadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerce uma influência significativa, mas não detém quer o controlo quer o controlo conjunto das mesmas através da participação nas decisões financeiras e operacionais da empresa, normalmente quando detém entre 20% e 50% do capital de uma empresa) são registadas pelo método de equivalência patrimonial.

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o grupo não tem influência significativa nem controlo, normalmente quando detém menos de 20%), são registados ao justo valor ou ao custo de aquisição, nos casos em que não têm capital cotado e o justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade.

As Participações financeiras em empresas participadas são classificadas como Ativos disponíveis para venda em conformidade com a classificação da IAS 39 e estão classificadas como Ativos não correntes.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, as participações financeiras são registadas pelo seu custo de aquisição, ajustado pelo valor correspondente à participação do Grupo nas variações dos capitais próprios (incluindo o resultado líquido) das associadas por contrapartida de ganhos ou perdas do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, bem como de dividendos recebidos.

O excesso do custo de aquisição face ao justo valor de ativos e passivos identificáveis da associada na data de aquisição é reconhecido como diferença de consolidação (*Goodwill*) e mantida no valor do investimento financeiro em associadas. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos ativos e passivos líquidos adquiridos seja negativo, o mesmo é reconhecido como um proveito do exercício na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas, após confirmação do justo valor atribuído.

É efetuada uma avaliação dos investimentos em associadas quando existem indícios de que a participação possa estar em imparidade, sendo registadas como custo as perdas de imparidade que se demonstrem existir. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores deixam de existir são objeto de reversão.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual a participação se encontra registada, a participação financeira é reportada por valor nulo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos com a associada e nesse caso, o Grupo regista uma perda pelo montante da responsabilidade solidária assumida junto da associada.

Os ganhos e perdas não realizados em transações com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada, por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

As participações financeiras em empresas associadas e ativos disponíveis para venda encontram-se detalhadas na Nota 4.

d) Goodwill

As diferenças entre o custo de aquisição das subsidiárias e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas empresas à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), se positivas, são registadas na rubrica de *Goodwill* (caso respeite a empresas do Grupo) (Nota 11) ou incluídas na rubrica de participações financeiras em empresas associadas (caso respeite a empresas associadas), se negativas, são registadas de imediato em resultados do exercício.

As diferenças positivas entre o custo de aquisição dos investimentos em entidades sedeadas no estrangeiro e o justo valor dos ativos e passivos identificáveis dessas entidades à data da sua aquisição (ou durante um período de 12 meses após aquela data), encontram-se registadas na moeda funcional das mesmas, sendo convertidas para a moeda de reporte do Grupo (euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica de reservas de conversão, no capital próprio.

O *Goodwill* originado em aquisições anteriores à data de transição para IFRS (1 de janeiro de 2004) foi mantido pelos valores apresentados de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (*deemed cost*) àquela data, e foi objeto de testes de imparidade à data das demonstrações financeiras. O *Goodwill* deixou de ser amortizado a partir daquela data, sendo contudo sujeito, pelo menos anualmente, a um teste de imparidade.

Qualquer perda por imparidade é registada imediatamente na demonstração da posição financeira como dedução ao valor do ativo e na demonstração de resultados na rubrica de Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas compreendida em Resultados financeiros.

Se a contabilização inicial de uma concentração de atividades empresariais puder ser determinada apenas provisoriamente no final do período em que a concentração for efetuada porque os justos valores a atribuir aos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da concentração apenas podem ser determinados provisoriamente, o Grupo Galp contabiliza a concentração usando a informação disponível. Esses valores determinados provisoriamente serão ajustados aquando da determinação final dos justos valores dos Ativos e Passivos a ocorrer até um período máximo de doze meses após a data de aquisição. O *Goodwill* ou qualquer outro ganho reconhecido será ajustado desde a data da aquisição por uma quantia igual ao ajustamento no justo valor à data de aquisição dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis a serem reconhecidos ou ajustados e a informação comparativa apresentada para os períodos anteriores à conclusão da contabilização inicial da concentração. Isto inclui qualquer depreciação, amortização ou outro efeito de lucro ou perda adicional reconhecido como resultado de concluir a contabilização inicial.

Na análise da imparidade do *Goodwill*, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC antes de impostos (*Weighted Average Cost of Capital*) do Grupo Galp Energia para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

e) Conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira

São tratadas como entidades estrangeiras: aquelas que operando no estrangeiro têm autonomia organizacional, económica e financeira e cuja moeda funcional difere da moeda de relato do Grupo.

Os ativos e passivos das demonstrações financeiras de entidades estrangeiras são convertidos para euros utilizando as taxas de câmbio vigentes à data das demonstrações financeiras e os custos e fluxos de caixa dessas demonstrações financeiras são convertidos para euros utilizando-se a taxa de câmbio média verificada no exercício. A diferença cambial resultante, gerada após 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS), é registada no capital próprio na rubrica de "Reservas de conversão cambial". As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) foram anuladas por contrapartida de Resultados acumulados (Nota 20).

O *Goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de entidades estrangeiras são tratados como ativos e passivos dessa entidade e transpostos para euros de acordo com a taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras.

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é transferida da rubrica de reservas de conversão cambial do capital próprio para a rubrica de outros ganhos ou perdas da demonstração de resultados.

Os suprimentos em moeda diferente da moeda funcional de reporte da empresa mãe e que não tenham prazo estipulado de reembolso são vistos como investimentos líquidos nessas entidades estrangeiras. As diferenças cambiais geradas, mas não anuladas no processo de consolidação, na transposição dos saldos dos suprimentos para a moeda funcional de reporte da empresa são reciclados na rubrica de "Reservas de conversão cambial" constante dos capitais próprios atribuíveis aos acionistas.

As demonstrações financeiras das entidades estrangeiras, incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram convertidas para euros através da utilização das seguintes taxas de câmbio:

Divisa	Vigente no final do ano		Média do ano	
	2014	2013	2014	2013
Dalasi da Gâmbia	51,3	51,69	52,19	45
Dirhams de Marrocos	10,94	11,23	11,12	11,14
Dólares dos Estados Unidos da América	1,21	1,38	1,33	1,33
Escudos de Cabo Verde	110,27	110,27	110,27	110,27
Francos CFA	655,96	655,96	655,96	655,96
Lilangeni da Suazilândia	13,97	14,4	14,4	12,95
Meticais de Moçambique	40,36	41,53	41,13	39,71
Kwanza de Angola	125,11	134,47	129,88	127,97
Reais do Brasil	3,22	3,26	3,12	2,87

2.3 ATIVOS TANGÍVEIS

Geral

Os ativos tangíveis adquiridos até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para IFRS) encontram-se registados à luz da opção prevista pela IFRS 1, pelo seu custo considerado (*deemed cost*), o qual corresponde ao custo de aquisição, reavaliado, quando aplicável, de acordo com as disposições legais até aquela data, deduzido das depreciações acumuladas e das perdas por imparidade.

Os ativos tangíveis adquiridos após aquela data encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas e perdas por imparidade. O custo de aquisição inclui o preço de fatura, as despesas de transporte, montagem e os encargos financeiros suportados pela empresa durante o período de construção.

Os ativos tangíveis em curso refletem ativos ainda em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas por imparidade, sendo depreciados a partir do momento em que os projetos de investimentos estejam substancialmente concluídos ou prontos para uso.

As depreciações são calculadas sobre o valor de custo considerado (para as aquisições até 1 de janeiro de 2004) ou sobre o custo de aquisição, pelo método das quotas constantes por duodécimos, aplicada a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, utilizando-se de entre as taxas económicas mais apropriadas, as que permitam a reintegração do imobilizado, durante a sua vida útil estimada, tendo em conta, nos casos em que tal é aplicável, e limitativa ao período de concessão.

As taxas de depreciação anuais médias efetivas podem resumir-se como segue:

Quadro das taxas de amortizações médias anuais:	Taxas 2014	Taxas 2013
Terrenos e recursos naturais	0,10%	0,14%
Edifícios e outras construções	3,32%	3,37%
Equipamento básico	5,10%	4,91%
Equipamento de transporte	5,21%	5,28%
Ferramentas e utensílios	3,74%	4,12%
Equipamento administrativo	8,14%	8,93%
Taras e vasilhame	2,43%	2,73%
Outros ativos tangíveis	2,86%	3,87%

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação/abate. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados nas rubricas de outros proveitos operacionais ou outros custos operacionais, respetivamente.

Os encargos com reparações e manutenção de natureza corrente são registados como gastos do exercício em que são incorridos. As grandes reparações relativas à substituição de partes de equipamentos ou outros ativos tangíveis são registadas como ativos tangíveis, caso seja identificada e abatida a componente substituída, e depreciados às taxas correspondentes à vida útil residual dos respetivos ativos fixos principais.

Atividade de exploração e produção petrolífera

Na atividade de Exploração e Produção existem diversos métodos contabilísticos e variantes desses métodos que podem ser aplicados. O Grupo Galp adota as políticas que considera que melhor refletem os dispêndios efetuados pelo Grupo nesta atividade. Estas políticas baseiam-se no *Successful Efforts Method*, apesar de serem capitalizados todos os dispêndios efetuados na fase de pesquisa/exploração, não reconhecendo despesas com poços que não têm viabilidade comercial. A Galp utiliza uma variante desse método em que se capitalizam as despesas suportadas na fase exploratória (pesquisa), porque se entende ser uma fase prematura para se efetuar um julgamento sobre se as áreas de desenvolvimento ou poços exploratórios terão ou não viabilidade comercial.

Os ativos tangíveis relacionados com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem, essencialmente a despesas incorridas com a pesquisa e desenvolvimento da área de exploração ("campo"), adicionadas dos custos de estrutura incorridos até à data do início da produção, os quais são contabilizados em ativos tangíveis em curso. Quando o campo inicia a sua produção, estas despesas são transferidas de ativos tangíveis em curso para ativos fixos tangíveis, e são depreciados com base na taxa de depreciação de acordo com o método da unidade de produção ("UOP"), tendo em consideração a natureza das despesas.

Os ativos que são conjuntamente partilhados em consórcios de exploração petrolífera, são reconhecidos contabilisticamente em conformidade com os contratos estabelecidos. Assim sendo, esses ativos conjuntamente controlados são reconhecidos na contabilidade pela quota-parte detida (*working interest*) no consórcio petrolífero.

As despesas de desenvolvimento são depreciadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção de volume de produção verificado em cada período de depreciação sobre o volume de reservas provadas desenvolvidas (*proved developed reserves*) determinadas no final desse período, adicionadas da produção daquele período (Método "U.O.P").

As despesas de pesquisa são amortizadas de acordo com o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificado em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais (*Total proved reserves*) determinadas no final desse período adicionadas à produção do período.

As reservas provadas desenvolvidas e as reservas provadas totais utilizadas pelo Grupo no apuramento da taxa de depreciação de acordo com o método ("UOP"), foram determinadas por uma entidade especializada e independente.

As despesas de pesquisa afetas a campos que ainda se encontram na fase de exploração e desenvolvimento, encontram-se classificadas em ativos tangíveis em curso na rubrica de ativos tangíveis.

As despesas incorridas na fase de pesquisa de campos petrolíferos sem sucesso, são reconhecidas como custos na demonstração de resultados do exercício exceto se o poço perfurado sem sucesso vier a ser utilizado como poço injetor ou poder ser considerado como poço de avaliação para poços futuros a realizar, caso em que as despesas incorridas são capitalizadas até ao momento em que é conhecida a não continuidade dos trabalhos de pesquisa e/ou desenvolvimento.

2.4 ATIVOS INTANGÍVEIS

Geral

Os ativos intangíveis encontram-se valorizados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações acumuladas e perdas por imparidade. Os ativos intangíveis só são reconhecidos se for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para o Grupo e sejam controláveis e mensuráveis com fiabilidade.

As despesas com desenvolvimento somente são registadas como ativo intangíveis, se o Grupo demonstrar capacidade técnica e económica, bem como decisão para completar esse desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou uso próprio e demonstre, igualmente, a probabilidade do ativo criado gerar benefícios económicos futuros. Caso as despesas não satisfaçam esses requisitos, as despesas com desenvolvimento são registadas como custo do exercício em que são incorridos.

As despesas com pesquisa não relacionadas com a atividade de exploração e produção petrolífera são reconhecidas como custo do exercício.

Os ativos intangíveis incluem despesas incorridas com projetos de desenvolvimento informático e prémios de exclusividade pagos a revendedores de produtos Galp e encargos com direitos de superfície, os quais são amortizados, durante o período de duração dos respetivos contratos (o qual varia entre dez e vinte anos).

Os ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes.

As taxas de amortização variam conforme os prazos dos contratos existentes ou a expectativa de uso do ativo intangível.

Atividade de exploração e produção petrolífera

Os ativos intangíveis reconhecidos com a atividade de exploração e produção petrolífera encontram-se registados ao custo de aquisição e correspondem essencialmente a despesas de aquisição da licença de exploração e produção petrolífera (bónus de assinatura) e são amortizados em quotas constantes durante o período remanescente da licença após o início da produção.

Atividade de Gás Natural

Com a aplicação da IFRIC 12, a Galp Energia classifica os ativos do Gás Natural, alvo da concessão e cuja remuneração é controlada pela ERSE, em conformidade com o Modelo de Ativo Intangível. Assim, os Ativos tangíveis dessas empresas com atividade regulada estão classificados como Ativos intangíveis, na rubrica de Acordos de Serviços de Concessão, sendo amortizados pela sua vida útil económica e de acordo com o modelo que melhor se adequa aos benefícios económicos deles resultantes, nomeadamente os decretados pelo regulador (ERSE) para efeito do apuramento das tarifas e consequente regulação de proveitos permitidos do Grupo Galp Energia.

Os direitos de uso sobre as infraestruturas afetas ao gás natural, nomeadamente as redes de distribuição de gás encontram-se a ser amortizadas por um período de 45 anos.

O Grupo capitaliza as despesas relacionadas com a reconversão de consumos para gás natural que se consubstanciam na adaptação de instalações. O Grupo considera que consegue controlar os benefícios económicos futuros dessas reconversões, através da venda continuada de gás aos fogos conforme previsto no Decreto-lei 140/2006 de 26 de Julho. Estas despesas são amortizadas em quotas constantes até ao final do período de concessão atribuído às empresas distribuidoras de gás natural.

Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado através da venda e não através do seu uso continuado. Esta condição só se considera cumprida no momento em que a venda seja altamente provável e o ativo (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com este relacionado) esteja disponível para venda imediata nas condições atuais. Adicionalmente, devem estar em curso ações que permitam concluir ser expectável que a venda se venha a realizar no prazo de 12 meses após a data de classificação nesta rubrica.

Os ativos não correntes (e o conjunto de ativos e passivos a alienar com estes relacionados) classificados como detidos para venda são mensurados ao menor do seu valor contabilístico ou justo valor deduzido de custos com a venda. Em contrapartida estes ativos não são amortizados.

2.5 IMPARIDADE DE ATIVOS NÃO CORRENTES, EXCETO GOODWILL

São efetuados testes de imparidade à data das demonstrações financeiras e sempre que seja identificada uma desvalorização do ativo ou ativos em apreço. Nos casos em que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável é reconhecida uma perda por imparidade, que é registada na demonstração de resultados na rubrica de amortizações, depreciações e perdas por imparidade de ativos.

A quantia recuperável é o maior entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados do ativo durante a sua vida útil estimada. A quantia recuperável é estimada para o ativo ou unidade geradora de caixa a que este possa pertencer. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC antes de impostos (*Weighted Average Cost of Capital*) do Grupo Galp Energia utilizado para o segmento de negócio e País a que o ativo pertence. A unidade geradora de caixa alvo de análise para deteção de imparidade depende do segmento de negócio: no segmento da refinação e distribuição, a unidade geradora de caixa é a rede de postos de abastecimento por país; no segmento da Exploração, a unidade geradora de caixa é o bloco ou o país, consoante a fase do investimento; e no segmento do Gás & Power, a unidade geradora de caixa é determinada pelo conjunto de ativos geradores de benefícios económicos.

A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas já não existem ou diminuíram. Esta análise é efetuada sempre que existam indícios de que a perda por imparidade anteriormente reconhecida tenha revertido. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração de resultados como dedução à rubrica de amortizações, depreciações e perdas de imparidade de ativos. Contudo, a reversão da perda por imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em períodos anteriores.

Ativos do segmento de Refinação e Distribuição

Na data da demonstração da posição financeira, o Grupo procede à realização de testes anuais de imparidade, considerando fontes internas e externas de informação, para os ativos tangíveis e intangíveis que se encontram afetos à atividade de refinação e distribuição de produtos petrolíferos, nomeadamente no que respeita à rede de estações de serviço que o Grupo opera no mercado português e espanhol.

No teste anual de imparidade à atividade de distribuição de produtos petrolíferos, o Grupo identificou e considera como unidade geradora de caixa a rede de estações de serviço de cada país, tendo sido este critério aplicado de forma consistente. Esta consideração deriva do facto do relato da gestão interna ser baseado nas operações da rede de cada país, sendo as decisões operacionais e de investimento tomadas com base nesse pressuposto.

O teste de imparidade efetuado pelo Grupo tem por base a estimativa da quantia recuperável de cada estação de serviço em comparação com o seu valor líquido contabilístico na data da Demonstração da posição financeira. A quantia recuperável (valor de uso) determinada pelo Grupo, resulta da atualização para o momento presente dos fluxos de caixa futuros determinados com base em orçamentos anuais e planos de negócio plurianuais para cada estação de serviço na sua condição atual, utilizando-se como taxa de desconto a taxa do custo médio ponderado do capital antes de impostos ("WACC") para este segmento de negócio em função do risco específico inerente a este segmento.

São ainda efetuados testes de imparidade a outros ativos do segmento de refinação e distribuição, nomeadamente as refinarias e aos ativos tangíveis associados as atividades de logística e armazenagem.

O período de projeções dos fluxos varia em função da vida útil média da unidade geradora de caixa.

Ativos do segmento de atividade de Exploração e Produção

As perdas por imparidade dos ativos na atividade de exploração e produção petrolífera são determinadas quando:

- Não sejam encontradas reservas economicamente viáveis;
- O período de licenciamento caducar e não for expectável a renovação da licença de exploração;
- Uma área adquirida for entregue ou abandonada; e
- Os benefícios económicos futuros esperados forem inferiores ao investimento efetuado.

A Empresa efetua uma avaliação anual quanto à existência de imparidade dos ativos tangíveis e intangíveis afetos à atividade de exploração e produção petrolífera, sendo selecionada a unidade geradora de caixa país ou bloco dependendo da fase de maturidade em que se encontram os investimentos.

A avaliação de imparidade por Bloco é efetuada pelo modelo EMV ("Expected Monetary Value") através da comparação do valor líquido contabilístico dos investimentos efetuados com o valor atual esperado do retorno do investimento que resulta da atualização dos fluxos de caixa futuros, através da taxa de desconto que representa o custo médio ponderado do capital antes de impostos ("WACC"), calculados atendendo estimativas de:

- i) Reservas prováveis;
- ii) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar as reservas prováveis;
- iii) Recursos contingentes, corrigidos por um fator de probabilidade de sucesso;
- iv) Investimento e custos operacionais futuros necessários para recuperar os recursos contingentes;
- v) Preço de referência do Barril de Brent;
- vi) Taxa de câmbio Euro/US Dólar; e
- vii) Mecanismos de tributação do Bloco/País.

O período de projeção de fluxos de caixa é igual ao da recuperação das reservas e recursos, limitado ao período dos contratos de concessão, quando aplicável.

A informação constante nas alíneas:

- (i) é determinada por especialistas independentes para a quantificação das reservas petrolíferas estimadas;
- (ii), (iii), (iv) e (vii) é determinada internamente pela Galp Energia ou, sempre que disponível, através de informação facultada pelo Operador de cada Bloco, nomeadamente, a que decorre dos planos de desenvolvimento aprovados, ajustados de acordo com a expectativa da Empresa e da informação legal disponibilizada; e
- (v) e (vi) é a que consta do orçamento e plano a cinco anos do Grupo Galp Energia e constante após esse período.

A avaliação de imparidade por país é semelhante ao descrito por Bloco, todavia os fluxos de caixa são estimados atendendo apenas o referido nas alíneas (iii) a (vii) acima em virtude de ainda não se ter determinado a existência de reservas prováveis.

2.6 LOCAÇÕES

Os contratos de locação são classificados como:

- locações financeiras, se forem transferidos substancialmente todos os riscos e vantagens inerentes à posse; e
- locações operacionais, nas situações em que tal não se verifique.

A classificação das locações financeiras ou operacionais é efetuada em função da substância sobre a forma e não da forma legal do respetivo contrato.

Locações em que o Grupo age como locatário

Os ativos imobilizados adquiridos mediante contratos de locação financeira, bem como as correspondentes responsabilidades, são contabilizados pelo método financeiro. De acordo com este método, o custo do ativo (o menor valor entre o justo valor e o valor descontado das rendas) é registado na rubrica de ativos tangíveis, a correspondente responsabilidade é registada no passivo e os juros incluídos no valor das rendas e a depreciação do ativo, calculada conforme descrito na Nota 2.3, são registados na rubrica de gastos financeiros e gastos com amortizações e depreciações, da demonstração de resultados do exercício a que respeitam, respetivamente. Nas locações consideradas como operacionais, as rendas são reconhecidas como gastos do exercício na rubrica Fornecimentos e serviços externos, da demonstração de resultados, de forma linear durante o período do contrato de locação.

O Grupo Galp não tem contratos de locações operacionais ou financeiras materialmente relevantes para efetuar a divulgação em nota no anexo às demonstrações financeiras consolidadas.

As rendas dos FPSO (Floating production storage and offloading) que estão a ser utilizados no negócio de exploração e produção (E&P) decorrem de contratos estabelecidos no âmbito dos consórcios existentes e são debitadas ao Grupo na proporção da quota detida em cada um dos consórcios.

2.7 INVENTÁRIOS

Os inventários (mercadorias, matérias-primas e subsidiárias, produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) encontram-se registados ao custo de aquisição (no caso das mercadorias e matérias-primas e subsidiárias) ou produção (no caso dos produtos acabados e intermédios e produtos e trabalhos em curso) ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo.

O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda normal deduzido dos custos para completar a produção e dos custos de comercialização.

As diferenças entre o custo e o respetivo valor realizável líquido dos inventários, no caso deste ser inferior ao custo, são registadas como custos operacionais na rubrica de custo das vendas.

O custo dos inventários utilizados/vendidos é determinado de acordo com os seguintes critérios:

a) Matérias-primas e subsidiárias

Petróleo bruto – O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas de inventário o Custo Médio Ponderado, aplicado a uma família única, a qual inclui a totalidade das ramos.

Outras matérias-primas (excluindo materiais gerais) – O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado, aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das diversas matérias.

Materiais gerais – O custo de aquisição, inclui o preço de fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado como método de custeio das saídas.

b) Produtos e trabalhos em curso

O custo de produção, inclui materiais, fornecimentos e serviços externos e gastos gerais.

c) Produtos acabados e intermédios

Petróleo bruto – corresponde ao petróleo bruto produzido na atividade de exploração e produção petrolífera e que se encontra em stock em 31 de dezembro de cada ano, correspondente à quota-parte no total do stock de cada uma das áreas de desenvolvimento. Estas existências encontram-se valorizadas ao seu custo de produção, que inclui os custos diretos de produção adicionados das imputações de amortizações do exercício e provisão para custos de abandono, utilizando-se o custo médio ponderado como método de custeio das saídas. Contudo, o petróleo bruto extraído, cujos custos de produção são difíceis de mensurar é valorizado ao valor realizável líquido, em conformidade com a prática da indústria petrolífera.

Produtos derivados do petróleo – as entradas de produtos acabados e intermédios são valorizados com base no custo de produção, o qual é constituído pelos consumos de matérias-primas e outras, pelos encargos com mão-de-obra direta e pelos gastos gerais de fabrico. No caso de produtos adquiridos a terceiros, estes são valorizados ao custo de aquisição, o qual inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado aplicado a famílias de produtos, constituídas tendo em consideração as características das mesmas.

O Grupo Petrogal inclui na rubrica de produtos acabados e intermédios o Imposto sobre Produtos Petrolíferos (ISP) relativo à introdução ao consumo dos produtos acabados já despachados sujeitos àquele imposto, o qual se encontra valorizado ao custo de aquisição (por ser similar a um direito aduaneiro), utilizando-se como método de custeio das saídas o Custo Médio Ponderado.

Outros produtos acabados e intermédios – O custo de produção, inclui matérias-primas, custos industriais variáveis e fixos, utilizando-se como método de custeio de saídas o Custo Médio Ponderado.

d) Mercadorias

O custo de aquisição inclui o preço da fatura, despesas de transporte e seguro, utilizando-se o Custo Médio Ponderado, como método de custeio das saídas.

No caso do gás natural importado, o seu custo de aquisição engloba igualmente os gastos suportados até à fronteira portuguesa, nomeadamente o transporte e direitos de passagem pelo território de Marrocos.

Como anteriormente referido o Grupo Petrogal inclui igualmente o ISP na rubrica de existências relativo a mercadorias já despachadas sujeitas àquele imposto.

As matérias-primas e subsidiárias e mercadorias em trânsito, por não se encontrarem disponíveis para consumo ou venda, encontram-se segregadas das restantes existências e são valorizadas ao custo de aquisição específico.

e) Under/Over Lifting

Relativamente à atividade de exploração e produção petrolífera, no caso em que o Grupo tenha efetuado levantamentos abaixo da sua quota de produção (“*Underlifting*”) e as respetivas quantidades tenham sido emprestadas a outros sócios da “*joint venture*”, as mesmas são valorizadas ao preço médio de mercado relativo ao mês em que os empréstimos foram concedidos e registadas como uma conta a receber na rubrica de outras contas a receber (Nota 14). Caso o preço de mercado no final de cada exercício seja inferior ao preço considerado para valorização do empréstimo é reconhecido como custo uma perda por imparidade.

Por outro lado, no caso em que o Grupo tenha efetuado levantamentos em excesso face à sua quota de produção (“*Overlifting*”), as respetivas quantidades são valorizadas ao preço de mercado da data em que os empréstimos foram contraídos e registadas como uma conta a pagar na rubrica de outras contas a pagar (Nota 24).

A Empresa considera que na substância sobre a forma do PSA (“*Production Sharing Agreement*”) não está sujeita ao risco de preço, dado a operação ser para uso próprio dos Grupos empreiteiros petrolíferos e a liquidação dos saldos de “*Under*” e “*Overlifting*” ser efetuada em produto físico (Barris de Petróleo Bruto).

2.8 SUBSÍDIOS GOVERNAMENTAIS OU DE OUTRAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios governamentais são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe certeza que sejam recebidos e que as empresas do Grupo irão cumprir com as condições exigidas para a sua concessão.

Os subsídios à exploração são reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados na parte proporcional aos gastos incorridos.

Os subsídios atribuídos ao Grupo, a fundo perdido, para financiamento de ativos tangíveis e intangíveis (reconversões) são registados no passivo, como Proveitos diferidos, e reconhecidos na demonstração dos resultados consolidados, como outros proveitos operacionais, proporcionalmente às depreciações e amortizações dos ativos subsidiados.

2.9 PROVISÕES**Geral**

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal, contratual ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração da posição financeira consolidada e são ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

Atividade de Exploração e Produção (Abandono de blocos)

As provisões de custos de abandono destinam-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar pela Empresa no final da vida útil de produção das áreas petrolíferas.

O cálculo é efetuado com base numa estimativa de custos totais de abandono enviada pelo operador. O valor do dispêndio previsto com o abandono é atualizado a uma taxa de juro sem risco e capitalizado no Ativo tangível. A provisão de abandono é posteriormente incrementada pela taxa de juro sem risco e incrementada ou reduzida pelas alterações de estimativas que possam ser comunicadas pelo operador. Por sua vez, as alterações de estimativa afetam igualmente o Ativo.

Os dispêndios previstos com o abandono capitalizados como Ativo tangível são depreciados pelo Método U.O.P. (Unit of Production Method), em qual se aplica o coeficiente calculado pela proporção do volume de produção verificada em cada período de amortização, sobre o volume de reservas provadas totais no final desse período adicionadas da produção daquele período.

2.10. RESPONSABILIDADES COM PENSÕES

Algumas empresas do Grupo Galp assumiram o compromisso de conceder aos seus empregados prestações pecuniárias a título de complementos de pensões de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, de reforma antecipada e pré-reforma. Estas prestações, com exceção das pensões de reforma antecipada e pré-reforma, consistem numa percentagem, crescente com o número de anos de serviço do trabalhador. As pensões de reforma antecipada e as de pré-reforma, correspondem essencialmente ao valor do vencimento do empregado. Incluem-se, nestes compromissos, quando aplicáveis, o pagamento da Segurança Social dos pré-reformados, o seguro social voluntário relativo aos reformados antecipadamente e o prémio de reforma a atribuir na data de passagem à reforma.

Para cobrir estas responsabilidades foram constituídos fundos de pensões autónomos geridos por entidades externas (“Fundo de Pensões Petrogal”, “Fundo de Pensões Sacor Marítima”, “Fundo de Pensão Galp Energia Espanha” e “Fundo de Pensões GDP”), para financiar as responsabilidades pelos complementos de reforma por velhice e invalidez e pensões de sobrevivência, para os empregados no ativo e reformados e, no caso da Petrogal, também para os reformados antecipadamente e pré-reformados. Contudo, o Fundo de Pensões Petrogal não cobre as responsabilidades com pensões de reforma antecipada, pré-reforma, Segurança Social dos pré-reformados e com o pagamento do seguro social voluntário e prémio de reforma. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23).

Adicionalmente, o Fundo de Pensões GDP não cobre as responsabilidades assumidas pela GDL em reembolsar os complementos de reforma a pagar pela EDP aos seus reformados e pensionistas afetos à GDL, bem como os complementos de reforma e sobrevivência aos reformados existentes à data da constituição do Fundo. Estas responsabilidades são cobertas através de provisões específicas, incluídas na demonstração da posição financeira na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23).

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada, calculados de acordo com o método das unidades de crédito projetadas (“Projected Unit Credit Method”) e comparam o montante das suas responsabilidades com serviços passados com o valor de mercado do fundo e com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados em cada exercício, e para cada plano de benefícios atribuído, resultantes dos ajustamentos nos pressupostos demográficos, ajustamentos de experiência, são registados na demonstração do rendimento integral com reflexo na posição financeira.

O juro líquido referente às responsabilidades com pensões é refletido na rubrica de Juros com benefícios de reforma e outros benefícios em Resultados financeiros.

Os planos de benefícios atribuídos que foram identificados pelo Subgrupo Petrogal para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Pré-reformas;
- Reformas antecipadas;
- Prémio de reforma;
- Seguro social voluntário; e
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Os planos de benefícios concedidos que foram identificados pelo Subgrupo GDP para apuramento destas responsabilidades são:

- Complemento de pensões de reforma, invalidez e orfandade;
- Reformas antecipadas;
- Pré-reformas; e
- Benefício mínimo do plano de contribuição definida.

Em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida. Durante o exercício de 2003, a Galp Energia, SGPS, S.A., criou um Fundo de Pensões de contribuição definida para os seus colaboradores e possibilitou a adesão a este fundo de empregados de outras empresas do Grupo. A Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., a LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e a Galp eNova, S.A. (em 17 de dezembro de 2003, a Galp Energia, S.A. incorporou esta empresa por fusão), como associadas deste Fundo, deram a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. No caso de opção pelo novo plano as empresas do grupo contribuem, com um valor definido anualmente para este fundo, correspondente a uma percentagem do salário de cada empregado, o qual é reconhecido como custo desse exercício.

2.11. OUTROS BENEFÍCIOS DE REFORMA – CUIDADOS DE SAÚDE, SEGURO DE VIDA E BENEFÍCIO MÍNIMO DO PLANO DE CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Os encargos a suportar pelo Grupo com a prestação de cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida, são reconhecidos como custos durante o período em que os empregados que auferem estes benefícios de reforma prestem serviços às respetivas empresas, encontrando-se estas responsabilidades refletidas na demonstração da posição financeira na rubrica de responsabilidades por benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23). Os pagamentos efetuados aos beneficiários no decurso de cada exercício são registados como uma redução desta rubrica.

No final de cada período contabilístico, as empresas obtêm os estudos atuariais das responsabilidades preparadas por uma entidade especializada de acordo com o método das unidades de crédito projetadas (“Projected Unit Credit Method”) e comparam o montante das suas responsabilidades com o saldo das responsabilidades constituídas, de forma a determinar o montante das responsabilidades adicionais a registar.

Os ganhos e perdas atuariais apurados em cada exercício são registados contabilisticamente conforme descrito na alínea 2.10 acima.

2.12. SALDOS E TRANSAÇÕES EXPRESSOS EM MOEDA ESTRANGEIRA

As transações são registadas nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias na moeda funcional da mesma, utilizando as taxas em vigor na data da transação.

Os ativos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira nas demonstrações financeiras individuais das subsidiárias são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária utilizando as taxas de câmbio vigentes à data da demonstração da posição financeira de cada período. Os ativos e passivos não monetários denominados em moeda estrangeira e registados ao justo valor são convertidos para a moeda funcional de cada subsidiária, utilizando para o efeito a taxa de câmbio em vigor na data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transações e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data da demonstração da posição financeira, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados consolidados do exercício na rubrica de ganhos/perdas cambiais, exceto as relativas a valores não monetários cuja variação de justo valor seja registada diretamente em capital próprio.

As diferenças de câmbio resultantes de empréstimos intra-grupo e que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira são registadas, em contas consolidadas, diretamente em capital próprio.

Quando pretende diminuir a exposição ao risco de taxa de câmbio o Grupo contrata instrumentos financeiros derivados (Nota 2.16.f)).

2.13. PROVEITOS E ESPECIALIZAÇÃO DE EXERCÍCIOS

Os proveitos decorrentes de vendas são reconhecidos na demonstração de resultados quando os riscos e benefícios inerentes à posse dos ativos são transferidos para o comprador e o montante do proveito correspondente possa ser razoavelmente quantificado. As vendas são reconhecidas líquidas de impostos com exceção do imposto sobre produtos petrolíferos na atividade de distribuição de combustíveis, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber.

Os custos e proveitos são contabilizados no período a que dizem respeito, independentemente da data do seu pagamento ou recebimento. Os custos e proveitos cujo valor real não seja conhecido são estimados.

Nas rubricas de Outros ativos correntes e Outros passivos correntes, são registados os custos e os proveitos imputáveis ao período corrente e cujas despesas e receitas apenas ocorrerão em períodos futuros, bem como as despesas e as receitas que já ocorreram, mas que respeitam a períodos futuros e que serão imputadas aos resultados de cada um desses períodos, pelo valor que lhes corresponde.

Os juros recebidos são reconhecidos pelo princípio da especialização do exercício, tendo em consideração o montante em dívida e a taxa de juro efetiva durante o período até à maturidade.

O rédito proveniente de dividendos deve ser reconhecido quando for estabelecido o direito da empresa a reconhecer o respetivo montante.

Atividade de Gás Natural

O preço de venda do gás natural a empresas produtoras de eletricidade em regime livre é estabelecido tendo por base acordos comerciais efetuados.

As tarifas reguladas, aplicadas na faturação do gás natural vendido no sistema nacional de gás natural, são estabelecidas pela Entidade Reguladora do Sector Energético (ERSE), de modo a que as mesmas permitam a recuperação dos proveitos permitidos estimados para cada ano gás calculados para cada atividade regulada. Os proveitos permitidos incluem, para além dos custos de exploração incorridos por cada atividade, a seguinte remuneração: (i) a atividade de comercialização, a remuneração da compra e venda de gás natural, a qual corresponde ao custo efetivo do gás natural e a remuneração dos custos operacionais de comercialização acrescidos de uma margem de comercialização, (ii) as atividades de receção, transporte e armazenagem de gás natural uma remuneração de 8% dos ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquelas atividades, (iii) a atividade de distribuição de gás natural uma remuneração de 9% dos ativos fixos líquidos de amortizações e subsídios afetos àquela atividade. Os proveitos permitidos para as atividades/funções de “*pass-through*” pressupõem a recuperação dos custos reais incorridos. Consequentemente, cada atividade é compensada pelos custos incorridos acrescidos da sua própria remuneração, nos casos em que esta exista.

Em resultado do acima exposto e pelo facto de deter o risco de crédito da recuperação das tarifas faturadas aos clientes finais, as Empresas reguladas do Grupo, como comercializadoras a clientes finais, têm incluído nos seus proveitos as tarifas que incorporam a remuneração/recuperação de todas as atividades.

Atendendo à legislação e enquadramento regulatório em vigor, as diferenças para os proveitos permitidos apurados em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, remuneração de ativo financeiro, direito à sua recuperação e transmissibilidade dos mesmos, etc.) que suportam o seu reconhecimento como proveito, e como ativo no ano em que são apurados, nomeadamente por serem mensuráveis com fiabilidade e por ser certo que os benefícios económicos associados fluem para a Empresa. Os Regulamentos tarifários publicados no primeiro e segundo período regulatório incluem na fórmula de cálculo do proveito permitido de cada “Ano gás n” uma componente relativa ao ajustamento do “Ano gás n-2”. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios negativos para os proveitos permitidos, os quais são configuráveis como passivos e como custos.

Em anos anteriores, todas as diferenças para os proveitos permitidos reconhecidos pelo Grupo foram, de acordo com os mecanismos previstos, integralmente incorporados no cálculo das tarifas respetivas.

Nas atividades de armazenagem, distribuição e comercialização de último recurso retalhista o Grupo reflete nas suas demonstrações financeiras, nas rubricas de acréscimos e diferimentos correntes, a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e os proveitos permitidos estimados definidos pela ERSE para cada ano gás, alocados a cada semestre de acordo com os coeficientes de sazonalidade acordados entre as empresas do sistema nacional de gás natural para o mecanismo de compensação – Proveito Permitido (Nota 14 e 24).

Na atividade de comercialização de último recurso grossista o Grupo reconhece nas rubricas de acréscimos e diferimentos a diferença entre a faturação real emitida pela aplicação das tarifas reguladas ao gás natural vendido e o custo efetivo do gás natural adquirido – Desvio Tarifário (Nota 14).

Dado que o sistema de regulação do gás natural pretende uma uniformidade tarifária (aplicável a todas as regiões do país), e dados os vários níveis de eficiência das empresas no mercado regulado, a ERSE publicou o mecanismo de compensação a praticar entre as empresas do sector, de forma a permitir a aproximação dos proveitos recuperados por aplicação das tarifas reguladas aos proveitos permitidos dessas empresas. Deste modo, a ERSE nos seus documentos – Tarifas e Preços de Gás Natural para cada o Ano Gás, indicou os montantes previstos das compensações a liquidar entre as empresas do Sistema Nacional de Gás Natural, no âmbito das suas atividades de comercialização de último recurso retalhista e distribuição de Gás Natural. De forma a garantir um procedimento prático, objetivo e transparente para a referida liquidação, as empresas com estas atividades acordaram voluntariamente nos coeficientes de sazonalidade a aplicar na emissão das faturas relativas à uniformidade tarifária. Foi estabelecida uma sazonalidade única para todo o Sistema Nacional de Gás Natural, que pretendeu enquadrar os diferentes mercados regionais. As diferenças de sazonalidade existentes entre as atividades de Comercialização e Distribuição repercutem a diferença dos prazos de pagamento existentes.

As leituras, faturação e respetivas cobranças relacionadas com a atividade de distribuição e comercialização do gás são feitas pelas próprias empresas ou, no caso das leituras e cobranças, com recurso a parceiros externos.

As vendas de gás não faturadas são registadas mensalmente na rubrica de outras contas a receber com base na faturação esperada de acordo com informação histórica real ou leituras efetuadas consoante o tipo de cliente e corrigidas em resultados no período em que é efetuada a faturação (Nota 14).

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Ativos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção, sendo reconhecidos proveitos e custos associados à construção destes ativos (Nota 5 e 6).

2.14 ENCARGOS FINANCEIROS COM EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros com empréstimos obtidos são registados como custo financeiro de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros, resultantes de empréstimos contraídos, genéricos e específicos, para financiar os investimentos em ativos fixos, são imputados a ativos fixos em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos líquidos de recebimentos de subsídios ao investimento (Nota 2.8), até à entrada em funcionamento dos mesmos (Nota 2.3 e 2.4), sendo os restantes reconhecidos na rubrica de gastos financeiros na demonstração de resultados do exercício (Nota 8). Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos diretamente relacionados com o financiamento de ativos fixos em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

Os encargos financeiros incluídos nos ativos fixos são amortizados de acordo com o período de vida útil dos bens respetivos.

2.15 IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Geral

O imposto sobre o rendimento é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação de acordo com as regras fiscais aplicáveis e em vigor no local da sede de cada empresa do Grupo Galp Energia.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade da demonstração da posição financeira e refletem as diferenças temporárias entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação decretadas que se espera estarem em vigor à data da reversão das diferenças temporárias.

Os ativos por impostos diferidos são registados unicamente quando existem expectativas razoáveis de lucros fiscais futuros suficientes para os utilizar, ou nas situações em que existam diferenças temporárias tributáveis que compensem as diferenças temporárias dedutíveis no período da sua reversão. Na data de cada demonstração da posição financeira é efetuada uma reapreciação das diferenças temporárias subjacentes aos ativos por impostos diferidos no sentido de reconhecer ativos por impostos diferidos não registados anteriormente por não terem preenchido as condições para o seu registo e/ou para reduzir o montante dos impostos diferidos registados em função da expectativa atual da sua recuperação futura (Nota 9).

Os impostos diferidos são registados na demonstração de resultados do exercício, exceto se resultarem de itens registados diretamente em capital próprio, situação em que o imposto diferido é igualmente registado naquela rubrica.

Atividade de Exploração e Produção

Sempre que se realiza uma venda o Grupo paga Imposto de Rendimento do Petróleo – IRP ao Governo Angolano, registando o montante efetivamente pago na rubrica de imposto sobre o rendimento na demonstração dos resultados. Contudo, nem todo o imposto pago deverá ser custo do exercício, dado que o Grupo recorre a empréstimo de barris aos parceiros no consórcio de modo a poder realizar as vendas no seguimento do acordo de levantamento conjunto assinado entre os parceiros do bloco 14, ficando numa situação de “*Overlifting*” (Nota 9).

Assim, e de modo a ter uma margem que esteja diretamente associada à rubrica de imposto sobre o rendimento, contabiliza-se um imposto diferido ativo no equivalente aos barris que toma de empréstimo e que se encontram sujeitos a pagamento de IRP, ficando apenas refletido o imposto sobre os barris que efetivamente tinha disponíveis para venda. O imposto diferido ativo reverte na direta proporção do reconhecimento da margem, através da produção que o Grupo vai tendo.

Quando o Grupo, concede empréstimos (“*Underlifting*”), é calculado IRP sobre os barris concedidos, sendo estes registados na rubrica de imposto corrente sobre o rendimento a pagar.

2.16 INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração da posição financeira quando o Grupo se torna parte contratual do respetivo instrumento financeiro.

Os ativos e passivos financeiros não são compensados entre si, exceto se houver condições contratuais ou legais que assim o permitam.

a) Investimentos

Os investimentos classificam-se como segue:

- Investimentos detidos até ao vencimento;
- Investimentos mensurados ao justo valor através de resultados; e
- Investimentos disponíveis para venda.

Os investimentos detidos até ao vencimento são classificados como investimentos não correntes, exceto se o seu vencimento for inferior a 12 meses da data da demonstração da posição financeira, sendo registados nesta rubrica os investimentos com maturidade definida e para os quais o Grupo tem intenção e capacidade de os manter até essa data. O Grupo Galp Energia não tem investimentos detidos até ao vencimento a 31 de dezembro de 2014.

Os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são classificados como investimentos correntes.

Os investimentos disponíveis para venda são classificados como ativos não correntes, no caso das Participações financeiras em empresas participadas.

Todas as compras e vendas destes investimentos são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data de liquidação financeira.

Os investimentos são inicialmente registados pelo seu valor de aquisição, que é o justo valor do preço pago, incluindo despesas de transação.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos mensurados ao justo valor através de resultados e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data da demonstração da posição financeira, sem qualquer dedução relativa a custos de transação que possam vir a ocorrer até à sua venda. Nas situações em que os investimentos sejam em instrumentos de capital próprio não admitidos à cotação em mercados regulamentados, e para os quais não é possível estimar com fiabilidade o seu justo valor, os mesmos são mantidos ao seu custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade não reversíveis.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, na rubrica de reserva de justo valor até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registado(a) na demonstração de resultados.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos mensurados ao justo valor através de resultados são registados (as) na demonstração de resultados do exercício.

Os investimentos detidos até ao vencimento são registados ao custo amortizado através da taxa de juro efetiva, líquido de amortizações de capital e juros recebidos.

b) Dívidas de terceiros

As dívidas de terceiros são inicialmente registadas ao justo valor e subsequentemente mensurados pelo seu custo amortizado, deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de Perdas por imparidade em contas a receber.

Usualmente, o custo amortizado destes ativos não difere do seu valor nominal.

c) Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

d) Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos. Os empréstimos são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efetiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

e) Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar são mensuradas inicialmente ao justo valor e são subsequentemente mensuradas ao custo amortizado através do método da taxa efetiva. Usualmente, o custo amortizado destes passivos não difere do seu valor nominal.

f) Instrumentos derivados

Contabilidade de cobertura

O Grupo utiliza instrumentos derivados na gestão dos seus riscos financeiros como forma de garantir a cobertura desses riscos, não sendo utilizados instrumentos derivados para cobertura de riscos financeiros com o objetivo de negociação.

Os instrumentos derivados utilizados pelo Grupo definidos como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa respeitam fundamentalmente a instrumentos de cobertura de taxa de juro de empréstimos obtidos. Os indexantes, as convenções de cálculo, as datas de refinação das taxas de juro e os planos de reembolso dos instrumentos de cobertura de taxa de juro são em tudo idênticos às condições estabelecidas para os empréstimos subjacentes contratados, pelo que configuram relações perfeitas de cobertura.

Os critérios utilizados pelo Grupo para classificar os instrumentos derivados como instrumentos de cobertura de fluxos de caixa são os seguintes:

- Espera-se que a cobertura seja muito eficaz ao conseguir a compensação de alterações nos fluxos de caixa atribuíveis ao risco coberto;
- A eficácia da cobertura pode ser fiavelmente mensurada;
- Existe adequada documentação sobre a transação a ser coberta no início da cobertura; e
- A transação objeto de cobertura é altamente provável.

Os instrumentos de cobertura de taxa de juro são inicialmente registados pelo seu custo, se algum, e subsequentemente reavaliados ao seu justo valor, calculado por entidades externas e independentes através de métodos de avaliação (tais como modelo de "Discounted Cash-flows", modelo de Black-Scholes, modelo Binomial e Trinomial, e Simulações de Monte-Carlo, entre outras variantes dependendo do tipo e características do derivado financeiro sob análise) tendo por base princípios geralmente aceites. As alterações de justo valor destes instrumentos são reconhecidas em capitais próprios na rubrica reservas de cobertura, sendo transferidas para resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta resultados.

A contabilização de cobertura de instrumentos derivados é descontinuada quando o instrumento se vence ou é vendido. Nas situações em que o instrumento derivado deixe de ser qualificado como instrumento de cobertura, as diferenças de justo valor acumuladas e diferidas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura são transferidas para resultados do exercício, ou adicionadas ao valor contabilístico do ativo a que as transações objeto de cobertura deram origem, e as reavaliações subsequentes são registadas diretamente nas rubricas da demonstração de resultados.

É efetuada uma análise dos contratos existentes no Grupo Galp Energia, no âmbito de deteção de derivados embutidos, ou seja, cláusulas contratuais que pudessem ser entendidas como derivados financeiros, não se tendo detetado derivados financeiros suscetíveis de serem valorizados ao justo valor.

Quando existem derivados embutidos em outros instrumentos financeiros ou outros contratos, os mesmos são tratados como derivados reconhecidos separadamente nas situações em que os riscos e as características não estejam intimamente relacionados com os contratos e nas situações em que os contratos não sejam apresentados pelo seu justo valor com os ganhos ou perdas não realizadas registadas na demonstração de resultados.

Adicionalmente, em situações específicas o Grupo procede também à contratação de derivados de taxa de juro e de commodities com o objetivo de cobertura de justo valor. Nestas situações, os derivados são registados pelo seu justo valor através da demonstração de resultados. Nas situações em que o instrumento objeto de cobertura não é mensurado ao justo valor (nomeadamente, empréstimos que estão mensurados ao custo amortizado ou contratos de negociação de commodities), a parcela eficaz de cobertura é ajustada no valor contabilístico do instrumento coberto através da demonstração de resultados.

Instrumentos de negociação

O Grupo utiliza na cobertura do risco de flutuação da margem de refinação instrumentos financeiros derivados, essencialmente "swaps" sobre petróleo bruto e produtos acabados. Estes instrumentos financeiros, embora contratados com o objetivo de efetuar cobertura económica de acordo com as políticas de gestão do risco do Grupo, por não cumprirem todas as disposições do IAS 39 no que respeita à possibilidade de qualificação como contabilidade de cobertura, apresentam as respectivas variações no justo valor na demonstração de resultados do período em que ocorrem. Estes instrumentos encontram-se registados pelo seu justo valor.

g) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, na demonstração da posição financeira.

2.17 LICENÇAS DE EMISSÃO DE CO₂

As emissões de CO₂ realizadas pelas instalações industrializadas do Grupo e as "licenças de CO₂" que lhe foram atribuídas no âmbito do Plano Nacional de Atribuição de Licenças CO₂, não dão origem a qualquer reconhecimento patrimonial, desde que: (i) não se estime como provável a existência de custos a incorrer pelo Grupo com a aquisição de licenças de emissão no mercado, situação em que é reconhecido uma especialização de custo ou (ii) se estime que as mesmas não sejam alienadas. Em caso de excedentes e venda dos mesmos é reconhecido um proveito.

2.18 CLASSIFICAÇÃO NA DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

Os ativos realizáveis e os passivos exigíveis a mais de um ano da data das demonstrações financeiras consolidadas são classificados, respetivamente, como ativos e passivos não correntes.

2.19 EVENTOS SUBSEQUENTES

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são refletidos nas demonstrações financeiras consolidadas. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados no anexo às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos (Nota 35).

2.20 INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmento de negócio é um grupo de ativos e operações do grupo que estão sujeitos a riscos e retornos diferentes dos outros segmentos de negócio, sendo reportados de forma consistente com o reporting interno para a gestão.

As políticas contabilísticas no relato por segmentos são utilizadas consistentemente no Grupo. Todos os réditos inter-segmentais são a preços de mercado e são eliminados na consolidação.

A informação financeira relativa aos proveitos dos segmentos de negócio identificados é incluída na Nota 7, onde estes se encontram identificados e caracterizados.

2.21 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

A preparação de demonstrações financeiras de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites, requer que se realizem estimativas que afetam os montantes dos ativos e passivos registados, a apresentação de ativos e passivos contingentes no final de cada exercício, bem como os proveitos e custos reconhecidos no decurso de cada exercício. Os resultados atuais poderiam ser diferentes dependendo das estimativas atualmente realizadas.

Determinadas estimativas são consideradas críticas se: (i) a natureza das estimativas é considerada significativa devido aos níveis de subjetividade e julgamentos necessários para a contabilização de situações em que existe grande incerteza ou pela elevada suscetibilidade de variação dessas situações e; (ii) o impacto das estimativas na situação financeira ou na atuação operativa é significativo.

Os princípios contabilísticos e as áreas que requerem um maior número de juízos e estimativas na preparação das demonstrações financeiras são: (i) reservas provadas de petróleo bruto relacionadas com a atividade de exploração petrolífera; (ii) teste de imparidade de *goodwill*, ativos tangíveis, ativos intangíveis e participações financeiras (iii) provisões para contingências e passivos ambientais; (iv) pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma, (v) imparidade para contas a receber, (vi) vidas úteis e valores residuais de ativos tangíveis e intangíveis, (vii) impostos diferidos e (viii) provisões para abandono.

Reservas de petróleo bruto

As estimativas das reservas de petróleo bruto são uma parte integrante do processo de tomada de decisões relativamente aos ativos da atividade de pesquisa e desenvolvimento de petróleo bruto, suportando adicionalmente o desenvolvimento ou a implementação de técnicas de recuperação secundária. O volume de reservas provadas de petróleo bruto é utilizado para o cálculo da depreciação dos ativos afetos à atividade de exploração e produção petrolífera de acordo com o método da UOP, sendo que o volume de reservas prováveis e recursos contingentes e prospectivos são utilizados, dependendo da fase de prospeção que se encontram, nas avaliações de imparidade nos investimentos em ativos associados a essa atividade. A estimativa das reservas provadas de petróleo bruto é também utilizada para o reconhecimento anual dos custos com o abandono de áreas de desenvolvimento.

A estimativa das reservas provadas está sujeita a revisões futuras, com base em nova informação disponível, por exemplo, relativamente às atividades de desenvolvimento, perfuração ou produção, taxas de câmbio, preços, datas de fim de contrato ou planos de desenvolvimento. Os volumes de petróleo bruto produzidos e o custo dos ativos são conhecidos, enquanto que as reservas provadas têm uma alta probabilidade de recuperação e se baseiam em estimativas sujeitas a alguns ajustamentos. O impacto nas amortizações e provisões para custos de abandono de variações nas reservas provadas estimadas é tratado de forma prospectiva, amortizando o valor líquido remanescente dos ativos e reforçando a provisão para custos de abandono, respetivamente, em função da produção futura prevista.

Ver Nota 31 e consultar “Informação suplementar sobre petróleo e gás (não auditado)” para a quantidade e tipo de reservas petrolíferas utilizadas para fins contabilísticos.

Imparidade do *Goodwill*

O Grupo efetua testes anuais de imparidade ao *goodwill*, conforme indicado na Nota 2.2 d). Os montantes recuperáveis das unidades geradoras de caixa foram determinados baseando-se no valor de uso. Para o cálculo do valor de uso, o Grupo estimou os fluxos de caixa futuros que se esperam obter das unidades geradoras de caixa, bem como a taxa de desconto apropriada para calcular o valor presente destes fluxos. O valor do *goodwill* encontra-se expresso na Nota 11.

Imparidade de ativos tangíveis, intangíveis e participações financeiras

A identificação dos indicadores de imparidade, a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de ativos implicam um elevado grau de julgamento por parte do Conselho de Administração no que respeita à identificação e avaliação dos diferentes indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis e valores residuais.

Provisões para contingências

O custo final de processos judiciais, liquidações e outros litígios pode variar devido a estimativas baseadas em diferentes interpretações das normas, opiniões e avaliações finais do montante de perdas. Desse modo, qualquer variação nas circunstâncias relacionadas com este tipo de contingências poderia ter um efeito significativo no montante da provisão para contingências registado.

Passivos ambientais

A Galp efetua juízos e estimativas para cálculo das provisões para matérias ambientais tais como o CO₂. Para esta situação ambiental a Galp recebe anualmente licenças gratuitas (EUA – Emission Unit Allowances) da Agência Portuguesa do Ambiente para fazer face aos gases com efeito de estufa emitidos. Caso as licenças gratuitas sejam insuficientes para fazerem face às emissões de gases com efeitos de estufa, a Galp pode adquirir em Bolsa, os EUA ou títulos alternativos/complementares denominados como certificados verdes (ERU -Emission Reduction Units) assumindo um custo que é registado na rubrica de Outros custos operacionais. Porém, se as emissões com gases com efeito de estufa forem superiores às licenças e certificados verdes em carteira no final do exercício económico, é especializado um custo pela melhor estimativa do dispêndio a efetuar à cotação spot das licenças e/ou certificados em Bolsa. As quantidades de títulos detidos em carteira encontram-se expressas na nota 34.

A Galp efetua igualmente juízos e estimativas para cálculo das suas obrigações conhecidas com a descontaminação de solos, estas baseadas na informação atual relativa a custos e planos esperados de intervenção. Estes custos podem variar devido a alterações em legislação e regulamentos, alterações das condições de um determinado lugar, bem como variação nas tecnologias de saneamento. Desse modo, qualquer alteração nos fatores circunstanciais a este tipo de provisões, bem como nas normas e regulamentos poderá ter, como consequência, um efeito significativo nas provisões para estes assuntos. A provisão para matérias ambientais é anualmente revista.

O montante de provisões para fazer face a passivos ambientais encontra-se expresso na Nota 25.

Pressupostos demográficos e financeiros utilizados para cálculo das responsabilidades com benefícios de reforma

Ver Nota 23.

Imparidade das contas a receber

O risco de crédito dos saldos de contas a receber é avaliado a cada data de reporte, tendo em conta a informação histórica do cliente e o seu perfil de risco. As contas a receber são ajustadas pela avaliação efetuada pela gestão, dos riscos estimados de cobrança existentes à data da demonstração da posição financeira, os quais poderão divergir do risco efetivo a incorrer.

Ativos tangíveis e intangíveis

A determinação das vidas úteis dos ativos, bem como o método de depreciação a aplicar é essencial para determinar o montante das depreciações a reconhecer na demonstração do rendimento integral consolidado de cada período. Estes dois parâmetros são definidos de acordo com o melhor julgamento do Conselho de Administração para os ativos e negócios em questão, considerando também as práticas adotadas por empresas do sector ao nível internacional.

Ativos por impostos diferidos

São reconhecidos ativos por impostos diferidos apenas quando existe forte segurança de que existirão lucros tributáveis futuros disponíveis para a utilização das diferenças temporárias ou quando existam impostos diferidos passivos cuja reversão seja expectável no mesmo período em que os impostos diferidos ativos sejam revertidos. A avaliação dos ativos por impostos diferidos é efetuada pela gestão no final de cada período tendo em atenção a expectativa de performance da Empresa no futuro.

Provisões para abandono

Ver Nota 2.9

2.22 POLÍTICA DE GESTÃO DE RISCOS E RESPECTIVAS COBERTURAS

As atividades do Grupo levam a uma exposição a riscos de: (i) mercado, como consequência da volatilidade dos preços do petróleo e gás natural e seus derivados, das taxas de câmbio e das taxas de juro; (ii) de crédito, como consequência da atividade comercial; (iii) riscos de liquidez, na medida em que o Grupo poderia encontrar dificuldades em dispor de recursos financeiros necessários para fazer frente aos seus compromissos.

O Grupo dispõe de uma organização e sistemas que permitem identificar, medir e controlar os diferentes riscos a que está exposto e utiliza diversos instrumentos financeiros para realizar coberturas, de acordo com diretrizes corporativas comuns a todo o Grupo. A contratação destes instrumentos está centralizada.

A descrição dessas coberturas encontra-se em mais detalhe nas políticas contabilísticas elencadas neste capítulo.

2.23 ALTERAÇÃO DE POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

Resultante da aplicação obrigatória, a partir de 1 de janeiro de 2014, no grupo Galp Energia da norma IFRS 11 – Acordos conjuntos, o grupo identificou as entidades Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E. e Multiservicios Galp Barcelona, UTE, resultante da interpretação contabilística efetuada à luz dessa norma, como sendo entidades em que os acionistas têm controlo operacional e financeiro sobre os Ativos e Passivos da sociedade. Assim sendo, os Ativos, Passivos, Ganhos e Perdas foram incorporados nas contas consolidadas pela percentagem detida nessa entidade, ou seja, 60% e 50%, respetivamente

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o grupo procedeu a reclassificação dos custos e proveitos referentes às operações de Trading de Energia (valor temporal dos contratos de futuros de CO₂ e de eletricidade), das rubricas de outros custos e proveitos financeiros, para rubrica de instrumentos financeiros.

As demonstrações financeiras foram reexpressas à data de 31 de Dezembro de 2013, sendo os efeitos na demonstração da posição financeira, na demonstração de resultados e na demonstração de fluxos de caixa representados nos quadros abaixo:

DEMONSTRAÇÃO DA POSIÇÃO FINANCEIRA:

Ativo	Notas	(€ k)				
		dezembro 2013	Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. (60,00%)	UTE Multiserviços Galp BCN (50,00%)	eliminações/reclassificações	dezembro 2013 reexpresso
Ativo não corrente:						
Ativos tangíveis	12	4.565.289	6.491	919	-	4.572.699
Goodwill	11	233.137	-	-	-	233.137
Ativos intangíveis	12	1.544.901	467	-	-	1.545.368
Participações financeiras em associadas e entidades conjuntamente controladas	4	515.565	-	-	(1.148)	514.417
Ativos disponíveis para venda	4	2.863	-	-	-	2.863
Clientes	15	24.322	-	-	-	24.322
Empréstimos à Sinopec	14	706.993	-	-	-	706.993
Outras contas a receber	14	212.968	-	30	(7.873)	205.125
Ativos por impostos diferidos	9	271.074	-	-	-	271.074
Outros investimentos financeiros	17	24.530	-	-	-	24.530
Total de ativos não correntes:		8.101.642	6.958	949	(9.021)	8.100.528
Ativo corrente:						
Inventários	16	1.845.607	-	-	-	1.845.607
Clientes	15	1.326.563	595	165	(283)	1.327.040
Empréstimos à Sinopec	14	164.500	-	-	-	164.500
Outras contas a receber	14	732.706	8	1	(212)	732.503
Outros investimentos financeiros	17	10.128	-	-	-	10.128
Imposto corrente sobre o rendimento a receber	9	32.788	-	-	-	32.788
Caixa e seus equivalentes	18	1.503.390	693	241	-	1.504.324
Total dos ativos correntes:		-	1.296	407	(495)	5.616.890
Total do ativo:		-	8.254	1.356	(9.516)	13.717.418

Capital próprio e passivo	Notas	(€ k)				
		dezembro 2013	Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. (60,00%)	UTE Multiserviços Galp BCN (50,00%)	eliminações/reclassificações	dezembro 2013 reexpresso
Capital próprio:						
Capital social	19	829.251	-	1.500	(1.500)	829.251
Prémios de emissão	19	82.006	-	-	-	82.006
Reservas	20	2.394.913	-	-	-	2.394.913
Resultados acumulados		1.666.075	-	(156)	156	1.666.075
Resultado líquido consolidado do exercício		188.661	-	(196)	196	188.661
Total do capital próprio atribuível aos acionistas:		-	-	1.148	(1.148)	5.160.906
Interesses que não controlam	21	1.254.894	-	-	-	1.254.894
Total do capital próprio:		-	-	1.148	(1.148)	6.415.800
Passivo						
Passivo não corrente:						
Empréstimos	22	1.464.910	-	-	-	1.464.910
Empréstimos obrigacionistas	22	1.838.812	-	-	-	1.838.812
Outras contas a pagar	24	544.904	6.911	-	(6.911)	544.904
Responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios aos empregados	23	338.495	-	-	-	338.495
Passivos por impostos diferidos	9	128.577	-	-	-	128.577
Outros instrumentos financeiros	27	1.538	-	-	-	1.538
Provisões	25	154.149	-	-	-	154.149
Total do passivo não corrente:		-	6.911	-	(6.911)	4.471.385
Passivo corrente:						
Empréstimos e descobertos bancários	22	226.542	-	-	-	226.542
Empréstimos obrigacionistas	22	146.778	-	-	-	146.778
Fornecedores	26	1.509.633	253	222	(486)	1.509.622
Outras contas a pagar	24	936.716	1.090	(14)	(971)	936.821
Outros instrumentos financeiros	27	10.470	-	-	-	10.470
Total do passivo corrente:		-	1.343	208	(1.457)	2.830.233
Total do passivo:		-	8.254	208	(8.368)	7.301.618
Total do capital próprio e do passivo:		-	8.254	1.356	(9.516)	13.717.418

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS:

	Notas	dezembro 2013	Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. (60,00%)	UTE Multiserviços Galp BCN (50,00%)	eliminações/ reclassificações	dezembro 2013 reexpresso
Proveitos operacionais:						
Vendas	5	19.100.871	-	487	(65)	19.101.293
Prestação de Serviços	5	519.469	3.461	-	(1.972)	520.958
Outros proveitos operacionais	5	144.026	-	313	(1.734)	142.605
Total de proveitos operacionais:		19.764.366	3.461	800	(3.771)	19.764.856
Custos operacionais:						
Custo das vendas	6	17.208.242	-	39	-	17.208.281
Fornecimentos e serviços externos	6	1.069.024	1.953	520	(3.418)	1.068.079
Custos com o pessoal	6	346.677	74	341	-	347.092
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades de ativos fixos	6	585.262	962	90	-	586.314
Provisões e perdas por imparidade de contas a receber	6	54.968	-	-	-	54.968
Outros custos operacionais	6	98.940	471	6	(354)	99.063
Total de gastos operacionais:		19.363.113	3.460	996	(3.772)	19.363.797
Resultados operacionais:						
Proveitos financeiros	8	110.130	(1)	-	(48.274)	61.855
Custos financeiros	8	(255.315)	-	-	47.888	(207.427)
Ganhos (perdas) cambiais		(8.790)	-	-	-	(8.790)
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas	4	115.656	-	-	196	115.852
Resultados de instrumentos financeiros	27	13.250	-	-	(963)	12.287
Outros proveitos e custos		(1.348)	-	-	1.348	-
Resultado antes de impostos:		374.836	-	(196)	196	374.836
Imposto sobre o rendimento	9	(135.829)	-	-	-	(135.829)
Resultado antes de interesses que não controlam:		239.007	-	(196)	196	239.007
Resultado afecto aos interesses que não controlam	21	(50.346)	-	-	-	(50.346)
Resultado líquido consolidado do exercício	10	188.661	-	(196)	196	188.661
Resultado por ação (valor em euros)	10	0,23				0,23

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA:

Notas	dezembro 2013	Sigás - Armazenagem de Gás, A.C.E. (60,00%)	UTE Multiserviços Galp BCN (50,00%)	eliminações/ reclassificações	dezembro 2013 reexpresso
Atividades operacionais:					
	20.505.082	4.066	109	(5.133)	20.504.124
	(14.714.036)	(3.308)	-	5.133	(14.712.211)
	(234.211)	-	-	-	(234.211)
	(2.418.105)	-	-	-	(2.418.105)
	(153.589)	-	-	-	(153.589)
23	(2.398)	-	-	-	(2.398)
23	(18.666)	-	-	-	(18.666)
23	(11.857)	-	-	-	(11.857)
	(2.150.845)	(466)	-	-	(2.151.311)
Fluxos das atividades operacionais (1)	801.375	292	109	-	801.776
Atividades de investimento:					
Recebimentos provenientes de:					
	129.459	-	-	-	129.459
	901	-	-	-	901
	-	-	-	-	-
13	550	-	-	-	550
	45.071	-	-	-	45.071
4	64.400	-	-	-	64.400
	-	-	-	-	-
	40.125	-	-	-	40.125
	280.506	-	-	-	280.506
Pagamentos respeitantes a:					
	(215.693)	-	-	-	(215.693)
	(705.753)	(254)	-	-	(706.007)
	(52.016)	-	-	-	(52.016)
	(1.031)	-	-	-	(1.031)
	(974.493)	(254)	-	-	(974.747)
Fluxos das atividades de investimento (2)	(693.987)	(254)	-	-	(694.241)
Atividades de financiamento:					
Recebimentos provenientes de:					
	2.250.729	-	-	-	2.250.729
20	-	-	-	-	-
	2.159	-	-	-	2.159
	10.237	-	-	-	10.237
	2.263.125	-	-	-	2.263.125
Pagamentos respeitantes a:					
	(2.114.094)	-	-	-	(2.114.094)
31	-	-	-	-	-
	(151.900)	(1)	-	-	(151.901)
	-	-	-	-	-
30	(221.956)	-	-	-	(221.956)
	(2.004)	-	-	-	(2.004)
	(5)	-	-	-	(5)
	-	-	-	-	-
	(71.464)	-	-	-	(71.464)
	(2.561.423)	(1)	-	-	(2.561.424)
Fluxos das atividades de financiamento (3)	(298.298)	(1)	-	-	(298.299)
Variação de caixa e seus equivalentes (4) = (1) + (2) + (3)					
	(190.910)	37	109	-	(190.764)
	(134.927)	-	-	-	(134.927)
18	1.733.199	656	132	-	1.733.987
3	(2.124)	-	-	-	(2.124)
18	1.405.238	693	241	-	1.406.172

3. EMPRESAS INCLUÍDAS NA CONSOLIDAÇÃO

As empresas incluídas na consolidação, suas sedes sociais, proporção do capital e atividades principais detidas são as seguintes:

Empresas	Sede social		Porcentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2014	2013	
Empresas do Grupo					
Empresa-mãe:					
Galp Energia, SGPS, S.A.	Lisboa	Portugal	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades do setor energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.
Subsidiárias:					
Galp Energia, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços e consultoria de apoio e consultoria à gestão empresarial.
Next Priority, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Subgrupo Galp Energia E&P:					
Galp Energia E&P, B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Subsidiárias:					
Galp Sinopec Brazil Services B.V. e subsidiária:	Roterdão	Holanda	70%	70%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus), Limited	Nicosia	Chipre	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp E&P Brazil B.V. e subsidiária:	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Brasil, S.A.	Recife	Brasil	100%	100%	Pesquisa, exploração, desenvolvimento e produção de petróleo bruto, de gás natural e biocombustíveis; importação, exportação, refinação, comercialização, distribuição, transporte e armazenagem de petróleo e seus derivados; comercialização de gás natural e de biocombustíveis produzidos; bem como quaisquer outras atividades conexas à atividade principal, podendo ainda, participar de consórcios de empresas que venham a ser necessários para o desenvolvimento de seus objetivos.
Petrogal Brasil B.V. e subsidiária:	Roterdão	Holanda	100%	100%	Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos.
Petrogal Brasil, S.A. e subsidiária:	e10) Recife	Brasil	70%	70%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados, o seu transporte, distribuição e comercialização e ainda, a pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural.
Fundo Vera Cruz	Recife	Brasil	100%	100%	Fundo exclusivo de investimento aberto.
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.	e9) Recife	Brasil	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Galp East Africa B.V. e subsidiária:	e2) Roterdão	Holanda	100%	100%	Gestão de participações sociais e financiamento de negócios e empresas que se dedicam à exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos.
Galp Energia Rovuma B.V.	e2) Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Rovuma B.V. (Sucursal em Moçambique)	e2) Maputo	Moçambique	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural.
Galp Bioenergy B.V.	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exercício de atividades relacionadas com projetos de biocombustíveis, incluindo mas não limitado à pesquisa, produção, transformação logística, comercialização de grãos, óleo vegetal, produtos de biocombustíveis e seus derivados; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Tarfaya B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2014	2013	
Galp Energia Tarfaya B.V. (Sucursal em Marrocos)	Rabat	Marrocos	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como o comércio de petróleo, gás natural e produtos à base de óleo, e desenvolvimento de atividades comerciais relacionadas com a exploração e produção de petróleo e gás natural.
Wiindhoek PEL 23 B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Wiindhoek PEL 24 B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Wiindhoek PEL 28 B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Trading, S.A.	(*) e6) Genebra	Suíça	100%	100%	Desenvolvimento da atividade de trading físico de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; atividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da atividade de trading.
Tagus Re, S.A.	e5) Luxemburgo	Luxemburgo	100%	100%	Operações de resseguro em todos os ramos, com exclusão das operações de seguro diretas.
Galp Alentejo E&P, S.A.	a2) Lisboa	Portugal	100%	-	Pesquisa e exploração de petróleo, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo.
ISPG – Centro Tecnológico, S.A.	b2) Rio de Janeiro	Brasil	100%	-	Gestão de participações sociais
Subgrupo Petrogal:					
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal na Venezuela)	Município Chacao	Venezuela	-	-	Refinação de petróleo bruto e seus derivados; transporte, distribuição e comercialização de petróleo bruto e seus derivados e gás natural; pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural; e quaisquer outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou prestação de serviços conexos.
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. (Sucursal em Espanha) e subsidiárias:	Madrid	Espanha	-	-	Gestão de participações sociais de sociedades do setor da distribuição de produtos refinados na Península Ibérica.
Madrileña Suministro de Gas SUR, S.L.	Madrid	Espanha	100%	100%	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outras fontes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
Galp Energia España, S.A. e subsidiárias:	Madrid	Espanha	100%	100%	Obtenção, representação e comercialização de produtos petrolíferos, de produtos químicos e tudo o que lhes seja conexo.
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.	Madrid	Espanha	100%	100%	Gestão e exploração de estações de serviço.
Madrileña Suministro de Gas, S.L.	Madrid	Espanha	100%	100%	Atividades relacionadas com a comercialização de gás natural, eletricidade e outras fontes de energia, serviços energéticos e atividades complementares.
Multiservicios Galp Barcelona	d) Barcelona	Espanha	50%	-	Gerir o abastecimento do negocio da aviação no Aeroporto de Barcelona.
Galp Açores – Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiária:	Ponta Delgada	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados do petróleo.
Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	Ponta Delgada	Portugal	67,65%	67,65%	Construção e/ou exploração de estações de enchimento e respetivos parques de armazenagem de GPL e de outros combustíveis na Região Autónoma dos Açores.
Galp Madeira – Distribuição e Comercialização de Combustíveis e Lubrificantes, S.A. e subsidiárias:	Funchal	Portugal	100%	100%	Distribuição, armazenagem, transporte e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos lubrificantes e outros derivados do petróleo.
CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	Funchal	Portugal	75%	75%	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte, receção, movimentação, enchimento e expedição; e outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2014	2013	
Gasinsular – Combustíveis do Atlântico, S.A.	Funchal	Portugal	100%	100%	A sociedade tem por objeto principal a distribuição, armazenagem, transporte, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração direta ou indireta de postos de abastecimento de combustíveis e de áreas de serviço e atividades complementares, nomeadamente estações de serviço e oficinas de reparação e manutenção automóvel, venda de peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelarias.
Sacor Marítima, S.A. e subsidiárias:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Transportes marítimos em navios próprios ou fretados.
Tripul – Sociedade de Gestão de Navios, Lda.	f4) Lisboa	Portugal	-	100%	Gestão técnica de navios, tripulações e abastecimentos.
C.L.T. – Companhia Logística de Terminais Marítimos, S.A.	Matosinhos	Portugal	100%	100%	Exploração de terminais marítimos e atividades conexas.
Galp Energia Portugal Holdings B.V.	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Gestão de participações sociais de outras sociedades do setor energético, como forma indireta do exercício de atividades económicas.
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	Lisboa	Portugal	75%	75%	Comércio retalhista de produtos alimentares, utilidades domésticas, presentes e artigos vários onde se incluem: jornais, revistas, discos, vídeos, brinquedos, bebidas, tabacos, cosméticos, artigos de higiene, de viagem e acessórios para veículos.
Tanquisado – Terminais Marítimos, S.A.	Setúbal	Portugal	100%	100%	Desenvolvimento e exploração de terminais marítimos.
Galp Exploração e Produção Timor Leste, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Comércio e a indústria de petróleo, incluindo a prospeção, pesquisa e exploração de hidrocarbonetos em Timor Leste.
Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração ou gestão, direta ou indireta, áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis e atividades conexas ou complementares, tais como estações de serviço e oficinas, venda de lubrificantes, peças e acessórios para veículos motorizados, restauração e hotelaria.
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	d) Sines	Portugal	60%	-	Conceção e construção de caverna subterrânea de armazenagem de GPL, das instalações de superfície complementares necessárias à movimentação de produtos. Gestão e exploração operacional de caverna incluindo instalações de superfície, tanques e esferas de GPL.
Enerfuel, S.A.	e3) Lisboa	Portugal	100%	100%	Estudos, projetos, instalação, produção e comercialização de biocombustíveis, tratamento, valorização e recuperação de resíduos, compra e venda de equipamentos.
Portcogeração, S.A.	e4) Lisboa	Portugal	100%	100%	Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis.
Galp Logística de Aviação, S.A.	c5) Lisboa	Portugal	-	100%	Prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo a aeronaves.
Petrogal Trading Limited	(*) c1) Dublin	Irlanda	-	100%	Desenvolvimento da atividade de trading de petróleo bruto e produtos petrolíferos.
Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A.	c6) Rio Maior	Portugal	-	100%	Compra, venda, fabrico, transformação, importação e exportação de produtos betuminoso de aditivos que transformam ou modificam esses produtos betuminosos.
Fast Access – Operações e Serviços de Informação e Comércio Eletrónico, S.A.	c7) Lisboa	Portugal	-	100%	Realização de operações e prestação de serviços de informação e comércio eletrónico para utilizadores em mobilidade, bem como a prestação de serviços de gestão e operacionalização de comércio “on-line”.
Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	Lisboa	Portugal	-	51%	Distribuição, venda e armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, lubrificantes e outros derivados de petróleo; exploração de postos de abastecimento, estações de serviço e oficinas de reparação, incluindo negócios conexos com estas atividades, nomeadamente de restauração e hotelaria.
Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.	f1) Lisboa	Portugal	-	100%	Atividade imobiliária designadamente, a gestão, compra, venda e revenda de imóveis.
Sinecogeração – Cogeração da Refinaria de Sines, S.A.	e4) f3) Lisboa	Portugal	-	100%	Produção, transporte e distribuição de energia elétrica e térmica proveniente de sistemas de cogeração e energias renováveis, incluindo conceção, construção e operação de sistemas ou instalações.
Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A. e subsidiária:	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais em outras sociedades como forma indireta do exercício de atividade económica
Galp Energia Overseas B.V. e subsidiárias:	Amesterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.
Galp Energia Overseas B.V. (Sucursal de Angola)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural, bem como o comércio de petróleo, gás natural e produtos à base de óleo, e desenvolvimento de atividades comerciais relacionadas com a exploração e produção de petróleo e gás natural.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade	
	Localidade	País	2014	2013		
Galp Energia Overseas Block 14 B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Overseas Block 14 B.V. (Sucursal de Angola)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Overseas Block 32 B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Overseas Block 32 B.V. (Sucursal de Angola)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Overseas Block 33 B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Overseas Block 33 B.V. (Sucursal de Angola)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Overseas LNG B.V.	Roterdão	Holanda	100%	100%	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Energia Overseas LNG B.V. (Sucursal de Angola)	Luanda	Angola	-	-	Exploração e produção de petróleo e gás natural bem como trading de petróleo, gás natural e produtos petrolíferos; gestão de participações sociais de outras sociedades e financiamento de negócios e empresas.	
Galp Marketing Internacional, S.A.	a1) e1)	Lisboa	Portugal	100%	-	Pesquisa e exploração de petróleo, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e a exploração de postos de abastecimento e de estações de serviços de assistência a automóveis, bem como quaisquer atividades industriais, comerciais, de marketing, de investigação ou de prestação de serviços conexos com este objeto.
Petrogal Guiné-Bissau, Lda. e subsidiárias:	e1)	Bissau	Guiné-Bissau	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, base e lubrificantes e outros derivados do petróleo e exploração de postos de abastecimento e de estações de serviço de assistência a automóveis.
Petromar – Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	e1)	Bissau	Guiné-Bissau	80%	80%	Comércio de bancas marítimas.
Petrogás – Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	e1)	Bissau	Guiné-Bissau	65%	65%	Importação, armazenagem e distribuição de GPL.
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, S.A.R.L. e subsidiárias:	(**)	Mindelo	Cabo Verde	48%	48%	Importação, processamento, distribuição, transporte, armazenagem, comercialização e reexportação de hidrocarbonetos e seus derivados, incluindo betumes, óleos base e lubrificantes, a exploração de parques de armazenagem, bem como das respetivas estruturas de transporte primário intra e inter-ilhas, receção, movimentação, enchimento e expedição de combustíveis líquidos e gasosos, a exploração de postos de abastecimento e áreas de serviço, de assistência a automóveis, a produção, distribuição e comercialização de outras formas de energia não fóssil, designadamente solar, eólica, hídrica e outras de fontes renováveis, a exploração das respetivas instalações, bem como outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com este objeto principal.
Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A.	(**)	Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Transportes marítimos e atividades relacionadas.
EnacolGest, Lda.	(**)	Mindelo	Cabo Verde	100%	100%	Importação e comercialização, gestão do aprovisionamento, exploração de áreas de serviço e postos de abastecimento de combustíveis, elaboração e gestão de projetos de manutenção e construção das instalações e postos de abastecimento.
Galp Gambia, Limited		Banjul	Gambia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos e exploração de postos de abastecimento.
Petrogal Moçambique, Lda.		Maputo	Moçambique	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade	
	Localidade	País	2014	2013		
Galp Moçambique, Lda.	Maputo	Moçambique	100%	100%	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.	
Galp Moçambique, Lda. (Sucursal no Malawi)	"Blantyre "	Malawi	-	-	Armazenagem, comercialização e distribuição, importação, exportação e transporte de petróleo e seus derivados. Bem como de todo o tipo de óleos, sejam de origem animal, vegetal ou mineral.	
Galp Swaziland (PTY) Limited	Matsapha	Suazilândia	100%	100%	Distribuição, transporte, armazenagem, comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos, exploração de postos de abastecimento .	
Petrogal Angola, Lda.	Luanda	Angola	100%	100%	Produção, distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.	
Petrogal Cabo Verde, Lda.	c2) São Vicente	Cabo Verde	-	100%	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos e gasosos, óleos base e lubrificantes e também a exploração de postos de abastecimento e estações de serviço.	
Subgrupo GDP:						
GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.	e7) f2)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Subsidiárias:						
GDP Serviços, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Prestação de serviços de apoio à gestão empresarial.
Lisboagás Comercialização, S.A.		Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Lusitaniagás Comercialização, S.A.		Aveiro	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso retalhista de gás natural.
Setgás Comercialização, S.A.		Setúbal	Portugal	66,95%	66,95%	Produção e distribuição de gás natural e dos seus gases de substituição.
Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	e7) f2)	Lisboa	Portugal	65%	65%	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica.
Galp Power, S.A.	e7) f2)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exercício da compra e venda de energia, bem como a prestação de serviços e o exercício de atividades direta ou indiretamente relacionados com energia.
Agroger – Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A.	e7) f2)	Lisboa	Portugal	100%	100,00%	Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos.
Spower, S.A.	c3)	Lisboa	Portugal	-	100,00%	Produção e comercialização de energia elétrica, incluindo a conceção, construção e exploração de uma central termo elétrica de ciclo combinado, bem como o exercício de quaisquer outras atividades conexas.
Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	c4)	Lisboa	Portugal	-	70%	Produção sob a forma de cogeração, e a venda de energia elétrica e térmica, incluindo a conceção, construção, financiamento e exploração de instalações de cogeração, bem como o exercício de todas as atividades e a prestação de serviços conexos.
Galp Gás Natural Distribuição, S.A. e subsidiárias:	e8) g)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Gestão de participações sociais.
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	e8)	Viseu	Portugal	59,51%	59,51%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural.
Dianagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A.	e8)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A.	e8)	Vila Real	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.	e8)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Obtenção, armazenagem e distribuição de gás combustível canalizado.
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	b1) e8)	Aveiro	Portugal	96,84%	96,81%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Medigás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A.	e8)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Paxgás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A.	e8)	Lisboa	Portugal	100%	100%	Exploração, construção e manutenção de redes regionais de distribuição de gás natural e outros gases.
Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	e8)	Setúbal	Portugal	66,88%	66,88%	Distribuição de gás natural em média e baixa pressão, exercida em regime de serviço público nos termos da regulamentação aplicável, na área geográfica da concessão, abrangendo designadamente a construção e operação de infraestruturas que integrem a Rede Nacional de Distribuição de Gás Natural, a promoção da construção, conversão ou adequação de instalações de utilização de gás natural, e ainda outras atividades relacionadas com o objeto principal, incluindo a exploração da capacidade excedentária da rede de telecomunicações instalada.
Galp Gás Natural, S.A. e subsidiárias:		Lisboa	Portugal	100%	100%	Importação de gás natural, armazenagem, distribuição através de rede de alta pressão, construção e manutenção de redes.

Empresas	Sede social		Percentagem de capital detido		Principal atividade
	Localidade	País	2014	2013	
Transgás Armazenagem – Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Armazenagem de gás natural em regime de subconcessão de serviço público, incluindo a construção, manutenção, reparação e exploração de todas as infraestruturas e equipamentos conexos.
Transgás, S.A.	Lisboa	Portugal	100%	100%	Comercialização de último recurso grossista de gás natural.

(*) A data de apresentação de contas da subsidiária é 30 de Setembro. Embora o fecho de contas estatutário da subsidiária seja diferente das restantes empresas do Grupo Galp Energia, são incorporados nas contas consolidadas as transações ocorridas no último trimestre de cada ano.

(**) Embora o Grupo Galp detenha através das suas subsidiárias Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e Petrogal Cabo Verde, Lda. apenas 48,29% do capital da Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol S.A.R.L., o Grupo controla, com expectável permanência, as políticas financeiras e operacionais desta por via de uma maioria representativa de votos nas reuniões do Conselho de Administração. Devido a este facto, a subsidiária é consolidada pelo método de consolidação integral.

A Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol S.A.R.L. detém participação nas subsidiárias: i) Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. (100%); ii) EnacolGest, Ld.ª (100%); e iii) Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. (30%).

As participações detidas na Enamar – Sociedade Transportes Marítimos, Sociedade Unipessoal, S.A. e na EnacolGest, Ld.ª são consolidadas pelo método integral e a Sodigás – Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L. é incluída na rubrica de Participações financeiras em empresas associadas (Nota 4.2).

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o perímetro foi alterado face ao exercício precedente conforme segue:

A) EMPRESAS CONSTITUÍDAS:

- a1) A subsidiária Petróleo de Portugal – Petrogal, S.A., subscreveu e realizou 100% do capital da Galp Marketing Internacional, S.A., a qual foi constituída em fevereiro de 2014.
- a2) A subsidiária Galp Energia E&P, B.V., subscreveu e realizou 100% do capital da Galp Alentejo E&P, S.A., a qual foi constituída em dezembro de 2014, não tendo realizado qualquer operação no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

B) EMPRESAS ADQUIRIDAS:

- b1) Em maio de 2014, através da subsidiária GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. o Grupo adquiriu, 0,032% do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. pelo montante €23 k. Com esta aquisição o Grupo passou a deter 96,8429% do capital da subsidiária.

A subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A, já era anteriormente controlada pelo Grupo e consolidava pelo método integral (detida a 96,8109%). A diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido na demonstração de resultados consolidados na rubrica Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas pelo montante €2 k (Nota 4.2).

- b2) Em 4 de junho de 2014 as subsidiárias Galp Energia Brasil S.A. e Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda. adquiriram cada uma 50% do capital da ISPG – Centro Tecnológico, S.A.(anteriormente denominada por Companhia Ciclopar Participação S.A.).

C) EMPRESAS DISSOLVIDAS E LIQUIDADAS:

- c1) Em 27 de junho de 2014 a empresa Petrogal Trading Limited subsidiária da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., foi dissolvida. O grupo reconheceu um custo na demonstração dos resultados consolidados o montante € 260 k (Nota 4.2) referentes as diferenças cambiais da conversão das demonstrações financeiras da subsidiária Petrogal Trading Limited, expressas em moeda estrangeira (USD) que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica reservas de conversão.
- c2) Durante o período findo em 30 de setembro de 2014 a subsidiária Petrogal Cabo Verde, Lda. detida a 95% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e a 5% pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., foi dissolvida.
- c3) Em 23 de dezembro de 2014 a subsidiária Spower, S.A., detida a 100% pela Galp Power, SGPS, S.A., foi dissolvida.
- c4) Em 31 de dezembro de 2014 a subsidiária Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A., detida a 100% pela Galp Power, SGPS, S.A., foi dissolvida.
- c5) Em 23 de dezembro de 2014 a subsidiária Galp Logística de Aviação, S.A., detida a 100% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., foi dissolvida.
- c6) Em 30 de dezembro de 2014 a subsidiária Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A., detida a 100% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., foi dissolvida. Resultante desta operação o grupo reconheceu na demonstração dos resultados consolidados o montante €4.648 (Nota 4.2), que respeita essencialmente €530 k ao abate do *Goodwill* (Nota 11) e €3.975 k referentes as Reservas – Aumento de 40% na participação do capital da subsidiária Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica outras reservas (Nota 20).
- c7) Em 30 de dezembro de 2014 a subsidiária Fast Access – Operações e Serviços de Informação e Comércio Electrónico, S.A., detida a 100% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., foi dissolvida.
- c8) Em 30 de dezembro de 2014 a subsidiária Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A., detida a 51% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., foi dissolvida.

D) ACORDOS CONJUNTOS:

Com a aplicação da IFRS 11 – Acordos conjuntos, as entidades Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E. e Multiservicios Galp Barcelona passaram a ser integradas nas contas individuais das empresas detentoras do seu capital pela percentagem detida, passando assim a estar incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas (Nota 4.1). O impacto, a 31 de dezembro de 2013, da alteração da política contabilística é apresentado na Nota 2.23.

E) REESTRUTURAÇÃO SOCIETÁRIA:

O grupo está organizado em quatro segmentos de negócio os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados, com as seguintes unidades de negócio (exploração e produção, refinação e distribuição de produtos petrolíferos, gás e Power e Outros). De forma a obter uma estrutura mais simplificada o Grupo pretende que as empresas sejam reunidas por negócio sob uma mesma sub-holding. Decorrentes da reestruturação orgânica do grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram realizadas as seguintes operações:

- e1) A subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., é detentora de participações em empresas sediadas no continente Africano que operam na área da distribuição Oil. No âmbito de reestruturação orgânica do grupo, pretende-se alocar essas participações numa nova sociedade detida a 100% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. Para esse efeito a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., subscreveu e realizou 100% do capital da Galp Marketing Internacional, S.A., a qual foi constituída em fevereiro de 2014.

- e2) Tendo em conta a estrutura organizacional do Grupo para o negócio do E&P, foi constituída a Galp East Africa B.V. subsidiária da Galp Energia E&P B.V., com vista a deter os investimentos efetuados em Moçambique (Area 4).
No período findo em 31 de dezembro de 2014 através de aumento de capital realizado pela Galp East Africa B.V. a subsidiária Galp Energia Rovuma B.V. passou a ser detida a 75% pela subsidiária Galp East Africa B.V. e diluindo para 25% a participação detida pela Galp Energia Portugal Holding B.V..
- e3) Em dezembro de 2013 a Galp Energia SGPS, S.A. detinha 100% da participação na subsidiária Enerfuel, S.A. Tendo em conta o negócio da subsidiária e a sua interligação com a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. o grupo entendeu que era mais apropriado a subsidiária ser detida pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. No período findo em 31 de dezembro de 2014 através de aumento de capital realizado pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a subsidiária Enerfuel, S.A. passou a ser detida a 94,4444% pela subsidiária Petrogal e a 5,5556% pela subsidiária Galp Energia SGPS, S.A..
- e4) Em 01 de outubro de 2014, a Galp Power, SGPS, S.A. alienou à subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., 100% do capital detido na Portcogeração, S.A. e 100% do capital detido na Sinecogeração – Cogeração da Refinaria de Sines, S.A. Em 30 de dezembro de 2014 a subsidiária Sinecogeração – Cogeração da Refinaria de Sines, S.A. foi fundida na Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A sem qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do grupo.
- e5) Em 20 de junho de 2014, a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. alienou à subsidiária Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A., 4% do capital detido na Tagus Re, S.A., e em 15 de dezembro de 2014 alienou a Galp Energia E&P B.V. os restantes 94% da participação detida.
Com esta operação as subsidiárias Galp Energia E&P B.V. e Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A. passaram a deter respetivamente, 94% e 6% do capital e direitos de voto na subsidiária Tagus Re, S.A..
- e6) Em dezembro de 2013 a Galp Energia Portugal Holding B.V. detinha 100% da participação na subsidiária Galp Trading, SA, que tem por objeto o desenvolvimento da atividade de trading de petróleo bruto, de produtos petrolíferos, de produtos petroquímicos e de gás natural; atividade de afretamento de navios para o transporte marítimo dos produtos objeto da atividade de trading.
Face à atividade da empresa e à moeda em que se realizam as operações e o seu modelo de funcionamento, o grupo considera mais adequado o seu posicionamento junto das empresas de upstream. Assim, em 15 de abril de 2014, a Galp Energia Portugal Holding B.V. alienou à subsidiária Galp Energia E&P B.V., 100% do capital detido na subsidiária Galp Trading, S.A..
- e7) Em 31 de dezembro de 2013 as sub-holdings, GDP-Gás de Portugal, SGPS, S.A. e Galp Power, SGPS, S.A. dedicavam-se, respetivamente, à gestão das participadas dos negócios de gás de eletricidade de forma independente. O grupo Galp tem evoluído no sentido de promover uma gestão conjunta destas áreas de negócio, pelo considerou mais apropriado criar uma única sub-holding. Face ao exposto, em 30 de dezembro 2014, o grupo procedeu a fusão por incorporação da Galp Power, SGPS, S.A. na GDP-Gás de Portugal, SGPS, S.A., passando esta a assegurar a gestão dos negócios de gás e eletricidade. Com a fusão a GDP-Gás de Portugal, SGPS, S.A. passou a deter as participações nas subsidiárias Galp Power, S.A., Carriço Cogeração Sociedade de Geração de Eletricidade e Calor, S.A. e Agroger – Sociedade de Cogeração do Oeste, S.A..
- e8) Tendo em conta a estrutura organizacional do Grupo para o negócio de distribuição de gás natural, o Grupo entende ser mais apropriado que a subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, S.A., reúna as participações nas operadoras de rede de distribuição. Para esse efeito foram realizadas as seguintes operações:
- i) Em 04 de setembro de 2014 a subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. alienou à subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A., 11,554% do capital detido na Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.;
 - ii) Em 22 de dezembro de 2014 a subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. alienou 3,67391% do capital detido na Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. tendo a subsidiária Galp Gás Natural Distribuição, S.A. adquirido 3,67276% e a AICP-Associação Industrial do concelho de Pombal os restantes 0,00115%;
 - iii) A GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., realizou aumentos de capital, mediante entradas em espécie, na Galp Gás Natural Distribuição, S.A., como se segue:
 - Em 5 de setembro de 2014 o aumento em espécie foi realizado através da entrega das ações representativas do capital detido nas subsidiárias Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.;
 - Em 3 de dezembro de 2014, o aumento em espécie foi realizado através da entrega das ações representativas do capital detido nas subsidiárias Dianagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, S.A., Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, S.A., Medigás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Algarve, S.A. e Paxgás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Beja, S.A..
 - iv) Em 22 de dezembro de 2014 a Galp Gás Natural Distribuição, S.A. adquiriu à GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., 59,505% do capital detido na subsidiária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A. e 41,33% do capital detido na associada Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A. (Nota 4.2);
- e9) A Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda. tem por objeto à prestação de serviços de apoio à gestão empresarial em atividades relacionadas com a pesquisa de petróleo bruto, gás natural e seus derivados. Em dezembro de 2013, a subsidiária era detida a 95% pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S. e 5% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. Face à sua atividade o grupo considera mais adequado o seu posicionamento junto das empresas do ramo de negócios exploração e produção. Em 07 de agosto de 2014 a Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S. e a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. alienaram a participação detida, tendo as subsidiárias Petrol Brasil, S.A. e Petrogal Brasil, B.V. adquirido, respetivamente, 99,99714% e 0,002% do capital da subsidiária Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda. Os restantes 0,00086% foram adquiridos pela empresa Sinopec Exploration and Production (Brazil) LTDA. (Grupo Sinopec).
- e10) A Petrogal Brasil, S.A. tem por objeto a pesquisa e exploração de petróleo bruto e gás natural. Em dezembro de 2013 a subsidiária era detida a 49,09% pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e a 20,91% pela Petrogal Brasil, B.V. Face à sua atividade o grupo considera mais adequado o seu posicionamento junto das empresas do ramo de negócios exploração e produção.
Em 14 de agosto de 2014, a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. alienou a participação detida à subsidiária Petrogal Brasil, B.V. passando esta a deter 70% do capital da subsidiária Petrogal Brasil, S.A..

Visto tratarem-se de operações entre empresas do grupo, não se verificou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

F) EMPRESAS FUNDIDAS:

- f1) Em 12 de setembro de 2014 a empresa Soturis – Sociedade Imobiliária e Turística, S.A. foi fundida na Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A..
- f2) Em 30 de dezembro 2014, a empresa Galp Power, SGPS, S.A. foi fundida na GDP-Gás de Portugal, SGPS, S.A..
- f3) Em 30 de dezembro de 2014 a subsidiária Sinecogeração – Cogeração da Refinaria de Sines, S.A. foi fundida na Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A..
- f4) Em 19 de dezembro de 2014 a subsidiária Tripul – Sociedade de Gestão de Navios, Lda. foi fundida na Sacor Marítima, S.A..

Visto tratarem-se de operações entre empresas do grupo, não se verificou qualquer impacto nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo.

G) OUTRAS OPERAÇÕES:

- Em 24 de janeiro 2014 Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A. foi redenominada para Galp Gás Natural Distribuição, S.A..

4. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS

4.1. PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS

As participações financeiras em empresas conjuntamente controladas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Empresas		Sede social		Porcentagem de capital detido	
		Localidade	País	2014	2013
Tupi, B.V.	(e)(k)	Roterdão	Holanda	10,00%	10,00%
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	(d)	Belém	Brasil	50,00%	50,00%
Belem Bio Energy, B.V.	(d) (i)	Roterdão	Holanda	-	50,00%
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	(b)(j)	Aveiras de Cima	Portugal	65,00%	65,00%
Galp Disa Aviación, S.A.	(f)	Santa Cruz de Tenerife	Espanha	50,00%	50,00%
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	(a)	Oeiras	Portugal	50,00%	50,00%
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	(g)(h)	Maputo	Moçambique	50,00%	50,00%
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	(g)(i)	Cidade da Beira	Moçambique	-	89,97%
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	(b)	Lisboa	Portugal	50,00%	50,00%
Ventinveste, S.A.	(a)(k)	Lisboa	Portugal	35,00%	34,00%
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	(l)	Lisboa	Portugal	-	34,00%
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	(m)	Lisboa	Portugal	35,00%	34,00%
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.	(m)	Lisboa	Portugal	35,00%	34,00%
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	(m)	Lisboa	Portugal	35,00%	34,00%
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	(m)	Lisboa	Portugal	35,00%	34,00%
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	(m)	Lisboa	Portugal	35,00%	34,00%
Parque Eólico do Planalto, S.A.	(m)	Lisboa	Portugal	35,00%	34,00%
Âncora Wind-Energia Eólica, S.A.	(n)	Lisboa	Portugal	17,00%	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	(n)	Lisboa	Portugal	17,00%	34,00%
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	(n)	Lisboa	Portugal	17,00%	34,00%
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(c)	Elvas	Portugal	50,00%	50,00%
menos: provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 25)		(o)			

Valor contabilístico		Informação financeira da empresa conjuntamente controlada				Principal atividade
2014	2013	Ativos	Passivos	Proveitos	Resultado exercício	
591.859	316.785	6.092.669	(353.331)	(423.317)	137.899	Gestão, Construção, Compra, Venda e Aluguer de materiais e equipamentos destinados à exploração, desenvolvimento e produção de hidrocarbonetos, incluindo plataformas, navios FPSOs (<i>floating-production-storage e off-loading</i>), navios de transporte de crude, navios de abastecimento e outros tipos de navios.
45.838	43.492	171.728	(80.052)	5.061	(9.987)	Produção, logística e comercialização de óleo vegetal, bem como de quaisquer outros produtos, subprodutos e atividades afins; pesquisa e desenvolvimento em processos agroindustriais, matérias-primas, insumos, produtos, subprodutos e aplicações; produção, logística, processamento e comercialização de matérias-primas e insumos, incluindo mas não se limitando a cacho de fruto fresco, sementes e mudas; geração e comercialização de energia elétrica associada às suas operações.
-	-	-	-	-	(47)	Gerir participações em empresas que desenvolvam projetos de biocombustíveis, incluindo pesquisa, produção, logística, comercialização de grãos, matérias primas, óleos vegetais, biocombustíveis e coprodutos bem como companhias ou negócios relacionados com geração e comercialização de energia elétrica necessária à sua operação.
23.412	25.022	118.719	(82.698)	27.674	6.021	Instalação e exploração de parques de armazenagem de combustíveis líquidos e gasosos, bem como das respetivas estruturas de transporte. Outras atividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, conexas com aquelas atividades.
8.891	7.399	14.135	-	(2.834)	(2.828)	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico, de forma direta ou via participação em Empresas com a mesma atividade.
1.628	1.648	1.045	(1.667)	-	25	Produção de energia elétrica e eólica
315	690	1.350	(758)	(98)	978	O exercício da agricultura e atividades conexas, incluindo a transformação de sementes de oleaginosas em óleos vegetais que constituam matérias-primas ou produtos semiacabados para utilização em outras indústrias, designadamente para o fabrico de biodiesel, e a comercialização dos mesmos tanto a nível nacional como internacional, incluindo consequentemente o respetivo transporte, bem como qualquer prestação de serviços e assistência técnica no âmbito da atividade referida.
-	351	-	-	-	49	Desenvolvimento de projetos e a promoção do cultivo agrícola, próprio ou de terceiros, de sementes de oleaginosas, o seu transporte e processamento em unidades de transformação próprias ou de terceiros, para a produção de óleos vegetais transformáveis em biodiesel ou outro combustível que a técnica permita, a importação e exportação desses óleos vegetais assim produzidos ou dos produtos deles extraídos, a prestação de assistência técnica e de serviços no âmbito dessas atividades.
23	21	391	(346)	1.720	2	Prestação de serviço de abastecimento petrolífero aeronáutico.
-	-	42.143	(85.361)	806	625	Construção e exploração de unidades industriais para fabrico e montagem de componentes de turbinas eólicas e a construção e exploração de parques eólicos.
-	-	-	-	-	-	Gestão de participações sociais de outras sociedades como forma indireta do exercício de atividades económicas de construção e exploração de parques eólicos.
-	-	2.183	(2.310)	-	(25)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	876	(850)	-	(4)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	515	(793)	-	(24)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	17.694	(19.445)	2 616	(135)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	1.563	(2.927)	-	(69)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	1.218	(1.315)	-	(31)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	42.228	(42.079)	-	(491)	A produção, distribuição e venda de energia elétrica com recurso a fontes eólicas, através da construção e exploração de parques eólicos e de linhas de transporte de energia elétrica, bem como a realização de qualquer outra atividade relacionada com a utilização de fontes renováveis de energia eólica.
-	-	38.181	(3.652)	2	(97)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	8.228	(679)	-	(22)	Construção e exploração de parques eólicos.
-	-	126	(156)	1.335	(45)	Gestão e exploração de duas áreas de serviço localizadas na zona do Caia, incluindo o exercício de quaisquer atividades e a prestação de quaisquer serviços conexos com tais estabelecimentos ou instalações, nomeadamente: o abastecimento de combustíveis e lubrificantes, a comercialização de produtos e artigos dos ramos da conveniência e dos supermercados, a gestão e a exploração de restaurantes e outras unidades de natureza hoteleira ou similar, estações de serviço e pontos de venda de lembranças e utilidades.
671.966	395.408					
(1.467)	(1.780)					
670.499	393.628					

- (a) Participação detida pela GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.
- (b) Participação detida pela Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.
- (c) Participação detida pela Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A.
- (d) Participação detida pela Galp Bioenergy B.V.
- (e) Participação detida pela Galp Sinopec Brazil Services B.V.
- (f) Participação detida pela Galp Energia España, S.A.
- (g) Participação detida Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S., S.A.
- (h) O controlo da Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A., é partilhado entre: a Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.G.P.S., S.A., a Ecomoz – Energias Alternativas Renováveis, Lda. e a Petromoc SARL, que detêm respetivamente 50%, 49% e 1% do seu capital social.
- (i) A subsidiária foi liquidada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (j) Apesar do Grupo deter mais de 50% da participação, a subsidiária é classificada como Entidade conjuntamente controlada uma vez que existem Acordos Parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa.
- (k) Apesar do Grupo deter menos de 50% da participação, a entidade é classificada como Entidade conjuntamente controlada uma vez que existem Acordos Parassociais que conferem controlo partilhado de gestão operacional e financeiro da empresa.
- (l) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a entidade foi fundida na empresa Ventinveste, S.A.
- (m) No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a entidade Ventinveste Eólica, S.G.P.S., S.A. foi fundida na Ventinveste, S.A., passando assim as suas participadas a serem detidas pela empresa Ventinveste, S.A.
- (n) O Grupo Galp Energia, através da empresa conjuntamente controlada Ventinveste, S.A., e no âmbito do projeto eólico já existente, estabeleceu um conjunto de acordos com fornecedores e entidades financeiras para a construção de quatro parques eólicos. O projeto, denominado “Âncora”, será desenvolvido no âmbito de uma parceria entre a Ventinveste e a Ferrostaal GmbH e será financiado em regime de project finance.
No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi criada a empresa Âncora Wind-Energia Eólica,S.A. O controlo da Âncora Wind-Energia Eólica,S.A. é partilhado entre a Ventinveste, S.A. e a Ferrostaal GmbH, que detêm cada uma 50% do seu capital social.
- (o) Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, a provisão para participações financeiras em entidades conjuntamente controladas, representa o compromisso solidário do Grupo junto das entidades conjuntamente controladas que apresentavam capitais próprios negativos.

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 que se encontram refletidas pelo método da equivalência patrimonial foi o seguinte:

Empresas		Saldo inicial	Aumento participação	Alienação/ Redução da participação	Ganhos/ Perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Dividendos	Transferências/ Regularizações	(€ k)
										Saldo final
Participações financeiras										
Tupi B.V.	(a)	316.785	226.798	-	(11.459)	59.735	-	-	-	591.859
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	(b)	43.492	4.720	-	(2.389)	15	-	-	-	45.838
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.		25.022	-	-	3.913	-	-	(5.523)	-	23.412
Galp Disa Aviacion, S.A.		7.399	-	-	1.492	-	-	-	-	8.891
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.		1.648	-	-	(20)	-	-	-	-	1.628
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	(c)(f)	351	70	-	(57)	(85)	-	-	(279)	-
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.		690	186	-	(442)	(119)	-	-	-	315
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.		21	-	-	2	-	-	-	-	23
Belem Bio Energy B.V.	(f)	-	34	-	158	(192)	-	-	-	-
Multiservicios Galp Barcelona	(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E.	(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
		395.408	231.808		(8.802)	59.354		(5.523)	(279)	671.966
Provisões para partes de capital em empresas conjuntamente controladas (Nota 25)										
Ventinveste, S.A.	(g)	(1.746)	806	(52)	(94)	-	(366)	-	-	(1.452)
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	(e)	(34)	42	-	(23)	-	-	-	-	(15)
		(1.780)	848	(52)	(117)		(366)			(1.467)
		393.628	232.656	(52)	(8.919)	59.354	(366)	(5.523)	(279)	670.499

- (a) €226.798 k corresponde ao aumento de capital efetuado pela Galp Sinopec Brazil Services, B.V.. O controlo da subsidiária Tupi, B.V. é partilhado entre: a Galp Sinopec Brazil Services, B.V., a Petrobras Netherlands, B.V., e a BG Overseas Holding Ltd, que detêm respetivamente 10%, 65% e 25% do seu capital social.
- (b) €4.720 k corresponde ao aumento de capital efetuado na Belém Bioenergia Brasil, S.A.. O controlo da subsidiária Belém Bioenergia Brasil, S.A. é partilhado entre: Galp Bioenergy B.V. e a Petrobrás Biocombustíveis SA., detendo cada uma 50% do seu capital social.
- (c) €70 k corresponde a prestações suplementares efetuadas pela Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A. O controlo da subsidiária Galpbúzi – Agro-Energia, S.A., era partilhado entre: a Galp Exploração e Produção Petrolífera, SGPS, S.A., a Companhia do Búzi, S.A. e Jorge Manuel Catarino Petiz, que detêm respetivamente 89,97%, 10,02% e 0,01% do seu capital social. A sociedade foi liquidada durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.
- (d) Com a aplicação da IFRS 11 – Acordos conjuntos, as subsidiárias Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E. e Multiservicios Galp Barcelona passaram a ser integradas nas contas individuais das empresas detentoras do seu capital pela percentagem detida (Nota 3 d)).
O controlo da subsidiária Sigás – Armazenagem de Gás, A.C.E. é partilhado entre: a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., a BP Portugal, S.A. e a Repsol Polímeros, S.A., que detêm respetivamente 60%, 35% e 5% do seu capital social.
O controlo da subsidiária Multiservicios Galp Barcelona, é partilhado entre: a Galp Energia España, S.A. e a Multiservicios Aeroportuarios, S.A. detendo cada uma 50% do seu capital social.
- (e) €42 k corresponde a prestações suplementares efetuadas pela Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A.. O controlo da subsidiária Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda. é partilhado entre: a Galpgeste – Gestão de Áreas de Serviço, S.A. e a Gespost – Gestão e Administração de Postos de Abastecimento, Unipessoal, Lda. detendo cada uma 50% do seu capital social.
- (f) A subsidiária foi liquidada durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014.
- (g) Em maio de 2014, através da subsidiária GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. o Grupo adquiriu, 1% do capital da empresa Ventinveste, S.A. pelo montante €500 (euros). Com esta aquisição o Grupo passou a deter 35% do seu capital.
A diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido na demonstração de resultados consolidados na rubrica Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas pelo montante €52 k (Nota 4.2).

4.2 PARTICIPAÇÕES FINANCEIRAS EM EMPRESAS ASSOCIADAS

As participações financeiras em empresas associadas, suas sedes sociais, proporção de capital e suas atividades detidas em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são as seguintes:

Empresa		Sede social		Percentagem de capital detido	
		Localidade	País	2014	2013
EMPL - Europe Magreb Pipeline, Ltd	(a)	Madrid	Espanha	22,80%	22,80%
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	(a)	Madrid	Espanha	33,04%	33,04%
Gasoduto Extremadura, S.A.	(a)	Madrid	Espanha	49,00%	49,00%
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	(b)	Santarém	Portugal	41,33%	41,33%
Sonangalp – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	(e)	Luanda	Angola	49,00%	49,00%
Metragaz, S.A.	(a)	Tânger	Marrocos	22,64%	22,64%
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	(d)	Angra do Heroísmo	Portugal	23,50%	23,50%
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	45,00%	45,00%
IPG Galp Beira Terminal Lda	(f)	Maputo	Moçambique	45,00%	45,00%
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L	(g)	Mindelo	Cabo-Verde	30,00%	30,00%
Galp IPG Matola Terminal Lda	(f)	Maputo	Moçambique	45,00%	45,00%
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	(c)	Bissau	Guiné-Bissau	50,00%	50,00%
Energin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	(h)	Lisboa	Portugal	35,00%	35,00%
menos: provisão para responsabilidades conjuntas (Nota 25)		(i)			

(a) Participação detida pela Galp Gás Natural, S.A.

(b) Participação detida pela Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A.

(c) Participação detida pela Petrogal Guiné-Bissau, Lda.

(d) Participação detida pela Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.

(e) Participação detida pela Petrogal Angola, Lda.

(f) Participação detida pela Petrogal Moçambique, Lda.

(g) Participação detida pela Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, S.A.R.L

(h) Participação detida pela GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.

(i) Em 31 de dezembro de 2014, a provisão para partes de capital das empresas associadas é, representante do compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos.

Valor contabilístico		Informação financeira da empresa associada				Principal atividade
2014	2013	Ativos	Passivos	Proveitos	Resultado exercício	
52.668	59.795	276.965	(45.967)	(241.818)	(190.783)	Construção e operação de gasodutos para transporte de gás natural entre Marrocos e Espanha.
18.354	18.480	63.887	(8.336)	(30.799)	(11.737)	Construção e exploração do gasoduto Tarifa-Córdoba.
15.278	15.586	36.612	(5.430)	(20.363)	(8.175)	Construção e exploração do gasoduto Córdoba-Campo Maior.
12.941	11.483	94.627	(63.307)	(24.728)	(3.085)	Produção e distribuição de gás natural, e outros gases combustíveis canalizados.
10.875	9.352	77.042	(48.519)	(190.111)	(91)	Distribuição e comercialização de combustíveis líquidos, lubrificantes e outros derivados de petróleo e exploração de postos de abastecimento e estações de serviço, de assistência a automóveis e outras conexas.
1.124	1.204	11.517	(6.557)	(15.808)	(525)	Construção, manutenção e exploração do gasoduto Magrehb-Europa.
795	942	20.317	(11.977)	(3.647)	(168)	Construção e/ou a exploração de parques de armazenagem de combustíveis.
811	798	3.141	(1.338)	(766)	(27)	Gestão e exploração do parque de Armazenagem de Combustíveis Líquidos e do Terminal Petrolífero de Bandim.
1.011	640	2.293	(1.041)	(1.552)	1.787	Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume.
197	346	1.135	(478)	-	-	Produção e comercialização de oxigénio, acetileno, azoto e demais gases industriais.
682	320	2.828	(993)	(717)	4.252	Desenvolver e operar um terminal de armazenamento de produtos petrolíferos, incluindo sem limitação, hidrocarbonetos, químicos, petróleo líquido gaseificado e betume
-	63	864	(1.046)	(85)	40	A prestação de serviços relacionados com armazenagem e abastecimento de derivados do petróleo e aeronaves e pratica de outras atividades acessórias, conexas ou complementares.
-	-	4.786	(14.173)	(2.418)	3.388	Produção sob a forma de cogeração e venda de energia elétrica e térmica.
114.736	119.009					
(2.487)	(1.350)					
112.249	117.659					

O movimento ocorrido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

(€ k)								
Empresas	Saldo inicial	Ganhos/ perdas	Ajust. conversão cambial	Ajust. reservas cobertura	Dividendos	Transferências/ regularizações	Saldo final	
Participações financeiras								
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd	59.795	43.499	6.841	-	(57.467)	-	52.668	
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	18.480	3.878	-	-	(4.004)	-	18.354	
Gasoduto Extremadura, S.A.	15.586	4.006	-	-	(4.314)	-	15.278	
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	11.483	1.443	-	15	-	-	12.941	
Sonangalp – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	9.352	306	1.379	-	(162)	-	10.875	
Metragaz, S.A.	1.204	119	31	-	(230)	-	1.124	
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	942	48	-	-	(195)	-	795	
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	798	(49)	-	-	-	62	811	
IPG Galp Beira Terminal Lda	640	-	371	-	-	-	1.011	
Sodigás-Sociedade Industrial de Gases, S.A.R.L	346	-	(65)	-	-	(84)	197	
Galp IPG Matola Terminal Lda	320	-	362	-	-	-	682	
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	63	(20)	-	-	-	(43)	-	
	119.009	53.230	8.919	15	(66.372)	(65)	114.736	
Provisões para partes de capital em empresas associadas (Nota 25)								
Ennergin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	(1.350)	(1.047)	-	-	-	-	(2.397)	
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	-	-	-	-	-	(90)	(90)	
	117.659	52.183	8.919	15	(66.372)	(155)	112.249	

A rubrica “Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas” registadas nas demonstrações consolidadas dos resultados para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 tem a seguinte composição:

(€ k)	
Efeito de aplicação do método de equivalência patrimonial:	
Empresas associadas	52.183
Empresas conjuntamente controladas	(8.919)
Efeito da alienação de ativos disponíveis para venda/participações financeiras em empresas participadas:	
Mais-valia na alienação da participação da PME Ventures(nota 4.3)	446
Diferenças de aquisição de partes de capital de empresas do grupo e associadas (Nota 3 b1)):	
Aquisição de 0,032% da participação da Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	2
Efeito da aquisição em empresas conjuntamente controladas (Nota 4.1):	
Aquisição de 1% da participação da Ventinveste, S.A.	(52)
Efeito da liquidação de empresas do grupo:	
Anulação das diferenças cambiais referentes a conversão de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira da subsidiária Petrogal Trading Limited , que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica reservas de cobertura (Nota 3 c).	(260)
Anulação da reservas relativas ao aumento de 40% na participação do capital da subsidiária Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A., que se encontravam registadas em capital próprio na rubrica outras reservas (Nota 3 c).	(4.648)
Efeito das imparidades do Goodwill de empresas do grupo:	
Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Gambia, Limited, que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).	(4.754)
Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Distribución Oil España, S.A.U., que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).	(2.388)
Imparidade do Goodwill da subsidiária Galp Comercializacion Oil España, S.L., que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).	(1.183)
Imparidade do Goodwill da subsidiária Petróleos de Valência, S.A. Sociedad Unipersonal , que se encontra registado na rubrica Goodwill (Nota 11).	(79)
Outros	(6)
	30.342

Foi refletido na rubrica de participações financeiras em empresas conjuntamente controladas e associadas (Nota 4.1 e 4.2), o montante total de €71.895 k relativos a dividendos correspondentes aos montantes aprovados em Assembleia Geral das respetivas empresas. O valor recebido de dividendos no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi de €73.805 k.

A diferença entre o valor recebido e o valor reconhecido na rubrica de participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas no montante de €1.910 k referem-se a: i) €458 k diferenças cambiais desfavoráveis que ocorrem no momento do pagamento e que foram refletidas na rubrica de ganhos (perdas) cambiais, na demonstração de resultados; e (ii) €1.452 k a dividendos recebidos de Ativos disponíveis para venda.

O *Goodwill* positivo relativo a empresas associadas, que se encontra incluído na rubrica "Participações financeiras em empresas associadas, conjuntamente controladas", foi objeto de teste de imparidade e efetuado por unidade geradora de caixa cujo detalhe em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era:

	(€ k)	
	2014	2013
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	1.939	1.939
	1.939	1.939

4.3. ATIVOS DISPONÍVEIS PARA VENDA

As participações financeiras em empresas participadas, suas sedes sociais e proporção do capital detido em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013 são as seguintes:

Empresa	Sede social		Percentagem de capital detido		Valor contabilístico	
			2014	2013	2014	2013
	Localidade	País				
Corporación de Reservas Estratégicas de Productos Petrolíferos	Madrid	Espanha	n.d.	n.d.	1.808	1.808
Portugal Ventures	Porto	Portugal	1,25%	1,82%	505	499
PME Ventures	a) Lisboa	Portugal	-	1,82%	-	499
Adene – Agência para a Energia, S.A.	Amadora	Portugal	10,98%	10,98%	114	114
Omegás – Soc. D'Étude du Gazoduc Magreb Europe	Tânger	Marrocos	5,00%	5,00%	35	35
Ressa – Red Española de Servicios, S.A.	Barcelona	Espanha	n.d.	n.d.	23	23
Clube Financeiro de Vigo	Vigo	Espanha	-	-	19	19
P.I.M.– Parque Industrial da Matola, SARL	Maputo	Moçambique	1,50%	1,50%	16	16
ADEPORTO Agência de Energia do Porto	Porto	Portugal	-	-	13	13
Imopetro – Importadora Moçambicana de Petróleos, Lda.	Maputo	Moçambique	15,38%	15,38%	10	10
OIL Insurance Limited	Hamilton	Bermuda	1,00%	1,00%	8	7
Outras empresas relacionadas e participadas	-	-	n.d.	n.d.	29	32
					2.580	3.075
Imparidades de empresas participadas						
Portugal Ventures					(52)	(52)
PME Ventures	a)				-	(144)
P.I.M.-Parque Industrial da Matola, SARL					(16)	(16)
					(68)	(212)
					2.512	2.863

a) A empresa PME Ventures foi alienada no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 tendo sido reconhecida uma mais valia no montante €446 k, na rubrica de resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e conjuntamente controladas registadas nas demonstrações consolidadas (Nota 4.2).

As participações financeiras em participadas foram refletidas contabilisticamente ao custo de aquisição tal como descrito na Nota 2.2 alínea c). O valor líquido contabilístico dessas participações a 31 de dezembro de 2014 ascende a €2.512 k.

5. PROVEITOS OPERACIONAIS

O detalhe dos proveitos operacionais do Grupo para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Rubricas	(€ k)	
	2014	2013
Vendas:		
de mercadorias	7.909.892	7.711.581 (a)
de produtos	9.568.707	11.389.712
	17.478.599	19.101.293 (a)
Prestação de serviços	542.395	520.958 (a)
Outros proveitos operacionais:		
Proveitos suplementares	48.901	49.912 (a)
Proveitos provenientes da construção de ativos ao abrigo IFRIC 12	25.896	53.447
Subsídios à exploração	66	122
Trabalhos para a própria empresa	-	197
Subsídios ao investimento (Nota 13)	10.631	10.351
Ganhos em imobilizações	2.286	1.348
Outros	17.697	27.228 (a)
	105.477	142.605 (a)
	18.126.471	19.764.856 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

As vendas de combustíveis incluem o valor de Imposto sobre os Produtos Petrolíferos (ISP).

A variação na rubrica de Vendas deve-se essencialmente a uma redução das quantidades vendidas acompanhada pela descida dos preços.

A rubrica de prestação de serviços e vendas inclui o montante de €20.519 k negativos relativos à atividade de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural dos quais (Nota 14):

- €8.311 k positivos relativo ao ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados relativamente à atividade de distribuição, comercialização e armazenagem (Nota 14);
- €2.471 k negativos relativos ao ajuste efetuado pela ERSE na fixação dos desvios tarifários – proveitos permitidos das Empresas (Nota 14);
- €10.747 k negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2011 (Nota 14);
- €15.612 k negativo relativos à respetiva amortização do proveito permitido referente a 2012 (Nota 14).

Conforme referido na Nota 2.13 o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a devolver no Ano Gás 2014-2015 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

A rubrica de Outros para o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 inclui o montante de €3.457 k relativos a indemnizações: (a) €1.335 k relacionadas com descontaminações, (b) €1.084 k relacionadas com o navio John Miller que se afundou e (c) €1.038 k relativas diversas situações.

No que diz respeito aos contratos de construção enquadráveis na IFRIC12, a construção dos Ativos concessionados, é subcontratada a entidades especializadas, as quais assumem o risco próprio da atividade de construção. Os proveitos e custos associados à construção destes ativos são de montantes iguais e imateriais face ao volume total dos proveitos e custos operacionais e desdobram-se como segue:

Rubricas	(€ k)	
	2014	2013
Custos provenientes da construção de ativos ao abrigo IFRIC 12 (Nota 6)	(25.896)	(53.447)
Proveitos provenientes da construção de ativos ao abrigo IFRIC 12	25.896	53.447
Margem	-	-

6. CUSTOS OPERACIONAIS

Os resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foram afetados pelas seguintes rubricas de custos operacionais:

Rubricas	2014	2013	(€ k)
Custo das Vendas:			
Matérias primas e subsidiárias	8.887.841	9.252.759	
Mercadorias	3.936.672	5.281.712	(a)
Imposto sobre produtos petrolíferos	2.551.153	2.516.737	
Variação da produção	207.765	163.581	
Imparidade de inventários (Nota 16)	102.385	(5.928)	
Derivados financeiros (Nota 27)	15.556	(580)	
	15.701.372	17.208.281	(a)
Fornecimento e serviços externos:			
Subcontratos – utilização de redes	328.644	295.054	
Subcontratos	11.834	4.358	(a)
Transporte de mercadorias	168.901	132.618	
Armazenagem e enchimento	66.997	68.682	(a)
Rendas e alugueres	84.020	82.223	(a)
Custos de produção de blocos	99.695	77.804	
Conservação e reparação	57.134	54.075	(a)
Seguros	43.212	50.956	(a)
Royalties	48.571	33.408	
Serviços informáticos	24.717	24.632	
Comissões	17.670	19.418	
Publicidade	13.362	10.289	
Eletricidade, água, vapor e comunicações	19.422	38.073	(a)
Serviços de assistência técnica e inspeção	12.876	10.829	
Serviços e taxas portuárias	8.263	8.617	
Outros serviços especializados	64.868	68.339	(a)
Outros fornecimentos e serviços externos	25.289	25.092	
Outros custos	62.229	63.612	(a)
	1.157.704	1.068.079	(a)
Custos com pessoal:			
Remunerações órgãos sociais (Nota 29)	9.157	8.736	
Remunerações do pessoal	236.815	229.498	(a)
Encargos sociais	54.892	54.285	(a)
Benefícios de reforma – pensões e seguros (Nota 23)	52.858	38.801	
Outros seguros	9.507	10.895	
Capitalização de custos com pessoal	(9.357)	(7.582)	
Outros gastos	15.682	12.459	(a)
	369.554	347.092	(a)
Amortizações, depreciações e imparidades:			
Depreciações e imparidades de ativos tangíveis (Nota 12)	537.235	488.176	(a)
Amortizações e imparidades de ativos intangíveis (Nota 12)	34.358	57.447	(a)
Amortizações e imparidades de acordos de concessão (Nota 12)	42.005	40.691	
	613.598	586.314	(a)
Provisões e imparidade de contas a receber			
Provisões e reversões (Nota 25)	(3.887)	4.458	
Perdas de imparidade de contas a receber de clientes (Nota 15)	34.224	50.366	
Perdas e ganhos de imparidade de outras contas a receber	373	144	
	30.710	54.968	
Outros custos operacionais			
Outros impostos	14.195	15.908	(a)
Custos provenientes da construção de Ativos ao abrigo IFRIC12 (Nota 5)	25.896	53.447	
Perdas em Imobilizações	5.592	1.242	
Donativos	2.491	5.939	
Licenças de CO ₂ (Nota 34)	5.394	7.339	
Outros custos operacionais	19.736	15.188	(a)
	73.304	99.063	(a)
	17.946.242	19.363.797	(a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

A variação na rubrica de Custo das vendas deve-se essencialmente a uma redução das quantidades vendidas.

A rubrica de Subcontratos – utilização de redes refere-se às tarifas:

- de utilização da rede de distribuição (URD);
- de utilização da rede de transporte (URT); e
- de utilização global de sistema (UGS).

O montante de €328.644 k registado nesta rubrica inclui essencialmente o montante de €154.729 k debitados pela Madrileña Red de Gas, €91.334 k debitados pela EDP Distribuição Energia e €74.083 k debitado pela Ren Gasodutos.

7. INFORMAÇÃO POR SEGMENTOS

Segmentos de negócio

O grupo está organizado em quatro segmentos de negócio os quais foram definidos com base no tipo de produtos vendidos e serviços prestados, com as seguintes unidades de negócio:

- Exploração e produção;
- Refinação e distribuição de produtos petrolíferos;
- Gás e Power; e
- Outros.

Relativamente ao segmento de negócio “outros”, o grupo considerou a empresa holding Galp Energia, SGPS, S.A., e empresas com atividades distintas nomeadamente a Tagus Re, S.A. e a Galp Energia, S.A., tratando-se de uma resseguradora e de uma prestadora de serviços ao nível corporativo, respetivamente.

Na Nota 1 é apresentada uma descrição das atividades de cada um dos segmentos de negócio.

Seguidamente apresenta-se a informação financeira relativa aos segmentos identificados anteriormente, em 31 de dezembro de 2014 e 2013:

	(€ k)			
	Exploração e Produção		Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	
	2014	2013	2014	2013
Proveitos				
Vendas e prestações serviços	695.578	553.711	14.124.752	16.170.939
Intersegmentais	216.677	153.621	2.275	8.962
Externas	478.901	400.090	14.122.477	16.161.977
Ebitda (1)	443.427	395.838	(82.426)	214.358
Gastos não-desembolsáveis				
Amortizações, depreciações e perdas por imparidades	(251.845)	(249.188)	(294.297)	(272.802)
Provisões e imparidades	(129)	(3.717)	(23.495)	(35.461)
Resultados segmentais	191.453	142.933	(400.218)	(93.905)
Resultados relativos Participações Financeiras	(11.958)	2.556	(9.375)	61.509
Outros Resultados Financeiros	63.850	56.474	(160.724)	(173.599)
Imposto sobre o Rendimento	(181.639)	(104.013)	94.914	61.319
Imposto Contribuição sobre Sector Energético	-	-	(18.386)	-
Interesses que não controlam	(48.866)	(42.840)	(2.192)	(1.653)
Resultado Líquido consolidado do período	12.840	55.110	(495.981)	(146.329)

Em 31 dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013

OUTRAS INFORMAÇÕES

Ativos do segmento (2)

Participações financeiras (3)	592.173	317.824	94.870	91.082
Outros ativos	5.099.522	4.746.423	5.954.129	6.683.726
Ativos totais consolidados	5.691.695	5.064.247	6.048.999	6.774.808
Passivos totais consolidados	870.045	750.619	3.713.456	5.983.382
Investimento ativos tangíveis e intangíveis	817.801	592.999	102.994	135.820

(1) EBITDA = Resultados Segmentais/EBIT + Amortizações+Provisões

(2) Quantia líquida.

(3) Pelo Método da Equivalência Patrimonial.

Nota: Foi alterado o processo de determinação por segmento dos resultados e respectivo Ativo e Passivo, o que originou re-statement ao exercício de 2013

Vendas e prestações de serviços intersegmentais

Segmentos	(€ k)				
	Exploração e Produção	Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos	Gas e Power	Outros	Total
Gás natural e eletricidade	-	869	-	24.664	25.533
Refinação e distribuição de produtos petrolíferos	216.677	-	277.232	66.517	560.426
Exploração e produção	-	806	-	9.510	10.316
Outros	-	600	-	-	600
	216.677	2.275	277.232	100.691	596.875

(€ k)

Gas e Power		Outros		Eliminações		Consolidado	
2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
3.676.194	3.322.823	121.345	119.987	(596.875)	(545.209)	18.020.994	19.622.251
277.232	284.269	100.691	98.357	(596.875)	(545.209)	-	-
3.398.962	3.038.554	20.654	21.630	-	-	18.020.994	19.622.251
444.629	414.215	18.907	17.930	-	-	824.537	1.042.341
(63.864)	(61.148)	(3.592)	(3.176)	-	-	(613.598)	(586.314)
(10.316)	(15.843)	3.230	53	-	-	(30.710)	(54.968)
370.449	337.224	18.545	14.807	-	-	180.229	401.059
51.675	51.787	-	-	-	-	30.342	115.852
(44.174)	(18.870)	(3.528)	(6.080)	-	-	(144.576)	(142.075)
(69.952)	(94.856)	2.604	1.721	-	-	(154.073)	(135.829)
(12.067)	-	-	-	-	-	(30.453)	-
(3.805)	(5.853)	-	-	-	-	(54.863)	(50.346)
292.126	269.432	17.621	10.448	-	-	(173.394)	188.661
102.001	108.205	170	169	-	-	789.214	517.280
2.722.801	3.037.792	2.168.099	3.806.730	(3.518.348)	(5.074.533)	12.426.203	13.200.138
2.824.802	3.145.997	2.168.269	3.806.899	(3.518.348)	(5.074.533)	13.215.417	13.717.418
2.065.143	2.046.388	3.660.400	3.595.763	(3.518.348)	(5.074.534)	6.790.696	7.301.618
29.481	87.671	7.294	1.497	-	-	957.570	817.988

As principais transações inter-segmentais de vendas e prestações de serviços referem-se essencialmente a:

- **Gás e Power:** venda de gás natural para o processo produtivo das refinarias de Matosinhos e Sines (Refinação e distribuição de produto petrolíferos);
- **Refinação e distribuição de produtos petrolíferos:** abastecimento de viaturas de todas as Empresas do Grupo;
- **Exploração e Produção:** venda de crude ao segmento de Refinação e distribuição de produtos petrolíferos;
- **Outros:** serviços de *back-office* e de gestão.

Num contexto de partes relacionadas, à semelhança do que acontece entre empresas independentes que efetuam operações entre si, as condições em que assentam as suas relações comerciais e financeiras são regidas pelos mecanismos de mercado.

Os pressupostos subjacentes à determinação dos preços nas transações entre as Empresas do Grupo assentam na consideração das realidades e características económicas das situações em apreço, ou seja, na comparação das características das operações ou das empresas suscetíveis de terem impacto sobre as condições inerentes às transações comerciais em análise. Neste contexto, são analisados, entre outros, os bens e serviços transacionados, as funções exercidas pelas partes (incluindo os ativos utilizados e os riscos assumidos), as cláusulas contratuais, a situação económica dos intervenientes bem como as respetivas estratégias negociais.

A remuneração, num contexto de partes relacionadas, corresponde assim à que é adequada, por regra, às funções exercidas por cada empresa interveniente, tendo em atenção os ativos utilizados e os riscos assumidos. Assim, e para determinação desta remuneração são identificadas as atividades desenvolvidas e riscos assumidos pelas empresas no âmbito da cadeia de valor dos bens/serviços que transacionam, de acordo com o seu perfil funcional, designadamente, no que concerne às funções que levam a cabo – importação, fabrico, distribuição, retalho.

Em suma, os preços de mercado são determinados não apenas com recurso à análise das funções que são desempenhadas, dos ativos utilizados e riscos incorridos por uma entidade, mas também tendo presente o contributo desses elementos para a rentabilidade da empresa. Esta análise passa por verificar se os indicadores de rentabilidade das empresas envolvidas se enquadram dentro dos intervalos calculados com base na avaliação de um painel de empresas funcionalmente comparáveis, mas independentes, permitindo assim que os preços sejam fixados com vista a que se respeite o princípio de plena concorrência.

8. PROVEITOS E CUSTOS FINANCEIROS

O detalhe do valor apurado relativamente a proveitos e custos financeiros para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 é como segue:

Rubricas	(€ k)	
	Dezembro 2014	Dezembro 2013
Proveitos financeiros:		
Juros de depósitos bancários	32.863	40.672 (a)
Juros obtidos e outros proveitos relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	15.216	17.624 (a)
Outros proveitos financeiros	3.820	3.559 (a)
	51.899	61.855 (a)
Custos financeiros:		
Juros de empréstimos, descobertos bancários e outros	(140.575)	(160.219)
Juros suportados relativos a empresas relacionadas (Nota 28)	(7.103)	(7.042) (a)
Juros capitalizados nos ativos fixos (Nota 12)	46.192	45.083
Juros líquidos com benefícios de reforma e outros benefícios (Nota 23)	(11.691)	(13.959)
Encargos relacionados com empréstimos	(23.318)	(54.188) (a)
Outros custos financeiros	(15.557)	(17.102) (a)
	(152.052)	(207.427) (a)
	(100.153)	(145.572) (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o Grupo procedeu à capitalização na rubrica de imobilizado em curso, o montante de €46.192 k, relacionado com encargos financeiros incorridos com empréstimos para financiamento de investimentos em ativos tangíveis e intangíveis durante o seu período de construção (Nota 12).

9. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

As empresas do Grupo com sede em Portugal Continental e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é igual ou superior a 75% são tributadas através do regime especial de tributação de grupos de sociedades, sendo o resultado fiscal apurado na Galp Energia, SGPS, S.A..

As empresas com sede fiscal em Espanha, e cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 75% passaram a partir do exercício de 2005 a ser tributadas numa ótica consolidada. Neste momento, a referida consolidação fiscal é efetuada pela Petrogal S.A. – Sucursal em Espanha.

Contudo, a estimativa de imposto sobre o rendimento da Empresa e suas subsidiárias é registada com base nos seus resultados fiscais que no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 representa um imposto a pagar no montante de €154.073 k.

As seguintes situações podem afetar os impostos sobre os lucros a pagar no futuro:

- De acordo com a legislação em vigor em Portugal, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos exceto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos.
- Durante os exercícios de 2001 a 2014, a subsidiária Petrogal, S.A. foi objeto de diversas inspeções por parte das autoridades fiscais com incidência sobre os exercícios de 1997 a 2010 e que se encontram a seguir o seu curso normal tendo em consideração a avaliação da empresa. Nos pontos v) a xii) abaixo detalham-se os procedimentos em aberto.
- Durante o exercício de 2009, foi concluída uma ação de inspeção ao exercício de 2005 e de 2006 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária GDP – Gás de Portugal SGPS, S.A., cujas correções são resumidas no ponto vii) abaixo.

- iv) As declarações fiscais da Galp relativas aos exercícios de 2011 a 2014 poderão ainda ser sujeitas a revisão. Todavia, a Administração da Galp considera que, as correções resultantes de revisões/inspeções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não deverão ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2014 e 2013.
- v) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2004, uma inspeção das autoridades fiscais às declarações de IRC dos exercícios de 2000, 2001 e 2002 da qual resultaram liquidações adicionais à matéria coletável comunicada à Petrogal nos montantes de €740 k, €10.806 k e €2.479 k, respetivamente, que se encontram parcialmente pagas no montante de €11.865 k. Adicionalmente, e com referência ao exercício de 2001 a Petrogal procedeu à impugnação judicial da liquidação emitida. Nessa medida, e atendendo à expectativa do montante adicional a incorrer com aquelas liquidações, a Petrogal procedeu à constituição de uma provisão para fazer face às referidas liquidações no montante de €7.394 k (Nota 25).
- vi) Conforme mencionado no ponto ii) acima, ocorreu durante o exercício de 2006, uma inspeção das autoridades fiscais à declaração de IRC do exercício de 2003 da qual resultou uma correção à matéria coletável comunicada à Petrogal no montante de €12.098 k a que corresponde uma liquidação de €5.265 k, que foi contestada e parcialmente paga no decurso do exercício de 2008 no montante de €2.568 k tendo sido reconhecida como custo nas demonstrações dos resultados daquele exercício.
- vii) Conforme mencionado nos pontos ii) e iii) acima, ocorreu durante o exercício de 2009, uma inspeção fiscal à declaração de IRC do exercício de 2005 da Galp Energia, SGPS, S.A. e das subsidiárias Petrogal, S.A. e GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. Desta, resultaram correções às matérias coletáveis comunicadas às Empresas e que conduzem a uma liquidação adicional de €23.587 k, tendo sido prestada uma garantia bancária em Janeiro de 2010 no montante de €27.010 k. Por não concordar com a correção efetuada, a qual respeita essencialmente à tributação de mais-valias fiscais reinvestidas na aquisição de participações financeiras por ser entendimento da Administração Fiscal que a venda de parte das participações financeiras onde foi efetuado o reinvestimento é condição de tributação da totalidade da mais-valia diferida, a Empresa, apoiada pelos seus consultores fiscais e legais, apresentou uma reclamação graciosa e ainda a respetiva impugnação judicial onde contesta a fundamentação da liquidação em apreço, tendo a Galp Energia SGPS, S.A. constituído provisão pelo montante de €3.230 k e a sua subsidiária GDP, SGPS, S.A. pelo montante de €2.092 k para esse efeito em exercícios anteriores. Atendendo aos desenvolvimentos favoráveis verificados neste exercício, a empresa anulou integralmente no ano 2014 a provisão anteriormente constituída.
- viii) Adicionalmente e em consequência de processos inspetivos ocorridos no decurso do ano de 2010 sobre os exercícios de 2006 e 2007, as declarações da Petrogal S.A foram objeto de correções que originam montantes de imposto a pagar de €479 k e €190 k, respetivamente. Por discordar parcialmente das correções efetuadas, a empresa não procedeu ao pagamento do montante de €304 k relativamente ao exercício de 2006 e de €87 k relativamente ao exercício de 2007. Dos montantes não pagos, a empresa apresentou as respetivas Reclamações Graciosas, tendo procedido a impugnação judicial do indeferimento das mesmas.
- ix) No decurso do exercício de 2011, a subsidiária Petrogal, S.A. foi alvo de uma inspeção incidente sobre o exercício de 2008, tendo desta resultado correções ao Lucro Tributável a que corresponde um imposto a pagar de €492 k. Por discordar de parte das correções antes referidas, a empresa apresentou a respetiva contestação na via administrativa e que ainda se encontra em apreciação.
- x) Em resultado da inspeção efetuada sobre o exercício de 2009 da subsidiária Petrogal, S.A., resultaram correções em sede de IRC que correspondem a um imposto a pagar do qual a empresa optou por contestar o montante de €375 k, através da apresentação de reclamação graciosa e que se encontra no seu normal trânsito na via administrativa.
- xi) No exercício de 2014 foi concluída a inspeção fiscal incidente sobre o exercício de 2010 da subsidiária Petrogal, S.A, bem como das outras empresas integrantes do Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades do qual resultaram correções a favor do Grupo que originaram um reembolso de imposto ao Grupo de €1 k.
- xii) Será ainda de referir que a subsidiária Petrogal, S.A. em consequência de processo inspetivo ocorrido no decurso do exercício de 2009, foi objeto de uma correção em sede de imposto sobre o valor acrescentado (IVA) pelo montante de € 4.577 k. Atendendo ao facto da referida correção respeitar a um aspeto meramente formal, a Empresa entende que o supracitado montante não será devido, desde que a formalidade exigida esteja cumprida, o que já se verificou. Neste sentido, a Empresa apresentou reclamação graciosa e subsequente Recurso Hierárquico onde contesta a antedita correção, tendo ambos sido indeferidos. A empresa por manter a convicção da sua razão apresentou impugnação judicial das decisões antes referidas, não tendo considerado qualquer provisão para esse efeito.
- xiii) Derivado das operações de pesquisa e produção petrolífera em Angola, o Grupo encontra-se ainda sujeito ao pagamento do Imposto sobre o Rendimento do Petróleo ("IRP") determinado com base no regime fiscal Angolano, aplicado aos contratos de partilha de produção onde o Grupo participa. Em 31 de dezembro de 2014 encontram-se pendentes de pagamento as liquidações adicionais recebidas em sede de IRP relativas às correções existentes com respeito ao exercício de 2009 e que se encontra em discussão com o Ministério das Finanças de Angola. O Grupo entendeu proceder a constituição de uma provisão para fazer face a essa correção, bem como a eventuais liquidações adicionais com referência aos exercícios de 2010 a 2012. Em 31 de dezembro de 2014, a provisão constituída ascende a €10.049 k (Nota 25).
- xiv) Nos termos da legislação em vigor, os prejuízos fiscais em Portugal são reportáveis e passíveis de utilização em períodos futuros pelo prazo de 6, 4, 5 e 12 exercícios, consoante sejam gerados em exercícios anteriores a 2010, nos exercícios de 2010 e 2011 ou no exercício de 2012 e 2013 ou no exercício de 2014 respetivamente.
- xv) No que refere aos prejuízos fiscais das empresas do grupo com sede em território Brasileiro, não existe qualquer limitação temporal à sua utilização futura. No que se refere aos prejuízos fiscais das empresas do grupo com sede em território espanhol, o período de reporte dos prejuízos fiscais é de 15 anos ou 18 anos consoante sejam gerados antes ou no ano de 2014. O Grupo entendeu registar impostos diferidos ativos por prejuízos fiscais reportáveis apenas para as subsidiárias em que existem perspectivas seguras de recuperação. Em 31 de dezembro de 2014, os prejuízos fiscais reportáveis ascendiam a aproximadamente € 370.928 k sendo que € 124.753 k respeitavam a empresas sediadas em Espanha.

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 são detalhados como segue:

Rubricas	dezembro 2014	dezembro 2013
Imposto corrente	169.104	116.987
IRP – Imposto s/ rendimento Petróleo	13.871	(274)
(Excesso) / insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior	20.039 (a)	5.718
Imposto diferido	(48.941)	13.398
	154.073	135.829
Contribuição Extraordinária sobre o setor energético	30.453	-
	184.526	135.829

(a) Este montante respeita a diferenças temporárias não aceites em 2013, mas aceites no futuro para as quais foi constituído imposto diferido ativo no corrente exercício.

O Grupo tem registado em Imposto corrente sobre o rendimento a pagar o montante de €19.085 k.

Seguidamente, apresenta-se a reconciliação do imposto do exercício sobre o rendimento dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 e o detalhe dos impostos diferidos:

	2014		Imposto sobre o rendimento		2013		Imposto sobre o rendimento	
	2014	Taxa	o rendimento	2013	Taxa	o rendimento	2013	Taxa
Resultado antes de impostos:	65.995	27,00%	17.819	374.836	29,00%	108.702		
Ajustamentos ao imposto sobre o rendimento:								
Equivalência patrimonial		-12,35%	(8.153)		-3,05%	(11.435)		
Benefícios fiscais		-1,09%	(718)		-0,37%	(1.381)		
Diferenças de taxa de imposto		20,47%	13.507		-9,49%	(35.886)		
Outras deduções à coleta		0,00%	-		-0,02%	(79)		
(Excesso)/Insuficiência da estimativa de imposto do ano anterior		30,37%	20.040		1,53%	5.718		
Tributação autónoma		5,05%	3.333		0,58%	2.179		
Imposto sobre a participação especial + impostos sobre o rendimento do petróleo		147,04%	97.040		16,52%	61.915		
Outros acréscimos e deduções		16,98%	11.205		1,55%	5.797		
Taxa e Imposto sobre o rendimento efetivo sobre os lucros		233,46%	154.073		36,24%	135.829		

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 o Grupo suportou, relativamente ao Imposto sobre o Rendimento do Petróleo (IRP) pago pelas suas subsidiárias Galp Energia Overseas Block B.V. e Galp Energia Overseas Block 14 B.V. e as respetivas sucursais em Angola, o montante de €50.776 k, determinado com base no regime fiscal Angolano aplicado aos Contratos de Partilha de Produção ("CPP") em que o Grupo participa.

Impostos diferidos

Em 31 de dezembro de 2014, o saldo de impostos diferidos ativos e passivos é composto como segue:

Impostos diferidos dezembro 2014 – ativos						
Rubricas	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital próprio	Efeito da variação cambial	Outros ajustamentos	Saldo final
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	10.330	(2.006)	-	-	(40)	8.284
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	24.802	(762)	-	993	-	25.033
Ajustamentos em inventários	471	271	-	-	-	742
Ajustamentos Overlifting	119	(1.671)	-	1.700	(1)	147
Benefícios de reforma e outros benefícios	89.442	1.975	9.421	-	9	100.847
Dupla tributação económica	12.171	(8.649)	-	-	-	3.522
Instrumentos financeiros	335	-	(335)	-	-	-
Prejuízos fiscais reportáveis	13.137	52.819	-	(6)	-	65.950
Proveitos Permitidos	7.807	6.276	-	-	-	14.083
Provisões não aceites fiscalmente	27.087	(837)	-	6	1.118	27.374
Custos financeiros não aceites fiscalmente	18.070	(18.070)	-	-	-	-
Diferenças de câmbio potenciais Brasil	51.513	(7.330)	29.198	6.013	129	79.523
Outros	15.790	22.537	-	2	139	38.468
	271.074	44.553	38.284	8.708	1.354	363.973

Impostos diferidos dezembro 2014 – passivos						
Rubricas	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito em capital próprio	Efeito da variação cambial	Outros ajustamentos	Saldo final
Ajustamentos em acréscimos e diferimentos	(265)	200	-	8	4	(53)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis	-	(18.295)	-	(1.724)	-	(20.019)
Ajustamentos em ativos tangíveis e intangíveis Justo Valor	(20.091)	3.595	-	-	-	(16.496)
Ajustamentos em inventários	-	(181)	-	-	-	(181)
Ajustamentos Underlifting	(4.816)	3.983	-	(280)	-	(1.113)
Dividendos	(61.070)	21.097	-	-	-	(39.973)
Proveitos Permitidos	(38.890)	(938)	-	-	-	(39.828)
Reavaliações contabilísticas	(3.076)	465	-	-	6	(2.605)
Outros	(369)	(550)	-	1	(2)	(920)
	(128.577)	9.376	-	(1.995)	8	(121.188)

A variação do imposto diferido refletido no Capital Próprio no montante i) €9.421 k, inclui, de €9.419 k referente aos impostos diferidos relacionado com a componente de Ganhos e Perdas atuariais e €2 k relativos a interesses que não controlam (Nota 21); ii) €335 k referente às variações dos impostos diferidos relacionados com as componentes de reservas de cobertura;

As diferenças de câmbio potenciais do Brasil resultam de um opção fiscal de tributar as diferenças de câmbio potenciais apenas quando estas se realizam. O montante de €29.198 k refletido em capital próprio inclui, €20.410 k referente aos impostos diferidos de diferenças cambiais resultantes das dotações financeiras que são assemelhadas a "quasi capital" (Nota 20) e €8.788 k relativos a interesses que não controlam.

Em 2014, o Grupo anulou o montante de €4.988 k (R\$ 15.567.400), que reconheceu em impostos diferidos ativos em 31 de dezembro de 2013, associados ao Bloco BMS-11, decorrentes da diferença entre a base fiscal apurada de acordo com o apuramento de imposto da Participação Especial e a base contabilística das provisões de abandono, amortizações e bônus de assinatura, o qual foi refletido nos resultados do exercício.

10. RESULTADOS POR AÇÃO

O resultado por ação em 31 de dezembro de 2014 e 2013 foi o seguinte:

	(€ k)	
	dezembro 2014	dezembro 2013
Resultados		
Resultados para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (resultado líquido consolidado do exercício)	(173.394)	188.661
Número de ações		
Número médio ponderado de ações para efeito de cálculo do resultado líquido por ação (Nota 19)	829.250.635	829.250.635
Resultado por ação básico e diluído (valores em euros):	(0,21)	0,23

Pelo facto de não existirem situações que originam diluição, o resultado líquido por ação diluído é igual ao resultado líquido por ação básico.

11. GOODWILL

A diferença entre os montantes pagos na aquisição de participações em empresas do grupo e o justo valor dos capitais próprios das empresas adquiridas era, em 31 de dezembro de 2014, conforme segue:

Subsidiárias	Ano de aquisição	Custo de aquisição	Proporção dos capitais próprios adquiridos à data de aquisição			Movimento do Goodwill				2014
			%	Montante	2013	Diferenças cambiais (d)	Transfe-rências/Regula-rizações (e)	Imparidades (f)		
									Montante	
Galp Energia España, S.A.										
Galp Comercialización Oil España, S.L.	(a)	2008	176.920	100,00%	129.471	47.449	-	-	(1.183)	46.266
Petróleos de València, S.A. Sociedad Unipersonal	(a)	2005	13.937	100,00%	6.099	7.838	-	-	(79)	7.759
Galp Distribución Oil España, S.A.U.	(b)	2008	172.822	100,00%	123.611	49.211	-	-	(2.388)	46.823
					104.498				(3.650)	100.848
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.										
Galp Comercialização Portugal, S.A.	(c)	2008	146.000	100,00%	69.027	50.556	-	-	-	50.556
					50.556					50.556
Madriña Suministro de Gas, S.L.		2010	43.356	100,00%	12.641	29.766	-	-	-	29.766
Galp Swaziland (PTY), Ltd.		2008	18.117	100,00%	651	18.422	332	-	-	18.754
Madriña Suministro de Gas SUR, S.L.		2010	12.523	100,00%	3.573	8.686	-	-	-	8.686
Galpgest – Petrogal Estaciones de Servicio, S.L.U.		2003	6.938	100,00%	1.370	5.568	-	-	-	5.568
Galp Gâmbia, Ltd.		2008	6.447	100,00%	1.693	4.966	193	-	(4 754)	405
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, SARL		2007 e 2008	8.360	15,77%	4.031	4.329	-	-	-	4.329
Galp Moçambique, Lda.		2008	5.943	100,00%	2.978	2.858	633	-	-	3.491
Duriensegás – Soc. Distrib. de Gás Natural do Douro, S.A.		2006	3.094	25,00%	1.454	1.640	-	-	-	1.640
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.		2002/3 e 2007/8/9	1.440	1,543%	856	584	-	-	-	584
Probigal – Ligantes Betuminosos, S.A.	(e)	2007	720	10,00%	190	530	-	(530)	-	-
Gasinsular – Combustíveis do Atlântico, S.A.		2005	50	100,00%	(353)	403	-	-	-	403
Saaga – Sociedade Açoreana de Armazenagem de Gás, S.A.		2005	858	67,65%	580	278	-	-	-	278
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.		2003/6 e 2007	152	0,94%	107	51	-	-	-	51
Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus)		2012	3	100,00%	1	2	-	-	-	2
					233.137	1.158	(530)	(8.404)	(8.404)	225.361

(a) As subsidiárias Petróleos de València, S.A. Sociedad Unipersonal e Galp Comercialización Oil España, S.L. foram integradas na Galp Energia España, S.A., através de um processo de fusão por incorporação, no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(b) A subsidiária Galp Distribución Oil España, S.A.U., foi integrada na Galp Energia España, S.A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2011.

(c) A subsidiária Galp Comercialização Portugal, S.A., foi integrada na Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. através de um processo de fusão por incorporação no exercício findo em 31 de dezembro de 2010.

(d) As diferenças cambiais resultam da conversão do Goodwill registado na moeda funcional das empresas, para a moeda de reporte do Grupo (Euros) à taxa de câmbio em vigor na data das demonstrações financeiras (Notas 2.2 d) e 20).

(e) A subsidiária foi liquidada (Nota 3 e 4.2).

(f) Valores apurados na sequência dos testes de imparidade do Goodwill (Nota 4.2).

Análise de imparidade do Goodwill

Na análise da imparidade do Goodwill, o mesmo é adicionado à unidade ou unidades geradoras de caixa a que respeita. O valor de uso é determinado pela atualização dos fluxos de caixa futuros estimados da unidade geradora de caixa. A quantia recuperável é estimada para a unidade geradora de caixa a que este possa pertencer, segundo o método dos fluxos de caixa descontados. A taxa de desconto utilizada na atualização dos fluxos de caixa descontados reflete o WACC ("Weighted Average Cost of Capital") do Grupo Galp Energia para o segmento de negócio e país a que a unidade geradora de caixa pertence.

Unidade geradora de caixa	Modelo de avaliação	Pressupostos		
		Fluxos de caixa	Fator de crescimento	Taxas de desconto
Participação financeira (compreendida em segmentos de negócios)	DCF (Discounted Cash Flow)	conforme plano de negócios corporativo	Modelo de Gordon com fator de crescimento para a perpetuidade de 2%	WACC entre: R&M [7,5%-9,7%] E&P [9,4%-11,1%] G&P [6,1%-6,5%]

E&P – Exploração & Produção R&M – Refinação & Distribuição de produtos petrolíferos G&P – Gás & Power

De acordo com os pressupostos definidos, no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 verificaram-se perdas por imparidades na rubrica do Goodwill no montante €8.404 k (Nota 4).

Foram efetuadas análises de sensibilidade às variações da WACC e dos fluxos de caixa em mais e menos 10%, das quais não resultavam igualmente quaisquer imparidades.

12. ATIVOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS

Movimento em investimentos tangíveis a 31 de dezembro de 2014:

	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico	Equipamento de transporte	Ferramentas e utensílios
Custo de aquisição:					
Saldo em 01 de janeiro 2014	286.219	939.574 (a)	6.611.984 (a)	33.677 (a)	4.629
Adições	333	2.075	35.681	182	185
Adições por capitalização de encargos financeiros (Nota 8)	-	-	-	-	-
Abates/vendas	(123)	(8.241)	(32.570)	(2.162)	(368)
Regularizações	559	962	91.260	(798)	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	6	465	80.268	65	-
Transferências	-	5.328	355.436	96	23
Variação de perímetro (Nota 3)	-	-	-	-	-
Custo aquisição bruto em 31 de dezembro 2014	286.994	940.163	7.142.059	31.060	4.469
Saldo de imparidades em 01 de janeiro 2014	(11.143)	(12.341)	(24.726)	(108)	(106)
Aumento de Imparidades	-	(8.633)	(21.933)	-	-
Reversões de Imparidades	2.774	-	5.107	-	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	-	-	-	-
Utilização/transferências de imparidades	(298)	125	2.289	108	45
Saldo de imparidades em 31 de dezembro 2014	(8.667)	(20.849)	(39.263)	-	(61)
Saldo em 31 de dezembro	278.327	919.314	7.102.796	31.060	4.408
Depreciações e perdas por imparidade acumuladas:					
Saldo em 01 de janeiro 2014	(2.062)	(629.160) (a)	(3.910.880) (a)	(28.094) (a)	(3.940)
Depreciações do exercício	(288)	(30.514)	(357.975)	(1.617)	(165)
Abates/venda	1	6.786	30.013	1.825	351
Regularizações	358	(816)	(58.397)	696	(38)
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	(14)	(142)	(85.806)	(50)	-
Transferências	-	(522)	799	(68)	(123)
Variação de perímetro (Nota 3)	-	-	-	-	-
Saldo acumulado em 31 de dezembro 2014	(2.005)	(654.368)	(4.382.246)	(27.308)	(3.915)
Valor líquido:					
em 31 de dezembro 2014	276.322	264.946	2.720.550	3.752	493

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Os ativos tangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.3. As taxas de depreciação que estão a ser aplicadas constam na mesma Nota.

As regularizações por diferenças de câmbio de ativos tangíveis dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos tangíveis das subsidiárias expressos em moeda estrangeira.

(€ k)

Ativos tangíveis							2013
2014							Total de ativos tangíveis
Equipamento administrativo	Taras e vasilhame	Outras imoiliizações tangíveis	Ativos em curso	Adiantamentos por conta ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis	Total de ativos tangíveis	
174.403 (a)	158.606	103.259	1.348.445 (a)	146	9.660.942	9.210.331 (a)	
858	156	913	844.798	-	885.181	674.898	
-	-	-	46.192	-	46.192	45.082	
(3.686)	(3.179)	(12.731)	(21.031)	-	(84.091)	(84.394)	
(2)	-	1	(1.510)	(118)	90.354	(951)	
77	131	30	70.549	-	151.591	(197.380)	
3.016	3.077	268	(379.983)	-	(12.739)	16.817	
-	-	-	-	-	-	(3.461)	
174.666	158.791	91.740	1.907.460	28	10.737.430	9.660.942 (a)	
(1.455)	(1)	(3.359)	(80.416)	-	(133.655)	(122.927)	
-	-	(7)	(103.503)	-	(134.076)	(68.341)	
49	-	-	-	-	7.930	762	
-	-	-	(5.888)	-	(5.888)	7.781	
224	-	982	31.744	-	35.219	49.070	
(1.182)	(1)	(2.384)	(158.063)	-	(230.470)	(133.655)	
173.484	158.790	89.356	1.749.397	28	10.506.960	9.527.287	
(148.804) (a)	(145.261)	(86.387)	-	-	(4.954.588)	(4.589.090) (a)	
(14.113)	(3.865)	(2.552)	-	-	(411.089)	(420.597) (a)	
3.577	3.156	9.961	-	-	55.670	36.555	
(214)	(8)	(29)	-	-	(58.448)	9.544	
(39)	(82)	(16)	-	-	(86.149)	32.423	
(95)	-	9	-	-	-	(24.998)	
-	-	-	-	-	-	1.575	
(159.688)	(146.060)	(79.014)	-	-	(5.454.604)	(4.954.588) (a)	
13.796	12.730	10.342	1.749.397	28	5.052.356	4.572.699 (a)	

Movimento em investimentos intangíveis a 31 de dezembro de 2014:

	Despesas de investigação e de desenvolvimento	Propriedade industrial e outros direitos	Trespases	Reconversão de consumos para gás natural
Custo de aquisição:				
Saldo em 01 de janeiro 2014	285	569.854 (a)	19.750	551
Adições	-	6.123	-	-
Abates/vendas	-	(8.012)	(82)	-
Regularizações	-	-	-	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	5.968	-	-
Transferências	-	27.801	-	-
Transferência para investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-
Variação de perímetro	-	-	-	-
Custo aquisição bruto em 31 de dezembro 2014	285	601.734	19.668	551
Saldo de imparidades em 01 de janeiro 2014	-	(26.222)	(236)	-
Aumento de imparidades	-	795	(2.254)	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	(2.519)	-	-
Utilização/transferências de imparidades	(5)	(12.016)	7	-
Saldo de imparidades em 31 de dezembro 2014	(5)	(39.962)	(2.483)	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	280	561.772	17.185	551
Amortizações e perdas por imparidade acumuladas:				
Saldo em 01 de janeiro 2014	(266)	(271.566) (a)	(10.282)	(423)
Amortizações do exercício	(9)	(32.882)	-	(8)
Abates/venda	-	5.072	82	-
Regularizações	4	89	(5)	-
Regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial	-	(97)	-	-
Transferências	-	(7)	-	-
Transferência para investimentos disponíveis para venda	-	-	-	-
Variação de perímetro	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2014	(271)	(299.391)	(10.205)	(431)
Valor líquido:				
em 31 de dezembro 2014	9	262.381	6.980	120

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Os ativos intangíveis estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.4. As amortizações são apuradas conforme definidas na mesma nota.

As rubricas de regularizações por diferenças de câmbio no saldo inicial dizem respeito à revalorização dos saldos iniciais em moeda externa face ao Euro dos ativos intangíveis das subsidiárias expressos em moeda estrangeira.

O montante líquido de €67.273 k de transferência para investimentos detidos para venda correspondem a parte da concessão de armazenagem subterrânea de gás natural em Pombal detida pela associada Transgás Armazenagem – Soc. Portuguesa de Armazenagem de Gás Natural, S.A. a ser adquirida pela Rede Energética Nacional.

Os ativos não correntes disponíveis para venda estão registados de acordo com a política contabilística definida na Nota 2.4.

As amortizações do exercício de 2014 e 2013 decompõem-se da seguinte forma:

	dezembro 2014			dezembro 2013		
	Tangíveis	Intangíveis	Total	Tangíveis	Intangíveis	Total
Amortizações / depreciações do exercício	411.089	32.899	443.988	420.597 (a)	32.903 (a)	453.500 (a)
Amortizações do exercício acordos concessão	-	42.005	42.005	-	40.691	40.691
Aumento de imparidades	134.076	1.459	135.535	68.341	24.544	92.885
Diminuição de imparidades	(7.930)	-	(7.930)	(762)	-	(762)
Amortizações, depreciações e imparidades (Nota 6)	537.235	76.363	613.598	488.176 (a)	98.138 (a)	586.314 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

(€ K)

Ativos intangíveis						2013
2014						2013
Outros ativos intangíveis	Acordos de concessão	Ativos em curso	Ativos em curso acordos concessão	Total de ativos intangíveis	Total de ativos intangíveis	
582	1.766.149	34.971	3.340	2.395.482	2.228.125	(a)
-	50	14.981	25.807	46.961	121.997	
-	(1.848)	-	-	(9.942)	(15.729)	
-	(1)	(68)	-	(69)	(266)	
-	-	627	-	6.595	(3.721)	
(84)	25.021	(14.978)	(25.021)	12.739	65.333	
-	(70.805)	-	(927)	(71.732)	-	
-	-	-	-	-	(257)	
498	1.718.566	35.533	3.199	2.380.034	2.395.482	(a)
-	-	-	-	(26.458)	(14.493)	
-	-	-	-	(1.459)	(24.544)	
-	-	-	-	(2.519)	459	
-	-	(3.316)	-	(15.330)	12.120	
-	-	(3.316)	-	(45.766)	(26.458)	
498	1.718.566	32.217	3.199	2.334.268	2.369.024	(a)
(505)	(540.614)	-	-	(823.656)	(755.008)	(a)
-	(42.005)	-	-	(74.904)	(73.594)	(a)
-	1.594	-	-	6.748	4.246	
-	-	-	-	88	455	
-	-	-	-	(97)	257	
7	-	-	-	-	(16)	
-	4.459	-	-	4.459	-	
-	-	-	-	-	4	
(498)	(576.566)	-	-	(887.362)	(823.656)	(a)
-	1.142.000	32.217	3.199	1.446.906	1.545.368	(a)

Principais incidências durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014:

Os aumentos verificados nas rubricas de ativos tangíveis e intangíveis, no montante de €978.334 k incluem essencialmente:

i) Segmento de Exploração e Produção Petrolífera

- €500.570 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento em blocos no Brasil;
- €96.096 k relativos a despesas de pesquisa do Bloco 32 em Angola;
- €86.049 k relativos a despesas de pesquisa e desenvolvimento no Bloco 14 em Angola ;
- €62.742 k relativos a despesas de pesquisa dos Blocos em Marrocos;
- €56.563 k relativos a despesas de pesquisa do Bloco 4 em Moçambique;
- €5.001 k relativos a despesas de pesquisa dos blocos 3 e 4 no Uruguai;
- €4.911 k relativos a despesas de pesquisa de petróleo na costa portuguesa;
- €2.925 k relativos a despesas de pesquisa dos Blocos na Namíbia;
- €1.494 k relativos a despesas de pesquisa de gás natural em Angola; e
- €618 k relativo a despesas de pesquisa na concessão Aljubarrota 3 em Portugal.

Relativo a despesas de pesquisa na concessão Aljubarrota 3 em Portugal foram constituídas imparidades no montante de €618 k de forma que os ativos tangíveis e intangíveis ficaram em imparidade total no montante de €8.826 k. O reforço líquido das imparidades referentes à pesquisa e desenvolvimento no Brasil foi de €26.434 k e foram constituídas imparidades nos montantes de €64.438 k relativos a despesas de pesquisa dos Blocos em Marrocos, €6.991 k relativos a despesas de pesquisa em Angola, €5.264 k relativos a despesas de pesquisa em Moçambique e €2.514 k relativos a despesas de pesquisa na Namíbia.

ii) Segmento de Gás e Power

- €25.896 k relativos à construção de infraestruturas (redes, ramais, lotes e outras infraestruturas) de gás natural abrangidos pela IFRIC 12 (Nota 5 e 6); e
- €1.650 k relativos a trabalhos realizados nas centrais de cogeração.

iii) Segmento de Refinação e Distribuição de Produtos Petrolíferos

- A refinaria de Sines apresenta o montante de €36.969 k referente à paragem programada de 2014;
- As Refinarias de Sines e Porto efetuaram investimentos industriais no montante de €18.617 k; e
- €31.884 k relativos à Unidade de Negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram alienados e abatidos bens de natureza tangível e intangível no montante líquido de €31.661 k, como resultado da atualização do cadastro de imobilizado que foi levada a cabo neste período e incluem:

- i) €12.584 k relativos ao abate de equipamentos, despesas e direitos de blocos no Brasil sem viabilidade económica; e
- ii) €6.343 k relativos a abates relativos à Unidade de Negócio do Retalho e devem-se essencialmente à remodelação dos postos, lojas de conveniência, expansão de atividades e desenvolvimento dos sistemas de informação que na sua maioria se encontravam totalmente amortizados.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, encontram-se constituídas imparidades de ativos tangíveis e intangíveis no montante de €276.236 k, os quais incluem essencialmente:

- €67.329 k para fazer face à imparidade de blocos na Namíbia;
- €64.438 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Marrocos;
- €43.270 k para fazer face à imparidade na rede de retalho em Portugal e Espanha;
- €32.985 k para fazer face à imparidade de blocos operados e não operados no Brasil;
- €8.826 k para fazer face à imparidade na pesquisa em Aljubarrota;
- €5.760 k para fazer face à imparidade na Pesquisa em Moçambique; e
- €4.558 k para fazer face à imparidade de blocos em Timor Leste.

A repartição dos ativos tangíveis e intangíveis em curso (incluindo adiantamentos por conta de ativos tangíveis e intangíveis, deduzido de perdas de imparidade), no período findo em 31 de dezembro de 2014, é composto como se segue:

	Ativos em curso	Imparidades	(€ K) Líquido
Pesquisa e exploração de petróleo no Brasil	1.040.880	(32.715)	1.008.165
Pesquisa e exploração de petróleo em Angola e Congo	395.357	(9.833)	385.524
Pesquisa em Moçambique	191.944	(5.760)	186.184
Pesquisa em Marrocos	64.438	(64.438)	-
Pesquisa em Portugal	59.314	(8.826)	50.488
Pesquisa de gás em Angola e Guiné	37.439	(1.336)	36.103
Investimentos industriais afectos às Refinarias	34.716	-	34.716
Pesquisa na Namíbia	34.395	(34.053)	342
Renovação e expansão da rede	28.207	(160)	28.047
Floating LNG-Brasil	21.858	-	21.858
Pesquisa de petróleo nos Blocos 3 e 4 no Uruguai	7.599	(1.695)	5.904
Transporte e logística	4.211	-	4.211
Pesquisa em Timor	2.564	(2.564)	-
Projetos de conversão das refinarias de Sines e do Porto	1.141	-	1.141
Armazenagem subterrânea de gás natural	246	-	246
Produção de energia e vapor	56	-	56
Outros projectos	21.856	-	21.856
	1.946.221	(161.380)	1.784.841

13. SUBSÍDIOS

A 31 de dezembro de 2014 e 2013 os montantes a reconhecer de subsídios em exercícios futuros são €266.066 k e €276.537k, respetivamente (Nota 24).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e de 31 de dezembro de 2013 foram reconhecidos na demonstração de resultados €10.631 k e €10.351 k, respetivamente (Nota 5).

14. OUTRAS CONTAS A RECEBER

A rubrica de outras contas a receber não correntes e correntes apresentava o seguinte detalhe em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013:

Rubricas	dezembro 2014		dezembro 2013	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Estado e outros entes públicos:				
ISP	3.127	-	6.833	-
IVA – Reembolsos solicitados	240	-	667	-
Outros	7.944	-	122	-
Empréstimos concedidos ao Grupo Sinopec (Nota 28)	718.904	170.954	164.500	706.993
Adiantamentos a fornecedores de imobilizado	85.670	-	155.225	-
Adiantamentos a fornecedores	32.121	-	40.203	-
<i>Underlifting</i>	22.137	-	31.071	-
Carry de interesses de participações estatais	18.922	-	11.347	-
Taxas de subsolo	18.801	34.044	18.728	32.771
Over cash-call do parceiro Petrobrás em blocos operados	13.437	-	10.057	-
Cauções prestadas	11.091	-	11.090	-
Outras contas a receber – emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	7.427	4.007	6.024 (a)	5.138 (a)
Meios de pagamento	7.506	-	8.371	-
<i>Contas a receber do consórcio do bloco 14 em Angola (excesso de "profit-oil" a receber)</i>	3.102	-	1.648	-
Pessoal	1.972	-	2.030	-
Processo Spanish Bitumen	385	-	385	-
Contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações	222	-	251	-
Empréstimos a clientes	73	1.513	70	1.561
Empréstimos a emp. associadas e emp. conjuntamente controladas, relacionadas e participadas (Nota 28)	-	28.433	-	27.878
Outras contas a receber	66.029	3.417	65.108 (a)	5.202
	1.019.110	242.368	533.731 (a)	779.543 (a)
Acréscimos de proveitos:				
Vendas e prestações de serviços realizadas e não faturadas	214.853	-	208.967	-
Acertos de desvio tarifário - "pass through" - regulação ERSE	36.546	-	38.128	-
Acertos de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE	30.937	34.495	34.324	50.752
Neutralidade financeira - regulação ERSE	17.499	-	15.133	-
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE	14.012	45.537	28.025	45.537
Venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento	7.420	-	1.100	-
Juros a receber	3.511	-	1.614	-
<i>Compensações pela uniformidade tarifária</i>	1.798	-	917	-
Encargos de estrutura e gestão a debitar	1.786	-	1.683	-
Rappel a receber sobre compras	1.205	-	1.503	-
Outros acréscimos de proveitos	6.195	63	7.623	31
	335.762	80.095	339.017	96.320
Custos diferidos:				
Custos com catalisadores	10.130	-	6.223	-
Rendas antecipadas relativas a contratos de concessão de áreas de serviço	2.757	28.406	2.478	31.339
Encargos com rendas pagas antecipadamente	2.578	-	601	-
Seguros pagos antecipadamente	1.073	-	797	-
Juros e outros encargos financeiros	256	-	9.244	-
Benefícios de reforma (Nota 23)	-	10.635	-	4.916
Outros custos diferidos	21.925	-	11.902	-
	38.719	39.041	31.245	36.255
	1 393 591	361 504	903 993	912 118
Imparidade de outras contas a receber	(7.406)	(2.753)	(6.990)	-
	1.386.185	358.751	897.003 (a)	912.118 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23

Seguidamente apresenta-se o movimento ocorrido durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014 na rubrica de imparidades de outras contas a receber:

	(€ k)					
Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Outras contas a receber	6.990	3.426	(286)	(9)	38	10.159

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de outras contas a receber no montante líquido de €3.140 k está incluído na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6) e na rubrica de encargos c/ empréstimos em custos financeiros nos montantes respectivamente de €387 k e €2.753 k.

A rubrica de Empréstimos concedidos inclui o montante de €889.858 k (US\$1.080.376.699,00) referente ao valor do empréstimo que o Grupo concedeu à Tip Top Energy, SARL (empresa pertencente ao Grupo Sinopec) em 28 de março de 2012, acrescido de um *spread*, pelo prazo de 4 anos e se repartem em €718.904 k (US\$872.821.077,39) em corrente e €170.954 k (US\$207.555.621.64) em não corrente, o qual é remunerado à taxa de juro LIBOR 3 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 encontram-se reconhecidos na rubrica de juros, respeitantes a empréstimos concedidos, relativos a empresas relacionadas o montante de €14.120 k (Notas 8 e 28).

A rubrica de taxas de subsolo no montante de €52.845 k refere-se a taxas de ocupação de subsolo já pagas às Câmaras Municipais. De acordo, com o Contrato de Concessão da atividade de Distribuição de Gás Natural entre o Estado Português e as empresas do Grupo e de acordo com a Resolução do Conselho de Ministros n.º 98/2008, de 8 de abril, as empresas têm o direito de repercutir para as entidades comercializadoras ou para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação de subsolo liquidado às autarquias locais que integram a área de concessão.

O montante de €22.137 k registado na rubrica de Outras contas a receber – Underlifting corresponde aos montantes a receber pelo Grupo pelo levantamento de barris de crude abaixo da quota de produção (underlifting) e encontra-se valorizada pelo menor de entre o preço de mercado na data da venda e o preço de mercado em 31 de dezembro de 2014.

A rubrica de carry de interesses de participações estatais, no montante de €18.922 k, respeita ao valor a recuperar dos parceiros estatais durante período de exploração. Os Farm-in acordados com os parceiros preveem que, durante o período de exploração, o Grupo é responsável pelo investimento pago com cash call e solicitado pelo operador ao estado até à sua participação.

A rubrica de meios de pagamento no montante de €7.506 k diz respeito a valores a receber por vendas efetuadas através de cartões visa/multibanco, que à data de 31 de dezembro de 2014 se encontravam pendentes de recebimento.

O montante de €16.929 k registado na rubrica Outras contas a receber – empresas associadas e conjuntamente controladas, relacionadas e participadas corrente e não corrente refere-se a contas a receber de empresas que não foram consolidadas pelo método de consolidação integral.

A rubrica de Cauções prestadas no montante total de €11.091 k, inclui o saldo de €9.843 k referente a entregas por conta e negociação de garantias para suporte às transações e operação no mercado de eletricidade espanhol e francês.

A rubrica de Outras contas a receber não corrente inclui o montante de €2.498 k referente ao valor a receber da Gestmin, SGPS, S.A. pela compra da COMG – Comercialização de Gás, S.A. em 3 de dezembro de 2009, o qual é remunerado à taxa de juro Euribor a seis meses, acrescido de um *spread* de 3,12% ao ano, cujo recebimento está previsto ocorrer semestralmente e até 3 de dezembro de 2016.

A rubrica de acréscimos de proveitos – vendas ainda não faturadas refere-se essencialmente à faturação de consumo de gás natural e eletricidade de dezembro a emitir a clientes em janeiro e apresenta o seguinte detalhe:

	(€ k)		
Empresa	Total	Gás natural	Eletricidade
Galp Gás Natural, S.A.	106.341	106.341	-
Galp Power, S.A.	20.882	10.688	10.194
Galp Energia España, S.A., Unipessoal	16.372	16.064	308
Madrileña Suministro de Gas	10.588	10.588	-
Madrileña Suministro de Gas SUR	10.353	10.353	-
Lusitaniagás Comercialização, S.A.	8.462	8.462	-
Lisboagás Comercialização, S.A.	6.420	6.420	-
Portcogeração, S.A.	6.413	-	6.413
Transgás, S.A.	5.477	5.477	-
Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, SA	3.179	3.179	-
Setgás Comercialização, S.A.	1.827	1.827	-
SETGÁS – Sociedade de Distribuição de Gás Natural, SA	1.061	1.061	-
Dianagás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Évora, SA	561	561	-
Duriensegás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural do Douro, SA	477	477	-
Agroger, S.A.	441	-	441
	198.854	181.498	17.356

A rubrica de acréscimos de proveitos – venda de produtos acabados a faturar na rede de postos de abastecimento, no montante de €7.420 k diz respeito a consumos efetuados até 31 de dezembro de 2014 através do cartão Galp Frota e que irão ser faturados nos meses seguintes.

As despesas registadas em custos diferidos, no montante de €31.163 k, relativas a pagamentos antecipados de rendas referentes a contratos de arrendamento de áreas de serviço são reconhecidas como custo durante o respetivo período de concessão, o qual varia entre 17 e 32 anos.

A rubrica de acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário – tarifa de energia – regulação ERSE, apresenta o seguinte detalhe:

	(€ K)				
Atividade comercialização gás grossista – tarifa de energia (CURG)	2013	Recuperação do desvio da tarifa de energia	Variação	Reclassificações	2014
Ano Gás 2008-2009					
1.º Semestre Ano Gás 2008-2009 (31.12.2008)	32.325	-	-	-	32.325
2.º Semestre Ano Gás 2008-2009 (30.06.2009)	28.531	-	-	-	28.531
Ajustamento do proveito permitido real Ano Gás de 2008-2009	6.535	-	-	-	6.535
Amortização da diferença do proveito permitido Ano Gás 2008-2009	(51.362)	(14.013)	-	-	(65.375)
	16.029	(14.013)	-	-	2.016
2º Semestre 2009					
2º Semestre ano 2009	8.314	-	-	-	8.314
Ajustamento do 2º Semestre 2009	-	-	-	-	-
Reversão do PP 2º Semestre 2009	-	-	-	-	-
	8.314	-	-	-	8.314
Ano civil 2010					
1.º Semestre ano 2010	14.651	-	-	-	14.651
2.º Semestre ano 2010	987	-	-	-	987
Ajustamento Ano Civil 2010	-	-	-	-	-
Reversão do PP Ano Civil 2010	-	-	-	-	-
	15.638	-	-	-	15.638
Ano civil 2011					
1.º Semestre ano 2011	21.154	-	-	-	21.154
2.º Semestre ano 2011	12.427	-	-	-	12.427
	33.581	-	-	-	33.581
Ano civil 2012					
1.º Semestre ano 2012	(4.224)	-	-	-	(4.224)
2.º Semestre ano 2012	563	-	-	-	563
	(3.661)	-	-	-	(3.661)
Ano civil 2013					
1.º Semestre ano 2013	(657)	-	-	-	(657)
2.º Semestre ano 2013	(5.820)	-	4.746	-	(1.074)
	(6.477)	-	4.746	-	(1.731)
Ano civil 2014					
1.º Semestre Ano 2014	-	-	(6.275)	-	(6.275)
2.º Semestre Ano 2014	-	-	(4.164)	-	(4.164)
	-	-	(10.439)	-	(10.439)
	63.424	(14.013)	(5.693)	-	43.718
Acréscimos de custos (Nota 24)	(10.138)	-	(5.693)	-	(15.831)
Acréscimos de proveitos	73.562	(14.013)	-	-	59.549
	63.424	(14.013)	(5.693)	-	43.718

O montante de €43.718 k diz respeito à diferença acumulada entre o custo de aquisição do gás natural aos fornecedores do Grupo e as tarifas de energia reguladas definidas pela ERSE para cada Ano Gás, aplicadas na faturação aos clientes, o qual será recuperado através da revisão de tarifas dos próximos exercícios, de acordo com o mecanismo definido pela ERSE. Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses, mais 1,75 *spread*.

A Galp tem contabilizado em Ativo não corrente, em 31 de dezembro de 2014, um valor €45.537 k referente a desvio tarifário de energia e que visa refletir a publicação por parte da ERSE, do período estimado para a recuperação do desvio tarifário, que é de 6 anos.

No decurso do exercício de 2014 verificou-se a recuperação do desvio da tarifa de energia relativa ao Ano Gás 2008-2009 no montante de €14.013 k tendo este desvio sido incorporado na parcela II da tarifa UGS e posteriormente faturado, essencialmente, ao operador da rede de transportes REN Gasodutos, S.A. e às empresas Sonorgás, S.A., Tagusgás, S.A. e EDP GÁS – Serviço Universal, S.A., de acordo com o regulamento tarifário.

A rubrica de acréscimo de proveitos – acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos – regulação ERSE apresenta o seguinte detalhe:

(€ k)

Atividades de comercialização, distribuição e armazenagem de gás natural	2013	Ajustamento do Proveito Permitido Real Ano gás (Nota 5)	Amortização/ Reversão da diferença do Proveito Permitido Ano gás (Nota 5)	Ajuste entre os proveitos permitidos estimados e o valor dos proveitos faturados (Nota 5)	Outras reclassificações	2014
1.º Semestre Ano 2011	(9.838)	-	-	-	-	(9.838)
2.º Semestre Ano 2011	37.385	-	-	-	-	37.385
Ajustamento Ano Civil 2011	(2.694)	(2.694)	-	-	-	(5.388)
Reversão do PP Ano Civil 2011	(11.412)	-	(10.747)	-	-	(22.159)
	13.441	(2.694)	(10.747)	-	-	-
1.º Semestre Ano 2012	17.495	-	-	-	-	17.495
2.º Semestre Ano 2012	13.322	-	-	-	-	13.322
Ajustamento Ano Civil 2012	-	223	-	-	-	223
Reversão do PP Ano Civil 2012	(42)	-	(15.612)	-	-	(15.654)
	30.775	223	(15.612)	-	-	15.386
1.º Semestre Ano 2013	(821)	-	-	-	-	(821)
2.º Semestre Ano 2013	22.754	-	-	15	-	22.769
	21.933	-	-	15	-	21.948
1.º Semestre Ano 2014	-	-	-	(947)	-	(947)
2.º Semestre Ano 2014	-	-	-	9.244	-	9.244
	-	-	-	8.297	-	8.297
	66.149	(2.471)	(26.359)	8.312	-	45.631
Acréscimos de custos (Nota 24)	(18.927)	175	5.196	(15.475)	9.230	(19.801)
Acréscimos de proveitos	85.076	(2.646)	(31.555)	23.787	(9.230)	65.432
	66.149	(2.471)	(26.359)	8.312	-	45.631

A rubrica de Acerto de desvio tarifário – proveitos permitidos no montante de €45.631 k diz respeito à diferença entre os proveitos permitidos estimados publicados para a sua atividade regulada e os proveitos decorrente da faturação real emitida (Nota 2.13). Estes montantes encontram-se a ser remunerados à taxa Euribor a três meses.

Os valores a pagar ou a receber relativos a cada ano gás são apresentados para cada atividade pelo seu valor líquido, consoante a sua natureza em cada ano gás, em virtude de ser este o modo de aprovação dos desvios de proveitos permitidos por parte da ERSE.

A partir de 2010 as contas para a ERSE – Entidade Reguladora do Sector Energético passaram a ser reportadas de acordo com o ano civil. Consequentemente os saldos iniciais foram reclassificados para uma ótica de ano civil.

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014, ocorreu a fixação das diferenças para os Proveitos Permitidos do Grupo referentes ao ano civil de 2012, os quais ascenderam ao montante a recuperar de €30.998 k. Em virtude de a especialização efetuada ser inferior face ao montante fixado o Grupo reconheceu na rubrica de vendas o respetivo aumento no montante €223 k.

Conforme referido na Nota 2.13 o montante total a recuperar foi incluído pela ERSE nos proveitos permitidos a recuperar no Ano Gás 2014-2015 pelo que o Grupo se encontra a reconhecer nas demonstrações dos resultados, a reversão do montante do desvio tarifário aprovado.

A rubrica de Acréscimos de proveitos – neutralidade financeira – regulação ERSE diz respeito à reposição gradual da neutralidade financeira, associada à extinção do mecanismo do alisamento do custo com capital do primeiro período regulatório, resultante da diferença entre o custo com o capital alisado e não alisado, a recuperar durante 6 anos. Os montantes especializados referem-se aos valores a recuperar na tarifa do Ano gás 14-15 e do Ano gás 15-16.

Apresenta-se abaixo um mapa de antiguidade de saldos de outras contas a receber do Grupo a 31 de dezembro de 2014 e 2013:

(€ k)

Aging contas a receber	Não-vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2014								
Bruto	1.715.522	24.122	2.038	1.311	395	5.360	6.347	1.755.095
Imparidades	(2.753)	-	-	(142)	(438)	(544)	(6.282)	(10.159)
	1.712.769	24.122	2.038	1.169	(43)	4.816	65	1.744.936
2013								
Bruto	1.801.567 (a)	1.437	766	5.319	126	676	6.220	1.816.111 (a)
Imparidades	-	-	-	(154)	(148)	(564)	(6.124)	(6.990)
	1.801.567 (a)	1.437	766	5.165	(22)	112	96	1.809.121 (a)

(a) Estes montantes foram reexpresso tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

O Grupo considera como montantes não vencidos, os saldos com outras contas a receber que não estão em mora e as rubricas de acréscimos de proveitos e custos diferidos nos montantes de €493.617 k e €502.837 k de 2014 e 2013 respetivamente.

Os saldos com outras contas a receber em mora que não sofreram imparidades correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

A Galp Energia possui garantias colaterais relativas a contas a receber, nomeadamente garantias bancárias e cauções, cujo valor em 31 de dezembro de 2014 é de cerca de €103.330 k.

15. CLIENTES

A rubrica de clientes, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	dezembro 2014		dezembro 2013	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Clientes conta-corrente	1.082.235	24.242	1.318.268 (a)	24.322
Clientes de cobrança duvidosa	256.194	-	201.375	-
Clientes – títulos a receber	5.686	-	7.075	-
	1.344.115	24.242	1.526.718	24.322
Imparidades de contas a receber	(228.828)	-	(199.678)	-
	1.115.287	24.242	1.327.040 (a)	24.322

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

A rubrica de “Clientes conta-corrente” em situação de dívida não-corrente, no montante de €24.242 k e €24.322 k, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respetivamente, referem-se a acordos de pagamento de dívidas de clientes com prazo superior a um ano.

O movimento das imparidades de clientes no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Imparidade de contas a receber	199.678	42.884	(8.660)	(5.001)	(73)	228.828

O aumento e diminuição da rubrica de imparidades de contas a receber de clientes no montante líquido de €34.224 k foi reconhecido na rubrica de provisões e imparidades de contas a receber (Nota 6).

Apresenta-se um mapa de antiguidade de saldos de clientes do Grupo a 31 de dezembro de 2014 e 2013:

Aging clientes	Não-vencidos	Mora até 90 dias	Mora até 180 dias	Mora até 365 dias	Mora até 545 dias	Mora até 730 dias	Mora superior a 730 dias	Total
2014								
Bruto	761.890	333.001	12.485	37.856	37.783	22.412	162.930	1.368.357
Ajustamentos	(451)	(1.445)	(1.646)	(17.651)	(35.744)	(19.717)	(152.174)	(228.828)
	761.439	331.556	10.839	20.205	2.039	2.695	10.756	1.139.529
2013								
Bruto	1.164.249	121.386	41.061	45.824	38.665	20.067	119.788	1.551.040 (a)
Ajustamentos	-	(277)	(1.292)	(27.427)	(36.181)	(18.568)	(115.933)	(199.678)
	1.164.249 (a)	121.109	39.769	18.397	2.484	1.499	3.855	1.351.362 (a)

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Os saldos de clientes em mora que não sofreram ajustamentos correspondem a créditos em que existem acordos de pagamento, estão cobertos por seguros de crédito ou para os quais existe uma expectativa de liquidação parcial ou total.

16. INVENTÁRIOS

A rubrica de inventários apresentava o seguinte detalhe, em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013:

Rubricas	dezembro 2014	dezembro 2013
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo:		
Petróleo bruto	146.324	53.840
Outras matérias-primas e materiais diversos	45.216	41.980
Matérias-primas em trânsito	179.138	622.017
	370.678	717.837
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(44.466)	(11.019)
	326.212	706.818
Produtos acabados e intermédios:		
Produtos acabados	156.997	244.254
Produtos intermédios	238.199	325.271
Produtos acabados em trânsito	6.394	12.083
	401.590	581.608
Imparidade de produtos acabados e intermédios	(40.781)	(23)
	360.809	581.585
Produtos e trabalhos em curso	192	91
	192	91
Mercadorias	551.876	558.784
Mercadorias em trânsito	359	100
	552.235	558.884
Imparidade de mercadorias	(29.074)	(1.771)
	523.161	557.113
	1.210.374	1.845.607

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica de mercadorias, no montante de €551.876 k, corresponde essencialmente ao gás natural que se encontra em gasodutos no montante de €137.482 k, a existências de produtos derivados de petróleo bruto da subsidiária Galp Energia España, S.A., Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, S.A.R.L. e Petrogal Moçambique, Lda. nos montantes de €377.768 k, €13.561 k e €8.849 k respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013, as responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas, que são satisfeitas através de adiantamentos por contrapartida de vendas, ascendiam a €48.781 k e €149.312 k respetivamente (Nota 24). Esta redução é explicada por alteração legislativa e pela alteração da atuação da Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC), que assumiu um aumento das suas responsabilidades pelas reservas estratégicas de outros operadores, tendo contratualizado com o Grupo a figura de “tickets” que lhe permitem assegurar os stocks de produtos com o Grupo.

A subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, SA tem com a Entidade Nacional para o Mercado de Combustíveis, E.P.E. (ENMC) um contrato de armazenagem e permuta de crude e de armazenagem de produtos refinados, constituintes da reserva estratégica nacional. O crude e os produtos refinados da ENMC, encontram-se armazenados nas instalações da Petrogal, de uma forma que a ENMC os possa auditar, sempre que entender, em termos da sua quantidade e qualidade. De acordo com o contrato, a Petrogal obriga-se a permutar o crude armazenado por produtos refinados quando a ENMC o exigir, recebendo por tal permuta um valor representativo da margem de refinação à data da permuta. Os crudes e os produtos refinados armazenados nas instalações da Petróleos de Portugal – Petrogal, SA ao abrigo deste contrato não se encontram registados nas demonstrações financeiras do Grupo.

O movimento ocorrido nas rubricas de imparidade de inventários no exercício findo a 31 de dezembro de 2014 foi o seguinte:

Rubricas						(€ k)
	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilizações	Regularizações	Saldo final
Imparidade de matérias-primas, subsidiárias e de consumo	11.019	33.447	-	-	-	44.466
Imparidade de produtos acabados e intermédios	23	40.841	-	(134)	51	40.781
Imparidade de mercadorias	1.771	28.135	(38)	(27)	(767)	29.074
	12.813	102.423	(38)	(161)	(716)	114.321

O montante líquido de aumentos e diminuições no montante de €102.385 k foi registado por contrapartida da rubrica de custo das vendas – imparidade de inventários da demonstração de resultados (Nota 6).

17. OUTROS INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica outros investimentos financeiros apresentava o seguinte detalhe:

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os instrumentos financeiros derivados encontram-se registados pelo seu justo valor respetivo reportado aquelas datas (Nota 27).

Outros investimentos financeiros	dezembro 2014		dezembro 2013		(€ k)
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente	
Derivados financeiros ao justo valor através dos lucros ou prejuízos (Nota 27)					
Swaps sobre <i>commodities</i>	6.986	405	9.383	6.066	
Swaps sobre taxa de juro	-	-	-	-	
Swaps cambiais	3.150	-	105	-	
	10.136	405	9.488	6.066	
Depósitos bancários (Nota 18)					
Depósitos a prazo	-	-	640	-	
	-	-	640	-	
Outros ativos financeiros					
Outros	-	20.973	-	18.464	
	-	20.973	-	18.464	
	10.136	21.378	10.128	24.530	

18. CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava o seguinte detalhe:

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Rubricas	dezembro 2014		dezembro 2013		(€ k)
Numerário		6.664		3.961	
Depósitos a ordem		111.453		155.569	(a)
Depósitos a prazo		1.419		5.394	
Outros títulos negociáveis		35.020		72.100	
Outras aplicações de tesouraria		989.426		1.267.300	
Caixa e seus equivalentes na demonstração da posição financeira consolidada		1.143.982		1.504.324	(a)
Outros investimentos financeiros correntes (Nota 17)		-		640	
Descobertos bancários (Nota 22)		(120.586)		(98.792)	
Caixa e seus equivalentes na demonstração consolidada de fluxos de caixa		1.023.396		1.406.172	(a)

A rubrica de Outros títulos negociáveis inclui essencialmente:

- €28.001 k de referentes a certificados de depósitos bancários;
- €7.156 k de Futuros sobre eletricidade; e
- €139 k negativos de Futuros sobre *commodities* (Brent).

Estes Futuros encontram-se registados nesta rubrica devido à sua elevada liquidez (Nota 27).

A rubrica de Outras aplicações de tesouraria inclui diversas aplicações de excedentes de tesouraria, com vencimento inferior a três meses, das seguintes Empresas do Grupo:

Empresas	dezembro 2014		dezembro 2013		(€ k)
Galp Energia E&P, B.V.		940.549		1.146.987	
Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.		13.590		67.435	
CLCM - Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.		8.450		8.550	
Galp Gás Natural, S.A.		8.389		24.654	
Galp Sinopec Brazil Services B.V.		7.001		-	
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.		6.000		2.075	
Galp Exploração Serviços do Brasil, Lda.		2.749		1.863	
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.		2.200		700	
Galp Energia Brasil S.A.		498		6.396	
Carriço Cogeração – Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.		-		6.300	
Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.		-		2.340	
		989.426		1.267.300	

19. CAPITAL SOCIAL

Estrutura acionista

A 28 de março de 2014, a Eni colocou no mercado ações representativas de, aproximadamente, 7% do capital social da Galp Energia, através de um accelerated bookbuilding, tendo alienado entretanto em mercado regulamentado ações representativas de aproximadamente 0,34% do capital social da Galp Energia.

A 23 de junho de 2014 a Eni anunciou a conclusão da venda em mercado regulamentado, de ações ordinárias representativas de aproximadamente 1% do capital social da Galp Energia, e correspondente à parcela residual de ações sujeitas ao direito de primeira oferta da Amorim Energia nos termos do acordo anteriormente comunicado ao mercado, o qual não foi exercido por aquela empresa. Assim, no seguimento desta transacção a Eni passou a deter 66.337.592 ações ordinárias representativas de aproximadamente 8% do capital social da Galp como ativo subjacente das obrigações permutáveis emitidas pela Eni em 30 de novembro de 2012.

No seguimento destas alterações na estrutura acionista da Galp Energia, o free float aumentou de 38,32% no final de 2013 para 46,66% no final de 2014.

Ao abrigo dos acordos assinados entre as Partes e que, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 20 do CVM, contemplavam que os direitos de voto correspondentes às ações detidas por cada uma das partes daquele acordo parassocial eram imputados às restantes, este cessou os seus efeitos em relação à CGD quando esta alienou a sua participação de 1% no capital social da Galp Energia. Relativamente à Amorim Energia e à Eni, a 26 de julho de 2013, a empresa italiana informou a Galp Energia de que os direitos de voto inerentes à participação qualificada detida pela Amorim Energia não se consideravam imputáveis à Eni, apesar de os direitos de voto detidos pela Eni continuarem a ser imputáveis à Amorim Energia.

Assim, no final de 2014, a Eni detinha uma participação qualificada de 8,00% no capital social da Galp Energia, e respetivos direitos de voto, enquanto que à Amorim Energia era imputável uma percentagem total de 46,34% dos direitos de voto na Galp Energia.

Estrutura acionista a 31 de dezembro de 2014:

	N.º ações	Participação (%)	Participação imputável %
Amorim Energia, B.V.	317.934 693	38,34%	46,34%
Eni, S.p.A.	66.337 592	8,00%	8,00%
Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.	58.079 514	7,00%	7,00%
Free float	386.898 836	46,66%	46,66%
Total	829.250 635	100,00%	-

20. RESERVAS

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica de reservas de conversão e outras reservas é detalhada como segue:

	(€ k)	
	dezembro 2014	dezembro 2013
Reservas de conversão cambial:		
Reservas – Dotações financeiras (“quasi capital”)	(193.989)	(133.485)
Reservas – Imposto sobre Dotações financeiras (“quasi capital”) (Nota 9)	77.675	57.265
	(116.314)	(76.220)
Reservas – Conversão das demonstrações financeiras	131.765	(208.958)
Reservas – Atualizações cambiais do Goodwill (Nota 11)	2.218	1.060
	17.669	(284.118)
Reservas de cobertura:		
Reservas – derivados financeiros	(744)	(1.743)
Reservas – Imposto diferido sobre derivados financeiros (Nota 9)	-	335
	(744)	(1.408)
Outras reservas:		
Reservas legais	165.850	165.850
Reservas livres	27.977	27.977
Reservas especiais	(443)	(443)
Reservas – Aumento de capital nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services, B.V.	2.493.088	2.493.088
Reservas – Aumento de 10,7532% em 2012 e de 0,3438% em 2013, na participação do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	(2.027)	(2.027)
Reservas – Aumento de 40% na participação do capital da Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A.	-	(3.975)
Reservas – Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A.	(31)	(31)
	2.684.414	2.680.439
	2.701.339	2.394.913

Reservas de conversão cambial:

A rubrica de reservas de conversão cambial reflete as variações cambiais:

(i) €131.765 k relativo às diferenças cambiais positivas resultantes da conversão das demonstrações financeiras em moeda estrangeira para Euros;

	Câmbio em 31 dezembro 2013	Saldo inicial	Variação	Saldo final	Câmbio em 31 dezembro 2014
Reservas de conversão cambial – Por moeda:					
Dalasi da Gâmbia	51,69	(743)	160	(583)	51,30
Dólares dos Estados Unidos da América	1,38	(122.330)	370.152	247.822	1,21
Escudos de Cabo Verde	110,27	(69)	-	(69)	110,27
Franco CFA da Guiné Bissau	655,96	(202)	-	(202)	655,96
Kwanza de Angola	134,47	(1.774)	79	(1.695)	124,57
Lilangeni da Suazilândia	14,40	(436)	140	(296)	13,97
Meticais de Moçambique	41,53	(5.525)	957	(4.568)	40,36
Reais do Brasil	3,26	(77.879)	(30.765)	(108.644)	3,22
	-	(208.958)	340.723	131.765	-

(ii) €116.314 k relativos às diferenças cambiais negativas resultantes das dotações financeiras da Galp Exploração e Produção Petrolífera, S.A., da Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. e da Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.), à Petrogal Brasil, S.A., denominadas em Euros e em Dólares dos Estados Unidos, as quais não são remuneradas e não existe intenção de reembolso, pelo que são assemelhadas a capital social (“*quasi capital*”) fazendo igualmente parte integrante do investimento líquido naquela unidade operacional estrangeira em conformidade com a IAS 21;

(iii) €2.218 k relativo às diferenças cambiais positivas resultantes da atualização cambial do *Goodwill*

Reservas de cobertura:

A rubrica reservas de cobertura reflete as variações que ocorreram nos derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos (denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”) e respetivos impostos diferidos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2014, o montante €744 k é referente ao justo valor dos derivados financeiros – cobertura de fluxo de caixa.

Outras reservas:**Reservas legais**

De acordo com o disposto nos Estatutos da empresa e no Código das Sociedades Comerciais, a Empresa é obrigada a transferir para a rubrica de reservas legais, incluída na rubrica outras reservas, no capital próprio, no mínimo, 5% do lucro líquido apurado em cada exercício até que esta mesma atinja os 20% do capital social. A reserva legal não pode ser distribuída aos acionistas, podendo contudo, em determinadas circunstâncias, ser utilizada para aumentos de capital ou para absorver prejuízos depois de esgotadas todas as outras reservas. Em 2014 a rubrica de reservas legais não teve variação uma vez que ascendem a 20% do capital social.

Reservas especiais

Do montante de €443 k na rubrica de reservas especiais €463 k dizem respeito a uma correção de impostos diferidos – reavaliações nos capitais próprios da subsidiária Lisboa Gás – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A. e €20 k negativos dizem respeito a uma doação na subsidiária Gasinsular – Combustíveis do Atlântico, S.A.

Reservas – Aumentos de capital na Petrogal Brasil, S.A. e na Galp Brazil Services, B.V.

Em 28 de março de 2012 a empresa Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.), subsidiária da Tip Top Energy, SARL. (Grupo Sinopec), subscreveu e realizou um aumento de capital no montante de US\$4.797.528.044,74 nas subsidiárias Petrogal Brasil, S.A. e Galp Sinopec Brazil Services B.V. (anteriormente denominada Galp Brazil Services, B.V.), passando aquela empresa a deter 30% das ações e direitos de voto de ambas as subsidiárias.

Com a operação de aumento de capital, o Grupo Galp manteve o controlo operacional e financeiro das Companhias, das quais passa a deter 70% do capital e dos direitos de voto, continuando, conforme IAS 27, a consolidar os seus ativos pelo método integral. Assim a diferença entre o valor realizado de aumento de capital e valor contabilístico do capital próprio na data do aumento, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €2.493.088 k.

Reservas – Aumento de 11,097% na participação do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A

Em julho de 2012, o Grupo adquiriu 10,7532% do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., que já era anteriormente controlada pelo grupo e consolidava pelo método integral. Assim a diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €1.935 k.

Em maio de 2013, o Grupo adquiriu 0,3438% do capital da subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A à Revigrés – Indústria de Revestimentos de Grés, Lda., tendo sido reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas o montante €92 k, devido à diferença entre o valor pago e o valor contabilístico.

Reservas – Aumento de 99% na participação do capital da subsidiária Enerfuel, S.A.

Em julho de 2013, o Grupo adquiriu 99% do capital da Enerfuel, S.A., no âmbito do acordo celebrado em agosto de 2012 no qual se comprometia a adquirir o remanescente da participação social na data final da conclusão do projeto da unidade industrial. Dado existir o controlo por parte do grupo, a empresa já estava a ser consolidada pelo método integral. Assim diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €31 k.

Reservas – Aumento de 40% na participação do capital da subsidiária Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A.

Em setembro de 2013, o Grupo adquiriu 40% do capital da subsidiária Probigalp – Ligantes Betuminosos, S.A., que já era anteriormente controlada pelo grupo e consolidava pelo método integral. Assim diferença entre o valor pago e o valor contabilístico do capital próprio na data de aquisição, foi reconhecido em capital próprio na rubrica de reservas pelo montante €3.975 k. No exercício findo em 31 de Dezembro de 2014 a subsidiária foi liquidada, tendo o grupo reconhecido na demonstração de resultados o montante €3.975 k (Nota 3 e 4.2).

21. INTERESSES QUE NÃO CONTROLAM

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, o detalhe dos interesses que não controlam incluídos no Capital Próprio, refere-se às seguintes empresas subsidiárias:

	(€ k)							
	Saldo em dezembro de 2013	Capital e reservas	Dividendos atribuídos (f)	Resultados de exercícios anteriores	Reservas de conversão cambial	Resultados acumulados – ganhos e perdas atuariais	Resultados do exercício	Saldo em dezembro de 2014
Galp Sinopec Brazil Services B.V.	981.838	-	-	-	134.471	-	10.994	1.127.303
Petrogal Brasil, S.A.	(a) 205.356	9.302	(10.129)	12	(16.622)	-	37.871	225.790
Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.	23.151	-	(1.159)	-	-	(2)	1.814	23.804
Empresa Nacional de Combustíveis – Enacol, S.A.R.L	19.222	-	-	(204)	-	-	1.229	20.247
Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A.	13.846	-	-	-	-	-	1.807	15.653
Petromar – Sociedade de Abastecimentos de Combustíveis, Lda.	1.950	-	-	(279)	-	-	951	2.622
Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A.	(b) 2.362	(7)	(900)	(16)	-	-	332	1.771
Sempre a Postos – Produtos Alimentares e Utilidades, Lda.	900	-	(16)	-	-	-	296	1.180
Saaga – Sociedade Agoreana de Armazenagem de Gás, S.A.	1.250	-	(314)	(7)	-	-	171	1.100
Setgás Comercialização, S.A.	884	-	-	-	-	-	115	999
CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.	1.004	-	(854)	-	-	-	493	643
Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A.	(c) 1.338	(2.632)	-	2.258	-	-	(964)	-
Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A.	(d) 598	(18)	-	(1.048)	-	-	468	-
Cariço Cogeração – Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A.	1.428	-	(1.407)	-	-	-	(730)	(709)
Petrogás Guiné Bissau – Importação, Armazenagem e Distribuição de Gás, Lda.	(e) (233)	-	-	(2)	-	-	16	(219)
	1.254.894	6.645	(14.779)	714	117.849	(2)	54.863	1.420.184

(a) Em 29 de janeiro de 2014, a subsidiária Petrogal Brasil, B.V. e a empresa Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.), acionistas da Petrogal Brasil, S.A. subscreveram aumento de capital no montante €21.705 k e €9.302 k respetivamente. O montante de €9.302 k corresponde à variação dos interesses que não controlam da rubrica de prémios de emissão de ações.

(b) A subsidiária Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A., que era anteriormente detida a 96,8109% passou a ser detida a 96,84293% pelo Grupo. Decorrente do aumento de 0,032%, registou-se na rubrica de Interesses que não controlam, o montante negativo de €23 k referente a variação da percentagem detida pelo Grupo (Nota 3).

O montante negativo de €7 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas de capital social e prémios de emissão de ações e o montante negativo de €16 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas resultados acumulados até a data do aumento da participação.

(c) Em 30 de dezembro de 2014, a subsidiária Sopor – Sociedade Distribuidora de Combustíveis, S.A. foi dissolvida (Nota 3).

O montante negativo de €2.632 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas de capital social e reservas legais e o montante €2.258 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas resultados acumulados até a data de liquidação da participação.

(d) Em 22 de dezembro de 2014, a subsidiária Powercer – Sociedade de Cogeração da Vialonga, S.A. foi dissolvida (Nota 3).

O montante negativo de €18 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas de capital social e reservas legais e o montante negativo de €1.048 k corresponde a variação dos interesses que não controlam das rubricas resultados acumulados até a data de liquidação da participação.

(e) Em 31 de dezembro de 2014, a subsidiária apresenta capitais próprios negativos. Deste modo, o Grupo apenas reconheceu as perdas acumuladas na proporção do capital detido naquela subsidiária, motivo pelo qual os interesses minoritários apresentam um saldo devedor.

(f) Do montante de €14.779 k de dividendos atribuídos, foram liquidados €12.150 k no exercício findo em 31 de dezembro de 2014 (Nota 30).

22. EMPRÉSTIMOS

Detalhe dos empréstimos

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 os empréstimos obtidos detalham-se, como se segue:

	(€ k)			
	dezembro 2014		dezembro 2013	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimos	182.845	1.116.991	129.407	1.466.909
Descobertos bancários (Nota 18)	120.586	-	98.792	-
Desconto de letras	3.668	-	5.118	-
	307.099	1.116.991	233.317	1.466.909
<i>Origination fees</i>	(3.856)	(3.590)	(6.777)	(2.193)
	303.243	1.113.401	226.540	1.464.716
Outros empréstimos obtidos:				
IAPMEI	2	177	2	194
	2	177	2	194
	303.245	1.113.578	226.542	1.464.910
Empréstimos por obrigações e notes:				
Empréstimos obrigacionistas	-	1.270.000	150.000	1.350.000
<i>Notes</i>	-	1.000.000	-	500.000
	-	2.270.000	150.000	1.850.000
<i>Origination fees</i>	-	(22.459)	(3.222)	(11.188)
	-	2.247.541	146.778	1.838.812
	303.245	3.361.119	373.320	3.303.722

Os empréstimos corrente e não corrente, excluindo origination fees, descobertos bancários e descontos de letras, em 31 de dezembro de 2014 apresentavam o seguinte plano de reembolso previsto:

Vencimento	(€ k)		
	Total	Corrente	Não Corrente
2015	182.847	182.847	-
2016	456.036	-	456.036
2017	503.970	-	503.970
2018	804.739	-	804.739
2019	709.432	-	709.432
2020	306.999	-	306.999
2021	535.090	-	535.090
2022 e seguintes	70.902	-	70.902
	3.570.015	182.847	3.387.168

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a totalidade dos empréstimos obtidos encontram-se expressos nas seguintes moedas como segue:

Divisa		dezembro 2014		dezembro 2013	
		Montante global inicial	Montante em dívida (€ k)	Montante global inicial	Montante em dívida (€ k)
Dólares dos Estados Unidos da América	USD	326.000	268.512	456.673	329.737
Escudos de Cabo Verde	CVE	307.939	2.793	146.338	1.327
Euros	EUR	3.519.888	3.296.143	4.038.432	3.265.252
Meticais	MZM	96.369	2.388	-	-
		-	-		
			3.569.836		3.596.316

As taxas de juro médias dos empréstimos e descobertos bancários suportadas pelo Grupo, nos primeiros nove meses de 2014, ascenderam a 4,21% e a 5,44% se incluirmos as diferenças de câmbio. É de notar que estas taxas excluem as comissões de reembolso antecipado de empréstimos.

Caraterização dos principais empréstimos

Emissões papel comercial

A 31 de dezembro de 2014, o Grupo tem contratado programas de papel comercial com tomada firme no montante total de €965.000 k, que se repartem em €865.000 k de médio e longo prazo e €100.000 k de curto prazo. Destes montantes estão utilizados €290.000 k a médio e longo prazo e €100.000 k a curto prazo.

Estas emissões são remuneradas à taxa Euribor para o prazo de emissão respetivo, adicionada de *spreads* variáveis definidos nas condições contratuais dos programas de papel comercial subscritos pelo Grupo. A taxa de juro referida incide sobre o montante de cada emissão e mantém-se inalterada durante o respetivo prazo de emissão.

Empréstimos bancários

Detalhe dos principais empréstimos bancários, à data de 31 de dezembro de 2014:

Entidade	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	(€ k)
				Reembolso
Banco Itaú	103.781	Libor 6M + <i>spread</i>	abril 17	"50% @ Abril 16 50% @ Abril 17"
ICBC	164.731	Libor 6M + <i>spread</i>	dezembro 18	dezembro 18

Adicionalmente, o Grupo tem registado em empréstimos a médio e longo prazo o montante de €41.130 k, realizados pelas empresas Agroger – Sociedade de Cogeração do Oeste S.A., Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A. e CLCM – Companhia Logística de Combustíveis da Madeira, S.A.

Detalhe dos principais empréstimos contratualizados com o Banco Europeu de Investimento, à data de 31 de dezembro de 2014:

Entidade	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
BEI (cogeração do Porto)	50.000	Taxa fixa	outubro 17	outubro 17
BEI (Tranche A – cogeração de Sines)	25.678	Taxa fixa	setembro 21	Prestações semestrais com início em Março 10
BEI (Tranche B – cogeração de Sines)	13.239	Euribor 6M + <i>Spread</i>	março 22	Prestações semestrais com início em Setembro 10
BEI (Tranche A – conversão refinarias)	264.000	Taxa fixa revisível	fevereiro 25	Prestações semestrais com início em Agosto 12
BEI (Tranche B – conversão refinarias)	176.000	Taxa fixa	fevereiro 25	Prestações semestrais com início em Agosto 12

Adicionalmente, o Grupo tem outros empréstimos contratualizados com o BEI no montante de €55.560 k.

Os financiamentos contratados com o Banco Europeu de Investimento destinados à concretização dos projetos da cogeração da refinaria de Sines, da cogeração da refinaria do Porto e da tranche A do projeto de conversão das refinarias de Sines e do Porto são garantidos através de contratos de garantia celebrados com a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.

O restante financiamento contratado com o Banco Europeu de Investimento, no montante em dívida de €234.636 k, são garantidos por Sindicato Bancário.

Empréstimos obrigacionistas

Detalhe por empréstimo obrigacionista, à data de 31 de dezembro de 2014:

Emissão	Montante em dívida	Taxa de juro	Maturidade	Reembolso
GALP ENERGIA/2013-€600 M. FRN-2017	600.000	Euribor 6M + <i>spread</i>	maio 17	"50% @ Maio 16 50% @ Maio 17"
GALP ENERGIA/2012-FRN-2018	260.000	Euribor 3M + <i>spread</i>	fevereiro 18	fevereiro 18
GALP ENERGIA/2013 – 2018	110.000	Euribor 3M + <i>spread</i>	março 18	março 18
GALP ENERGIA/2013- €200 M. – 2018	200.000	Euribor 6M + <i>spread</i>	abril 18	abril 18
GALP ENERGIA/2012-2020	100.000	Euribor 6M + <i>spread</i>	junho 20	junho 20

Emissões de *notes*

A Galp Energia estabeleceu, no âmbito do seu plano de financiamento, um Programa de EMTN ("EUR 5,000,000,000 Euro Medium Term Note Program").

No dia 15 de novembro de 2013, a Galp Energia realizou a sua primeira emissão de *notes*, ao abrigo do Programa de EMTN, no montante de €500.000 k, com vencimento em 25 de janeiro de 2019 e cupão de 4,125%, que se encontram admitidas à negociação na London Stock Exchange.

No dia 7 de Julho de 2014, a Galp Energia realizou uma emissão de *notes*, ao abrigo do Programa de EMTN, no montante de €500.000 k, com vencimento em 14 de janeiro de 2021 e cupão de 3%, que se encontram admitidas à negociação na London Stock Exchange.

23. RESPONSABILIDADES COM BENEFÍCIOS DE REFORMA E OUTROS BENEFÍCIOS

Conforme mencionado nas Notas 2.10. e 2.11., algumas empresas do grupo assumiram responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios. Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2014, as empresas do Grupo não efetuaram dotações para o Fundo de Pensões respetivo.

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013, os patrimónios do Fundo de Pensões Petrogal, do Fundo de Pensões Sacor Marítima e Fundo de Pensões GDP, valorizadas ao justo valor, apresentavam a seguinte composição de acordo com o relatório apresentado pela sociedade gestora respetiva:

	Dezembro 2014	Dezembro 2013
Obrigações	218.366	218.666
Ações	65.531	73.312
Investimentos alternativos	11.304	10.360
Imobiliário	32.678	32.752
Liquidez	7.071	3.645
	334.950	338.735

Em 31 de dezembro de 2014, o Grupo tinha registado os seguintes montantes relativos a responsabilidades com benefícios de reforma e outros benefícios:

Rubricas	(€ k)		
	Ativo (Nota 14)	Passivo	Capital próprio
Benefícios de reforma			
Afetos ao fundo	10.635	(1.276)	26.742
Reformados	-	(3.565)	1.614
Pré-reformas	-	(72.930)	9.239
Reformas antecipadas	-	(75.473)	3.042
Prémios de reforma	-	(6.974)	(168)
Seguro social voluntário	-	(2.600)	3.473
Outros	-	(384)	(122)
Outros benefícios			
Cuidado de saúde	-	(236.627)	80.348
Seguro de vida	-	(2.919)	(204)
Benefício mínimo do plano de contribuição definida	-	(7.843)	(148)
	10.635	(410.591)	123.816

A rubrica de pré-reformas no montante de €72.930 k inclui €9.402 k, €1.888 k, €737 k e €388 k das empresas Petrogal, S.A., Lisboaagás, S.A., Galp Energia, S.A. e Sacor Marítima, S.A. respetivamente, para fazerem face a pré-reformas já acordadas e que só irão ser efetivadas em 2015.

A rubrica de Custos com pessoal – Benefícios de reforma no montante de €52.858 k (Nota 6) inclui essencialmente: (i) €1.569 k referentes a benefícios afetos ao fundo; (ii) €38.875 k dos restantes benefícios de reforma; (iii) uma perda de €4.878 k dos outros benefícios; (iv) €2.456 k do plano de contribuição definida e (v) uma perda de €4.564 k referentes a pré-reformas e reformas antecipadas não incluídas nos outros benefícios.

A diferença de €24.246 k, no detalhe do Capital próprio apresentado acima e a rubrica de Resultados acumulados – Remensuração da demonstração da posição financeira consolidada respeita ao montante de imposto diferido.

	dezembro 2014	dezembro 2013
Ativos	1.990	2.219
Pré-reformados	352	280
Reformas antecipadas	305	255
Reformas invalidez	84	90
Reformas velhice	3.028	3.131
Pensionistas viuvez/orfandade	1.750	1.586
	7.509	7.561

O quadro que se segue apresenta o número de participantes e beneficiários classificados por categoria:

Durante 2014 existiram 94 novos casos de Pré-Reforma, 58 novos casos de Reforma Antecipada e 11 saídas por rescisão por mútuo acordo.

A maturidade média das responsabilidades, para os planos de benefício definido, é de 10,4 anos.

Os pressupostos utilizados para cálculo dos benefícios pós-emprego são os considerados pelo Grupo e pela entidade especializada em estudos atuariais como aqueles que melhor satisfazem os compromissos estabelecidos no plano de pensões e as respetivas responsabilidades com benefícios de reforma, são os seguintes:

	Grupo em Portugal	
	2014	2013
(€ k)		
Pressuposto		
Taxa de rendimentos dos ativos	2,75%	3,75%
Taxa técnica de juro	2,75%	3,75%
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,00%
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 2,00%]	[0% - 0,5%]
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%
Idade normal de reforma	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65"	65
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)		
RSP no final do exercício anterior	333.875	376.571
Custo dos Serviços Correntes	1.260	2.773
Juro Líquido	12.043	16.360
(Ganhos)/Perdas Atuariais	21.326	(38.129)
Pagamento de benefícios efectuados pelo Fundo	(26.154)	(26.282)
Cortes - Reformas antecipadas	747	5.314
Cortes - Pré-reformas	(210)	(2.354)
Cortes - Rescisões Mútuo Acordo	(179)	-
Cortes - Migração para CD	(17.194)	-
Liquidações	-	(381)
Outros Ajustamentos	1	3
RSP no final do exercício corrente	325.515	333.875
Evolução dos Ativos Financeiros de Cobertura (Fundo)		
Valor dos ativos no final do exercício anterior	338.735	352.147
Juro líquido	12.226	15.261
Pagamento de benefícios	(26.154)	(26.282)
Cortes - Migração para CD	(17.194)	-
Ganhos/(perdas) Financeiras	27.337	(2.391)
Valor dos ativos no final do exercício corrente	334.950	338.735
Reconciliação de Ganhos e Perdas Reconhecidos - via Rendimento Integral		
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(6.504)	8.619
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	27.830	(46.748)
(Ganho)/perda financeira	(27.337)	2.391
Outros impactos	6.011	35.738
Remensuração por reconhecer no final do exercício	-	-
Reconciliação para a demonstração da posição financeira		
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	4.860	(24.424)
Custo líquido do exercício	(1.435)	(6.451)
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	6.011	35.738
Efeito de outros ajustamentos	(1)	(3)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	9.435	4.860
Custo líquido do exercício		
Custo dos serviços correntes	1.260	2.773
Juro líquido	(183)	1.099
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais	1.077	3.872
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	747	5.314
Impacto de cortes- Pré-Reformas	(210)	(2.354)
Impactos liquidações	(179)	(381)
Custo Líquido do Exercício	1.435	6.451
Reconciliação de ganhos e perdas reconhecidos via rendimento integral		
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	30.415	66.151
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(6.504)	8.619
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	27.830	(46.748)
(Ganho)/perda financeira	(27.337)	2.391
Outros impactos	-	2
(Ganhos)/Perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	24.404	30.415

	Grupo em Espanha		(€ k)
	2014		2013
Pressuposto			
Taxa de rendimentos dos ativos	2,30%		3,75%
Taxa técnica de juro	2,30%		3,75%
Taxa de crescimento dos salários	2,50%		3,00%
Taxa de crescimento das pensões	2,00%		2,00%
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	PERMF 2000P		PERMF 2000P
Tábua de mortalidade reformados	PERMF 2000P		PERMF 2000P
Idade normal de reforma	65		65
Método	Unidade de crédito projetada		Unidade de crédito projetada
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)			
RSP no final do exercício anterior	372		452
Custo dos Serviços Correntes	10		11
Juro Líquido	13		14
(Ganhos)/Perdas Atuariais	74		(23)
Liquidações	21		(88)
Outros Ajustamentos	(59)		6
RSP no final do exercício corrente	431		372
Evolução dos ativos financeiros de cobertura (Fundo)			
Valor dos ativos no final do exercício anterior	428		413
Juro líquido	15		13
Contribuição do Associado	(26)		117
Liquidações	21		(88)
Ganhos/(perdas) Financeiras	116		(27)
Valor dos ativos no final do exercício corrente	554		428
Reconciliação para a Demonstração da Posição Financeira			
Total reconhecido no início do exercício – Ativo / (Passivo)	56		(39)
Custo líquido do exercício	52		(18)
Contribuições do Associado	(26)		117
Ganhos/(perdas) reconhecidos – via Rendimento Integral	41		(4)
Total reconhecido no final do exercício – ativo/(passivo)	123		56
Custo líquido do exercício			
Custo dos Serviços Correntes	10		11
Juro Líquido	(2)		1
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	8		12
Impactos liquidações	(59)		-
Outros ajustamentos	-		6
Custo Líquido do Exercício	(51)		18
Reconciliação de ganhos e perdas reconhecidos via rendimento integral			
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	2.379		2.555
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(17)		12
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	92		(35)
(Ganho)/perda financeira	(116)		27
Outros impactos	-		(180)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	2.338		2.379

Outros benefícios de reforma não afetos ao fundo:

(€ k)

	Grupo em 2014						Total
	Reformados	Pré-reformas	Reformas antecipadas	Prémios de reforma	Seguro social voluntário	Outros	
Pressuposto							
Taxa de rendimentos dos ativos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Taxa técnica de juro	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	2,75%	
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,00% - 2,00%]	[0,05% - 1,40%]	[0,05% - 1,40%]	0,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011						
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011						
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%						
Idade normal de reforma	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	
Método	Unidade de crédito projetada						
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)							
RSP no final do exercício anterior	3.754	37.945	60.388	7.919	1.666	554	112.226
Custo dos Serviços Correntes	-	7	470	293	-	14	784
Juro Líquido (Ganhos)/Perdas Atuariais	129	1.234	2.094	289	57	20	3.823
	253	8.596	8.359	(1.191)	912	39	16.968
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	(623)	(11.790)	(9.585)	(6)	(402)	(27)	(22.433)
Cortes - Reformas antecipadas	-	-	13.981	(238)	367	-	14.110
Cortes - Pré-reformas	-	24.523	(224)	(41)	-	-	24.258
Cortes - Ativos	-	-	-	-	-	(216)	(216)
Liquidações	-	-	(10)	(51)	-	-	(61)
RSP no final do exercício corrente	3.513	60.515	75.473	6.974	2.600	384	149.459
Reconciliação para a demonstração da posição financeira							
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(3.754)	(37.945)	(60.388)	(7.919)	(1.666)	(554)	(112.226)
Custo líquido do exercício	(129)	(25.764)	(16.311)	(252)	(424)	182	(42.698)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	623	11.790	9.585	6	402	27	22.433
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(253)	(8.596)	(8.359)	1.191	(912)	(39)	(16.968)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	(3.513)	(60.515)	(75.473)	(6.974)	(2.600)	(384)	(149.459)
Custo líquido do exercício							
Custo dos serviços correntes	-	7	470	293	-	14	784
Juro líquido	129	1.234	2.094	289	57	20	3.823
Custo líquido do exercício antes de eventos especiais	129	1.241	2.564	582	57	34	4.607
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	-	-	13.981	(238)	367	-	14.110
Impacto de cortes- Pré-Reformas	-	24.523	(224)	(41)	-	-	24.258
Impacto de cortes- Ativos	-	-	-	-	-	(216)	(216)
Impactos liquidações	-	-	(10)	(51)	-	-	(61)
Custo líquido do exercício	129	25.764	16.311	252	424	(182)	42.698
Reconciliação de ganhos e perdas reconhecidos - via rendimento integral							
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	1.361	643	(5.317)	1.024	2.561	(120)	152
(Ganho)/perda atuarial de experiência	104	6.870	4.720	(1.787)	834	1	10.742
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	149	1.726	3.639	595	78	37	6.224
Outros impactos	-	-	-	-	-	(37)	(37)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	1.614	9.239	3.042	(168)	3.473	(119)	17.081
Interesses que não controlam	-	6	-	-	-	-	6
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	1.614	9.233	3.042	(168)	3.473	(119)	17.075

(€ k)

	Grupo em 2013						Total
	Reformados	Pré-reformas	Reformas antecipadas	Prémios de reforma	Seguro social voluntário	Outros	
Pressuposto							
Taxa de rendimentos dos ativos	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	N/A	
Taxa técnica de juro	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	3,75%	
Taxa de crescimento dos salários	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%	
Taxa de crescimento das pensões	[0,00% - 0,50%]	[0,00% - 0,50%]	[0,00% - 0,50%]	[0,00% - 0,50%]	[0,00% - 0,50%]	[0,00% - 0,50%]	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011						
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011						
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%						
Idade normal de reforma	65	65	65	65	65	65	
Método	Unidade de Crédito Projetada						
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)							
RSP no final do exercício anterior	4.852	27.000	55.707	7.325	1.881	655	97.420
Custo dos Serviços Correntes	-	8	531	231	-	20	790
Juro Líquido	200	1.023	2.336	322	78	29	3.988
(Ganhos)/Perdas Atuariais	32	(1.607)	(606)	728	5	(26)	(1.474)
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	(707)	(10.374)	(7.787)	(418)	(298)	(125)	(19.709)
Transferência de responsabilidade entre empresas	(623)	623	-	-	-	-	-
Cortes - Reformas antecipadas	-	-	10.839	(202)	-	-	10.637
Cortes - Pré-reformas	-	21.270	(632)	(14)	-	-	20.624
Liquidações	-	-	-	(53)	-	-	(53)
Outros Ajustamentos	-	2	-	-	-	1	3
RSP no final do exercício corrente	3.754	37.945	60.388	7.919	1.666	554	112.226
Reconciliação para a demonstração da posição financeira							
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(4.852)	(27.000)	(55.707)	(7.325)	(1.881)	(655)	(97.420)
Custo líquido do exercício	(200)	(22.301)	(13.074)	(284)	(78)	(49)	(35.986)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	707	10.374	7.787	418	298	125	19.709
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(32)	1.607	606	(728)	(5)	26	1.474
Transferência de responsabilidade entre empresas	623	(623)	-	-	-	-	-
Efeito de outros ajustamentos	-	(2)	-	-	-	(1)	(3)
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	(3.754)	(37.945)	(60.388)	(7.919)	(1.666)	(554)	(112.226)
Custo líquido do exercício							
Custo dos Serviços Correntes	-	8	531	231	-	20	790
Juro Líquido	200	1.023	2.336	322	78	29	3.988
Custo Líquido do Exercício antes de Eventos Especiais	200	1.031	2.867	553	78	49	4.778
Impacto de cortes- Reformas Antecipadas	-	-	10.839	(202)	-	-	10.637
Impacto de cortes- Pré-Reformas	-	21.271	(632)	(14)	-	-	20.625
Impactos liquidações	-	-	-	(53)	-	-	(53)
Custo Líquido do Exercício	200	22.302	13.074	284	78	49	35.987
Reconciliação de ganhos e perdas reconhecidos - via rendimento integral							
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	1.329	2.264	(4.712)	295	2.555	(94)	1.637
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(88)	(977)	241	1.501	(31)	2	648
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	120	(630)	(846)	(772)	36	(28)	(2.120)
Outros impactos	-	(14)	-	-	1	-	(13)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	1.361	643	(5.317)	1.024	2.561	(120)	152
Interesses que não controlam	-	(6)	-	-	-	-	(6)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	1.361	649	(5.317)	1.024	2.561	(120)	158

Conforme mencionado na Nota 2.10, em 31 de dezembro de 2002, foi autorizado pelo ISP, a constituição do Fundo de Pensões da Galp Energia de contribuição definida dando a possibilidade aos seus colaboradores de optarem entre este novo plano de pensões de contribuição definida e o existente plano de benefícios definidos. Foi reconhecido, durante o exercício de 2014, um custo na rubrica de custos com o pessoal no montante de €2.456 k relativo às contribuições do ano das empresas associadas do Fundo de Pensões de contribuição definida da Galp Energia, a favor dos seus empregados, em contrapartida de entrega à sociedade gestora deste fundo.

Outros benefícios de reforma – cuidados de saúde, seguro de vida e benefício mínimo do plano de contribuição definida (invalidez e sobrevivência)

Conforme referido na Nota 2.11, o Grupo tem registado em 31 de dezembro de 2014, uma provisão destinada à cobertura das suas responsabilidades com cuidados de saúde, seguro de vida por serviços passados dos ativos e responsabilidades totais da restante população e com o benefício mínimo do plano de contribuição definida. O valor atual das responsabilidades por serviços passados e pressupostos atuariais utilizados no seu cálculo, são os seguintes:

(€ k)				
Grupo em 2014				
	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	Total
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	2,75%	2,75%	2,75%	
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	1,00%	1,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	GKF95	
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	
Idade normal de reforma	66 *	66 *	66 anos ou 65 anos se com pelo menos 43 anos de descontos para a S.S. aos 65	
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do exercício anterior	211.532	3.615	4.872	220.019
Custo dos serviços correntes	3.736	118	1.024	4.878
Juro líquido	7.734	131	182	8.047
(Ganhos)/Perdas Atuariais	24.221	(742)	1.765	25.244
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	(10.596)	(203)	-	(10.799)
RSP no final do exercício corrente	236.627	2.919	7.843	247.389
Reconciliação para a demonstração da posição financeira				
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(211.532)	(3.615)	(4.872)	(220.019)
Custo líquido do exercício	(11.470)	(249)	(1.206)	(12.925)
Contribuições do Associado	-	-	-	-
Benefícios pagos diretamente pela empresa	10.596	203	-	10.799
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(24.221)	742	(1.765)	(25.244)
Efeito de outros ajustamentos	-	-	-	-
Total reconhecido no final do exercício - Ativo / (Passivo)	(236.627)	(2.919)	(7.843)	(247.389)
Custo líquido do exercício				
Custo dos serviços correntes	3.736	118	1.024	4.878
Juro líquido	7.734	131	182	8.047
Custo líquido do exercício	11.470	249	1.206	12.925
Reconciliação de ganhos e perdas reconhecidos - via rendimento integral				
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	56.127	538	(1.913)	54.752
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(6.707)	(980)	1.328	(6.359)
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	30.928	238	437	31.603
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	80.348	(204)	(148)	79.996
Interesses que não controlam (Nota 21)	1	(3)	14	12
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	80.347	(201)	(162)	79.984

* Para a empresa Lisboaagás, S.A. consideram-se satisfeitas as condições de reforma quando atingidos os 40 anos de serviço, 35 de serviço e uma idade igual ou superior a 60 anos ou quando atingidos os 66 anos ou 65 anos de idade com pelo menos 43 anos de descontos para a Segurança Social a essa idade (primeira ocorrência de entre as 4 condições).

O custo dos serviços correntes, no montante total de €4.878 k foi registado pelo grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de custos com o pessoal (Nota 6).

O juro líquido, no montante total de €8.047 k foi registado pelo grupo na demonstração dos resultados consolidados na rubrica de outros juros suportados (Nota 8).

(€ k)

	Grupo em 2013			Total
	Cuidados de saúde	Seguro de vida	Benefício mínimo do plano contribuição definida	
Pressuposto				
Taxa técnica de juro	3,75%	3,75%	3,75%	
Taxa de crescimento dos custos	4,00%	1,00%	1,00%	
Tábua de mortalidade ativos e pré-reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	INE 2009-2011	
Tábua de mortalidade reformados	INE 2009-2011	INE 2009-2011	GKF95	
Tábua de invalidez	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	EVK 80 - 50%	
Idade normal de reforma	65	65	65	
Método	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	Unidade de Crédito Projetada	
Alterações nas responsabilidades por serviços passados (RSP)				
RSP no final do exercício anterior	192.781	3.619	5.866	202.266
Custo dos Serviços Correntes	3.441	158	1.059	4.658
Juro Líquido	8.441	158	263	8.862
(Ganhos)/Perdas Atuariais	17.407	(87)	(2.316)	15.004
Pagamento de benefícios efectuados pela Empresa	(10.538)	(233)	-	(10.771)
Outros Ajustamentos	-	-	-	-
RSP no final do exercício corrente	211.532	3.615	4.872	220.019
Reconciliação para a demonstração da posição financeira				
Total reconhecido no início do exercício - Ativo / (Passivo)	(192.781)	(3.619)	(5.866)	(202.266)
Custo líquido do exercício	(11.882)	(316)	(1.322)	(13.520)
Benefícios pagos diretamente pela empresa	10.538	233	-	10.771
Ganhos/(perdas) reconhecidos - via Rendimento Integral	(17.407)	87	2.316	(15.004)
Total reconhecido no final do exercício - ativo/ (passivo)- Ativo/(Passivo)	(211.532)	(3.615)	(4.872)	(220.019)
Custo líquido do exercício				
Custo dos serviços correntes	3.441	158	1.059	4.658
Juro líquido	8.441	158	263	8.862
Outros ajustamentos	-	-	-	-
Custo líquido do exercício	11.882	316	1.322	13.520
Reconciliação de ganhos e perdas reconhecidos - via rendimento integral				
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no início do exercício	38.720	622	403	39.745
(Ganho)/perda atuarial de experiência	(2.154)	254	(703)	(2.603)
(Ganho)/perda atuarial por alteração de pressupostos	19.561	(335)	(1.613)	17.613
Outros impactos	-	(3)	-	(3)
(Ganhos)/perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	56.127	538	(1.913)	54.752
Interesses que não controlam	1	(3)	14	12
(Ganhos)/ perdas cumulativos reconhecidos no final do exercício	56.126	541	(1.927)	54.740

De acordo com os estudos atuariais elaborados pela entidade especializada, a estimativa de contribuição, para os vários planos de benefício definido, para 2014 é de €38.617 K.

Análise de sensibilidade

Foi efetuada uma análise de sensibilidade, com vista a medir o impacto nas responsabilidades causado pela alteração da taxa de desconto. Para este efeito, considerámos uma variação negativa de 25 b.p. na taxa de desconto.

Responsabilidades	(€ k)		
	Taxa de desconto 2,75%	Taxa de desconto 2,50%	Variação
Benefícios de reforma			
Afetas ao fundo de pensões	325.515	333.221	2,37%
Não afetas ao fundo de pensões	149.459	151.108	1,10%
	474.974	484.330	
Outros benefícios			
Cuidados de saúde	236.627	245.621	3,80%
Seguro de vida	2.919	2.984	2,21%
Benefício mínimo do plano contribuição definida	7.843	7.963	1,54%
	247.389	256.568	
	722.363	740.898	

Taxa de tendência dos custos médicos

A taxa de crescimento de custos médicos de médio longo prazo considerada pelo Grupo Galp Energia, com base nas taxas históricas de crescimento dos prémios e da sinistralidade, é de 4%. A análise de sensibilidade efetuada para a Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A., que representa cerca de 88% do universo total do Grupo Galp Energia, reflete que um aumento de 1% na taxa de crescimento dos prémios implica um acréscimo de 13% nas responsabilidades (€30.861 k), enquanto que um decréscimo de 1% na taxa de crescimento dos prémios resulta num decréscimo de 16% das responsabilidades (€38.758 k).

Análise de sensibilidade do seguro de saúde

Rubricas	(€ k)		
	3%	4%	5%
Responsabilidades por serviços passados	205.766	236.627	275.385
Impacto nas responsabilidades por serviços passados	(30.861)	-	38.758

Análise histórica da remensuração

A análise histórica da remensuração foi realizada com referência ao Fundo de Pensões da Petrogal, uma vez que esta representa 90% do universo total do Grupo Galp Energia.

Taxa de desconto	(€ k)							
	2,75%	3,75%	4,50%	5,25%	5,25%	5,25%	6,10%	5,45%
	2014	2013	2012	2011	2010	2009	2008	2007
Valor das Responsabilidades (a)	293.615	302.461	342.720	336.401	329.908	339.565	311.357	328.220
Valor do Fundo (b)	304.127	306.892	320.518	288.047	304.235	308.472	302.572	333.403
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais	(19.062)	35.491	(6.483)	(8.694)	8.833	(32.210)	12.871	24.205
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por alteração de pressupostos	(24.452)	44.243	4.055	-	-	(27.009)	20.337	30.430
Ganhos (+) e Perdas (-) Atuariais por experiência (c)	5.390	(8.752)	(10.538)	(8.694)	8.833	(5.201)	(7.466)	(6.225)
Ganhos (+) e Perdas (-) Financeiros (d)	26.365	(2.744)	20.213	(15.219)	1.706	11.013	(26.840)	(7.363)
(c)/(a)	2%	-3%	-3%	-3%	3%	-2%	-2%	-2%
(d)/(b)	9%	-1%	6%	-5%	1%	4%	-9%	-2%
Retorno Real dos Ativos do Plano (%)	12,7%	3,6%	12,5%	0,3%	4,8%	8,9%	-2,9%	3,1%
Retorno Real dos Ativos do Plano	37.426	11.128	36.200	125	15.857	25.535	(9.796)	9.694

Os Planos de Pensões de Benefício Definido e os Cuidados de Saúde e Vida pós emprego do Grupo estão expostos a vários riscos, dos quais se destacam os seguintes:

- (a) Risco de Longevidade
Longevidade real superior à projetada poderá refletir-se num aumento de responsabilidades.
- (b) Risco de Taxa de Juro de Obrigações
Uma diminuição da taxa de juro de referência usada como taxa de desconto, leva ao aumento de responsabilidades, que pode ser mitigado nos casos em que existe um fundo como veículo de financiamento, pela exposição dos ativos ao segmento Obrigacionista.
- (c) Risco de Investimento
Os principais riscos de Investimento são o risco de taxa de juro, risco de crédito, risco de mercado acionista e risco cambial. As implicações que o nível de risco subjacente à política de Investimento poderá ter no cumprimento do mínimo de solvência do fundo, resultam de oscilações da taxa de juro, da exposição aos mercados acionistas e alternativos, resultarem numa performance inferior à taxa de desconto. Sendo, neste caso específico, o risco de oscilação de taxa de juro o mais relevante, uma vez que as carteiras estão maioritariamente investidas nesta classe de ativos. Este facto, juntamente com o impacto dos riscos não mitigáveis (e.g. variações da população), aumenta a probabilidade de serem necessárias contribuições extraordinárias (i.e. para além do custo dos serviços correntes) de forma a manter a solvência do fundo.
- (d) Risco de evolução desfavorável do custo real com Seguros de Saúde e Vida.

24. OUTRAS CONTAS A PAGAR

Em 31 de dezembro de 2014 e 2013 a rubrica outras contas a pagar não correntes e correntes pode ser detalhada como segue

Rubricas	dezembro 2014		dezembro 2013	
	Corrente	Não-corrente	Corrente	Não-corrente
Estado e outros entes públicos:				
IVA a pagar	223.530	-	257.732	-
ISP - Imposto sobre Produtos Petrolíferos	83.994	-	75.229	-
IRS retenções efectuadas a terceiros	9.127	-	8.250	-
Segurança social	6.672	-	6.530	-
Outras tributações	22.213	-	27.261	-
Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis	114.001	94.728	139.329	98.938
Adiantamentos por conta de vendas (Nota 16)	48.781	-	149.312	-
Overlifting	29.714	-	4.889	-
<i>Outras contas a pagar - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)</i>	22.636	-	2.238	-
ISP - Débito das congéneres	10.324	-	1.409	-
Pessoal	7.017	-	7.433	-
Saldos credores de clientes	6.529	-	2.989	-
Depósito de cauções e garantias recebidas	2.798	-	2.666	-
Outras contas a pagar - Outros acionistas	1.235	-	1.235	-
Adiantamentos de clientes	477	-	978	-
Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (Nota 28)	365	154.990	365	135.319
Empréstimos - Outros acionistas	-	12.446	-	12.648
Outros credores	37.480	4.570	31.186 (a)	3.717
	626.893	266.734	719.031 (a)	250.622
Acréscimos de custos:				
Fornecimentos e serviços externos	108.265	-	72.729	-
Juros a liquidar	46.077	-	23.276	-
Férias, subsídio de férias e respetivos encargos	29.701	-	29.877	-
Prémios de produtividade	18.605	6.770	15.570	-
Acertos de desvio tarifário - outras atividades - regulação ERSE	18.346	-	15.399	-
Acerto de desvio tarifário - proveitos permitidos - regulação ERSE (Nota 14)	10.256	9.546	5.618	13.309
Brindes Fastgalp	7.377	-	7.836	-
Juros de descobertos	4.059	-	5.486	-
Prémios de seguro a liquidar	1.673	-	2.510	-
Custos e perdas financeiros	933	-	940	-
Neutralidade financeira - regulação ERSE	462	-	394	-
Acréscimos de custos com pessoal - outros	106	-	74	-
Acerto de desvio tarifário - tarifa de energia - regulação ERSE (Nota 14)	-	15.831	-	10.138
Outros acréscimos de custos	21.641	-	11.593	2.814
	267.501	32.147	191.302	26.261
Proveitos diferidos:				
Subsídios ao Investimento (Nota 13)	10.694	255.372	10.384	266.153
Prestação de Serviços	4.964	-	5.016	-
Fibra ótica	272	1.527	404	1.799
Outros	10.735	60	10.684	69
	26.665	256.959	26.488	268.021
	921.059	555.840	936.821 (a)	544.904

(a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

A rubrica de Adiantamentos por conta de vendas, no montante de €48.781 k é relativa a responsabilidades do Grupo perante concorrentes por reservas estratégicas (Nota 16).

A rubrica de Fornecedores de ativos tangíveis e intangíveis não correntes respeita essencialmente a direitos de superfície.

O montante de €29.714 k registado na rubrica de Outras contas a pagar - Overlifting, corresponde à responsabilidade do Grupo pelo levantamento de barris de crude em excesso face à sua quota de produção e encontra-se valorizada conforme descrito Nota 2.7 e).

O montante de €2.798 k, registado na rubrica de Depósitos de cauções e garantias recebidas, inclui €2.123 k referente à responsabilidade da Petrogal em 31 de dezembro de 2014, por cauções recebidas pela cedência de garrafas de gás, que foram registadas ao valor de aquisição o qual corresponde aproximadamente ao seu justo valor.

O montante de €154.990 k registado na rubrica de Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas refere-se a:

- A empresa Winland International Petroleum, SARL, concedeu, em março de 2012, empréstimos no montante global de €154.990 k (US\$188.173.000). O montante registado na rubrica de Empréstimos - Empresas associadas, participadas e relacionadas (não correntes) diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Petrogal Brasil, S.A. Estes vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos. No período findo em 31 de dezembro de 2014 encontram-se reconhecidos na rubrica de juros, respeitantes a empréstimos obtidos, relativos a empresas relacionadas o montante de €7.103 k (Notas 8 e 28).

O montante de €12.446 k registado na rubrica de Empréstimos - Outros acionistas refere-se essencialmente a:

- €8.938 k registado a médio e longo prazo a pagar à ENAGÁS, S.G.P.S., S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária SETGÁS - Sociedade de Distribuição de Gás Natural, SA, incluída no perímetro de consolidação (Nota 3), os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;
- €1.205 k registado a médio e longo prazo a pagar à EDP Cogeração, S.A. relativamente a suprimentos obtidos pela subsidiária Carriço Cogeração - Sociedade de Geração de Electricidade e Calor, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido;

- O montante de €2.280 k, registado a médio e longo prazo a pagar à Visabeira Telecomunicações, SGPS, S.A., diz respeito a suprimentos obtidos pela subsidiária Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A., os quais vencem juros à taxa de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

O montante de €7.377 k registado na rubrica de Acréscimos de custos – Brindes Fastgalp refere-se às responsabilidades da Petrogal face aos pontos emitidos e não rebatidos até 31 de dezembro de 2014, referentes ao Cartão Fast Galp, e que se prevê que venham a ser trocados por prémios nos períodos seguintes.

Os subsídios ao investimento encontram-se a ser reconhecidos em resultados durante a vida útil dos bens. O montante a reconhecer em períodos futuros ascende a €266.066 k (Nota 13).

Os proveitos decorrentes do contrato de cessão de direitos de utilização de infraestruturas de telecomunicações encontram-se diferidos na rubrica Proveitos diferidos – Fibra ótica e são reconhecidos em resultados durante o período do contrato. O saldo de proveitos diferidos em 31 de dezembro de 2014, por reconhecer em períodos futuros ascende a €1.799 k.

25. PROVISÕES

No decurso do exercício findo em 31 de dezembro de 2014 a rubrica de provisões apresentava o seguinte movimento:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Utilização	Regularizações	Saldo final
Processos judiciais	14.256	995	(943)	(3.058)	2	11.252
Investimentos financeiros (Nota 4)	3.130	1.164	-	-	(340)	3.954
Impostos	32.890	13.900	(5.322)	(21.708)	1.478	21.238
Meio ambiente	3.781	180	(180)	(1.760)	-	2.021
Abandono de blocos	88.227	23.094	-	(12.783)	12.822	111.360
Outros riscos e encargos	11.865	26.586	(720)	(2.993)	(23)	34.715
	154.149	65.919	(7.165)	(42.302)	13.939	184.540

Os aumentos de provisões, líquidos de diminuições foram registados como se segue:

	(€ k)
Provisões (Nota 6)	(3.887)
Capitalização dos custos da provisão para abandono blocos	23.094
Estimativa de Liquidações Adicionais de IRP em Angola (Nota 9)	13.871
Resultados relativos a participações financeiras em empresas associadas e entidades conjuntamente controladas (Nota 4)	1.164
Contribuição extraordinária setor energético	24.512
	58.754

Processos judiciais

A provisão para processos judiciais em curso ascende ao montante de €11.252 k inclui essencialmente: o montante de €5.472 k relativo a responsabilidades pela liquidação de taxas de ocupação do subsolo da subsidiária Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A. relativamente ao diferendo que opõe esta empresa com a Câmara Municipal de Matosinhos.

Investimentos financeiros

A provisão para investimentos financeiros, refere-se ao compromisso solidário do Grupo junto das associadas que apresentavam capitais próprios negativos (Nota 4).

Impostos

A rubrica provisão para impostos no montante de €21.238 k inclui essencialmente:

- (i) €10.049 k de liquidações adicionais em sede de IRP (Nota 9);
- (ii) €7.394 k para fazer face a uma contingência fiscal, relacionada com uma correção à matéria coletável da subsidiária Petrogal relativa aos exercícios de 2001 e 2002 (Nota 9);
- (iii) €3.377 k para fazer face ao risco fiscal associado à alienação da participação da ONI, SGPS, à Galp Energia, SGPS, S.A.

A redução da provisão para impostos no montante de €5.322 k teve origem na decisão favorável do tribunal no processo judicial sobre as correções efetuadas à matéria coletável, no decurso da inspeção fiscal à declaração de IRC dos exercícios de 2005 e 2006 da Galp Energia, SGPS, S.A. e da subsidiária GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. A contingência fiscal estava relacionada com a interpretação sobre o regime de tributação de mais valias obtidas em períodos anteriores ao ano de 2000.

A utilização no montante de €21.708 k corresponde essencialmente à liquidação adicional em sede de IRP em Angola no montante de €21.679 k.

Meio Ambiente

O montante €2.021 k registado na rubrica de provisões para meio ambiente é para fazer face aos custos associados com descontaminação de solos de algumas instalações ocupadas pelo Grupo onde já se tomou a decisão de descontaminação por obrigatoriedade legal. No exercício findo foi utilizado o montante de €1.760 k na descontaminação de solos nas refinarias.

Abandono de blocos

O montante de €111.360 k registado na rubrica de provisões para abandono de blocos, destina-se a fazer face a custos de abandono das instalações de exploração situadas nos Blocos 1 e 14 em Angola no montante de €84.021 k e o remanescente montante de €27.339 k a instalações no Brasil. Esta provisão destina-se a cobrir a totalidade dos custos a suportar no final da vida útil de produção daquelas áreas petrolíferas com o desmantelamento de ativos e a descontaminação de solos.

Outros riscos e encargos

Em 31 de dezembro de 2014, a rubrica provisões – outros riscos e encargos no montante de €34.715 k refere-se essencialmente a:

- i) €4.561 k para fazer face a processos relativos a responsabilidades por “sanções” aplicadas pelas Autoridades Aduaneiras devido a um atraso na declaração de destino aduaneiro de cargas de navios recebidos em Sines;
- ii) €1.880 k para fazer face às imparidades dos ativos das participadas, Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.;
- iii) €1.790 k para fazer face aos débitos relativos ao exercício de 2012 efetuados pela Administração do Porto de Lisboa, pela ocupação do terreno de Cabo Ruivo reclamados pela Empresa; e
- iv) €24.512 k relativos à constituição da provisão para fazer face à contribuição extraordinária sobre o sector energético.

26. FORNECEDORES

Em 31 de dezembro de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, a rubrica “Fornecedores” apresentava o seguinte detalhe:

Rubricas	(€ k)	
	dezembro 2014	dezembro 2013
Fornecedores c/c	326.179	859.177 (a)
Fornecedores – faturas em receção e conferência	571.868	650.445
	898.047	1.509 622 (a)

a) Estes montantes foram reexpressos tendo em conta as alterações de classificação contabilística referida na Nota 2.23.

Os saldos das contas a pagar a fornecedores – faturas em receção e conferência, correspondem essencialmente às compras de matérias-primas de petróleo bruto, gás natural e de mercadorias em trânsito àquelas datas.

27. OUTROS INSTRUMENTOS FINANCEIROS – DERIVADOS FINANCEIROS

É prática do Grupo utilizar derivados financeiros para cobrir riscos de taxas de juro, riscos de flutuação de mercado, nomeadamente os riscos de variação do preço de petróleo bruto, produtos acabados e margens de refinação, bem como riscos de variação do preço do gás natural e eletricidade os quais afetam o valor financeiro dos ativos e dos “cash-flows” futuros esperados da sua atividade.

Os derivados financeiros são denominados, segundo as normas IAS/IFRS, como “ativos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos” ou “passivos financeiros pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos”. Os derivados financeiros sobre taxa de juro que são contraídos para fins de cobertura da variação de taxa de juro de empréstimos são denominados como sendo de “cobertura de fluxo de caixa”. Os derivados financeiros sobre *commodities* que são contraídos para fins de cobertura da variabilidade do justo valor ou para colmatar quaisquer riscos que possam afetar os resultados do exercício de contratos de clientes são denominados como sendo de “cobertura de justo valor”.

O justo valor dos derivados financeiros foi determinado por entidades bancárias tendo por base modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites.

Em conformidade com a norma IFRS 13 uma entidade deve classificar as mensurações do justo valor baseando-se numa hierarquia do justo valor que reflita o significado dos inputs utilizados na mensuração. A hierarquia de justo valor deverá ter os seguintes níveis:

- Nível 1 – o justo valor dos ativos ou passivos é baseado em cotações de mercados líquidos ativos à data de referência do balanço;
- Nível 2 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação baseados em inputs observáveis no mercado;
- Nível 3 – o justo valor dos ativos ou passivos é determinado com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado.

O justo valor dos derivados financeiros (*swaps*) contabilizados foi determinado por entidades bancárias tendo por base inputs observáveis no mercado e utilizados nos modelos e técnicas de avaliação geralmente aceites (Nível 2). Os futuros são transacionados em Bolsa sujeitos à Câmara de compensação, sendo o valor determinado pelos preços cotados (Nível 1).

	Justo valor em 31 de dezembro de 2014				Justo valor em 31 de dezembro 2013				(€ k)
	Ativo		Passivo		Ativo		Passivo		
	corrente	não corrente	corrente	não corrente	corrente	não corrente	corrente	não corrente	
Derivados sobre Taxa de Juro									
<i>Swaps</i>	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.241)
	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.241)
Derivados sobre <i>commodities</i>									
<i>Swaps</i>	6.977	405	(14.513)	(838)	9.350	6.066	(456)	(297)	
Opções	9	-	(111)	-	33	-	(40)	-	
Futuros	7.156	-	(139)	-	6.947	-	-	-	
	14.142	405	(14.763)	(838)	16.330	6.066	(496)	(297)	
Derivados sobre câmbios									
<i>Non-deliverable Forwards</i>	218	-	-	-	20	-	-	-	
<i>Forwards</i>	-	-	(521)	-	85	-	-	-	
<i>Currency Interest Rate Swaps</i>	2.932	-	-	-	-	-	(9.974)	-	
	3.150	-	(521)	-	105	-	(9.974)	-	
	17.292	405	(15.284)	(838)	16.435	6.066	(10.470)	(1.538)	

Os instrumentos financeiros derivados em carteira em 31 de dezembro de 2014 e 31 de dezembro de 2013 são apresentados no quadro seguinte:

	31 de dezembro de 2014				31 de dezembro 2013				(€ k)
	Demonstração de Resultados			Capital Próprio	Demonstração de Resultados			Capital Próprio	
	Potencial (MTM)	Real	MTM+Real	Potencial (MTM)	Potencial (MTM)	Real	MTM+Real	Potencial (MTM)	
Derivados sobre taxa de juro									
<i>Swaps</i>	-	(1.417)	(1.417)	1.241	(13)	(6.265)	(6.278)	6.789	
	-	(1.417)	(1.417)	1.241	(13)	(6.265)	(6.278)	6.789	
Derivados sobre <i>commodities</i>									
<i>Swaps</i>	(14.871)	1.678	(13.193)	-	14.485	6.235	20.720	-	
Opções	(95)	-	(95)	-	-	-	-	-	
Futuros	(2.970)	(22.631)	(25.601)	-	(757)	(16.034)	(16.791)	-	
	(17.936)	(20.953)	(38.889)	-	13.728	(9.799)	3.929	-	
Derivados sobre câmbios									
<i>Non-deliverable Forwards</i>	198	322	520	-	5.148	-	5.148	-	
<i>Forwards</i>	(606)	(2.260)	(2.866)	-	85	-	85	-	
<i>Currency Interest Rate Swaps</i>	10.312	3.848	14.160	-	(9.022)	(1.223)	(10.245)	-	
	9.904	1.910	11.814	-	(3.789)	(1.223)	(5.012)	-	
	(8.032)	(20.460)	(28.492)	1.241	9.926	(17.287)	(7.361)	6.789	

O impacto contabilístico a 31 de dezembro de 2014 e 2013 na demonstração de resultados é apresentado no quadro seguinte:

Nota: MTM – variação do Mark-to-Market de janeiro até à data do reporte. Real – valor da posições fechadas.

O valor potencial do MTM (*Mark-to-Market*) reconhecido na rubrica de Rendimentos de Instrumentos Financeiros compreende a valorização potencial da componente de juros dos derivados *Currency Interest Rate Swaps* e derivados sobre *Commodities*, no montante de €18.106 k negativos, como apresentado no quadro abaixo: *

	(€ k)
	dezembro 2014
Rendimentos de instrumentos financeiros	
Derivados sobre commodities	
<i>Swaps</i>	(14.871)
Opções	(95)
Futuros	(2.970)
Derivados sobre câmbios	
<i>Currency Interest Rate Swaps (Juro)</i>	(170)
Outras operações de trading	287
	(17.819)

*Componente de juro no valor de €170 k negativos incluída na variação positiva do MTM do derivado cambial no total de €10.312 k. O diferencial positivo no valor de €10.482 k para a variação de MTM encontra-se refletido em diferenças de câmbio.

O valor real dos derivados financeiros reconhecidos na rubrica de Custo da Venda ascende a €15.556 k negativos que compreende os derivados sobre commodities.

Os movimentos ocorridos no Justo Valor repercutidos no Capital Próprio, resultante da cobertura de fluxo de caixa, são como se segue:

	(€ k)	
Varição de justo valor nos capitais próprios	dezembro 2014	dezembro 2013
Empresas do Grupo	1.241	6.789
Interesses que não controlam	-	(8)
	1.241	6.781
Empresas associadas	(283)	222
	958	7.003

Os derivados financeiros em aberto apresentam os seguintes valores nominais:

	(€ k)		
	31 de dezembro de 2014		
	Maturidades		
		< 1 ano	> 1 ano
Derivados sobre Taxa de Juro			
<i>Swaps</i>	Compra	-	-
	Venda	-	-
Derivados sobre Commodities			
<i>Swaps</i>	Compra	71.529	4.819
	Venda	13.339	-
Opções	Compra	4.034	-
	Venda	3.694	-
Futuros	Compra	-	-
	Venda	9.592	-
Derivados sobre Câmbios			
Non-deliverable Forwards	Compra	12.658	-
	Venda	-	-
Forwards	Compra	16.033	-
	Venda	21.966	-
Currency Interest Rate Swaps	Compra	202.935	-
	Venda	-	-
		355.780	4.819

Nota: Valor Nominal equivalente em milhares de Euros.

O Grupo Galp tem derivados financeiros sobre commodities classificados como cobertura de Justo Valor (*Fair value hedge*). Esses derivados financeiros foram celebrados para a redução de riscos associados com contratos celebrados com clientes. Assim sendo, esses contratos foram igualmente valorizados ao justo valor pelo montante positivo de €7.761k refletidos na Demonstração de Resultados como MTM (*Mark-to-Market*) na rubrica dos respetivos derivados financeiros por contrapartida de Acréscimos e Diferimentos.

O Grupo Galp Energia transaciona instrumentos financeiros denominados como Futuros. Devido a sua elevada liquidez, pelo facto de serem transacionados em Bolsa, os mesmos encontram-se classificados como Ativos financeiros ao justo valor por resultados e fazem parte integrante da rubrica de caixa e seus equivalentes. Os ganhos e perdas realizados com os futuros sobre commodities (Brent e eletricidade) estão classificados na rubrica de Custo das Vendas, enquanto os ganhos e perdas realizados com futuros sobre CO2 estão classificados na rubrica de outros custos operacionais. As variações de justo valor das posições abertas são registadas em resultados financeiros. Como os Futuros são transacionados em Bolsa, sujeitos à Câmara de Compensação, os ganhos e perdas são registados de forma contínua na Demonstração dos Resultados.

28. ENTIDADES RELACIONADAS

Os saldos e transações com entidades relacionadas verificados no exercício de 2014 e 2013, respetivamente podem ser resumidos como se segue:

Saldos ativos

(€ k)

	2014						Acréscimos e diferimentos
	Não-corrente			Corrente			
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	Cientes	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	
Empresas associadas							
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	9.787	4.358	3.916	609	-	281	623
Sonangalp – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	8.688	-	-	7.747	-	941	-
Energin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	5.557	2.753	-	-	-	2.779	25
Galp IPG Matola Terminal Lda	941	-	-	45	-	896	-
IPG Galp Beira Terminal Lda	935	-	-	45	-	890	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	891	-	-	-	-	-	891
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	676	-	-	-	-	-	676
Metragaz, S.A.	244	-	-	-	-	65	179
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd	216	-	-	(3)	-	-	219
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	214	-	-	214	-	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	54	-	-	4	-	50	-
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	24	-	-	1	-	23	-
Tagusgás Propano, S.A.	3	-	-	3	-	-	-
	28.230	7.111	3.916	8.665	-	5.925	2.613
Empresas conjuntamente controladas							
Ventinveste, S.A.	20.553	20.474	-	45	-	4	30
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	1.561	-	-	347	-	310	904
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	849	848	-	-	-	-	1
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	634	-	-	62	-	448	124
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	619	-	-	4	-	615	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	11	-	-	10	-	1	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	5	-	-	4	-	1	-
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	5	-	-	2	-	3	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	4	-	-	3	-	1	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	3	-	-	2	-	1	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	2	-	-	1	-	1	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	2	-	-	1	-	1	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	1	-	-	-	-	1	-
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.	1	-	-	-	-	1	-
Âncora Wind-Energia Eólica, S.A.	1	-	-	-	-	1	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	-	-	-	-	1	-
Tupi B.V.	1	-	-	1	-	-	-
	24.253	21.322	-	482	-	1.390	1.059
Empresas participadas e relacionadas							
Tip Top Energy, SARL	889.858	170.954	-	-	718.904	-	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	63	-	91	(28)	-	-	-
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	53	-	-	-	-	53	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	29	-	-	19	-	10	-
Fundação Galp Energia	22	-	-	(9)	-	31	-
ENI, S.p.a.	19	-	-	92	-	-	(73)
Portugal Ventures	1	-	-	1	-	-	-
Outras Empresas Associadas	18	-	-	-	-	18	-
	890.063	170.954	91	75	718.904	112	(73)
	942.546	199.387	4.007	9.222	718.904	7.427	3.599

(€ k)

	dezembro 2013 reexpresso						Acréscimos e diferimentos
	Não-corrente			Corrente			
	Total das entidades relacionadas	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	Clientes	Empréstimos concedidos (Nota 14)	Outras contas a receber (Nota 14)	
Empresas associadas							
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	7.409	4.350	-	612	-	2.030	417
Sonangalp – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	4.330	-	-	4.223	-	107	-
Energin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	2.753	2.753	-	-	-	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	885	-	-	-	-	-	885
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	643	-	-	-	-	-	643
Metragaz, S.A.	516	-	-	(3)	-	121	398
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	215	-	-	215	-	-	-
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd	154	-	-	(3)	-	4	153
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	142	-	-	142	-	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	62	-	-	-	-	62	-
Aero Serviços, SARL – Sociedade Abastecimento de Serviços Aeroportuários	43	-	-	6	-	37	-
Tagusgás Propano, S.A.	22	-	-	22	-	-	-
	17.174	7.103	-	5.214	-	2.361	2.496
Empresas conjuntamente controladas							
Ventinveste, S.A.	19.987	19.955	-	-	-	-	32
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	1.395	-	-	112	-	251	1.032
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	821	820	-	-	-	-	1
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	690	-	-	2	-	688	-
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	99	-	-	74	-	23	2
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	90	-	-	-	-	90	-
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	34	-	-	34	-	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	8	-	-	8	-	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1	-	-	-	-	1	-
Tupi B.V.	1	-	-	1	-	-	-
	23.132	20.775	-	237	-	1.053	1.067
Empresas participadas e relacionadas							
Tip Top Energy, SARL	871.493	706.993	-	-	164.500	-	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	94	-	90	3	-	1	-
ENI, S.p.a.	81	-	-	143	-	11	(73)
Cooperativa de Habitação da Petrogal, CRL	53	-	53	-	-	-	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	24	-	-	24	-	-	-
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	2	-	-	2	-	-	-
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.	1	-	-	1	-	-	-
Fundação Galp Energia	1	-	-	1	-	-	-
Outras Empresas Associadas	7.594	-	4.995	1	-	2.598	-
	879.343	706.993	5.138	175	164.500	2.610	(73)
	919.649	734.871	5.138	5.626	164.500	6.024	3.490

Os empréstimos a empresas associadas, empresas conjuntamente controladas e empresas participadas e relacionadas não corrente e corrente em 31 de dezembro de 2014 respeitam essencialmente a empréstimos de financiamento concedidos às seguintes entidades:

	(€k)		
	Ativo corrente – empréstimos concedidos (Nota 14)	Ativo não-corrente – empréstimos concedidos (Nota 14)	Juros respeitantes a empréstimos concedidos (Nota 8)
Energin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	2.753	52
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	-	310
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	848	28
Ventinveste, S.A.	-	20.474	698
pela GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.	-	24.075	1.088
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	-	4.358	8
pela Galp Gás Natural Distribuição, SGPS, S.A.	-	4.358	8
Tip Top Energy, SARL	718.904	170.954	14.120
pela Galp Sinopec Brazil Services (Cyprus) Limited	718.904	170.954	14.120
	718.904	199.387	15.216

O empréstimo que a Galp Energia Brazil Service (Cyprus) Limited concedeu à Tip Top Energy, SARL em 28 de março de 2012, é remunerado à taxa de juro LIBOR 3 meses, acrescido de um *spread*, pelo prazo de 4 anos. No exercício findo em 31 de dezembro de 2014 foram registados na rubrica de juros respeitantes a empréstimos concedidos relativos a empresas relacionadas o montante de €14.120 k (Nota 14).

Os restantes empréstimos vencem juros a taxas de mercado e não têm prazo de reembolso definido.

Saldos passivos

	2014					Acréscimos e diferimentos
	Total das entidades relacionadas	Não-corrente		Corrente		
		Empréstimos obtidos (Nota 24)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 24)	
Empresas associadas						
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd	4.883	-	-	4.883	-	-
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	3.252	-	-	2.620	-	632
Energin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	2.752	-	-	-	2.752	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	2.057	-	-	2.057	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	2.012	-	-	2.012	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	48	-	-	-	48	-
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	4	-	-	4	-	-
	15.008	-	-	11.576	2.800	632
Empresas conjuntamente controladas						
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	51.733	-	-	51.733	-	-
Tupi B.V.	18.613	-	-	-	18.613	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	113	-	-	113	-	-
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	5	-	-	5	-	-
	70.464	-	-	51.851	18.613	-
Empresas participadas e relacionadas						
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	159.883	154.990	-	-	-	4.893
Amorim Energia, B.V.	271	-	-	-	-	271
ENI, S.p.a.	126	-	-	26	(11)	111
Central-E, S.A.	11	-	-	11	-	-
PME Ventures	(1)	-	-	-	(1)	-
Outras Empresas Associadas	1.600	-	365	-	1.235	-
	161.890	154.990	365	37	1.223	5.275
	247.362	154.990	365	63.464	22.636	5.907

	dezembro 2013 reexpresso					Acréscimos e diferimentos
	Total das entidades relacionadas	Não-corrente		Corrente		
		Empréstimos obtidos (Nota 24)	Empréstimos obtidos (Nota 24)	Fornecedores	Outras contas a pagar (Nota 24)	
Empresas associadas						
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd	5.945	-	-	5.945	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	2.007	-	-	2.007	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	1.963	-	-	1.963	-	-
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	1.626	-	-	909	-	717
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	1.100	-	-	124	976	-
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	47	-	-	47	-	-
C.L.C. Guiné Bissau – Companhia Logística de Combustíveis da Guiné Bissau, Lda.	27	-	-	-	27	-
	12.715	-	-	10.995	1.003	717
Empresas conjuntamente controladas						
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	38.987	-	-	38.987	-	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	218	-	-	218	-	-
	39.205	-	-	39.205	-	-
Empresas participadas e relacionadas						
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	139.765	135.319	-	-	-	4.446
ENI, S.P.A.	137	-	-	26	-	111
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	63	-	-	63	-	-
Outras Empresas Associadas	1.600	-	365	-	1.235	-
	141.565	135.319	365	89	1.235	4.557
	193.485	135.319	365	50.289	2.238	5.274

O montante de €154.990 k registado a médio e longo prazo a pagar à Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.) respeita a suprimentos obtidos pela subsidiária Petrogal Brasil, S.A. (Nota 24), os quais vencem juros à taxa de mercado e têm prazo de reembolso definido de 10 anos.

Transações

(€ k)

	2014			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Empresas associadas				
Galp IPG Matola Terminal Lda	-	(941)	-	-
IPG Galp Beira Terminal Lda	-	(935)	-	-
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	2.011	(740)	-	-
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	9.788	(725)	-	(318)
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd	68.861	(461)	-	-
Metragaz, S.A.	-	(458)	-	-
Sonangalp – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(86)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	12.073	(33)	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	12.341	(6)	-	-
Tagusgás Propano, S.A.	-	(6)	-	-
Energin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	-	-	(52)
	105.074	(4.391)	-	(370)
Empresas conjuntamente controladas				
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	15.951	(1.787)	-	-
Belem Bioenergia Brasil, S.A.	-	(740)	-	-
Caiaigeste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	-	(229)	-	-
Ventinveste, S.A.	-	(111)	-	(698)
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	-	(42)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	-	(21)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	-	(17)	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	-	(9)	-	-
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	-	(7)	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	-	(3)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.	-	(1)	-	-
Âncora Wind-Energia Eólica, S.A.	-	(1)	-	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	1.261	-	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	-	(28)
	17.212	(2.969)	-	(726)
Empresas participadas e relacionadas				
ENI, S.p.a.	-	(61.555)	-	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	486	(155)	-	-
Fundação Galp Energia	-	(67)	-	-
Portugal Ventures	-	(28)	-	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	-	(23)	-	-
PME Ventures	-	(11)	-	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	(14.120)
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	-	-	7.103	-
Central-E, S.A.	137	-	-	-
Amorim Energia, B.V.	1.046	-	-	-
	1.669	(61.839)	7.103	(14.120)
	123.955	(69.199)	7.103	(15.216)

(€ k)

	2013 reexpresso			
	Custos operacionais	Proveitos operacionais	Custos financeiros (Nota 8)	Proveitos financeiros (Nota 8)
Empresas associadas				
Terparque – Armazenagem de Combustíveis, Lda.	2.253	(776)	-	-
Metragaz, S.A.	-	(650)	-	-
Tagusgás – Empresa de Gás do Vale do Tejo, S.A.	4.986	(648)	-	(296)
Gásfomento – Sistemas e Instalações de Gás, S.A.	1.099	(364)	-	-
EMPL – Europe Magreb Pipeline, Ltd	65.552	(310)	-	-
Sonangalp – Sociedade Distribuição e Comercialização de Combustíveis, Lda.	-	(98)	-	-
Tagusgás Propano, S.A.	-	(61)	-	-
Gasoduto Extremadura, S.A.	12.326	(30)	-	-
Gasoduto Al-Andaluz, S.A.	12.056	(22)	-	(25)
Energin – Sociedade de Produção de Electricidade e Calor, S.A.	-	(1)	-	(64)
	98.272	(2.960)	-	(385)
Empresas conjuntamente controladas				
C.L.C. – Companhia Logística de Combustíveis, S.A.	15.566	(1.500)	-	-
Caiageste – Gestão de Áreas de Serviço, Lda.	1	(308)	-	-
Ventinveste Eólica, SGPS, S.A.	-	(98)	-	-
Moçamgalp Agroenergias de Moçambique, S.A.	5	(90)	-	-
Parque Eólico do Douro Sul, S.A.	-	(41)	-	-
Parque Eólico do Pinhal Oeste, S.A.	-	(21)	-	-
Parque Eólico da Serra do Oeste, S.A.	-	(17)	-	-
Parque Eólico do Planalto, S.A.	-	(9)	-	-
Ventinveste, S.A.	-	(8)	-	(646)
Parque Eólico de Vale do Chão, S.A.	-	(6)	-	-
Parque Eólico de Vale Grande, S.A.	-	(3)	-	-
Multiservicios Galp Barcelona	-	(2)	-	-
Parque Eólico do Cabeço Norte, S.A.	-	(1)	-	-
Parque Eólico de Torrinhelas, S.A.	-	(1)	-	-
Galpbúzi – Agro-Energia, S.A.	3	-	-	-
Asa – Abastecimento e Serviços de Aviação, Lda.	970	-	-	-
Parque Eólico da Penha da Gardunha, Lda.	-	-	-	(28)
	16.545	(2.105)	-	(674)
Empresas participadas e relacionadas				
ENI, S.p.a.	470	(50.578)	-	-
SABA – Sociedade Abastecedora de Aeronaves, Lda.	522	(193)	-	-
Fundação Galp Energia	-	(136)	-	-
InovCapital – Sociedade de Capital de Risco, S.A.	-	(32)	-	-
Adene – Agência para a Energia, S.A.	1	(21)	-	-
PME Investimentos – Sociedade de Investimento, S.A.	-	(12)	-	-
Central-E, S.A.	166	-	-	-
Winland International Petroleum, SARL (W.I.P.)	-	-	7.042	-
Amorim Energia, B.V.	1.503	-	-	-
Tip Top Energy, SARL	-	-	-	(16.565)
	2.662	(50.972)	7.042	(16.565)
	117.479	(56.037)	7.042	(17.624)

29. REMUNERAÇÕES DOS ÓRGÃOS SOCIAIS

A remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 compõe-se como segue:

	dezembro 2014					Total	dezembro 2013					Total
	Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Prémios	Outros encargos e regularizações		Remuneração base	PPR	Subsídios renda de casa e de deslocação	Prémios	Outros encargos e regularizações	
Órgãos sociais da Galp Energia												
SGPS												
Administradores executivos	3.711	803	292	2.783	178	7.767	3.482	810	149	2.020	23	6.484
Administradores não executivos	695	-	-	-	-	695	733	-	-	-	-	733
Conselho Fiscal	92	-	-	-	-	92	92	-	-	-	-	92
Assembleia Geral	2	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	2
	4.500	803	292	2.783	178	8.556	4.309	810	149	2.020	23	7.311
Órgãos sociais de empresas subsidiárias												
Administradores executivos	1.886	-	4	(2)	-	1.888	2.345	-	7	13	-	2.365
Assembleia Geral	-	-	-	-	-	-	16	-	-	-	-	16
	1.886	-	4	(2)	-	1.888	2.361	-	7	13	-	2.381
	6.386	803	296	2.781	178	10.444	6.670	810	156	2.033	23	9.692

Dos montantes totais de €10.444 k e €9.692 k, registados nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2013 respetivamente, €9.157 k e €8.736 k foram contabilizados em custos com pessoal (Nota 6) e €1.287 k e €956 k foram contabilizados em fornecimentos e serviços de externos.

Na rubrica de “Prémios” de 2013 está incluído o montante de €2.000 k referente à especialização de prémio plurianual dos administradores a pagar no exercício de 2015.

Ao abrigo da política atualmente adotada, a remuneração dos órgãos sociais da Galp Energia inclui todas as remunerações devidas pelo exercício de cargos em sociedades do Grupo e as especializações dos custos relativos a valores a imputar a este exercício.

Segundo a IAS 24, o pessoal chave corresponde ao conjunto de todas as pessoas com autoridade e responsabilidade para planear, dirigir e controlar as atividades da empresa, direta ou indiretamente, incluindo qualquer administrador, seja ele executivo ou não executivo. Segundo a interpretação desta norma por parte da Galp Energia, as únicas pessoas que reúnem todas estas características são os membros do Conselho de Administração.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas ascenderam a €120 k e os honorários da auditoria externa encontram-se divulgados no Relatório de Governo da Sociedade.

30. DIVIDENDOS

De acordo com a deliberação da Assembleia Geral de Acionistas realizada em 28 de abril de 2014, foram atribuídos aos acionistas da Galp Energia, SGPS, S.A. dividendos no montante de €238.824 k relativos a distribuição do resultado líquido do exercício de 2013 e dos resultados acumulados, tendo sido distribuídas e liquidados dividendos antecipados no montante de €119.412 k em 18 de setembro de 2013 e os restantes €119.412 foram liquidados e em 22 de maio de 2014.

Adicionalmente o Conselho de Administração aprovou o pagamento de um dividendo intercalar, no montante de €143.295 k totalmente liquidado no dia 18 de setembro de 2014.

No decurso do período findo em 31 de dezembro de 2014 foram liquidados dividendos no montante de €12.150 k na esfera das subsidiárias do grupo Galp Energia a acionistas minoritários (Nota 21. f)).

Como consequência do referido anteriormente, no decurso do exercício findo em 31 de dezembro 2014, o Grupo pagou dividendos no total de €274.857 k.

31. RESERVAS PETROLÍFERAS E DE GÁS

A informação relativa a reservas petrolíferas e de gás da Galp são objeto de avaliação independente por empresa devidamente qualificada sendo a metodologia adotada estabelecida de acordo com o Petroleum Resources Management System (“PMRS”), aprovado em março de 2007 pela Society of Petroleum Engineers (“SPE”), o World Petroleum Council, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

A informação sobre reservas encontra-se em documento anexo denominado “Informação suplementar sobre Petróleo e Gás (não auditado)”.

32. GESTÃO DE RISCOS FINANCEIROS

Gestão do Risco

A Galp Energia encontra-se exposta a vários tipos de risco de mercado (risco de preço, risco de taxa de câmbio e risco de taxa de juro) inerentes à indústria do petróleo e do gás natural, que influenciam os resultados financeiros do Grupo. Os principais riscos de mercado resultam da flutuação do preço do petróleo bruto e outros produtos e da taxa de câmbio.

Riscos de Mercado

a) Risco do preço das *commodities*

Devido à natureza do seu negócio, a Galp Energia está exposta ao risco da volatilidade dos preços internacionais do crude, dos seus derivados e do gás natural. As constantes alterações dos preços do crude e dos produtos refinados geram incerteza e têm um impacto importante nos resultados operacionais.

A Empresa controla e gere este risco através do mercado de derivados de petróleo e gás natural, para proteger a margem de refinação e os *stocks*, de movimentos adversos do mercado.

Quanto à atividade de gás natural, o Grupo controla e gere este risco através do estabelecimento de contratos de compra e venda de gás natural com indexantes semelhantes, para proteger a margem do negócio de movimentos adversos do mercado.

b) Risco de taxa de câmbio

O Dólar dos Estados Unidos da América (USD) é a moeda utilizada para o preço de referência nos mercados petrolíferos e de gás natural. Uma vez que a Galp Energia reporta as suas contas em Euros, este fator, entre outros, expõe a sua atividade a um risco de câmbio. Dado que a margem das operações se encontra relacionada principalmente com o USD, a Empresa está exposta a flutuações das taxas de câmbio, que podem originar uma contribuição positiva ou negativa nas receitas e margens.

Tratando-se de um risco de denominação associado a outras variáveis, como os preços do petróleo e do gás natural, a Empresa tem uma abordagem cautelosa na cobertura deste risco, uma vez que existem coberturas naturais entre a demonstração da posição financeira e os "cash-flows". O nível de exposição dos "cash-flows" e especialmente a demonstração da posição financeira é função dos níveis de preços do petróleo e do gás natural.

Face ao exposto, a Galp Energia controla a sua exposição cambial de uma forma integrada em vez de o fazer em cada operação em que está exposta aos riscos cambiais. O objetivo da gestão de risco cambial é limitar a incerteza originada por variações das taxas de câmbio. A cobertura de créditos e débitos com base em especulação de mercado não é permitida. A 31 de dezembro de 2014, o Grupo Galp Energia contratou derivados para cobertura de risco de câmbio (Nota 27).

c) Risco de taxa de juro

A posição total de taxa de juro é gerida de forma centralizada. A exposição à taxa de juro encontra-se relacionada principalmente com dívida bancária que vence juros. O objetivo da gestão do risco de taxas de juro é reduzir a volatilidade dos custos financeiros na demonstração dos resultados. A política de gestão do risco da taxa de juro visa reduzir a exposição às taxas variáveis através da fixação do risco de taxa de juro da dívida, utilizando instrumentos derivados simples, tais como "*swaps*".

Análise de sensibilidade aos riscos de mercado resultantes dos instrumentos financeiros, conforme requerido pelo normativo IFRS 13.

A análise elaborada pelo Grupo, em conformidade com o exigido pelo normativo IFRS 7, pretende ilustrar a sensibilidade do resultado antes de impostos e capital próprio a variações potenciais, nos preços do barril do "Brent" ou Gás Natural, taxas de câmbio e taxas de juro de instrumentos financeiros, definidos no âmbito do normativo IAS 32, tais como ativos e passivos financeiros e derivados financeiros registados na posição financeira a 31 de dezembro de 2014 e 2013. Os instrumentos financeiros afetados pelos riscos de mercado acima mencionados, incluem saldos com Clientes, Outros Devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Disponibilidades e Derivados financeiros. Quando for aplicado a cobertura de fluxos de caixa, o justo valor é registado na rubrica de reservas de cobertura, no Capital Próprio, somente se for demonstrado que a cobertura é eficiente.

Podem existir instrumentos financeiros com mais do que um risco de mercado, efetuando-se nesse caso a análise de sensibilidade a uma variável de cada vez, mantendo as outras constantes, ignorando-se desse modo quaisquer correlações entre as mesmas, o que dificilmente se verifica.

Não se contempla nas análises de sensibilidade impactos de impostos correntes ou diferidos, que poderiam reduzir as variações apresentadas, dependendo das legislações fiscais nas diversas zonas geográficas onde o Grupo opera, bem como das condições fiscais de cada empresa.

As participações em moeda estrangeira não foram incluídas na análise, dado que o grupo, não contabiliza as mesmas pelo justo valor como definido no IAS 39.

As variações cambiais de saldos monetários em moeda estrangeira poderão afetar diretamente a rubrica de Reservas de conversão compreendida em Capital Próprio nas contas consolidadas do grupo Galp, se esses saldos monetários estiverem expressos na mesma moeda funcional da empresa individual em análise.

Consequentemente, a análise de sensibilidade é exemplificativa e não representa perda ou ganho real presente, nem outras variações reais no Capital Próprio.

Foram considerados os seguintes pressupostos na análise de sensibilidade das taxas de câmbio:

- Variação de taxas de câmbio de +/-1%;
- A análise de sensibilidade inclui saldos materiais em moeda estrangeira com Clientes, Outros devedores, Fornecedores, Outros Credores, Empréstimos, Derivados financeiros e Disponibilidades.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada às taxas de câmbio, registada na Demonstração da posição financeira:

		2014					2013					(€ k)
		Demonstração de resultados			Capital próprio		Demonstração de resultados			Capital próprio		
		Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	
Aplicações – Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD	+1% -1%	1.377.725	223 (223)	- -	4.127 (4.127)	23 (23)	1.285.776	993 (993)	- -	11.754 (11.754)	111 (111)	
Aplicações – Desvalorização/ (Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (a)	+1% -1%	27.742	200 (200)	86 (86)	194 (194)	83 (83)	65.079	272 (272)	117 (117)	456 (456)	195 (195)	
Empréstimos – Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD	+1% -1%	268.512	- -	- -	(2.685) 2.685	- -	331.000	- -	- -	(3.310) 3.310	- -	
Derivados – Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD (a)	+1% -1%	4.990	50 (50)	- -	29 (29)	- -	5.217	152 (152)	- -	(100) 100	- -	
Credores – Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD	+1% -1%	136.741	(1.367) 1.367	- -	- -	- -	1.757	(18) 18	- -	- -	- -	
Devedores – Desvalorização/ (Valorização) de x% do Euro face ao USD	+1% -1%	981.057	1.133 (1.133)	93 (93)	6.050 (6.050)	2.601 (2.601)	953.263	976 (976)	- -	5.989 (5.989)	2.751 2.751	
Credores – Desvalorização/ (Valorização) de x% do BRL face ao USD e face ao EUR (b)	+1% -1%	154.847	- -	- -	(1.084) 1.084	(465) 465	136.321	- -	- -	(954) 954	(409) 409	

(a) Inclui derivados elaborados em USD. Exposição sobre a variabilidade cambial do Mark-to-Market.

(b) Inclui variação de 1% na taxa de câmbio BRL para USD e variação de 1% na taxa de câmbio USD para EUR.

Foram consideradas as seguintes suposições na análise de sensibilidade do preço da “commodity”:

- variação do preço de +/- 1% sobre o preço da “commodity”;
- ignora-se correlações entre riscos de mercado;
- a análise de sensibilidade foi feita para os saldos no âmbito dos derivados financeiros sobre “commodities”.

Não foi calculado o efeito de alteração das reservas de petróleo provadas em face da alteração do preço do barril de “Brent”.

Não foram considerados na análise de sensibilidade efectuada aos derivados quanto ao preço das commodities, Futuros sobre Brent, dado que os mesmos têm maturidade mensal.

- Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada ao preço das *commodities*, registada na Demonstração da posição financeira:

		2014					2013					(€ k)
		Demonstração de resultados			Capital próprio		Demonstração de resultados			Capital próprio		
		Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Montante de exposição	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre <i>commodities</i> de gás natural (a)	+1% -1%	(11.702)	422 22	- -	- -	- -	(254)	645 (455)	- -	- -	- -	
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre <i>commodities</i> de Oil sobre <i>commodities</i> de petróleo	+1% -1%	4.640	(86) 85	- -	- -	- -	20.497	(70) 70	- -	- -	- -	
Variação no preço do subjacente dos derivados sobre outras <i>commodities</i>	+1% -1%	6.009	72 (72)	- -	- -	- -	6.511	67 (67)	- -	- -	- -	

(a) Exclui impactos de derivados classificados como cobertura de justo valor (*Fair value hedge*).

Foram consideradas as seguintes assunções na análise de sensibilidade das taxas de juro:

- Deslocação paralela de 0,5% na estrutura temporal das taxas de juro;
- A análise do risco de taxa de juro inclui empréstimos a taxa variável e derivados financeiros de taxa de juro;
- O resultado antes de impostos é afectado pela análise de sensibilidade do risco de taxa de juro, com exceção dos derivados financeiros de taxa de juro classificados como cobertura de fluxos de caixa, cuja análise de sensibilidade, se dentro dos parâmetros de eficiência exigida, afetará o Capital Próprio.

Apresenta-se um quadro resumo da análise de sensibilidade efetuada aos instrumentos financeiros, registada na Demonstração da posição financeira:

(€ k)

	2014					2013				
	Montante de exposição	Demonstração de resultados		Capital próprio		Montante de exposição	Demonstração de resultados		Capital próprio	
		Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam	Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam		Atribuível aos acionistas	Interesses que não controlam		
Empréstimos – deslocação paralela na taxa de juro	+0,5% -0,5%	3.607 767	(11.216) 11.216	(124) 124	- -	- 2.722 512	(13.039) 13.039	(258) 258	11 (11)	- -
Aplicações – deslocação paralela na taxa de juro (a)	+0,5% -0,5%	1.837 044	9.039 (9.039)	- -	- -	- 2.312 075	8.550 (8.550)	1.388 (1.388)	- -	- -

(a) Inclui saldos a receber em dívida da entidade Tip Top (Sinopec).

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o montante pelo qual os lucros e/ou “cash-flows” do negócio são afetados em resultado da maior ou menor dificuldade do Grupo em obter os recursos financeiros necessários para fazer face aos seus compromissos de exploração e investimentos.

O Grupo Galp Energia financia-se através dos “cash-flows” gerados pela sua atividade e adicionalmente mantém um perfil diversificado nos financiamentos. O Grupo tem acesso a facilidades de crédito (*plafond*), montantes que não utiliza na totalidade, mas que se encontram à sua disposição. Essas facilidades de crédito podem cobrir todos os empréstimos que são exigíveis a 12 meses. Os *plafonds* de crédito disponíveis de curto prazo e médio longo prazo mas não utilizados, ascendem a cerca 1,2 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2014 e 1,2 mil milhões de Euros em 31 de dezembro de 2013, sendo suficientes para satisfazer quaisquer exigências imediatas. Além destas facilidades de crédito, o Grupo Galp tem a 31 de dezembro de 2014 em Caixa e seus equivalentes cerca de 1,1 mil milhões de Euros e a 31 de dezembro de 2013 tinha cerca de 1,5 mil milhões de Euros, que combinado com as facilidades de crédito perfaz 2,3 mil milhões de Euros a 31 de dezembro de 2014 e 2,7 mil milhões de Euros de liquidez a 31 de dezembro de 2013, respectivamente.

Risco de crédito

O risco de crédito surge do potencial incumprimento, por uma das partes, da obrigação contratual de pagamento pelo que, o nível de risco depende da credibilidade financeira da contraparte. Além disso, o risco da contraparte surge em conjunto com os investimentos de natureza monetária e com instrumentos de cobertura. Os limites do risco de crédito são fixados ao nível da Galp Energia e implementados nos vários segmentos de negócio. Os limites da posição de risco de crédito são definidos e documentados e os limites de crédito para determinadas contrapartes baseiam-se na respectiva notação de rating de crédito, prazo da exposição e montante monetário da exposição ao risco de crédito.

A imparidade de contas a receber encontra-se analisada nas Notas 14 e 15.

Risco de Sinistros

O Grupo Galp Energia contrata seguros para reduzir a sua exposição a diversos riscos resultante de sinistros que poderão ocorrer durante a prossecução das suas atividades, como seguem:

- Seguros Patrimoniais – cobrindo riscos de Danos Materiais, Avaria de Máquinas, Perdas de Exploração e Construção;
- Seguros de Responsabilidade Civil – cobrindo riscos de atividade geral (*on-shore*), riscos relacionados com atividades marítimas (*off-shore*), riscos de aviação, riscos ambientais e os riscos de gestão e alta direção das Empresas (Directors & Officers);
- Seguros Sociais – cobrindo os riscos de Acidentes de Trabalho, Acidentes Pessoais, Vida e Saúde;
- Seguros Financeiros – cobrindo riscos de crédito, caução e roubo;
- Seguros Transportes – cobrindo riscos de todas as Cargas transportadas e Cascos;
- Seguros Diversos – cobrindo riscos automóveis, viagens, etc.

33. ATIVOS E RESPONSABILIDADES CONTINGENTES

Ativos contingentes

Relativamente ao processo de resolução do contrato de construção do navio “Sacor II”, e na sequência do acórdão do tribunal arbitral, o construtor foi condenado a pagar o montante de €3.904 k (€2.886 k acrescido de juros). Em 03 de abril de 2013 o Administrador de Insolvência requereu o encerramento e liquidação do património da empresa construtora. Em 31 de dezembro de 2014 está pendente a efetivação da liquidação da venda dos bens. Devido à incerteza que existe face ao valor a receber, resultado da liquidação, o mesmo não se encontra relevado contabilisticamente nas demonstrações financeiras no exercício findo em 31 de dezembro de 2014.

Responsabilidades contingentes

Em 31 de dezembro de 2014 a Empresa e as suas subsidiárias tinham as seguintes responsabilidades contingentes:

- i) Diversas autarquias locais exigem pagamentos (liquidações e execuções) respeitantes a licença de subsolo com tubagens de gás existentes, por parte das empresas concessionárias da distribuição e comercialização de gás natural, no montante total de €10.822 k. Por não concordarem com as autarquias as empresas do Grupo impugnam/ opuseram-se às liquidações exigidas pelas Câmaras, junto do Tribunal Administrativo Fiscal, tendo os pedidos de suspensão da execução sido deferidos, encontrando-se a execução suspensa até o trânsito em julgado de decisão a proferir. Para este efeito foram constituídas garantias.

Acresce referir que, no decurso das negociações do Contrato de Concessão entre a Direção Geral de Energia e Geologia e as empresas concessionárias do Grupo, foi acordado, entre outros assuntos, ser reconhecido à Concessionária o direito de repercutir, para as entidades comercializadoras de gás natural e para os consumidores finais, o valor integral das taxas de ocupação do subsolo liquidado pelas autarquias locais que integram a área de concessão na vigência do anterior contrato de concessão mas ainda não pago ou impugnado judicialmente pela Concessionária, caso tal pagamento venha a ser considerado obrigatório pelo órgão judicial competente, após trânsito em julgado da respetiva sentença, ou após consentimento prévio e expresso do Concedente. Os valores que vierem a ser pagos pela Concessionária em cada ano civil, relativos às taxas de ocupação de subsolo, serão repercutidos sobre as entidades comercializadoras utilizadoras das infraestruturas ou sobre os consumidores finais servidos pelas mesmas, durante os exercícios seguintes, nos termos a definir pela ERSE. Esta repercussão das taxas de ocupação de subsolo será ainda realizada por município, tendo por base o valor efetivamente liquidado pelo mesmo.

Dado que as eventuais taxas a pagar por processos até 31 de dezembro de 2014 e os respetivos juros de mora que venham a ser aplicados, seriam repercutidos nas tarifas futuras, o Grupo decidiu não reconhecer qualquer responsabilidade com processos judiciais em curso liquidados por municípios relativos a este assunto.

Em 31 de dezembro de 2014 os valores pagos às autarquias ascendiam a €90.225 k e foram faturados a clientes o montante de €37.380 k relativamente às taxas de ocupação de subsolo (as condições de repasse, nomeadamente o valor a recuperar em cada ano, o número de anos de repasse e os valores unitários a praticar aos clientes são aprovados pela ERSE).

- ii) Em 31 de dezembro de 2014, encontra-se em curso um processo interposto pela Dourogás Propano, S.A. contra o Grupo, relativo a incumprimento contratual, sendo reclamada uma indemnização no montante de, aproximadamente, €1.576 k. É entendimento da Administração da Empresa, com base no parecer dos seus consultores jurídicos, que do desfecho deste processo não irá resultar qualquer obrigação para a Empresa, motivo pelo qual, naquela data, não foi constituída qualquer provisão. Refira-se ainda, que as decisões favoráveis em 1.ª e 2.ª instância reforçam as probabilidades de êxito desta ação.
- iii) Em 31 de dezembro de 2014, encontra-se em curso um processo judicial, que diz respeito a um processo de concorrência desleal de gás natural no montante de €4.008 k. Apoiado pelos seus consultores legais, o Grupo entende que o referido processo, à data de 31 de dezembro de 2014 não apresenta qualquer contingência.
- iv) Em 31 de dezembro de 2014 encontra-se em curso um processo judicial de impugnação do processo de licenciamento da central de ciclo combinado a gás natural de Sines interposta pela Endesa Generación Portugal, S.A. contra o Ministério da Economia e Inovação, ocupando a Galp Power, SGPS, S.A. a posição de contraintressada. A Galp Power, SGPS, S.A. impugnou este processo judicial. A Administração da Empresa, suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade.
- v) A ação declarativa intentada contra o Grupo, por um subempreiteiro envolvido na construção do navio “Sacor II”, no montante total de €2.274 k, em curso no Tribunal Marítimo de Lisboa está suspensa, devido à declaração de insolvência apresentada pela empresa construtora em 06 de fevereiro de 2013. A Administração da Empresa suportada nos pareceres jurídicos dos seus advogados, entende que decorrente do referido processo não resultará qualquer responsabilidade para o Grupo.
- vi) Processos de liquidações adicionais de IRC e IRP no montante total de €35.962 k para os quais existem provisões no montante de €21.238 k (Nota 9 e 25).
- vii) Associada ao acordo que a Petrogal efetuou com a Câmara Municipal de Matosinhos em 14 de junho de 2013, poderão existir encargos a suportar com a descontaminação de solos antes da cedência definitiva das parcelas Câmara Municipal de Matosinhos. A esta data a Empresa não dispõe de informações que lhe permitam estimar o montante dessas responsabilidades uma vez que não foram desenvolvidos os necessários estudos e avaliações.

Outros compromissos financeiros

Os compromissos financeiros assumidos pelo Grupo e não incluídos na demonstração da posição financeira em 31 de dezembro de 2014 são:

- i) € 304.128 k, €7.447 k e €23.375 k de responsabilidades cobertas pelos Fundos de Pensões Petrogal, Sacor Marítima e Grupo GDP respetivamente (Nota 23);
- ii) €15.786 k relacionados com encomendas não satisfeitas de ativos tangíveis;
- iii) A GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A. (por via da fusão da Galp Power, SGPS, S.A.) na qualidade de acionista da Ventinveste, S.A. tem como compromisso e responsabilidade, no âmbito do contrato e demais acordos celebrados com a DGEg, o cumprimento integral e tempestivo de 1/3 das obrigações referentes ao projeto eólico, caracterizado pela promoção, construção e exploração dos Parques Eólicos.

As obrigações contratuais estão salvaguardadas através de garantia bancária autónoma, incondicional e à primeira solicitação, no valor de €25.332 k e por fiança prestada pelos acionistas, GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A., Martifer, SGPS, S.A. e Martifer Renewables, SGPS, S.A. igualmente no mesmo valor e dividida em partes iguais, cujo total corresponde a cerca de 10% do Investimento Direto total, no montante de €50.665 k. O montante da caução será reduzido, em cada semestre, em função da fracção do investimento contratado que tenha sido concretizada no semestre anterior;

- iv) O Grupo Galp Energia tem empréstimos bancários contratados que em alguns casos apresentam “covenants” que podem, caso sejam acionados pelas entidades bancárias, conduzir ao reembolso antecipado dos montantes tomados. A 31 de dezembro de 2014, a dívida de médio e longo prazo do Grupo ascendia a 3,0 mil milhões Euros. Do total desta dívida, os contratos que comportam “covenants” ascendem a 1,2 mil milhões de Euros. Os “covenants” existentes consubstanciam-se essencialmente no cumprimento de rácios que pretendem acompanhar a situação financeira da Empresa, nomeadamente a sua capacidade para garantir o serviço da dívida. O rácio de Total Net Debt to Consolidated EBITDA é o mais utilizado e a 31 de dezembro de 2014 era de 1,9x. O valor do rácio situou-se abaixo do valor fixado em todos os contratos, que em termos gerais é de 3,5 – 3,75x EBITDA; e
- v) O Grupo Galp tem em vigor contratos, de médio e longo prazo, de fornecimento de gás celebrados com fornecedores e clientes, que garantem um mínimo de aquisição e vendas, permitindo assegurar um boa performance operacional.

Garantias prestadas

Em 31 de dezembro de 2014 as responsabilidades por garantias prestadas ascendiam a €338.523 k sendo constituídos essencialmente por:

- i) Garantias no montante de €54.835 k prestadas a favor da Direção Geral dos Impostos;
- ii) Garantia prestada no montante de €17.000 k a favor da EDP – Distribuição, para garantir o contrato de acesso às redes operadas pela EDP Distribuição, para que o Grupo possa fornecer eletricidade no mercado elétrico Português;
- iii) Garantias no montante de €16.369 k prestadas a Câmaras Municipais, no âmbito de processos judiciais relativos às taxas de ocupação do subsolo;
- iv) Garantias no montante de €11.206 k prestadas a favor da empresas Oil Insurance LTD;
- v) Garantias no montante de €7.807 k prestadas a favor da Direção Geral das Alfândegas;
- vi) Garantias no montante de €7.000 k prestadas ao Estado Português destina-se a assegurar o bom cumprimento do contrato de concessão de distribuição de gás natural, da LisboaGás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A., Lusitaniagás – Companhia de Gás do Centro, S.A. e Beiragás – Companhia de Gás das Beiras, S.A. e Setgás – Sociedade de Produção e Distribuição de Gás, S.A.;
- vii) Garantia no montante de €5.000 k prestada ao Estado Português pelas obrigações e deveres emergentes do Contrato de Concessão de serviço público de armazenamento subterrâneo de gás natural a atribuir pelo Estado Português à Transgás Armazenagem, S.A.;
- viii) Garantias no montante de €4.201 k prestadas a favor da APS-Administração do Porto de Sines;

- ix) Garantias no montante €3.054 k constituídas a favor da Direção Geral de Geologia e Energia destinam-se a garantir o integral cumprimento das obrigações assumidas pela Empresa no âmbito do plano de execução da construção das infraestruturas, referente à exploração de redes locais autónomas de gás natural e atribuição de capacidade de injeção de potência na rede do sistema elétrico de serviço público;
- x) Garantias prestadas no montante de €2.083 k a favor do Instituto de Estradas de Portugal foram estabelecidas ao abrigo da alínea a) do art.15.º do Decreto-lei 13/71 de 23/01 e têm como objetivo a licença para instalação de condutas de gás natural, paralelismos e atravessamentos de estradas;
- xi) Garantia prestada no montante de €710 k a favor da EDP – Energias de Portugal, S.A. para garantir o fornecimento de gasóleo às centrais termoelétricas das ilhas de Santa Maria, S. Miguel, Terceira, Faial, Pico e Flores;
- xii) Garantias prestadas no montante €1.006 k, e €3.379 k, a favor da empresa T.I.G. (Transport et Infrastructures Gaz France) e da G.R.T. GAS, S.A, para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de transporte de gás natural em França;
- xiii) Garantias prestadas no montante €100 k, a favor da empresa Fluxys Belgium, S.A., para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de transporte de gás natural na Bélgica;
- xiv) Garantia prestada no montante €4.700 k a favor da REN- Atlântico, S.A para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de GNL (Gás Natural Liquefeito);
- xv) Garantia prestada no montante €6.100 k a favor da REN- Armazenagem, S.A para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de Armazenamento de gás natural;
- xvi) Garantia prestada no montante €950 k, a favor da REN- Atlântico, S.A, da REN- Gasodutos, S.A. e da REN- Armazenagem, S.A, para garantir o contrato de utilização da infraestrutura de GNL (Gás Natural Liquefeito) em Portugal;
- xvii) Em 31 de dezembro de 2014, existiam garantias no montante de €92.384 k (Reais 297.542 k) de garantias bancárias à Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (ANP) que resultam de uma imposição contratual constante no Contrato de Concessão assinado entre o Governo do Brasil e os parceiros dos blocos no Brasil dos quais a Empresa participa, onde estes se comprometem a realizar dispêndios em aquisição de sísmica e perfuração de poços durante o período de pesquisa. O montante das garantias prestadas corresponde à responsabilidade da Empresa que iguala a sua percentagem de participação no consórcio;
- xviii) A Galp celebrou um contrato de venda de gás natural com a Petróleo Brasileiro, S.A. – Petrobrás, para a área de concessão BM-S-11, no Campo Lula, na bacia de Santos, com a duração de 23 anos, pelo qual a Petrogal venderá o gás produzido nos módulos de desenvolvimento do Piloto de Lula e Lula NE. Para a satisfação do contrato de fornecimento de gás foi prestada uma garantia pela Galp à Petrobrás que à data de 31 de dezembro de 2014 ascende a €88.131 k (USD107.000 k); e
- xix) Em 31 de dezembro de 2014, existiam ainda outras garantias no montante de €12.508 k constituídas a favor de terceiros para garantia da boa e integral execução e cumprimento das obrigações decorrentes de contratos celebrados entre as partes.

34. INFORMAÇÃO SOBRE MATÉRIAS AMBIENTAIS

Na atividade de Refinação, apresentam-se como principais desafios, o cumprimento dos objetivos de redução de emissão de gases com efeitos de estufa, definido pelo Protocolo de Quioto, a redução do teor de enxofre dos combustíveis utilizados nas instalações e o aumento da eficiência energética.

Durante o ano de 2013, o Grupo Galp Energia foi informado pela Agência Portuguesa do Ambiente, através da publicação da Tabela de Alocação Nacional (NAT) para o período 2013-2020, das licenças de emissão a serem atribuídas em definitivo às seguintes instalações:

Empresa	Petrogal		Carrigo	Powercer
	Refinaria de Sines	Refinaria do Porto		
Instalações			Cogeração	Cogeração
2013	1.187.801	494.967	65.341	22.384
2014	1.167.170	486.370	64.204	20.601
2015	1.146.296	477.672	63.067	18.865
2016	1.125.205	468.883	61.930	17.181
2017	1.103.886	460.000	60.793	15.545
2018	1.082.361	451.030	59.656	13.959
2019	1.060.567	441.948	58.519	12.421
2020	1.038.697	432.834	57.382	10.934
Total por instalação	8.911.983	3.713.704	490.892	131.890

Nos quadros abaixo apresentam-se as instalações atualmente operadas pelo Grupo, as respetivas licenças anuais de emissão atribuídas, denominadas como EUA's (Emission Unit Allowances), certificados de redução de emissão, denominados como ERU's (Emission Reduction Units), bem como as quantidades de emissões de gases com efeito de estufa (Ton/CO₂) por instalação/empresa:

EUA 'S

Empresa	Instalações	EUA's detidas	Licenças gratuitas	Licenças	Licenças	Licenças	Licenças	EUA's detidas
		ton/CO ₂ a 31 dez. 2013	atribuídas por ton/CO ₂	ton/CO ₂ utilizadas	ton/CO ₂ transferidas	ton/CO ₂ compradas	ton/CO ₂ vendidas	ton/CO ₂ a 31 dez. 2014
Petrogal	Refinaria de Sines	2.676.606	1.607.925	(2.575.970)	1.200.000	-	-	2.908.561
	Refinaria do Porto	1.324.161	486.370	(952.417)	700.000	-	-	1.558.114
		4.000.767	2.094.295	(3.528.387)	1.900.000	-	-	4.466.675
Carrigo Cogeração	Cogeração	118.207	64.204	(136.567)	-	-	-	45.844
Powercer	Cogeração	45.572	20.601	(31.207)	-	-	-	34.966
		163.779	84.805	(167.774)	-	-	-	80.810
Galp Power	n. a.	-	-	-	(1.900.000)	1.900.000	-	-
		4.164.546	2.179.100	(3.696.161)	-	1.900.000	-	4.547.485

(a) Inclui no saldo inicial (em conformidade com Tabela de Alocação Nacional para o período 2013), estimativa de licenças da Conversão de Sines no montante de 559.115 TON/CO₂.

ERU'S

Empresa	Instalações	ERU's detidos ton/CO ₂ a 31 dez. 2013	Certificados ton/CO ₂ utilizados	Certificados ton/CO ₂ transferidos	Certificados ton/CO ₂ comprados	Certificados ton/CO ₂ vendidos	ERU's detidos ton/CO ₂ a 31 dez. 2014
Petrogal	Refinaria de Sines (a)	111.800	(111.800)	76	-	-	76
	Refinaria do Porto (b)	56.200	(56.200)	3.814	-	-	3.814
		168.000	(168.000)	3.890	-	-	3.890
Carrigo Cogeração	Cogeração	8.000	(8.000)	-	-	-	-
Powercer	Cogeração	2.000	(2.000)	-	-	-	-
		10.000	(10.000)	-	-	-	-
Galp Power	n. a.	-	-	(3.890)	4.000	-	110
		178.000	(178.000)	-	4.000	-	4.000

Títulos detidos

Empresa	Instalações	EUA's detidas ton/CO ₂ a 31 dez. 2014	ERU's detidos ton/CO ₂ a 31 dez. 2014	EUA ERU's detidos ton/CO ₂ a 31 dez. 2013	Gases emitidos até dez. 2014 (a)	Excesso/(insuficiência) de licenças/certificados estimadas
Petrogal	Refinaria de Sines	2.908 561	76	2.908 637	2.182 151	726.486
	Refinaria do Porto	1.558 114	3.814	1.561 928	883.811	678.117
		4.466 675	3.890	4.470 565	3.065 962	1.404 603
Carrigo Cogeração	Cogeração	45.844	-	45.844	80.501	(34.657)
Powercer	Cogeração	34.966	-	34.966	28.653	6.313
		80.810	-	80.810	109.154	(28.344)
Galp Power	n. a.	-	110	110	-	110
		4.547 485	4.000	4.551 485	3.175 116	1.376 369

(a) Sujeito a auditorias ambientais.

Durante o mês de dezembro de 2014, o grupo Galp Energia realizou uma aquisição física de licenças EUA no montante de 1.900.000 Ton/CO₂ por € 10.017 k. Além disso, efetuou uma aquisição de CER's (Certified Emission Reductions) no montante de 4.000 Ton/CO₂ por € 0,12 k. O Grupo Galp Energia reconheceu na rubrica de Outros custos operacionais um montante de € 5.394 k respeitante ao custo de emissões de CO₂ suportado durante o ano de 2014.

Em 31 de dezembro de 2014, os valores pró-forma de gases com emissões de estufa foram inferiores às licenças atribuídas e adquiridas. Assim sendo, não foram especializados custos adicionais aos acima mencionados.

35. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não existem eventos subsequentes para fins de divulgação.

36. APROVAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 20 de março de 2015.

Contudo, as mesmas estão ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas, nos termos da legislação comercial em vigor em Portugal. O Conselho de Administração entende que estas demonstrações financeiras refletem de forma verdadeira e apropriada as operações da empresa, desempenho financeiro e fluxos de caixa.

TÉCNICO OFICIAL DE CONTAS:

Carlos Alberto Nunes Barata

O CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente:

Américo Amorim

Vice-Presidentes:

Manuel Ferreira De Oliveira

Luís Palha da Silva

Vogais:

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Thore E. Kristiansen

Abdul Magid Osman

Luís Manuel Moreia de Campos e Cunha

Raquel Rute da Costa David Vunge

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Manuel Pêgo Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Tavares

Joaquim José Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

Informação suplementar sobre petróleo e gás (não-auditado)

A informação constante nesta nota foi produzida de acordo com o Tópico 932 – Atividades de Extração – Petróleo e Gás, do Financial Accounting Standards Board (FASB).

Resultados das operações de atividades de exploração e produção

Os resultados das operações das atividades de exploração e produção por zona geográfica, dos anos de 2014, 2013 e 2012 são os seguintes

unidade: €k	África	América Latina	Resto do mundo	Total
31 de dezembro de 2014				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	193.201	465.837	-	659.039
Custos de produção	(42.137)	(41.530)	-	(83.667)
Royalties	-	(52.188)	-	(52.188)
Outros custos operacionais	(2.293)	(72.579)	(18)	(74.890)
Custos de exploração	(75.289)	(28.070)	(623)	(103.982)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(88.697)	(63.107)	-	(151.803)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	(15.215)	208.363	(641)	192.507
Impostos	(49.077)	(120.501)	(27)	(169.605)
Resultado operacional para atividades de E&P	(64.292)	87.862	(668)	22.902
31 de dezembro de 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	243.816	333.565	-	577.382
Custos de produção	(45.860)	(23.226)	-	(69.086)
Royalties	-	(38.765)	-	(38.765)
Outros custos operacionais	(2.338)	(57.722)	4	(60.056)
Custos de exploração	(61.528)	(24.778)	(2.186)	(88.492)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(113.727)	(51.944)	-	(165.671)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	20.364	137.130	(2.182)	155.312
Impostos	(18.946)	(66.360)	(137)	(85.442)
Resultado operacional para atividades de E&P	1.418	70.771	(2.319)	69.870
31 de dezembro de 2012				
Contribuições totais consolidadas				
Vendas	243.694	277.589	-	521.283
Custos de produção	(45.159)	(23.110)	-	(68.269)
Royalties	-	(28.033)	-	(28.033)
Outros custos operacionais	(1.489)	(35.599)	(29)	(37.117)
Custos de exploração	-	(28.106)	(16.670)	(44.776)
Amortizações, depreciações e provisões do exercício	(98.440)	(31.654)	-	(130.094)
Resultado operacional antes de impostos para atividades de E&P	98.606	131.088	(16.699)	212.994
Impostos	(48.734)	(58.101)	2.663	(104.172)
Resultado operacional para atividades de E&P	49.872	72.987	(14.037)	108.823

Os custos de produção incluem os custos diretos de produção associados a blocos em produção. Esta rubrica é apresentada líquida dos proveitos referentes ao aluguer de equipamentos de produção registados em empresas que não são consolidadas pelo método integral. Foram deduzidos, nomeadamente, €16.223 k em 2014, €9.159 k em 2013 e €1.210 k em 2012.

Os outros custos operacionais incluem os custos de estrutura relacionados com áreas diretamente relacionadas com as atividades de exploração e produção. Exclui custos de gestão relativos a empresas do Grupo, de acordo com o Tópico 932 do FASB e inclui custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €21.161 k em 2014, €3.262 k em 2013 e €116 k em 2012. O incremento do valor de 2014 reflete o evento particular decorrente da rescisão contratual com uma das empresas fornecedoras de materiais para os equipamentos de produção e do abate parcial dos investimentos associados ao mesmo.

Os custos de exploração correspondem às imparidades de exploração (custos com poços secos ou custos históricos de blocos devolvidos no ano).

As amortizações, depreciações e provisões do exercício incluem custos registados em empresas não consolidadas pelo método integral no valor de €3.526 k em 2014, €1.811 k em 2013 e €726 k em 2012.

Os resultados operacionais não incluem os custos de gestão e custos financeiros, de acordo com o Tópico 932 do FASB.

A rubrica "Impostos" inclui: IRP, aplicável a blocos em África; a Participação Especial, aplicável a blocos no Brasil, e o imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país. O valor do imposto de rendimento foi retificado para excluir o efeito dos custos de gestão e custos financeiros que foram excluídos do resultado das operações.

Despesas de investimento do ano em atividades de exploração e produção

As despesas de investimento do ano, que representam os dispêndios efetuados nas atividades de exploração e produção, por zona geográfica, para os exercícios de 2014, 2013 e 2012, são os seguintes:

unidades: (€ k)	África	América Latina	Resto do mundo	Total
31 de dezembro 2014				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	-	-	-	-
Exploração	134.949	113.163	3.155	251.266
Desenvolvimento	161.794	585.109	-	746.903
Total incorrido no exercício	296.743	698.272	3.155	998.169
31 de dezembro 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	10.191	11.619	-	21.810
Exploração	112.433	143.388	2.789	258.610
Desenvolvimento	90.179	352.753	-	442.933
Total incorrido no exercício	212.803	507.761	2.789	723.353
31 de dezembro 2012				
Contribuições totais consolidadas				
Aquisições sem reservas provadas	2.188	-	3.316	5.504
Exploração	86.138	154.427	15.609	256.174
Desenvolvimento	61.903	289.806	-	351.709
Total incorrido no exercício	150.229	444.232	18.925	613.387

O valor do investimento para 2012 da tabela acima, difere do valor reportado para o investimento do segmento de negócio de E&P, uma vez que exclui investimentos não diretamente associados às atividades de exploração e produção.

Os valores constantes na rubrica de "Desenvolvimento" incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registrados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial, no valor de €255.948 k em 2014, €155.203 k em 2013, €115.546 k em 2012.

Os investimentos, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp Energia, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respetivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 das notas às contas consolidadas, nomeadamente, Brasil à taxa de câmbio 3.2207 EUR/BRL e empresas da geografia de África à taxa de câmbio 1.2141 EUR/USD.

Investimentos acumulados em atividades de exploração e produção

Os investimentos acumulados representam a totalidade de dispêndios efetuados na aquisição de reservas provadas ou não provadas e nas atividades de exploração e desenvolvimento dos blocos nos quais a Galp Energia detém uma participação.

Os custos de exploração são capitalizados na totalidade. Os poços secos são reconhecidos como custo e refletidos nestas tabelas juntamente com as imparidades. Os blocos devolvidos são abatidos aos ativos e, como tal, não constam desta informação.

Os investimentos acumulados na área de exploração e produção que se encontram refletidos na posição financeira do Grupo Galp Energia são os seguintes:

unidade: €k	África	América Latina	Resto do mundo	Total
31 de dezembro 2014				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com Reservas Provadas				
Ativos Fixos	1.114.835	621.059	-	1.735.894
Poços incompletos (ativos em curso)	121.555	910.845	-	1.032.399
Ativos sem Reservas Provadas	648.296	461.309	56.217	1.165.821
Equipamento de suporte	6.397	9.184	-	15.580
Investimentos acumulados brutos	1.891.082	2.002.396	56.217	3.949.695
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(1.007.582)	(172.732)	(13.384)	(1.193.698)
Investimentos acumulados líquidos	883.500	1.829.664	42.833	2.755.997
31 de dezembro 2013				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com Reservas Provadas				
Ativos Fixos	818.637	307.589	-	1.126.226
Poços incompletos (ativos em curso)	64.365	607.130	-	671.495
Ativos sem Reservas Provadas	462.128	421.227	53.082	936.438
Equipamento de suporte	4.663	11.394	-	16.056
Investimentos acumulados brutos	1.349.793	1.347.340	53.082	2.750.216
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(687.514)	(99.260)	(10.768)	(797.541)
Investimentos acumulados líquidos	662.280	1.248.080	42.315	1.952.675
31 de dezembro 2012				
Contribuições totais consolidadas				
Ativos com Reservas Provadas				
Ativos Fixos	716.479	284.580	-	1.001.059
Poços incompletos (ativos em curso)	143.102	415.547	-	558.649
Ativos sem Reservas Provadas	226.411	363.379	67.712	657.501
Equipamento de suporte	4.096	3.674	-	7.770
Investimentos acumulados brutos	1.090.088	1.067.179	67.712	2.224.979
Amortizações, depreciações e imparidades acumuladas	(521.323)	(106.715)	(25.124)	(653.162)
Investimentos acumulados líquidos	568.765	960.465	42.588	1.571.817

Os investimentos foram classificados de acordo com os seguintes pressupostos:

- 1) Ativos com Reservas Provadas (RP ou 1P): ativos relacionados com campos que detém RP, no final de cada ano.
 - 1.1) Ativos com RP – Fixos: ativos relacionados com campos que detém RP, no final de cada ano já em produção e sujeitos a amortização;
 - 1.2) Ativos com RP – Poços incompletos (ativos em curso): ativos relacionados com campos com RP, no final de cada ano que ainda não estão em produção.
- 2) Ativos sem RP: ativos relacionados com campos sem RP, no final de cada ano.
- 3) Equipamento de suporte: equipamento administrativo atribuído às atividades de exploração e produção.

Os valores constantes nas seguintes rubricas incluem ativos referentes a equipamentos de transporte e produção para o bloco BM-S-11 no Brasil, registados em empresas consolidadas pelo método de equivalência patrimonial. Em ativos fixos com RP, estão registados €119.127 k em 2014, €70.539 k em 2013 e €76.014 k em 2012. Em poços incompletos (ativos em curso), estão registados €376.814 k em 2014, €248.461 k em 2013 e €100.843 k em 2012. Em amortizações, depreciações e imparidades acumuladas estão registados €7.443 k em 2014, €3.482 k em 2013 e €17.766 k em 2012.

Os investimentos acumulados, no quadro acima, são expressos em moeda funcional do grupo Galp Energia, sendo que para as empresas cuja moeda funcional não seja o Euro, os ativos foram atualizados ao câmbio do final do ano respectivo em conformidade com a política contabilística definida no ponto 2.12 das notas às contas consolidadas, nomeadamente, Brasil à taxa de câmbio 3.2207 EUR/BRL e empresas da geografia de África à taxa de câmbio 1.2141 EUR/USD.

Reservas de petróleo e de gás

As RP totais (1P) em 31 de dezembro de 2014, 2013 e 2012 que são evidenciadas nos quadros seguintes, incluem as RP desenvolvidas e não desenvolvidas e foram utilizadas para efeitos de amortização do imobilizado fixo e constituição de provisões para custos de abandono com base no critério UOP. Estas reservas foram apuradas por uma entidade independente, cuja metodologia adotada se encontra de acordo com o PMRS, aprovado em Março de 2007 pela SPE, o WPC, American Association of Petroleum Geologists e a Society of Petroleum Evaluation Engineers.

O preço de referência para o apuramento das reservas pertencentes à Empresa numa ótica de *net entitlement*, que são as reservas a extrair de acordo com o definido nos contratos celebrados para a atividade de exploração e produção, foi de \$98,95/bbl, \$108,66/bbl e \$111,63/bbl que corresponde ao preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2014, 2013 e 2012, respetivamente.

As reservas associadas aos blocos no Brasil correspondem a 100% da percentagem que a Petrogal Brasil detém nos blocos, visto que esta empresa é consolidada pelo método integral nas contas do grupo Galp Energia.

Os impactos dos PSA (efeito preço e/ou alteração de custos recuperáveis) nas reservas associadas a este tipo de contrato estão refletidos na rubrica "Revisões de estimativas anteriores".

Reservas de petróleo (reservas provadas 1P)

unidade: kbbl	África	América Latina	Total
2014			
Reservas a 31 de dezembro 2013	8.814	146.930	155.744
Desenvolvidas	7.124	19.294	26.418
Não-desenvolvidas	1.690	127.636	129.326
Extensões e descobertas	59	-	59
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	1.580	54.476	56.056
Produção	(2.636)	(5.857)	(8.493)
Reservas a 31 de dezembro 2014	7.817	195.549	203.366
Desenvolvidas	6.426	37.210	43.636
Não-desenvolvidas	1.391	158.339	159.730
2013			
Reservas a 31 de dezembro 2012	9.609	113.773	123.382
Desenvolvidas	7.011	15.925	22.936
Não-desenvolvidas	2.598	97.848	100.446
Extensões e descobertas	-	21.830	21.830
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	2.244	15.132	17.376
Produção	(3.039)	(3.805)	(6.844)
Reservas a 31 de dezembro 2013	8.814	146.930	155.744
Desenvolvidas	7.124	19.294	26.418
Não-desenvolvidas	1.690	127.636	129.326
2012			
Reservas a 31 de dezembro 2011	10.306	108.836	119.142
Desenvolvidas	8.391	11.944	20.335
Não desenvolvidas	1.915	96.892	98.807
Extensões e descobertas	1.264	88	1.352
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	885	7.710	8.595
Produção	(2.846)	(2.860)	(5.706)
Reservas a 31 de dezembro 2012	9.609	113.773	123.382
Desenvolvidas	7.011	15.925	22.936
Não-desenvolvidas	2.598	97.848	100.446

Reservas de gás (reservas provadas 1P)

As reservas de gás são apresentadas em milhões de pés cúbicos (bcf) , sendo que 1 boe corresponde a 6.000 pés cúbicos de gás.

unidade: milhões de pés cúbicos	África	América Latina	Total
2014			
Reservas a 31 de dezembro 2013		130.935	130.935
Desenvolvidas	-	21.081	21.081
Não desenvolvidas	-	109.854	109.854
Extensões e descobertas	-	-	-
Aquisições e vendas	-	-	-
Revisões de estimativas anteriores	-	46.517	46.517
Produção		(3.444)	(3.444)
Reservas a 31 de dezembro 2014		174.008	174.008
Desenvolvidas		27.941	27.941
Não desenvolvidas	-	146.067	146.067
2013			
Reservas a 31 de dezembro 2012		184.281	184.281
Desenvolvidas		24.749	24.749
Não desenvolvidas		159.532	159.532
Extensões e descobertas		14.189	14.189
Aquisições e vendas		-	-
Revisões de estimativas anteriores		(64.133)	(64.133)
Vendas		(3.402)	(3.402)
Reservas a 31 de dezembro 2013		130.935	130.935
Desenvolvidas		21.081	21.081
Não desenvolvidas		109.854	109.854
2012			
Reservas a 31 de dezembro 2011		154.997	154.997
Desenvolvidas		11.588	11.588
Não desenvolvidas		143.409	143.409
Extensões e descobertas		69	69
Aquisições e vendas		-	-
Revisões de estimativas anteriores		32.680	32.680
Vendas		(3.465)	(3.465)
Reservas a 31 de dezembro 2012		184.281	184.281
Desenvolvidas		24.749	24.749
Não desenvolvidas		159.532	159.532

Medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros

As medidas *standard* de desconto de fluxos de caixa futuros, foram elaboradas de acordo com as regras do Tópico 932 do FASB e correspondem a uma tradução económica das reservas provadas 1P apresentadas no ponto anterior.

As receitas de caixa futuras representam as receitas futuras da produção associada às RP, calculadas aplicando o preço médio de mercado do Brent praticado ao longo do ano de 2014: \$98,95/bbl.

Os custos de produção futuros correspondem às estimativas de custos de produção associados às RP.

Os *royalties* futuros representam as estimativas de *royalties* a pagar relativos às receitas de produção. Aplicam-se apenas na América Latina e correspondem a 10% do valor das vendas.

Os custos de desenvolvimento e abandono futuros correspondem a estimativas de custos para desenvolvimento das RP (perfuração e instalação de plataformas de produção), assim como a estimativas para custos de abandono dos campos.

Os impostos sobre rendimento futuros representam estimativas de IRP (aplicável a blocos em África e calculados de acordo com o PSA em vigor); Participação Especial (aplicável a blocos no Brasil) e imposto sobre rendimento, de acordo com as regras em vigor em cada país.

Os fluxos de caixa foram calculados em dólares americanos e convertidos para euros à taxa de câmbio média do ano de 2014 (1,3288 EUR/USD).

unidade: €k	África	América Latina	Total
31 de dezembro 2014			
Receitas de caixa futuras	582.084	14.542.429	15.124.512
Custos de produção futuros	(126.068)	(2.119.475)	(2.245.543)
<i>Royalties</i> futuros	-	(1.632.328)	(1.632.328)
Custos de desenvolvimento e abandono futuros	(87.902)	(954.898)	(1.042.800)
Fluxo de caixa líquido antes de imposto futuros	368.114	9.835.727	10.203.841
Imposto sobre rendimentos futuros	(94.847)	(5.633.129)	(5.727.976)
Fluxos de caixa líquidos futuros	273.267	4.202.598	4.475.865
Fator de desconto (10%)	(45.569)	(2.021.078)	(2.066.647)
Medidas <i>standard</i> de desconto de fluxos de caixa líquidos futuros, a 31 de dezembro 2014	227.698	2.181.520	2.409.218

6.4 Relatórios e pareceres

Relatório de auditoria sobre a informação financeira consolidada

Introdução

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos o nosso Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de gestão e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da Galp Energia S.G.P.S., S.A., as quais compreendem a Demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2014 (que evidencia um total de 13.215.417 milhares de euros e um total de capital próprio de 6.424.721 milhares de euros, o qual inclui interesses não controlados de 1.420.184 milhares de euros e um resultado líquido negativo de 173.394 milhares de euros), a Demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a Demonstração consolidada do rendimento integral, a Demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a Demonstração consolidada de fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da Empresa (i) a preparação do Relatório de gestão e de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa; (ii) que a informação financeira histórica seja preparada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e que seja completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários; (iii) a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados; (iv) a manutenção de sistemas de controlo interno apropriados; e (v) a divulgação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a atividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a sua posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efetuado de acordo com as Normas Técnicas e as Diretrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objetivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas não contêm distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu: (i) a verificação de as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação; (ii) a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial; (iii) a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adotadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias; (iv) a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade; (v) a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras consolidadas; e (vi) a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação da concordância da informação constante do Relatório de gestão com os restantes documentos de prestação de contas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efetuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2014, o resultado consolidado e o rendimento integral consolidado das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos consolidados de caixa do exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia e a informação nelas constante é completa, verdadeira, atual, clara, objetiva e lícita.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

20 de março de 2015

PricewaterhouseCoopers & Associados
 - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
 Inscrita na Comissão de Valores Mobiliários sob o nº 9077
 representada por:

António Joaquim Brochado Correia, R.O.C.

Certificação legal das contas consolidadas

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras consolidadas da Galp Energia, SGPS, S.A. do exercício findo em 31 de Dezembro de 2014, as quais compreendem a demonstração da posição financeira consolidada em 31 de Dezembro de 2014 (que evidencia um total do activo de 13.215.417 milhares de euros e um total do capital próprio de 6.424.721 milhares de euros, incluindo um resultado líquido negativo do exercício atribuível aos accionistas da Empresa e reconhecido na demonstração consolidada dos resultados de 173.394 milhares de euros e um total da rubrica de "Interesses que não controlam" de 1.420.184 milhares de euros), as demonstrações consolidadas dos resultados por naturezas, do rendimento integral, das alterações no capital próprio e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, e o correspondente Anexo às demonstrações financeiras consolidadas. Estas demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (International Financial Reporting Standards ("IAS/IFRS")), tal como adoptadas pela União Europeia.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto das empresas incluídas na consolidação, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no capital próprio consolidado e os fluxos de caixa consolidados, a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, bem como a informação de quaisquer factos relevantes que tenham influenciado a actividade, posição financeira ou resultados das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável de que as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação, a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial e de terem sido apropriadamente examinadas as demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação, a apreciação da adequação das políticas contabilísticas adoptadas, da sua aplicação uniforme e da sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações, e a apreciação da adequação, em termos globais, da apresentação das demonstrações financeiras consolidadas.
5. O nosso exame abrangeu também a verificação da concordância da informação constante do Relatório Consolidado de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas consolidadas, bem como as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451º do Código das Sociedades Comerciais.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

7. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas acima referidas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da Galp Energia, SGPS, S.A. e suas subsidiárias em 31 de Dezembro de 2014, o resultado e o rendimento integral consolidados das suas operações, as alterações no seu capital próprio consolidado e os seus fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro ("IAS/IFRS"), tal como adoptadas pela União Europeia.

Relato sobre outros requisitos legais

8. É também nossa opinião que a informação constante do Relatório consolidado de gestão é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas do exercício e o Relatório do governo das sociedades inclui os elementos exigíveis nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários.

Lisboa, 20 de Março de 2015

P. Matos Silva, Garcia Jr., P. Caiado & Associados
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por

Pedro Matos Silva, R.O.C.

Declaração de conformidade do Conselho de Administração

Nos termos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, cada um dos administradores abaixo indicados declara que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia e as empresas incluídas no perímetro de consolidação se defrontam na sua atividade.

Lisboa, 20 de março de 2015

O Conselho de Administração

Presidente

Américo Amorim

Vice-presidente

Manuel Ferreira De Oliveira

Vice-presidente

Luís Palha da Silva

Vogais

Paula Amorim

Filipe Crisóstomo Silva

Carlos Gomes da Silva

Sérgio Gabrielli de Azevedo

Thore E. Kristiansen

Abdul Magid Osman

Luís Campos e Cunha

Raquel Rute da Costa David Vunge

Miguel Athayde Marques

Carlos Costa Pina

Rui Paulo Gonçalves

Luís Todo Bom

Fernando Gomes

Diogo Mendonça Tavares

Joaquim Borges Gouveia

José Carlos da Silva Costa

Jorge Manuel Seabra de Freitas

Relatório e parecer do Conselho Fiscal

Exmos. Senhores Acionistas,

Nos termos da legislação em vigor, dos estatutos da Sociedade e no desempenho do mandato que nos conferiram, vimos apresentar o nosso parecer sobre o Relatório de Gestão, as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e a proposta de aplicação de resultados que o Conselho de Administração da Galp Energia, SGPS, S.A. apresentou relativamente ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2014.

Reunimos por diversas vezes com o Revisor Oficial de Contas e com o Auditor Externo, acompanhando os trabalhos de revisão legal e de auditoria desenvolvidos, fiscalizando a sua independência e competência. Apreciamos a Certificação Legal de Contas e o Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, com as quais concordamos.

No âmbito das nossas funções verificámos e declaramos que tanto quanto é do nosso conhecimento:

- a) as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e os correspondentes anexos, permitem uma adequada compreensão da situação financeira e dos resultados da Sociedade e das empresas incluídas no perímetro de consolidação;
- b) as políticas contabilísticas e os critérios valorimétricos adoptados estão conformes com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia, e são adequados por forma a assegurar que os mesmos conduzem a uma correta apresentação do património e dos resultados da Sociedade e do Grupo;
- c) o Relatório de Gestão é suficientemente esclarecedor da evolução dos negócios e da situação da Sociedade e do conjunto de empresas incluídas na consolidação, evidenciando com clareza os aspetos mais significativos da atividade, bem como uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração e Serviços da Sociedade, bem como as conclusões constantes da Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, exprimimos a nossa concordância com o Relatório de Gestão, com as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas e com a proposta de aplicação do resultado líquido individual do exercício de 2014 e somos do parecer que deverão os mesmos ser aprovados em Assembleia Geral.

O Conselho Fiscal entende, por último, manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A., cuja colaboração sempre simplificou, em muito, o exercício das suas funções.

Lisboa, 20 de Março de 2015

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Pedro Antunes de Almeida

Anexos: declarações subscritas pelos membros do Conselho Fiscal para efeitos da alínea c) do n.º 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários

Declaração

Daniel Bessa Fernandes Coelho, Presidente do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas, foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

Lisboa, 20 de Março de 2015

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Declaração

Gracinda Augusta Figueiras Raposo, Vogal do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

Lisboa, 20 de Março de 2015

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Declaração

Pedro Antunes de Almeida, Vogal do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGPS, S.A., declara, nos termos e para os efeitos do artigo 245, n.º 1, alínea c), do Código dos Valores Mobiliários, que, tanto quanto é do seu conhecimento, o relatório de gestão, as contas anuais, a certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas foram elaborados em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, passando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Galp Energia e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que a Galp Energia se defronta na sua atividade.

Lisboa, 20 de Março de 2015

Pedro Antunes de Almeida

Relatório anual de atividades do Conselho Fiscal relativo ao exercício de 2014

Em conformidade com o disposto na alínea g) do n.º 1 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) e da alínea g) do n.º 1 do artigo 8.º do Regulamento do Conselho Fiscal da Galp Energia, SGP, S.A. (adiante designada por Galp Energia, Sociedade ou Empresa), vem este órgão apresentar o relatório sobre a ação fiscalizadora desenvolvida no exercício de 2014.

I. Introdução

De acordo com o modelo de governo societário adotado pela Galp Energia, correspondente ao modelo latino previsto nos artigos 278.º, n.º 1, alínea a) e 413.º, n.º 1, alínea b), ambos do CSC, o Conselho Fiscal é o órgão responsável pela fiscalização da atividade da Sociedade.

O Conselho Fiscal em funções foi eleito na reunião da assembleia geral realizada em 30 de maio de 2011, para o mandato de 2011-2013, tendo esse mandato sido alargado para quatro anos (2011-2014) por deliberação aprovada na Assembleia Geral de 24 de abril de 2012, sendo composto por três membros independentes, em conformidade com os critérios definidos no artigo 414.º, n.º 5 do CSC.

Todos os membros do Conselho Fiscal observam os critérios de compatibilidade para o exercício da respectiva função que se encontram previstos no artigo 414.º-A, n.º 1 do CSC.

As principais competências do Conselho Fiscal, descritas no respetivo Regulamento que se encontra disponível no sítio na internet da Sociedade, podem ser integradas nas seguintes áreas essenciais de atuação:

- a) Acompanhar de modo permanente a atividade da Sociedade, vigiar pela observância da lei e dos estatutos e fiscalizar a administração da Sociedade;
- b) Fiscalizar o cumprimento das políticas e práticas contabilísticas, bem como do processo de preparação e divulgação da informação financeira e fiscalizar a revisão de contas nos documentos de prestação de contas da Sociedade;
- c) Fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno, avaliando anualmente com a Comissão Executiva os procedimentos internos de controlo e auditoria e questões que sejam suscitadas a respeito das práticas contabilísticas seguidas pela Sociedade, dirigindo-lhe as recomendações que entenda justificadas;
- d) Supervisionar a adoção pela Sociedade de princípios e políticas de identificação e gestão dos principais riscos de natureza financeira e operacional ligados à atividade da Sociedade, bem como de medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar, adequada e tempestivamente tais riscos;
- e) Receber as comunicações de irregularidades apresentadas por acionistas, colaboradores da Sociedade ou outros;
- f) Propor à Assembleia Geral a nomeação do revisor oficial de contas ou de sociedade de revisores oficiais de contas e fiscalizar a sua independência, designadamente no tocante à prestação de serviços adicionais;
- g) Nomear ou destituir o auditor externo da Sociedade e avaliar anualmente a sua atividade, através de uma apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções.

II. Atividade desenvolvida pelo Conselho Fiscal relativamente ao exercício de 2014

Durante o ano de 2014 o Conselho Fiscal realizou doze reuniões, tendo desenvolvido várias ações no âmbito das suas atribuições, das quais destaca as seguintes:

1. Acompanhamento de modo permanente da atividade da Sociedade, vigilância do cumprimento da lei e dos estatutos e fiscalização da administração da Sociedade

O acompanhamento permanente da Sociedade durante o ano de 2014 foi realizado, designadamente, através de reuniões regulares com os responsáveis da Direção de Auditoria Interna, do Comité de Gestão de Risco e da Direção de Estratégia e Relações com Investidores, o Revisor Oficial de Contas e o Auditor Externo, e, ainda, o Administrador Executivo responsável pela área financeira, o Secretário da Sociedade e os responsáveis pela Contabilidade e pelo Planeamento e Controlo Corporativo.

Por outro lado, os membros do Conselho Fiscal estiveram presentes nas reuniões do Conselho de Administração em que foram aprovadas as contas trimestrais, semestrais e anuais, bem como o plano e orçamento anual.

Durante o ano de 2014, o Conselho Fiscal procedeu ainda ao acompanhamento do funcionamento do sistema de governo societário adotado pela Galp Energia e do cumprimento das normas legais, regulamentares e estatutárias, incluindo as recomendações relevantes para o desempenho das suas funções, tendo acompanhado o processo de aperfeiçoamento do governo da Sociedade.

Ainda no contexto do acompanhamento das matérias de governo societário, o Conselho Fiscal analisou o Relatório de Governo Societário relativo ao exercício de 2014, tendo confirmado que esse relatório inclui os elementos previstos no artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários e no Regulamento n.º 4/2013 da CMVM.

2. Fiscalização do cumprimento das políticas e práticas contabilísticas e do processo de preparação e divulgação da informação financeira e da revisão legal de contas

A fiscalização do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas e da fiabilidade da informação financeira foi exercida pelo Conselho Fiscal através da análise dos relatórios elaborados pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor Externo e apreciação das conclusões das auditorias e das avaliações de procedimentos efetuadas durante o exercício pelo Revisor Oficial de Contas e pelo Auditor Externo.

Com efeito, o Conselho Fiscal procedeu à fiscalização dos documentos de prestação e revisão legal de contas relativos ao exercício de 2013, tendo emitido parecer favorável relativamente aos mesmos.

O acesso do Conselho Fiscal à informação financeira foi realizado de forma regular e adequado, sem que tenham surgido quaisquer constrangimentos no exercício das suas funções.

3. Acompanhamento e fiscalização da eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e avaliação anual do funcionamento dos sistemas e dos procedimentos internos

Ao Conselho Fiscal cabe o papel de fiscalizar a eficácia dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, cuja criação e implementação competem à Comissão Executiva, bem como o de avaliar anualmente o funcionamento dos sistemas e os respetivos procedimentos internos.

O Conselho Fiscal realizou durante o ano de 2014 diversas ações de acompanhamento, fiscalização e avaliação do funcionamento e adequação dos sistemas de controlo interno, de gestão de riscos e de auditoria interna da Galp Energia, tendo remetido recomendações e propostas de ajustamento ao funcionamento dos referidos sistemas que entendeu justificadas e necessárias.

No âmbito da função fiscalizadora do Conselho Fiscal, coube-lhe ainda supervisionar a adoção pela Sociedade dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais associados à atividade da Galp Energia, tendo acompanhado as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho Fiscal considera que a Comissão Executiva e o Conselho de Administração têm atribuído crescente e reforçada importância ao desenvolvimento e aperfeiçoamento dos sistemas de gestão de riscos, de controlo interno e de auditoria interna, em linha com as recomendações da CMVM relativas ao Código de Governo das Sociedades.

4. Supervisão da atividade da Direção de Auditoria Interna

O Conselho Fiscal supervisionou a atividade desenvolvida pela Direção de Auditoria Interna durante o exercício de 2014, que reporta funcionalmente a este órgão, através do acompanhamento regular da execução do respetivo plano de atividades anual de avaliação do risco dos diferentes processos e sistemas das unidades de negócio e da análise das conclusões sobre a forma como são geridos os riscos e afetos os recursos, tendo recebido desta direção relatórios periódicos realizados assim como informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.

A avaliação do adequado funcionamento dos sistemas de gestão de riscos e de controlo interno e a avaliação da efetividade e eficácia da implementação de controlos e de ações de mitigação foi realizada pela Direção de Auditoria Interna de forma independente e sistemática, tendo informado e alertado regularmente o Conselho Fiscal para observações e recomendações mais relevantes, identificando oportunidades de melhoria e medidas corretivas.

O Conselho Fiscal considera ainda que na execução do plano de trabalhos definido a avaliação dos sistemas de controlo interno e do cumprimento dos procedimentos estabelecidos, bem como a utilização dos recursos afetos, foi realizada com eficiência.

5. Avaliação anual da atividade do Auditor Externo da Sociedade

O Conselho Fiscal exerceu a sua função como interlocutor da Sociedade junto do Auditor Externo e como primeiro destinatário da informação por si elaborada, tendo assegurado a disponibilização ao Auditor Externo da informação e das demais condições apropriadas e necessárias ao eficaz desempenho da sua atividade.

O Conselho Fiscal procedeu, no ano de 2014, à avaliação da atividade do Auditor Externo, fazendo o acompanhamento regular da sua atividade, nomeadamente, através da apreciação crítica dos relatórios e documentação por si produzidos no desempenho das suas funções, procedendo ainda à avaliação de recomendações de alterações de procedimentos formuladas pelo Auditor Externo.

No âmbito da sua função de avaliação anual da atividade do Auditor Externo, o Conselho Fiscal considera que o Auditor Externo prestou os seus serviços de modo satisfatório de acordo com o plano de trabalhos definido, tendo cumprido as normas e regulamentos aplicáveis e revelado na sua atuação rigor técnico, qualidade nas conclusões apresentadas, designadamente ao nível da revisão legal de contas, oportunidade e eficiência nas recomendações apresentadas e competência no âmbito do desenvolvimento dos procedimentos efectuados.

Tendo em conta a avaliação do Auditor Externo realizada, bem como o interesse em assegurar a continuidade da prestação de serviços de auditoria externa, o Conselho Fiscal na sua reunião de 6 de março de 2014 propôs à Galp Energia o prolongamento do contrato de auditoria externa por mais dois anos.

No âmbito da verificação do cumprimento das regras de independência do Auditor Externo, o Conselho Fiscal acompanhou, durante o exercício de 2014, a prestação de serviços não relacionados com serviços de auditoria, para a qual é necessária parecer prévio deste órgão, tendo confirmado que foi salvaguardada a independência do Auditor Externo. Regista-se que o valor de outros serviços que não de fiabilidade corresponde a 31,2% do total de serviços prestados pelo auditor externo, excedendo o valor de referência estipulado na recomendação IV.2 do Código de Governo das Sociedades da CMVM aprovado em 2013.

6. Negócios da Sociedade com partes relacionadas

Encontra-se no Relatório de Governo Societário 2014 informação sobre as relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e os titulares de participações qualificadas, bem como sobre as transações com partes relacionadas sujeitas a parecer prévio do Conselho Fiscal, relativas ao ano de 2014.

7. Comunicação de irregularidades

De acordo com as melhores práticas de governo societário e com as regras de mercado aplicáveis, e bem assim em linha com os princípios de lealdade, correção, honestidade, transparência e integridade em que a Galp baseia o exercício da sua atividade, a política de comunicação de irregularidades da Galp Energia, disponível no seu sítio oficial, regula o mecanismo de comunicação ao órgão responsável, o Conselho Fiscal, de irregularidades ocorridas nas empresas do grupo Galp Energia.

A política de comunicação de irregularidades tem como objetivo permitir que qualquer acionista, colaborador, cliente ou fornecedor possa comunicar livremente quaisquer irregularidades que detetem ou de que tenham conhecimento ou fundadas suspeitas, ocorridas na Galp Energia ou nas sociedades participadas, em particular no que respeita ao cumprimento da legislação vigente, das normas e regulamentos internos, do código de ética e da política de combate à corrupção e procedimentos auxiliares.

Para apoiar a intervenção do Conselho Fiscal em matéria de comunicação de irregularidades, foi criado em 2013 o Gabinete de Apoio ao Conselho Fiscal, no qual se delegou a gestão operacional e o regular funcionamento do mecanismo de comunicação de irregularidades, nos termos do respetivo regulamento.

O Conselho Fiscal elaborou o relatório sobre as irregularidades comunicadas e os procedimentos a que as mesmas deram lugar no exercício de 2014, em cumprimento do dever de informação previsto no ponto 2 da política de comunicação de irregularidades da Galp Energia, e deu conhecimento do referido relatório ao Conselho de Administração. Concluiu-se, face às comunicações recebidas, que as mesmas não tiveram impacto nas matérias de contabilidade, finanças, controlo interno e auditoria; por outro lado, registou-se a fraca utilização do mecanismo de comunicação de irregularidades por parte dos seus destinatários.

Por último, o Conselho Fiscal entende manifestar o seu agradecimento tanto ao Conselho de Administração como à Comissão Executiva da Galp Energia, SGPS, S.A. pela colaboração prestada ao exercício das suas funções.

Lisboa, 20 de Março de 2015

Daniel Bessa Fernandes Coelho

Gracinda Augusta Figueiras Raposo

Pedro Antunes de Almeida

6.5. Glossário e abreviaturas

Glossário

CO₂

Dióxido de carbono, gás incolor e mais pesado do que o ar, sendo um dos seus componentes naturais. É produzido por certos processos naturais, como o ciclo do carbono, e pela combustão completa do carbono contido nos combustíveis fósseis.

COGERAÇÃO

Tecnologia de geração de energia que permite a produção combinada de calor e de eletricidade. A vantagem da cogeração é a capacidade que tem de reaproveitar o calor produzido pela queima do combustível, para geração de energia térmica para a geração de eletricidade. Este processo permite que a mesma instalação satisfaça as necessidades de calor (água quente ou vapor) e de eletricidade, tanto de clientes industriais, como de aglomerações urbanas. Este sistema melhora a eficiência energética do processo de geração e reduz a utilização de combustível.

COMPLEXIDADE

A complexidade de uma refinaria é a capacidade de esta processar petróleo bruto e outras matérias-primas e é medida através do índice de complexidade, calculado separadamente por diferentes organizações do sector, como os consultores para o sector da energia Solomon Associates e Nelson. O índice de complexidade de uma refinaria é calculado através da atribuição de um fator de complexidade a cada uma das unidades da refinaria, que se baseia sobretudo no nível de tecnologia utilizado na construção da unidade, tomando como referência uma instalação de destilação primária de petróleo bruto a que é atribuído um fator de complexidade de 1,0. O índice de complexidade de cada unidade é calculado através da multiplicação do fator de complexidade da unidade pela capacidade da unidade. A complexidade de uma refinaria é equivalente à média ponderada do índice de complexidade de cada uma das suas unidades, incluindo a unidade de destilação. Uma refinaria com um índice de complexidade de 10,0 é considerada 10 vezes mais complexa do que uma refinaria equipada apenas com destilação atmosférica de petróleo bruto, para a mesma quantidade de produto processado.

CONDENSADOS

Hidrocarbonetos que, armazenados nas respetivas jazidas, se encontram no estado gasoso, mas que à superfície se tornam líquidos em condições normais de pressão e temperatura. Trata-se, essencialmente, de pentano e de outros produtos mais pesados.

CONVERSÃO

Conjunto de vários tratamentos (catalíticos ou térmicos) cuja reação principal se efetua sobre as ligações de carbono, podendo esta ser mais ou menos profunda em função das condições impostas. Este processo está tipicamente associado à conversão do fuelóleo em frações mais leves (gasóleos, gasolinas e gases) e que são mais nobres do ponto de vista da sua utilização. Numa refinaria moderna, estes processos têm uma importância crescente.

CRACKING

Transformação por rotura das moléculas de hidrocarbonetos de cadeias longas, com o objetivo de se obterem moléculas de cadeias mais curtas, aumentando, assim, a proporção dos produtos mais leves e voláteis. Distinguem-se o *cracking* térmico e o *cracking* catalítico. O *cracking* térmico é realizado apenas pela ação do calor e da pressão. O *cracking* catalítico utiliza catalisadores que permitem, a igual temperatura, a transformação mais profunda e mais seletiva de frações que podem ser mais pesadas.

DATED BRENT

Preço de remessas de Brent conforme anunciado pelas agências de fixação de preços. É o preço de referência para a grande maioria dos petróleos brutos vendidos na Europa, em África e no Médio Oriente, e é uma das referências mais importantes para os preços do mercado spot. O *dated* Brent é o petróleo bruto leve do mar do Norte que, desde julho de 2006, incorpora as ramas Fortis e Oseberg. Este cabaz de crude tem uma densidade API média aproximada de 38,9°.

DENSIDADE API

Densidade expressa em graus API, definida pelo American Petroleum Institute, pela seguinte fórmula: $API^{\circ} = (141,5/g) - 131,5$, em que g é a densidade do petróleo a 60 °F (15,6 °C). É utilizada internacionalmente para determinar a densidade do petróleo bruto. Quanto maior for a densidade API, mais leve será o petróleo bruto.

DESTILAÇÃO

Método de separação de substâncias (líquidas ou sólidas) por vaporização seguida de condensação. A destilação pode ser efetuada à pressão atmosférica ou no vácuo, consoante o produto final a obter. Deste processo, resultam os produtos destilados.

DESTILAÇÃO ATMOSFÉRICA

Destilação do petróleo bruto efetuada à pressão atmosférica, da qual resultam frações petrolíferas (gasolina leve, gasolina pesada, gasóleos e produtos pesados, por exemplo). Após tratamento adequado, estas frações são os componentes dos produtos acabados.

EMISSÕES

Libertação de gases para a atmosfera. No contexto das alterações climáticas globais, os gases libertados incluem gases capazes de alterar o clima, os chamados GEE. Um exemplo típico de emissão é a libertação de CO₂ durante a queima de combustível.

ENERGIA EÓLICA

Energia cinética - isto é, gerada através do movimento - que se obtém da deslocação do ar, ou seja, do vento. Pode ser convertida em energia mecânica para o acionamento de bombas, de moinhos e de geradores de energia elétrica.

ENERGIA RENOVÁVEL

Energia disponível a partir de processos de conversão energética permanentes e naturais e economicamente exploráveis nas condições atuais ou num futuro previsível.

FUELÓLEO

Mistura de hidrocarbonetos destinada à produção de calor em instalações térmicas. Há vários tipos de fuelóleo, em função da viscosidade, a qual condiciona a utilização dos mesmos.

GÁS DE PETRÓLEO LIQUEFEITO (GPL)

Hidrocarbonetos gasosos, nas condições normais de temperatura e de pressão, e líquidos, por elevação da pressão ou por redução da temperatura, cujo transporte e armazenamento são permitidos. Os mais comuns são o propano e o butano.

GÁS NATURAL

Mistura de hidrocarbonetos leves encontrada no subsolo, na qual o metano tem uma participação superior a 70% em volume. A composição do gás natural pode variar em função do campo em que é produzido e dos processos de produção, condicionamento, processamento e transporte.

GÁS NATURAL LIQUEFEITO (GNL)

Gás natural que é passado para o estado líquido para facilitar o transporte. A liquefação é operada por redução da temperatura do gás, à pressão atmosférica, para valores inferiores a -160 °C. O volume do GNL é de aproximadamente 1/600 do volume do gás natural.

GASÓLEO

Mistura de hidrocarbonetos líquidos destinada à alimentação dos motores de ignição por compressão (ciclo Diesel). O comportamento do gasóleo depende das temperaturas a que é utilizado.

GASOLINA

Combustível para automóveis equipados com motores que utilizam o ciclo Otto. Deve satisfazer especificações precisas quanto às suas características físicas e químicas, das quais a mais importante é a resistência à autoinflamação.

HYDROCRACKING

Processo de *cracking* com a utilização de hidrogénio e sob a ação de catalisadores que permite converter frações petrolíferas com elevado ponto de ebulição e pouco valorizadas em frações leves e mais valorizadas. O hidrogénio permite trabalhar a temperaturas inferiores e com maior seletividade e, portanto, com melhores rendimentos. Os produtos da reação são compostos saturados, o que lhes confere características importantes de estabilidade.

ICE

A Intercontinental Exchange, Inc., ou ICE, é uma empresa norte-americana que opera mercados virtuais, nos quais se transacionam contratos de futuros e contratos OTC sobre energia e commodities, assim como outros produtos derivados financeiros.

JET FUEL , OU JET DE AVIAÇÃO

Combustível para motores a jato utilizados na aviação.

LUBRIFICANTES

Produtos obtidos por mistura de um ou mais óleos-base e aditivos. Este processo obedece a formulações específicas, em função da utilização do lubrificante. A percentagem de aditivos nos óleos lubrificantes chega a atingir 40%. Os óleos lubrificantes têm três grandes utilizações: automóveis, indústria e marinha.

MERCADO SPOT

Designação, relativa a mercadorias como o petróleo, utilizada para descrever o comércio internacional em cargas únicas de expedição de mercadorias, tais como o petróleo bruto, cujos preços acompanham de perto a respetiva procura e disponibilidade.

NAFTA

Fração petrolífera que se situa entre os gases e o petróleo. É também uma matéria-prima da indústria petroquímica, cujo *cracking* fornece uma grande variedade de produtos. Pode ainda entrar na composição das gasolinas para motor (nafta leve) ou servir, no caso da nafta pesada, de matéria-prima para a produção de reformado.

PARQUE DE ARMAZENAGEM

Instalação utilizada por empresas de oleodutos principais e coletores, produtores de crude e operadores de terminais (exceto refinarias) para armazenamento de crude e de produtos petrolíferos.

PARQUE EÓLICO

Conjunto de aerogeradores para produção de energia elétrica interligados num sistema de rede comum através de um sistema de transformadores, linhas de distribuição e, habitualmente, uma subestação. As funções de exploração, controlo e manutenção são normalmente centralizadas através de um sistema informático de monitorização, complementado por inspeção visual.

PRODUÇÃO NET ENTITLEMENT

Porcentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, após o efeito dos contratos de partilha de produção em Angola.

PRODUÇÃO WORKING INTEREST

Porcentagem da produção detida sobre os direitos de exploração e produção de hidrocarbonetos de determinada concessão, antes do efeito dos contratos de partilha de produção.

RECURSOS CONTINGENTES

Quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas conhecidas, mas que ainda não são comercialmente recuperáveis. Isto pode verificar-se por várias razões como, por exemplo, as relacionadas com a maturidade do projeto (a descoberta precisa de mais avaliações no sentido de suportar o plano de desenvolvimento), as tecnológicas (é necessário desenvolver e testar nova tecnologia que permita explorar comercialmente as quantidades) ou as de mercado (os contratos de venda ainda não estão em vigor ou é necessário instalar infraestruturas para levar o produto até aos clientes). Os recursos contingentes 2C são aqueles calculados com base na melhor estimativa (*best estimate*), enquanto os recursos contingentes 3C correspondem à mais elevada estimativa (*high estimate*), refletindo, portanto, um grau de incerteza mais elevado. As quantidades classificadas como recursos contingentes não podem ser consideradas reservas.

RECURSOS DE EXPLORAÇÃO

Recursos de exploração referem-se a quantidades de petróleo estimadas, numa determinada data, como sendo potencialmente recuperáveis a partir de jazidas desconhecidas, pela aplicação de projetos de desenvolvimento futuro. A estimativa dos volumes de determinado prospecto está sujeita a incertezas comerciais e tecnológicas. Os recursos de exploração *mean estimate risked* têm subjacentes um maior grau de certeza que os recursos de exploração *mean unrisked estimate*. As quantidades classificadas nesta categoria não podem ser consideradas reservas, nem recursos contingentes.

REFINARIA

Instalação onde se realizam os processos industriais destinados a transformar o petróleo bruto em produtos adaptados às necessidades dos consumidores (combustíveis, lubrificantes, betumes etc.) ou em matérias-primas para outras indústrias ditas de “segunda geração” (por exemplo, indústria petroquímica).

RESERVAS PROVADAS (1P)

De acordo com as definições aprovadas pela Society of Petroleum Engineers (SPE) e pelo World Petroleum Council (WPC), as reservas provadas são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, podem ser estimadas com certeza razoável como sendo, a partir de uma determinada data, comercialmente recuperáveis de jazidas conhecidas e nas atuais condições económicas, métodos operacionais e regulamentos governamentais. No caso de ser utilizada metodologia determinística, o termo “certeza razoável” destina-se a exprimir um elevado grau de confiança na recuperação das quantidades. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 90% de as quantidades recuperadas, de facto, serem iguais à estimativa ou de a excederem. A definição das condições económicas atuais deve incluir preços históricos do petróleo e os custos associados. Normalmente, as reservas são consideradas provadas se a capacidade de produção da jazida for suportada pela produção atual ou por testes de formação.

Neste contexto, o termo “provada” refere-se às quantidades reais de reservas de petróleo e não apenas à produtividade do poço ou jazida. A área da jazida considerada como provada inclui (1) a área delimitada por perfuração e definida por contactos fluidos, se aplicável, e (2) as partes não-perfuradas de reservatório que podem ser razoavelmente consideradas comercialmente produtivas com base nos dados geológicos e de engenharia disponíveis. As reservas podem ser classificadas como provadas se as instalações de processamento e transporte dessas reservas para o mercado se encontrarem operacionais no momento da estimativa ou se houver uma expectativa razoável de essas instalações virem a ser criadas.

RESERVAS PROVADAS E PROVÁVEIS (2P)

As reservas 2P correspondem à soma das reservas provadas (1P) e prováveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas prováveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas prováveis são as quantidades de petróleo que, por análise dos dados geológicos e de engenharia, têm menor probabilidade de ser recuperadas do que as reservas provadas, mas maior probabilidade do que as reservas possíveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 50% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 2P ou de a excederem.

RESERVAS PROVADAS, PROVÁVEIS E POSSÍVEIS (3P)

As reservas 3P correspondem à soma das reservas provadas, prováveis e possíveis. De acordo com as definições aprovadas pela SPE e pelo WPC, as reservas possíveis são uma categoria de reservas não-provadas. As reservas não-provadas baseiam-se em dados geológicos ou de engenharia semelhantes aos utilizados nos cálculos das reservas provadas, mas em relação aos quais incertezas técnicas, contratuais, económicas ou reguladoras impedem que essas reservas sejam classificadas como provadas. As reservas possíveis têm uma probabilidade de recuperação menor do que as reservas prováveis. No caso de ser utilizada metodologia probabilística, deverá existir uma probabilidade mínima de 10% de as quantidades recuperadas serem, de facto, iguais à estimativa 3P ou de a excederem.

RESULTADOS A REPLACEMENT COST (RC)

Dado as demonstrações financeiras serem elaboradas de acordo com as IFRS, o custo das mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas é valorizado a *weight average cost* (WAC), o que pode originar uma grande volatilidade nos resultados em momentos em que existam grandes oscilações nos preços das mercadorias e das matérias-primas, através de ganhos ou perdas de *stocks* que podem não traduzir o desempenho operacional da Empresa, a que chamamos efeito *stock*. De acordo com esta metodologia, o custo da mercadoria vendida e da matéria-prima consumida é valorizado ao *replacement cost*, i.e., à média do custo das matérias-primas no mês em que as vendas se realizam e independentemente das existências detidas no início ou fim dos períodos. O *replacement cost* não é um critério aceite pelas normas de contabilidade (Plano Oficial de Contabilidade – POC – e IFRS), não sendo, consequentemente, adotado para efeitos da valorização de existências, e não reflete o custo de substituição de outros ativos.

RESULTADOS REPLACEMENT COST AJUSTADOS (RCA)

Além da utilização da metodologia *replacement cost*, os resultados ajustados excluem determinados eventos de caráter não-recorrente, tais como ganhos ou perdas na alienação de ativos, imparidades ou reposições de imobilizado e provisões ambientais ou de reestruturação, que podem afetar a análise dos resultados da Empresa e que não traduz o seu desempenho operacional.

TAXA DE UTILIZAÇÃO DAS REFINARIAS

Rácio da quantidade total de crude processado nas unidades de destilação de crude em relação à capacidade máxima de processamento dessas unidades.

Abreviaturas, acrónimos e siglas

AIP: Acordos de Individualização de Produção.

Amorim Energia: Amorim Energia, B.V.

Anadarko: Anadarko Petroleum Corporation.

ANP: Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível do Brasil.

API: American Petroleum Institute.

bbbl: barril de petróleo.

BBLT: Benguela-Belize-Lobito-Tomboco.

bclMC: British Columbia Investment Management Corporation.

bcm: *billion cubic metres*; ou seja, mil milhões de metros cúbicos.

BEI: Banco Europeu de Investimento.

BG Group: BG Group, p.l.c.

bn: *billion*; ou seja, mil milhões.

bn bbl: mil milhões de barris de petróleo.

bn boe: mil milhões de barris de petróleo equivalente.

boe: barril de petróleo equivalente.

BP: BP, p.l.c.

b.p.: *basis points*; ou seja, pontos-base.

BRL (ou R\$): Real do Brasil.

BRIC: Brasil, Rússia, Índia e China.

BSR: *Buoyancy Supported Risers*.

CBC: competências-base de chefias.

CDLI: Climate Disclosure Leadership Index.

CDP: Carbon Disclosure Project.

CELE: Comércio Europeu de Licenças de Emissão.

CEO: *chief executive officer*.

CER: certified emission reduction.

CFO: *chief financial officer*.

CGC: The Capital Group Companies, Inc.

CGD: Caixa Geral de Depósitos, S.A.

CLH: Companhia Logística de Hidrocarbonetos CLH, S.A.

CMP: custo médio ponderado.

CMVM: Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

CO₂: dióxido de carbono.

CONCAWE: Conservation of Clean Air and Water in Europe.

CoSO: Committee of Sponsoring Organisations of the Treadway Commission.

CPT: *compliant piled tower*.

CRMC: Capital Research and Management Company.

CSC: Código das Sociedades Comerciais.

CTA: *Cumulative Translation Adjustment*

CVM: Código dos Valores Mobiliários.

DeMac: DeGolyer and MacNaughton.

DGEG: Direção-Geral de Energia e Geologia.

DJSI: Dow Jones Sustainability Index.

DoC: Declaração de Comercialidade.

DST: *drill stem test*; ou seja, teste de formação.

E&P: Exploração & Produção.

Ebit: *earnings before interest and taxes*; resultado operacional; ou seja, resultados antes de juros e impostos.

Ebitda: *earnings before interest, taxes, depreciation and amortization*; ou seja, resultados antes de juros, impostos, depreciações e amortizações.

ECAS: *Emission Control Areas*; ou seja, áreas de controlo de emissões.

EGREP: Entidade Gestora de Reservas Estratégicas de Produtos Petrolíferos.

EMPL: Europe Maghreb Pipeline.

EMTN: *Euro Medium Term Note*; ou seja, Programa de Emissão de Títulos a Médio Prazo.

EMV: *extended monetary value*; ou seja, valor monetário prolongado.

ENH: Empresa Nacional de Hidrocarbonetos.

Eni: Eni, S.p.A.

EPCIC: Engenharia, Aprovisionamento, Construção, Instalação e Comissionamento.

EPIS: Associação de Empresários pela Inclusão Social.

ERSE: Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos.

ERU: *emission reduction units*.

EUA: Estados Unidos da América.

EUPAC: EuroPacific Growth Fund.

EUR (ou €): Euro.

EWT: *extended well test*; ou seja, teste de longa duração.

FASB: Financial Accounting Standards Board.

FCC: *fluid catalytic cracking*.

FEED: *front end engineering design*.

FID: *final investment decision*; ou seja, decisão final de investimento.

FLNG: *floating, liquefied natural gas*; ou seja, unidade de liquefação de gás natural flutuante.

FPSO: *floating, production, storage and offloading*.

G&P: Gas & Power.

Galp Energia: Galp Energia, SGPS, S.A., Empresa, Grupo ou Sociedade.

GDL: Lisboagás GDL – Sociedade Distribuidora de Gás Natural de Lisboa, S.A.

GDP: GDP – Gás de Portugal, SGPS, S.A.

GEE: gases com efeito de estufa.

GIIP: *gas initially in place*.

GITE: Galp International Trading Establishment.

GN: gás natural.

GNL: gás natural liquefeito.

GPL: gás de petróleo liquefeito.

GTL: *gas-to-liquids*.

GWC: *gas-water contact*.

GW: gigawatt.

GWh: gigawatt-hora.

GWT: Global Water Tool for Oil & Gas.

HH: Henry Hub.

HRT: HRT Participações em Petróleo, S.A.

HVO: *hydrotreated vegetable oil*.

I&D: Investigação & Desenvolvimento.

I&T: Investigação & Tecnologia.

IAS: *International Accounting Standards*; ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro.

IASB: *International Accounting Standards Board*; ou seja, Conselho Internacional para Normas de Relato Financeiro.

IASC: *International Accounting Standards Committee*; ou seja, Comissão Internacional para Normas de Relato Financeiro.

IBAMA: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis.

IBAT: Integrated Biodiversity Assessment Tool.

ICE: Intercontinental Exchange.

IEA: International Energy Agency; ou seja, Agência Internacional de Energia.

IFACB: índice de frequência de acidentes com baixa.

IFRIC: International Financing Reporting Interpretation Committee.

IFRS: International Financial Reporting Standards; ou seja, Normas Internacionais de Relato Financeiro.

IMO: International Maritime Organisation; ou seja, Organização Marítima Internacional.

IPSS: instituições particulares de solidariedade social.

IRP: imposto sobre o rendimento do petróleo.

ISIN: international securities identification number; ou seja, número internacional de identificação de títulos.

ISO: *International Organization for Standardization*; ou seja, Organização Internacional de Normalização.

ISP: imposto sobre produtos petrolíferos.

ISPG: Instituto do Petróleo e Gás.

IVA: imposto sobre o valor acrescentado.

JKM: Japan Korean Marker.

JOEU: Jornal Oficial da União Europeia.

k: mil/milhares.

kbbi: milhares de barris.

kboe: milhares de barris de petróleo equivalente.

kboepd: milhares de barris de petróleo equivalente por dia.

kbopd: milhares de barris de petróleo.

km: quilómetro.

km²: quilómetro quadrado.

kt: milhares de toneladas.

LRO: *Local Risk Officer*

LE: licenças de emissão.

m: milhão.

m³: metro cúbico.

mm³: milhões de metros cúbicos.

mmbbl: milhões de barris.

mmbboe: milhões de barris de petróleo equivalente.

mmbboepd: milhões de barris de petróleo equivalente por dia.

mmbopd: milhares de barris de petróleo por dia.

MIBEL: Mercado Ibérico de Eletricidade.

mm³: milhões de metros cúbicos.

mmbtu: *million british thermal units*; ou seja, milhões de unidades térmicas britânicas.

MPD: *managed pressure drilling*.

MScEP: Mestrado em Engenharia do Petróleo.

mscf: *million standard cubic feet*; ou seja, milhões de pés cúbicos standard.

mt: milhões de toneladas.

mtpa: milhões de toneladas por ano.

MW: megawatt.

NBP: National Balancing Point.

NE: nordeste.

NWE: *north west Europe*; ou seja, Europa do noroeste.

NYSE: New York Stock Exchange.

OCDE: Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico.

ONG: organização não-governamental.

ONU: Organização das Nações Unidas.

OPEP: Organização de Países Exportadores de Petróleo.

OHSAS: Occupational Health and Safety Assessment Services; ou seja, normas britânicas para sistemas de gestão e certificação da segurança e saúde ocupacionais.

OTC: *over-the-counter*.

OWC: *oil-water contact*.

p.p.: pontos percentuais.

Parpública: Parpública – Participações Públicas, SGPS, S.A.

PPEC: Plano de Promoção da Eficiência no Consumo de Energia Elétrica.
PEL: *petroleum exploration licences*; ou seja, licenças de exploração petrolífera.
Petrobras: Petróleo Brasileiro, S.A.
Petrogal: Petróleos de Portugal – Petrogal, S.A.
PIB: produto interno bruto.
POC: Plano Oficial de Contabilidade.
PRMS: Petroleum Resources Management System.
PSA: *production sharing agreement*; ou seja, contrato de partilha de produção.
PUCM: *projected unit credit method*; ou seja, método das unidades de crédito projetadas.
PwC: PricewaterhouseCoopers.
R&D: Refinação & Distribuição.
RDA: *reservoir data acquisition*; ou seja, aquisição de dados de reservatório.
RC: *replacement cost*.
RCA: *replacement cost* ajustado.
RCM: Reliability Centered Maintenance.
RED: Diretiva Europeia de Renováveis.
Repsol: Repsol YPF, S.A.
ROACE: *return on average capital employed*.
ROC: revisor oficial de contas.
RP: reservas provadas.
RSP: responsabilidades por serviços passados.
RRR: rácio de reposição de reservas.
SCR: Steel Catenary Riser.
SCT: Sistema Científico e Tecnológico.
SGPS: Sociedade Gestora de Participações Sociais.
Shell: Royal Dutch Shell, p.l.c.
SIC: Standing Interpretations Committee; ou seja, Comissão Internacional de Interpretações.
SPE: Society of Petroleum Engineers.
SROC: Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.
SSA: Segurança, Saúde e Ambiente.
SW: *south west*; ou seja, sudoeste.
t: tonelada.
tcf: *trillion cubic feet*; ou seja, bilhões de pés cúbicos.
ToR: *Transfer of Rights*, ou seja, Cessão Onerosa.
Total: Total, S.A.
UAG: unidades autónomas de gás.
UE: União Europeia.
UNESCO: United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.
UOP: *unit of production*; ou seja, unidade de produção.
URSS: União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.
USD (ou \$): Dólar americano.
VGO: *vacuum gas oil*.
WAC: *weighted average cost*; ou seja, custo médio ponderado.
WACC: *weighted average cost of capital*; ou seja, custo médio ponderado do capital antes de impostos.
WAG: *water alternating gas*; ou seja, injeção alternada de água e gás.
WIP: Winland International Petroleum, SARL.
WPC: World Petroleum Council.
YPF: Yacimientos Petrolíferos Fiscales, S.A.

Disclaimer

O presente relatório foi elaborado pela Galp Energia, SGPS, S.A. (“Galp Energia” ou a “Sociedade”) e pode ser alterado e completado.

Este relatório não constitui nem íntegra e não deve ser interpretado como uma oferta para vender ou para emitir nem como um convite à apresentação de ofertas para compra ou outra forma de aquisição de valores mobiliários emitidos pela Sociedade ou por qualquer das suas sociedades dependentes ou participadas em qualquer jurisdição ou como um incentivo para realizar atividades de investimento em qualquer jurisdição. Nem este relatório, ou qualquer parte dele, nem a sua distribuição constituem a base ou podem ser invocados em qualquer contexto, contrato ou compromisso ou decisão de investimento, em qualquer jurisdição.

O presente relatório pode conter declarações prospetivas. Declarações prospetivas são declarações que não estão relacionadas com factos históricos. As palavras “acreditar”, “prever”, “antecipar”, “pretender”, “estimar”, “vir a”, “poder”, “continuar”, “dever” e expressões similares geralmente identificam declarações prospetivas. Declarações prospetivas podem incluir declarações sobre: objetivos, metas, estratégias, perspectivas de crescimento; planos, eventos ou desempenho futuros e potencial para o crescimento futuro; liquidez, recursos de capitais e despesas de capital; perspectivas económicas e tendências do sector; procura de energia e abastecimento; evolução dos mercados da Galp Energia; impacto das iniciativas regulamentares; a força dos concorrentes da Galp Energia.

Neste relatório, as declarações prospetivas são baseadas em diversas suposições, muitas das quais são baseadas, por sua vez, em suposições, incluindo, sem limitação, a avaliação pela gestão das tendências operacionais, dados contidos nos registos da Sociedade e outros dados disponibilizados por terceiros. Embora a Galp Energia acredite na razoabilidade com que tais suposições foram realizadas, essas suposições encontram-se por inerência sujeitas a riscos significativos conhecidos e desconhecidos, incertezas, contingências e outros fatores importantes que são difíceis ou impossíveis de prever e estão fora do seu controle. Fatores importantes que podem levar a diferenças significativas entre os resultados reais e as expectativas sobre eventos ou resultados futuros incluem a estratégia de negócios da Sociedade, os desenvolvimentos da indústria, as condições do mercado financeiro, a incerteza dos resultados dos projetos futuros e operações, planos, objetivos, expectativas e intenções, entre outros. Tais riscos, incertezas, contingências e outros fatores importantes podem conduzir a que os resultados reais da Galp Energia ou da indústria sejam materialmente diferentes dos resultados expressos ou implícitos nesta apresentação por tais declarações prospetivas.

A informação, opiniões e declarações prospetivas contidos neste relatório respeitam apenas à sua data e estão sujeitos a modificação sem necessidade de comunicação. A Galp Energia e os respetivos representantes, agentes, trabalhadores ou assessores não pretendem, e expressamente não assumem qualquer obrigação ou dever de, elaborar ou divulgar qualquer suplemento, adenda, atualizada ou revisão de quaisquer informações, opiniões ou declarações prospetivas contidas neste relatório com vista a refletir qualquer alteração, eventos, condições ou circunstâncias.

EDIÇÃO



REVISÃO DE TEXTO

Caligrama – produção editorial

FOTOGRAFIA DE CAPA

José Caria, Visão

DESIGN E CONCEÇÃO

Plot Content Agency

DEPÓSITO LEGAL

374211/15

ESTE RELATÓRIO FOI ESCRITO ATENDENDO
ÀS REGRAS DO NOVO ACORDO ORTOGRÁFICO.



Galp Energia, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta
Direção de Estratégia
e Relações com Investidores

Rua Tomás da Fonseca, Torre C
1600 – 209 Lisboa
Tel.: +351 217 240 866
Fax: +351 217 242 965
e-mail: investor.relations@galpennergia.com
www.galpennergia.com